

Agostinho Moura

Memórias
Geresianas

Memórias Geresianas



Edição Jornal Geresão

Memórias Geresianas

Esta obra teve o patrocínio de:

- Município de Terras de Bouro
- Junta de Freguesia de Vilar da Veiga

Agostinho Moura

Memórias Geresianas

FIGURAS E FACTOS

Prefácio de Dr. António Carvalho da Silva (U. Minho)

Edição Jornal Geresão

Vila do Gerês - 2011

Título
Memórias Geresianas

Autor
Agostinho Moura

Edição
Jornal Geresão
Vila do Gerês
jornalgeresao@netvisao.pt

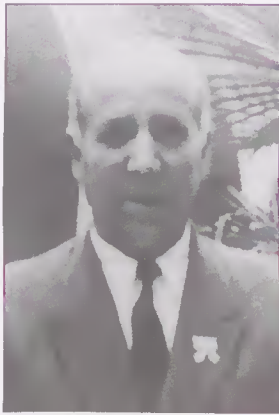
Capa
João Pedro Coutinho

Data de Saída
Outubro 2011

Execução Gráfica
Graficamares, Lda.

Depósito Legal
334380/11

ISBN
978-989-20-2696-1



Aos meus saudosos avós maternos, António Dias de Oliveira e Emília Pereira Veloso que, em 1926, escolheram o Gerês como sua terra adoptiva, aqui se radicando definitivamente, viram a família crescer e ganharam, com muito esforço e dedicação, o pão de cada dia, partilhando-o, não poucas vezes, com os mais necessitados, aqui lhes deixo a minha sentida homenagem e a minha eterna gratidão.

Vila do Gerês, 20 de Outubro de 2011

O autor

Agradecimento

A todos quantos connosco se dignaram colaborar no trabalho de pesquisa, recolha e preservação do património cultural geresiano, nomeadamente as instituições e pessoas – algumas destas, entretanto, já falecidas – que nos facultaram preciosos elementos de índole histórica e documental, que em muito valorizaram esta obra, tais como os serviços da Brigada Fiscal do Porto, GNR de Braga, Parque Nacional da Peneda-Gerês, Biblioteca Municipal do Porto, Conservatória do Registo Civil e Arquivo Municipal de Terras de Bouro, Empresa Hoteleira do Gerês, Empresa das Águas do Gerês, família de José Maria Gonçalves, Alice Veloso Dias de Oliveira Moura, Armando Espada, Armando Pinto Lopes, Eng.º Victor Cardoso Gonzalez, Abílio dos Anjos Ribeiro, Abílio José Carvalho Pombeiro, António Guedes Ferreira, António Joaquim Príncipe Eiras, Lino Serafim Barbosa Ribeiro, Joaquim Dias de Oliveira, Joaquim Pontes Costa, Maria Adelaide Barbosa Ribeiro, Paulo Figueiredo e tantos outros que, através das suas informações, tornaram possível esta obra – apresento os meus mais sinceros agradecimentos.

O autor

PREFÁCIO

Para além de uma honra pessoal, prefaciara uma obra de Agostinho Moura não é tarefa muito fácil, não só porque o autor tem revelado múltiplas e distintas facetas de intervenção que devem aqui ser destacadas, mas sobretudo porque esta colectânea de textos dá a conhecer muitos factos, figuras e acontecimentos que marcaram a história antiga do Gerês.

Ao falarmos de Agostinho Moura podemos, de facto, elencar o seu papel de cidadão interventivo, a sua faceta de professor, o seu trabalho persistente de colunista e jornalista e, ainda, a sua participação cívica como político independente na Assembleia Municipal de Terras de Bouro. Em qualquer um desses papéis que vai desempenhando, destaca-se sempre o rigor, o carácter, a independência e a visão crítica.

Por isso mesmo, apresentar uma obra histórica e etnográfica de Agostinho Moura é, simultaneamente, reconhecer, como acto de justiça, a sua participação pessoal na história mais recente do concelho de Terras de Bouro e da vila do Gerês. A publicação desta série já longa (com perto de 70 números) sobre as *Memórias Geresianas* é mais uma prova do seu contributo pessoal para a preservação de memórias, de gentes e de acontecimentos que o tempo podia votar ao esquecimento.

A edição deste livro é especialmente oportuna, uma vez que, em Dezembro de 2010, o (seu) *Geresão* completou 20 anos de publicação mensal ininterrupta e aí foram escritos os textos que agora se compilam. Por outro lado, em 20 Junho de 2011, comemoraram-se os 20 anos da elevação do Gerês à categoria de vila, processo em que Agostinho Moura teve também uma intervenção destacada.

Neste contexto, o aparecimento deste livro é um contributo para a preservação histórico-cultural das gentes e das memórias do Gerês e uma justificação posterior das condições que este lugar possuía para ser vila.

De facto, se dúvidas houvesse quanto às potencialidades da serra do Gerês enquanto paraíso natural, a recente promoção, a 11 de Setembro de 2010, do Parque Nacional da Peneda-Gerês a Maravilha Natural de Portugal seria mais uma prova inequívoca disso mesmo.

Se recordar o Gerês não é apenas referir os seus símbolos maiores como os Serviços Florestais, o Parque Nacional, as Águas, os Hotéis, então o nosso autor, recordando o passado recente de todas as pessoas, destacando as mais humildes, e associando-as ao presente e àqueles que ainda hoje cá vivem, conseguiu recriar um quadro vivo da vila geresiana em várias dimensões.

Ora, esta obra de cariz etnográfico e histórico tem como primeiro grande mérito a descrição dos locais, dos acontecimentos, das instituições, das personalidades e das figuras mais típicas do Gerês, sobretudo do século XX, mas também de finais do século XIX.

Em todo o caso, as muitas estórias curiosíssimas desta recolha dizem respeito aos feitos de personagens populares que viveram no Gerês, a mais conhecida das quais foi, sem dúvida, o Zé Serralheiro, “o maior boémio do Gerês de todos os tempos”, cujas peripécias ficam aqui registadas para memória futura.

Este contar de histórias é o pretexto para dar a conhecer aos leitores os usos e costumes do povo do Gerês, tais como: o trabalho sazonal, as dificuldades do Inverno, o “rol de fiados”, a pobreza, o desaparecimento de lugares, o convívio nas tabernas, a gastronomia e o vinho, entre outros.

Entretanto, vão também sendo dadas a conhecer a origem e o desenvolvimento de muitas das instituições que abrilhantaram a história do Gerês (umas infelizmente já desaparecidas, outras transformadas): o teatro e a orquestra; o futebol; a guarda fiscal; os serviços florestais; o posto da GNR; os bombeiros; as empresas de camionagem; a estação dos CTT; o Posto de Turismo; os postos de combustíveis; o cinema; a luz eléctrica; o Hospital Termal; as primeiras pontes; as escolas primárias; a capela de Santa Eufêmia e as festas religiosas; os laboratórios fotográficos ou os correspondentes de jornais (entre os quais está o autor deste livro); o Observatório Meteorológico; ou as Minas dos Carris e a Senhora da Abadia, muito ligadas à vida no Gerês.

Por outro lado, para além do recurso à tradição popular e ao seu conhecimento pessoal, um valor indiscutível deste trabalho de investigação é o uso de fontes bibliográficas ou fotográficas e de documentos inéditos, alguns aqui revelados em primeira mão, como por exemplo, uma factura de um hotel, um rol de fiados de uma pensão, uma cópia do *Livro dos Prédios situados no Gerez*.

Por fim e como não poderia deixar de ser, nesta obra ainda encontrámos artigos específicos sobre as figuras cimeiras da história do Gerês (o Mestre Serafim, o Barão de Soutelinho, Emílio Biel, Tude de Sousa, Honório de Lima) ou sobre os grandes empreendimentos hoteleiros desta vila, naquele que é um contributo para a história dos hotéis do Gerês ainda por realizar, como refere o autor.

Particular referência mereceram, em todo a obra, a Empresa das Águas do Gerês e a Empresa Hoteleira do Gerês, os principais hotéis (incluindo aqueles que foram destruídos por incêndios), as pensões, os chalets ou as casas.

Estas são algumas das razões que justificam o interesse e a oportunidade desta obra. Muito ficará por dizer acerca da variedade, da riqueza e do rigor dos dados que são apresentados nestas *Memórias Geresianas*. Daí o convite especial ao leitor para que ele leia estas estórias do Gerês de antigamente ou, então, faça pessoalmente uma visita à mais linda serra de Portugal, “chamariz de artistas”, aqúistas e turistas em geral. Vai ver que vale mesmo a pena!

António Carvalho da Silva

Gente da nossa gente

Cada terra, por mais pequena que seja, tem os seus símbolos e as suas referências que, tanta vez, acabam por se transformar em verdadeiros marcos significativos da vida e da história de um povo.

O Gerês, promovido a vila em 20 de Junho de 1991, além de terra de passagem para largos milhares de visitantes e turistas, tem sido também a terra prometida para muitos que, deixando os seus torrões natais, aqui demandaram à procura de melhores condições de vida, criando raízes imperecíveis. Em sentido contrário, muitos têm sido também os geresianos que, um dia, daqui foram por esse mundo fora, levando consigo a eterna saudade da sua terra-mãe, numa viagem que, na maioria dos casos, jamais teve o almejado regresso definitivo.

Como qualquer outra terra, possui as suas figuras típicas, gente calejada com o suor do rosto na luta sazonal da formiga, ameaçando no Verão para comer no Inverno como, naquele seu característico jeito de versejar em trocadilho, costumava dizer a inesquecível Ana Neta : *“Do cerejo ao castanho, bem me amanho. Mas do castanho ao cerejo, bem me vejo”*...

Percorrer a Avenida Manuel Francisco da Costa há 50 ou 60 anos atrás, por exemplo, no período de Verão, correspondia a assistir-se, com frequência, às corridas desenfreadas que os “grumos” dos hotéis e pensões, de perna leve e lesta, faziam atrás dos poucos automóveis que aqui chegavam cheios de hóspedes. E então se vissem a deslizar, vagarosamente, pela avenida fora, um “Chevrolet”, um “Buick” ou um “Studebaker” de grandes dimensões, conduzidos por um endinheirado empresário ou um “africanista” passageiro, isto é, um português a labutar nas colónias que aproveitava parte da licença graciosa para libertar aqui a figadeira dos excessos do “whisky” e do marisco tropicais, então a luta era renhida, pois tais clientes tinham a fama de dar abonadas gorgetas...

Mas a maior parte dos aquistas, nessa época, utilizava as camionetas da Empresa Hoteleira, para, a partir de Braga, se dirigirem até cá. Na altura, eram três as carreiras diárias que, durante o período termal, funcionavam: a “Mista”, porque tanto transportava passageiros como, no compartimento das traseiras, trazia mercadorias, tais como peixe, frangos, mercearia, legumes e os jornais do dia. O seu condutor habitual era o “Braço Forte”, alcunha que era a antítese do seu aspecto físico, e que aqui chegava por volta das 10 h. Às 13 h, e porque era Verão, chegava a segunda carreira, normalmente conduzida pelo Joaquim da Silva, o Carramano para os amigos, tendo o Armindo Carneiro como cobrador. Às 18 h, quase sempre com a lotação bem composta, era a chegada da última carreira que, por norma, tinha o Ferreirinha e o João Condutor como timoneiros. Uma chegada que constituía um verdadeiro espectáculo, como seguidamente recordaremos.

Perfilados ordenadamente em frente à Central de Camionagem, que funcionava no rés-do-chão da contígua Pensão Avenida, e com o Sr. António das Almas a chefiá-la, estavam os porteiros dos hotéis e pensões, rigorosamente fardados, à conquista de clientes. E porque muitos deles já vinham recomendados, os pregões não se faziam esperar: - *Hotel*



Maia! – dizia, de forma sonante, o António Santa Comba. – *Pensão da Ponte!* – atirava o Manuel Lourenço. – *Pensão Baltazar!* – reclamava o Alfredo Guedes. – *Hotel Universal!* – insistia o António Dias. – *Hotel Moderno!* – anunciava, arrastadamente e cerimonioso, o Mota. – *Hotel do Parque!* – proclamava, com calma, o João Campos. – *Pensão Jardim!* – proferia o António de Bouro. – *Pensão Geresiana!* – gritava

o Evangelista. – *Hotel Ribeiro!* – rematava, lá das suas alturas, e de forma altissonante, o velho Aguiar.

Enquanto os passageiros desciam da camioneta, o “tio” Antônio dos Porcos, velho funcionário da Empresa Hoteleira, de bigode abundante e poucas falas, colocava, destro, o escadote de madeira que ligava ao tejadilho dos autocarros, para descarregar as malas e bagagens que seriam, depois, transportadas pelos porteiros lá presentes, tarefa em que, sempre que fosse necessário, colaboravam também, na mira de uma pequena gorgeta, a Ana Neta, a Felisbela Canelas, a Zulmira Bechicosa e o Manuel de Amares, um mentecapto de faces rosáceas, barba rara, cabelo sempre esticadinho à custa de camadas de brilhantina e bigode à mexicana sempre bem aparado, dentes queimados pelos cigarros que continuamente fumava e que para aqui vinha todos os anos fazer a sua época, valendo-se das cortesias e dos recados e serviços que prestava a quem quer que fosse aquista.

Porque os hotéis e pensões dessa altura não dispunham, como hoje, de lavandarias mas dos respectivos tanques onde possantes mulheres lavavam as roupas das camas e das mesas das suas entidades patronais, aos aquistas não lhes restava senão mandar lavar, passar a ferro e engomar as suas roupas às lavadeiras, que eram um grupo de mulheres cá da terra – como a Ana Neta, a Felisbela Canelas, a América Costa, a Maria do Clemente, a Zulmira Bechicosa, a Laurinda Guarda-Fios, a Maria do Serafim e, mais tarde, a Rosa do Duzentos, felizmente ainda viva, que se dedicavam a tal tarefa e para angariarem clientela, tinham um pregão próprio que, a meio da manhã, na hora de maior movimento na avenida devido aos tratamentos termais, anunciavam com insistência: “*Quem tem roupinha para lavar?*” E apesar dos preços baixíssimos que cobravam – 50 centavos e menos por lavar e passar a ferro cada peça!... – a concorrência era muita, tal como as disputas entre elas...

É que, naqueles tempos, a avenida das termas, tais como as

salas de jantar e os salões de baile das unidades hoteleiras de então eram autênticas “passerelles” da moda, por onde desfilavam famílias inteiras de gente abastada que tinham no Gerês o seu local privilegiado para cura, repouso e turismo. Gente havia, nessa época, que mudava de toilette cinco ou seis vezes por dia: de manhã, para o tratamento termal; ao meio-dia, para o almoço; à tarde, para o passeio quase sempre a pé, à serra ou ao parque Tude de Sousa; para o jantar e à noite, para o baile ou o cinema que, diariamente, era passado no salão do rés-do-chão do Hotel Moderno, um e outro tragicamente desaparecidos – para sempre! – com o devorador incêndio registado na não menos trágica madrugada de 1 para 2 de Setembro de 1962.

Ficou célebre, a esse propósito, entre nós, a D. Estela, esposa do Sr. Armando Pereira, então gerente do Banco Espírito Santo, no Porto, que se hospedavam no Hotel Universal e alugavam sempre um táxi para viajarem até cá, tais eram as bagagens que traziam: nada mais, nada menos que meia centena de “toilettes” completas da D. Estela que, por norma, nunca repetia a mesma fatiota durante a sua estadia no Gerês. E para disfarçar as rugas e os “pés de galinha” que uma idade já considerável não perdoavam, usava abundantes camadas de pó de arroz, batons e outros produtos de beleza que lhe valeram, aqui, a alcunha de “drogaria ambulante”...

As noites estivais geresianas daqueles saudosos tempos, ao contrário das de agora, eram movimentadas, alegres e divertidas. Ao anoitecer, a avenida das termas mais parecia um arraial de uma grande romaria minhota. Era, por uma lado, o movimento de pessoas que preferiam assistir ao filme que era passado no referido cinema, explorado pelo Justino e seus filhos Jerónimo e Manuel, todos de Lever, Vila Nova de Gaia. Outros, preferiam participar nos bailes, que em sistema rotativo, se realizavam diariamente nos hotéis e pensões, abrilhantados por um trio de invisuais do Porto, com o Moreira ao acordeão e piano, o Custódio à bateria e o Rogério, ao

violoncelo. Outros ainda, preferiam passear e conversar, avenida abaixo, avenida acima, em alegres grupos, onde se destacavam as belezas geresianas de outrora, tais como as irmãs Vieira (Maria das Dores, Fernanda e Augusta), a Ilda e a Fernanda da Albina dos Moços, a Mariazinha Lopes, a Milucha Gonzalez, a Judite e a Graça do Bichinho, a Tónia e a São do Reguinga, a Mina do Dias, a Neusa e a Fátima das Almas, a Maria Teixeira, a Creminda e a Amena China e tantas outras, algumas delas até de Vieira do Minho, vestidas a preceito, que emprestavam à nossa velha avenida um colorido e uma animação inesquecíveis que, desde há bastantes anos, deixaram de ser vistas. Infelizmente!

O Verão, sempre o Verão...

Prosseguindo nesta incursão sobre o passado recente do Gerês, introdutória da abordagem, mais pormenorizada das suas mais relevantes figuras típicas, a actividade desta vila termal, há cinquenta e mais anos atrás, remetia-se única e exclusivamente, ao período compreendido entre 15 de Maio e 15 de Outubro, datas a que correspondiam a abertura e o encerramento das termas, respectivamente.

Durante a época termal, e ao contrário do que agora sucede, o movimento aqui existente era, na sua esmagadora maioria, o dos aquistas e respectivos familiares. Aliás, a própria gastronomia desse tempo – e de agora, em parte, também... – disso era reflexo, uma vez que toda ela se concentrava nas dietas A ou B que, consoante a gravidade dos problemas hepáticos dos pacientes, eram determinadas pelos médicos termais. E se algum dia, entre o habitual peixe cozido, a vitela grelhada e o inevitável arroz branco, surgisse nas cozinhas dos hotéis e pensões, um pedido para algum “sem dieta”, tal era equivalente ao desfiar de um “rosário” de pragas por parte

dos respectivos chefes, ao verem alterado, dessa maneira “abusiva”, o seu esquema quotidiano... E a solução para essas exceções à regra geral era sempre a mesma também: além do bife de vitela e do indispensável arroz branco, fritavam-se umas batatas à pressa e, pronto, aí estavam aviados tão *indesejáveis* fregueses...

Rigor havia, porém, na observância escrupulosa da dieta termal. Face à proibição de bebidas alcoólicas, contavam-se casos de aqúistas que disso fizeram aqui “tábua rasa”, pagando com a vida tais abusos. Mesmo assim, a champanhe sempre foi permitida, ainda que em quantidades mínimas.

A direcção clínica nos anos 50, constituída pelos médicos Celestino Maia (director), Fernando de Sousa (1.º adjunto) e Acílio Carvalho (2.º adjunto), era extremamente rigorosa no respeito absoluto dessa dieta, ao ponto de exigir que, diariamente, todos os hotéis e pensões lhe apresentassem, com a devida antecedência, as respectivas ementas com a indicação dos menus a servir nesse dia. E quando, mais tarde, Fernando de Sousa ascendeu à direcção clínica, não raras vezes surgia, inesperadamente, nas cozinhas dos hotéis e pensões na altura em que as refeições dos aqúistas estavam a ser confeccionadas, para se inteirar se aquilo que constava nas ementas era ou não respeitado. Se fosse hoje...

Idêntico rigor era cultivado pela direcção clínica desses tempos na limpeza e higiene públicas. Aos residentes no centro do Gerês, durante a época termal, era-lhes proibida a criação de suínos, junto às suas residências, para evitar, desse modo, que os cheiros das respectivas cortes se fizessem sentir. Quem os quisesse criar – e praticamente eram quase todas as famílias – teria de os desviar para uma distância mínima de 300 metros a partir da Avenida Manuel Francisco da Costa, durante a época termal. E assim, durante o Verão, tais animais, que constituíam a base da alimentação das famílias geresianas, eram criados na Arnassó, na Chã da Ermida, na Assureira, no Zanganho e no Vidoeiro. Com o en-

cerramento das termas, em 15 de Outubro, tudo voltava ao normal.

A limpeza e higiene da avenida, verdadeira “sala de visitas” do Gerês, era ponto de honra também para a direcção clínica desses tempos. E tudo isso porque, ao abrigo do estipulado no alvará da concessão termal de 27 de Fevereiro de 1927, era tal tarefa da exclusiva responsabilidade da Empresa das Águas do Gerês que para o efeito, dispunha de pessoal específico. Durante todo o ano, encarregavam-se da limpeza da avenida a Flora das Dores Mota, natural de Eira Vedra, Vieira do Minho, falecida em 16 de Setembro de 1974, aos 84 anos de idade, e seu marido Augusto José Vitorino, um deficiente físico nascido na freguesia de Santa Catarina, em Lisboa que também era barbeiro, falecido em 1 de Novembro de 1966, com 82 anos. Porque coxeava muito, o povo pôs-lhe a alcunha de “Coxo da Flora” e assim era geralmente conhecido, morando ambos no bairro da Assureira.

Devido ao movimento termal, nos meses de Verão esses funcionários eram reforçados por uma família da Seara, Rio Caldo, de que faziam parte o António varredor, sua esposa Palmira – que deu brado entre nós quando, pela primeira vez, aqui apareceu a conduzir uma bicicleta de pedal... - e o sogro, do nome António também, a quem chamavam “Perna de Pau”, devido a ter sofrido a amputação de uma perna e, na falta de dinheiro para comprar uma prótese, usava, efectivamente, um arranjo de madeira que o ajudava a movimentar-se, não sem que a canalha, ao vê-lo na rua, lhe cantasse, por vezes, parte de uma canção brasileira muito em voga naquele tempo e que assim começava: *“Eu sou o pirata da perna di pau/ Olho di vidro e cara di mau”*...

A limpeza da avenida, nesse tempo, era exemplar, sendo lavada frequentemente com uma enorme mangueira que era abastecida com água canalizada a partir do lago do Parque Tude de Sousa. O lixo, à medida em que se recolhia, era depositado numa carreta de madeira, manual, sendo depois lançando numa ribanceira, poucos

metros acima do velho hospital, hoje Posto Territorial da GNR. Do saneamento, que existia apenas ao longo da avenida e até à Pensão da Ponte, era encarregado o Severino Joaquim da Silva (Albino Mo-leiro), falecido em 12 de Outubro de 1981, aos 74 anos. O terminal do saneamento básico era numa levada, um pouco abaixo do hos-pital e a céu aberto, já que nessa altura não existiam preocupações ambientais...

A respeito do “Perna de Pau”, conta-se um episódio passado um dia com o saudoso médico, Dr. Francisco Xavier de Araújo que, no regresso à Seara de uma das suas frequentes vindas ao Gerês, por motivos profissionais, lhe deu boleia na sua inseparável mota. O pobre do homem lá se arranjou como pôde para se instalar na parte traseira do assento e chegado ao local previamente combina-do para o “Perna de Pau” sair, o Dr. Xavier parou e disse: - *Desmon-ta, amigo!* Só que, olhando para trás, não viu ninguém! Preocupado, voltou para trás, e uns quilómetros depois, foi dar com o seu parcei-ro de viagem estendido na valeta da estrada, onde havia caído sem que aquele médico de tal se tivesse apercebido...

Ao longo do Verão, e à boa maneira portuguesa, não faltavam festas no Gerês. Não só aquelas organizadas pelos hóspedes, a que nos iremos referir oportunamente, mas também as festividades re-ligiosas em honra de Sto. António, em Junho, - a mais fácil de fazer dado que dispunha de muitas ofertas de carnes salgadas que o “tio” António Pernetta leiloava no final das missas dominicais durante o Inverno; a da padroeira, Sta. Eufêmia, em Agosto; e a de Nossa Se-nhora de Fátima, em Setembro, que durante vários anos, foi a que se revestiu de maior solenidade, abrilhantada por Bandas de Música famosas já nesse tempo, tais como as Bandas de Revelhe, Golães, Pejão, Trofa, Vale de Cambra e Freamunde.

O impacto da vinda até nós desta Banda de Freamunde, numa altura em que ocupava o top entre as suas congéneres nacionais, foi enorme, chamando aqui muita gente de fora para assistir à sua

actuação. Ao ver tudo isso, passados alguns dias, a Aurora Rosa Pereira (a viúva Aurora, como era mais conhecida e que faleceu em 9 de Janeiro de 1982, com 86 anos) em carta que enviou à sua filha Maria do Céu, na altura a residir no Porto, dizia-lhe, entre outras coisas: *“A festa da Senhora de Fátima esteve muito bonita e com muita gente. Até veio cá a Música do fim do Mundo”...*

Diárias a 100\$00, por casal...

É generalizado a todo o país o queixume que hoteleiros e comerciantes, de um modo geral, manifestam face às fracas receitas que, devido à crise económica que se atravessa, estão a registar ultimamente, à semelhança, de resto, do que se passa noutros países.

Desde tempos bem distantes que a população do Gerês se habituou a trabalhar no Verão para comer no Inverno, como já acentuámos. Só que os tempos evoluíram, tal como os encargos que, hoje em dia, oneram, de maneira especial, todos quantos exercem uma actividade comercial ou industrial de forma estritamente sazonal, como sucede na maioria das estâncias termais portuguesas.

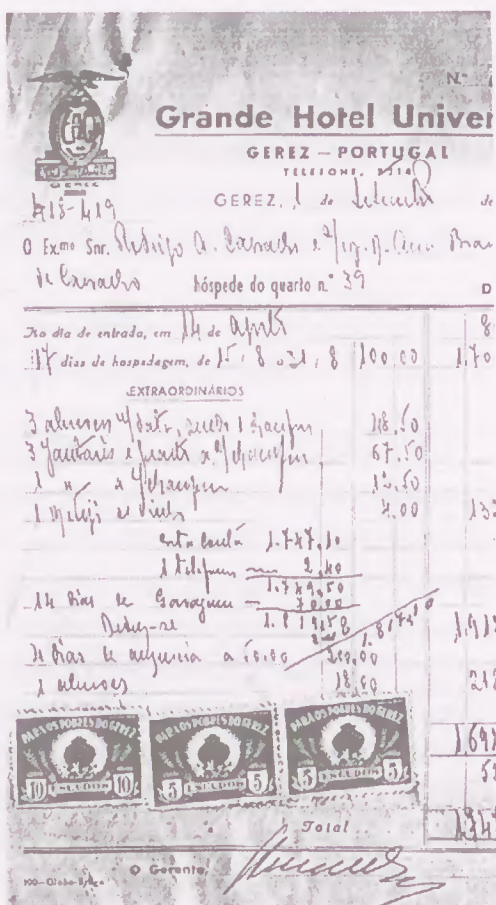
Ter as portas abertas durante seis meses, com todos os encargos daí resultantes, para obter rendimentos visíveis apenas em dois ou três deles, é certamente uma política errada e suicida, a merecer imediata intervenção por parte dos agentes económicos termais.

Para se fazer uma ideia da diferença abismal que o custo de vida de agora apresenta em relação ao de 60 anos atrás, transcrevemos uma factura emitida, em 1 de Setembro de 1945, pelo Hotel Universal, em nome de um casal de seus hóspedes, onde, como se poderá constatar, se processavam dezassete dias da hospedagem desse casal por 1.700\$00; 3 jantares e quarto para o “chauffer” 67\$50; um jantar do “chauffer” 12\$50; uma botija de vinho 4\$00 e um telefonema 2\$40. A recolha do carro na garagem – onde hoje funciona a

Adega Regional – e naquela altura era dirigida pelo Amaro Ferreira custava, ao fim de 14 dias, 70\$00, ou seja, 5\$00 diários...

Bons tempos esses em que, além de cada unidade hoteleira cobrar a percentagem de 3 por cento sobre o valor total da conta de cada cliente, que revertiam directamente para a Junta de Turismo do Gerês, então com inteira autonomia financeira, se cobrava também uma determinada percentagem “para os pobres do Gerês”, tal como se pode ler nas três estampilhas (uma de 10\$00 e duas de 5\$00) coladas na mencionada factura que nos foi facultada por um nosso conterrâneo.

É que, nessa época distante, a pobreza extrema assentava arraiais entre nós, nomeadamente no extinto lugar do Rigor, situado por cima do Caminho Velho e do Caminho da Carona, a partir do Chalet da Empresa das Águas. Composto por trinta habitações, boa parte das quais eram verdadeiros tugúrios formados por umas simples tábuas de madeira e umas chapas de zinco, com o piso térreo a ser comum ao espaço onde se acendia a lareira para se cozinhar e aquecer nos dias frígidos do Inverno e as pobres enxergas que serviam de camas a boa parte das 44 famílias e 203 pessoas que lá



moravam, o Rigor acabaria por ser desocupado por acção da direcção clínica de então, à frente da qual estava o Dr. Manuel António Soeiro de Almeida, tio do actual presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde, eng.º Mário de Almeida, que, em 1942, publicou o célebre “Inquérito Habitacional da Vertente Leste do Vale do Gerês”, a partir do qual foi possível, à Empresa das Águas, como adiante veremos, a expropriação por utilidade pública das habitações e terrenos daquele desaparecido lugar, concretizada no início do anos 50, sendo o valor total das magras indemnizações avaliado em 294 contos.

Mas, tal pobreza não se remetia apenas ao lugar do Rigor. Também na Boavista, na Assureira – onde nos anos 30 o benemérito sócio-gerente da Empresa das Águas do Gerês, Eduardo Honório de Lima, bisavô materno do actual Presidente do FC Porto-SAD, Jorge Nuno de Lima Pinto da Costa, havia mandado construir o Bairro dos Pobres – na Chã da Ermida e na Carona a pobreza era real e cruel. Por via disso, foi aqui criada a denominada “Sopa dos Pobres”, uma organização de benemerência de índole privada, dirigida durante muitos anos pelo Dr. Fernando de Sousa, clínico termal, destinada a dar assistência aos muitos casos de pobreza que então existiam nestas termas.

Para angariar receitas, os próprios aquistas e amigos do Gerês, entre os quais justo será distinguir, e entre outras, as figuras exemplares de Honório de Lima e sua dedicada esposa, D. Elisa Adelaide, o Dr. Elísio de Moura, um renomado bracarense professor catedrático em Coimbra, onde deixou uma prestigiada obra social de protecção à criança, os Comendadores Álvaro Portela e António Augusto Nogueira da Silva, fundadores respectivamente dos Laboratórios Bial no Porto e da Casa da Sorte, em várias capitais de distrito e em Luanda, organizavam, durante a sua estadia termal, diversas iniciativas, tais como peditórios, chás dançantes, bailes, sorteios e gincanas no Parque Tude de Sousa.

Por via disso, a animação no Gerês era uma constante durante a época termal, desempenhando nela papel preponderante o célebre trio de invisuais do Porto que, de forma rotativa, abrihantavam os bailes dos hotéis e pensões. Para além das três festas religiosas já mencionadas, e ainda que de reduzidas dimensões, havia também a festa popular do S. João, de grande rivalidade entre a Boavista e o Rigor.

Em chegando os meados de Junho, a rapaziada doutroira, quer da Boavista, quer do Rigor, não largava os hóspedes na rua – designação geresiana que naquele tempo se dava à Avenida Manuel Francisco da Costa – a pedinchar-lhes “*um tostãozinho p’ró S. João*”. Depois, com os magros escudos arrecadados no peditório, compravam-se na Loja Espanhola, gerida por António Ambrósio Gonzalez e sua esposa D. Amália Cardoso, umas folhas de papel colorido para, depois de recortadas e coladas com grude, serem afixadas em fio norte, em forma de bandeirinhas, para enfeitarem o espaço envolvente onde se construía a cascata.

Na Boavista, a cascata de S. João foi erguida, durante muitos anos, mesmo junto às escadas que davam acesso ao primeiro andar da tasca do Sr. João Oliveira. Assente em paus de mimosa e adornada de “fentanhas” e musgo que os rapazes e as raparigas iam buscar, de manhãzinha, na encosta sobre o rio e no Parque Tude de Sousa, a cascata da Boavista primava sempre em ter um atraente chafariz, artesanalmente construído a partir de uma pequena mangueira, ligada a um barril de cem litros que o João Oliveira emprestava para o efeito. À noite, não faltavam os cantares sanjoaninos (*Ai, ó meu rico S. João da Ponte/ Ai, ó meu rico marinheiro/ Levai-me na vossa barca/Ai, p’ró Rio de Janeiro/ Ai, repenica, repenica, repenica/ É S. João a suar em bical/ Ai repapoila, repapoila, repapoila/ É S. João a comer cebola/Ai, não é muito, não é muito, não é muito/ É S. João a comer presunto./ Ai, não é pouco, não é pouco, não é pouco/ É S. João a comer pelouco./ Ai, não é nada, não é nada, não é nada/ É S. João a comer pescada.*). Nem faltavam as

fogueiras da praxe, nem uns pequenos foguetes que eram vendidos na Loja Espanhola e se lançavam para o ar em disputa com aqueles que, na encosta em frente, estouravam nas bandas do Rigor...

O cinema, como já recordámos, a funcionar no rés-do-chão do Hotel Moderno, e tragicamente destruído pelo incêndio registado na fatídica noite de 1 para 2 de Setembro de 1962, que devorou totalmente aquele hotel e parte dos hotéis Ribeiro e das Termas, funcionava também, por vezes, como sala de teatro e de variedades, por onde passaram, nos anos 50, nomes consagrados do fado e da canção nacionais, tais como Amália Rodrigues e Alberto Ribeiro, protagonistas do “best seller” cinematográfico daquela época que foi o inesquecível filme “Capas Negras”. Porém, em dias de cinema ocasiões havia em que se registava um espectáculo a dobrar quando, logo na primeira fila da plateia, o José Maria Branco (Varelas), falecido em 18 de Julho de 1981, e o Manuel da Bispa, radicado em Lobios, como frequentadores habituais daquela sala, começavam a ler em voz alta as legendas dos filmes que o Justino e os seus filhos Manuel e Jerónimo passavam no écran.

Vivendo em cheio as múltiplas cenas cinematográficas, o Varelas depressa se punha do lado do protagonista principal, que aqui apelidavam de *artista*, e sempre que este estivesse em perigo, *avisava-o* convictamente: *Foge, pá, foge!* Ou então, se alguém lhe provocasse algum mal de gravidade não se contia sem, em alto e bom som, gritar: *Assassinos! Covardes!* – o que provocava a gargalhada geral entre a assistência. De forma parecida reagia o Manuel da Bispa, leitor inveterado de romances e de toda a espécie de literatura que lhe viesse à mão, para quem os filmes amorosos eram os mais preferidos. E então quando passava o filme “*Amor de Perdição*”, seu predilecto, ele chegava a delirar, em alta voz, com os arroubos amorosos de Camilo Castelo Branco e da Ana Plácido, por ele intensamente revividos, repetindo com ardor as frases apaixonadas proferidas ardentemente pelo actor em cena: “*Meu amor! Minha paixão!*

Tu és o amor da minha vida!” – para gáudio e risota de todos quantos o ouviam...

Sempre foi, e continua a ser, na época estival, que o Gerês conheceu maior esplendor. Sempre foi no Verão que, após a “hibernação” de Outubro a Maio, os geresianos fizeram pela vida, pondo a render os seus préstimos e pagando, muitas vezes, as dívidas cíclicas contraídas durante os meses invernosos, readquirindo, assim, o crédito para as inevitáveis contas a abrir no rol dos calotes futuros... Sempre foi, e continua a ser no Verão que esta estância termal é procurada e frequentada por levadas e levadas sucessivas de visitantes e turistas que até aqui demandam à procura da cura para as suas maleitas hepáticas e quejandas ou atraídos pelas incomensuráveis belezas naturais mai-la riqueza fascinante da extraordinária flora e fauna patentes no seu emblemático Parque Nacional que, apesar de desprezado pelos nossos governantes, continua a ser o único em Portugal. Razões mais do que suficientes, portanto, para que continuemos a recordar o Gerês de outros tempos em plena época termal, verdadeiro manancial de fartos motivos de interesse que importa trazer à ilação para memória futura.

Nas cozinhas dos principais hotéis, nos meados do século passado, estavam chefes experientes como o Poula, no Hotel Universal, o Domingos Branco no Hotel Parque ou o Portela, no Hotel Moderno. O Cabanelas, do Vilar da Veiga, também se evidenciou como chefe de cozinha nas nossas unidades hoteleiras. A ajudá-los, havia outras categorias de funcionários, de 1.^a, 2.^a ou 3.^a categoria, até ao simples descascador de batatas, função que havia servido de tarimba a quase todos eles...

Escalonamento semelhante registava-se ao nível das portarias do hotéis de maior movimento, onde além dos respectivos chefes e ajudantes, existiam também os chamados *grumos* que, fardados a preceito da cabeça aos pés, eram uma espécie de moços de recados quer para os aquistas, quer para os serviços do hotel, nome-

adamente no transporte de roupas ou calçado dos hóspedes para serem tratadas pelos alfaiates e sapateiros locais. Porque jovens, a sua destreza física era posta à prova sempre que, ao longo da pacata avenida, deslizassem, como já evocámos, algumas “espadas” com aqúistas que procuravam conquistar, a todo o custo, para as suas unidades hoteleiras.

Muito novo ainda, e com dificuldade de pronunciar certas palavras “esquisitas” que não estava habituado a ouvir na sua terra natal, que era Caniçada, ficou célebre aquela peripécia passada com um dos grumos do Universal, o João da Francelina que, certo dia, recebeu de um hóspede o pedido de lhe ir comprar, na loja do Firmino Capela, logo ali em frente, um maço de cigarros “*Definitivos*” e se não houvesse dessa marca, que trouxesse “*Provisórios*”. O rapazito, ainda a habituar-se ao uso da farda, lá atravessou a rua com o dinheiro na mão e em chegada ao balcão, tentou repetir o recado: - *Quero um maço de cigarros “Perififes” e se não tiver “Perififes”, dê-me um maço de “Perifofes”...* No que ele se meteu! Sempre que ia levar roupa dos hóspedes do hotel para passar a ferro nos alfaiates, a malta do “Cantinho da má língua”, dava cabo da paciência do rapaz, perguntando-lhe, a torto e a direito: - *Mas tu queres um “Perififes” ou um “Perifofes”?!...*

Porque, nessa altura, poucas pessoas dispunham de viatura própria, era bastante a procura que os automóveis de aluguer então aqui existentes tinham e cuja praça, nesse tempo, era em frente do Hotel Universal. A sua maior procura era para passeios à serra, dado que na altura, não existia outra alternativa. Além do António Baltazar, proprietário do primeiro automóvel de aluguer do Gerês – um “Ford” de “calça arregaçada” como lhe chamavam – e que laborava aqui durante todo o ano, no Verão exerciam cá tais funções o Álvaro Gaia, de Sta. Maria de Bouro, com um “Chevrolet”, o Custódio, com um “Citroen”, tipo “arrastadeira”, como então eram denominados, e o Soengas. Depois, com a desistência de tal acti-

vidade por parte dos dois últimos, entraria uma sociedade entre o Mário Gomes (Chavola) e o Joaquim Dias, cuja primeira viatura foi um “Buick – Terraplane” de 6 lugares, seguindo-se um “Plymouth”, de matrícula FL-13 -75, mas tal sociedade seria mais tarde desfeita, ficando o Mário Chavola como único titular do alvará. Esta última viatura, adquirida em segunda mão, num stand do Porto pertencente a um hóspede do Hotel Universal, seria posteriormente vendida ao sr. Machado da Pedra Bela, que dela fez uso durante bastantes anos.

Nos transportes colectivos de passageiros, a Empresa Hoteleira garantia a ligação diária a Braga e às 2.as feiras, a Terras de Bouro. Depois dos autocarros movidos a gasogénio (carvão), que durante o Verão se tornavam extremamente incómodos pelo excessivo calor que neles se fazia sentir, apareceram nos finais da década de 40/inícios dos anos 50, os primeiros autocarros movidos a gasolina: dois da marca “Ford”, com a lotação de 27 lugares, e a célebre “Mista”, uma castiça viatura com capacidade para 16 passageiros apenas, ficando o restante destinado às mercadorias, já que, nessa altura, não existiam outros meios de transporte para tais objectos, a não ser os não menos célebres “carreiros” que, durante muitos anos, e a partir de Braga, garantiram ao Gerês o transporte, em carros de bois, das mercadorias mais diversas, desde mercearia a pipas de vinho. Vindos até à Confeiteira, daí derivavam até à Ponte do Porto, em Amares, onde pouco depois repousavam, prosseguindo depois até Bouro e esta estância termal, onde paravam na actual Praceta Doutor Emídio José Ribeiro, em frente à Pensão Geresiana, para retemperar energias, antes do regresso a Braga.

Depois, foram adquiridas a “Magirus” e a “DAF” e, por volta de 1955, a Empresa Hoteleira adquiriu o primeiro autocarro de 42 passageiros, da marca “Guy”, cujo primeiro motorista foi, durante vários anos, o Ferreirinha. Poucos anos depois, adquiriu um luxuoso autocarro, com as vidraças laterais coloridas, a MAN, condu-

zida por outro conceituado motorista daquela empresa, que foi o Joaquim da Silva, cuja primeira viagem efectuada até ao Gerês foi comemorada festivamente à sua chegada, com o lançamento de foguetes lançados a partir da antiga praça, não sem a emoção, até às lágrimas, do então sócio daquela empresa, Comendador António Carvalho Guerra, pai do ex-presidente do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa, Professor Doutor Francisco Carvalho Guerra.

A Avenida Manuel Francisco da Costa era, nesses tempos, uma movimentada artéria onde, para além dos aquistas e visitantes, se encontravam, em locais estratégicos, diversos vendedores ambulantes. Desde o António Mateus, o ceguinho de S. Bento, e seus tenros filhos, José e Custódio, todos já falecidos, a venderem lotaria e a pedirem esmola; à Adelaide Rigor (Calila), vendendo cabeças de víbora, em caixas de fósforos, aos ansiosos pela sorte; ao Zé da Lina – um corpulento homem de Chaves; ao Antero; ao Garcez de Penafiel e ao Leandro, até ao Francisco Pinto (Maricão), a vender cães de Castro Laboreiro junto ao Hotel Maia, e à famosa “Rainha das Aldrabonas” que, paredes-meias com a Capela de Sta. Eufémia, fazia rir à gargalhada os aquistas com as pantominas por ela contadas a vender, de forma hábil e altamente compensativa, largas dezenas diárias de cobertores, de tudo isso se via e ouvia, sem esquecer os inevitáveis pregões das lavadeiras geresianas que, insistentemente, anunciavam, em alto e bom som: “*Quem tem roupinha p’ra lavar*”?

Nos meses de Julho, Agosto e primeira quinzena de Setembro, as filas de aquistas para a Buvete termal, onde pontificavam a D. Raquel e a Senhora Maria da Conceição, eram uma constante e, frequentemente, chegavam até à entrada do Hotel Maia e, por vezes, até à Pensão Geresiana. Bons tempos, esses...

No balneário de primeira classe, as inscrições dos aquistas estavam a cargo do Sr. Manuel da Carvalha, pedreiro de profissão durante o Inverno, mas de esmerada simpatia e educação no trato com

os utentes, para além de possuidor de uma caligrafia invejável. Os banhistas masculinos eram o Alfredo duchista e seus filhos, todos de Carvalheira, enquanto na parte feminina estavam as geresianas Adélia Costa e Adília Gonçalves, o mesmo sucedendo com a Fernanda Alves, no balneário de segunda classe. A diatermia estava confiada à Eugénia da Carvalha.

Ao contrário de agora, não faltavam barbeiros, nesse tempo, no Gerês: além do beirão de Gouveia, Alfredo Costa, falecido em 7 de Janeiro de 1958, substituído por seu filho, Veríssimo António da Costa, que viria a falecer em 26 de Dezembro de 1971, e do Manuel Alves do Monte (Rabeca), falecido em 30 de Março de 2000, ambos com estabelecimentos próprios, havia ainda o Júlio Rodrigues, o Domingos Martins (Sevilha) e o Augusto Vitorino (Coxo da Flora).

Em termos de estabelecimentos comerciais, durante a época termal havia a Casa Almeida, a Loja Espanhola e a Casa Coutinho, na Colunata, com “bordados e linhos de Guimarães”. Bordados e rendas de bilros de Vila do Conde eram vendidos, junto à Buvete, pela D. Sara Campos, onde perto tinha banca montada a D. Hermínia Dias (Reguicha) a vender hipericão e outros produtos ervanários. No rés-do-chão norte do Hotel das Termas, impunham-se pela qualidade dos seus produtos, a D. Maria das Malhas e sua filha Carolina, de Braga. No Posto do Turismo, primeiro nas excelentes instalações do rés-do-chão do Hotel Moderno, e depois do incêndio, nas instalações da Colunata, encontrava-se um beirão de Resende e portista de coração, de nome António Monteiro Teixeira Júnior. Ainda na Colunata, havia os serviços de manicure e pedicure a cargo da D. Georgina Amaral, natural de Espinho. No jardim anexo, junto ao belo chafariz, houve dois fotógrafos “à la minute” que ganhavam a vida tirando fotos instantâneas aos visitantes e aos residentes, sobretudo nos finais das procissões das festas religiosas em que era hábito posarem os figurados (*anjinhos*) para a posteridade. Foram, primeiro, a Foto Paz e, mais tarde, a Foto Dias, sendo

este um castiço surdo de Vieira do Minho, viciado com o seu inseparável cachimbo.

Ligadas também à actividade termal, refiram-se as vendedeiras de frangos – num tempo em que nem sequer se sonhava com os frangos de aviário!... - como a Céu do Vilar da Veiga e a Franceлина da Caniçada, que abasteciam os hotéis e pensões. Em grandes açafates, transportavam à cabeça belos exemplares de galináceos que mercavam nas feiras de Vieira do Minho e de Amares. Porque vinham a pé – eram difíceis aqueles tempos... - aproveitavam normalmente para descansar um pouco nos bancos junto à Volta Grande, por cima do Buraco do Mouro. E porque a venda era feita a peso, enquanto descansavam o corpo de tão cansativa caminhada, iam enchendo com terra os papos dos belos galináceos, através de uma colher de chá estrategicamente guardada nos abonados bolsos dos aventais... “Grão a grão”, neste caso, “terra a terra”, lá se iam fazendo a mais umas gramas para equilibrar os seus magros rendimentos...

Uma “visita” frequente, tanto no Verão como no Inverno, era também a do “Perfeito”, um pobre diabo oriundo da Ventosa, presumimos, que nunca apreciou o trabalho e, por isso, aqui vinha, durante alguns anos sob a capa de “guarda-soleiro”, indo pedinchar esmola às casas mais abonadas, tirando aí a barriga da miséria em que, habitualmente, vivia. No Verão, porém, beneficiava também da generosidade de alguns hóspedes, de quem recebia roupas e dinheiro. Em sinal de gratidão, cantava-lhes a canção que imortalizou Alcobça, o que era premiado com mais algumas moedas oferecidas pela improvisada assistência. Esguio, cabelo negro e desgrenhado encoberto por uma sebosa boina galega, barba crescida e roupa remendada, o “Perfeito”, antes de começar a sua actuação, fazia uma pausa para criar expectativa e, à boa maneira fadista, fechava os olhos. Depois, para dar a sensação de que estava a dedinhar uma viola, punha a mão esquerda entre-aberta junto ao ombro do mes-

mo lado e a mão direita sobre o umbigo, lá começava a entrada introdutória da canção, imitando com a boca, as cordas ritmadas do referido instrumento musical, desta maneira: “*Dem-Tum, Dem-Tum, Dem-Tum/, Dem-Tum, Dem-Tum, Dem-Tum, Dem-Tum/Dem-Tum, Dem-Tum*” “*Quem passa por Alcobaça não passa sem lá voltar!*”... E de novo repetia, com a mesma solenidade, o refrão instrumental: “*Dem-Tum, Dem-Tum, Dem-Tum*”...

Outro “fadista” famoso era, novito ainda, o Celestino Quintas, a quem alcunharam de “Fagulha” pela sua fragilidade física. Bem cedo, lá descia ele da Carona para se dirigir até à Avenida, metendo conversa com os aquistas que já o conheciam e a quem procurava para vender lotaria ou engraxar os sapatos na sua caixa ambulante. À noite, com os passeios limítrofes aos hotéis e pensões peçados de hóspedes em amena cavaqueira, confortavelmente sentados nas castiças cadeiras de lona feitas pelo Humberto de Carvalho, e para ganhar mais umas coroas, o Fagulha lá cantava o fado para os aquistas, que o aplaudiam com entusiasmo.

Enquanto isso, e nos dias em que não houvesse baile, debaixo da frondosa árvore que, durante muitos anos, caracterizou a entrada da Pensão Geresiana, os hóspedes entretinham-se com o jogo do “Babão”. Era um passatempo em que os participantes, sentados, formavam uma roda e com um cordel, onde anteriormente lhe haviam metido um anel, faziam circulá-lo por todos os presentes, estando um deles no meio. E de lá não saíria se, depois de entoada uma pequena canção (“*Babão que estás no meio, ó Babão/Estás feito um toleirão, ó Babão/Ele aí vai, ele aí vem, ele por aqui passou, passou, passou*”...), não acertasse em que mão dos participantes se encontrava o referido anel.

Porque mulher dos sete ofícios, como seguidamente iremos recordar, a Ana Neta nunca faltava à partida da carreira das 7h. da manhã, para despachar os sacos do Correio. Só que, nos meses de Verão, ela aproveitava o regresso às suas terras de origem de muitos

aquistas para deles se despedir, na mira de uma pequena gorjeta, com os seguintes versos da sua lavra:

“Adeus ó águas do Gerês /Adeus ó Fonte da Bica/A saúde vai na mesma./Mas o dinheirinho cá fica!! Adeus ó águas do Gerês!!Adeus ó Fonte do Eiras!!A saúde vai na mesma./Ide buscar as carteiras!”...

A Ana Neta era natural do Vilar da Veiga, onde nasceu em 9 de Setembro de 1898, filha de António Joaquim Neto e de Antónia Rosa. No baptismo, apenas lhe foi dado o nome de Ana Rosa. Mais tarde, por ocasião do seu casamento com Artur Araújo, em 18 de Novembro de 1927, aparece já como Ana Rosa Neto, embora também fosse conhecida por Ana Joaquina Neto. Contudo, o nome pelo qual ficou entre nós mais conhecida foi o de Ana Neta, uma fi-



Ana Neta

gura castiça da nossa terra que simboliza na perfeição a maneira de ser e de viver das gentes geresianas daquela época.

Uma vida difícil e cheia de espinhos, diga-se de passagem, onde o Verão era a ocasião soberana para se fazer pela vida. Trabalhadora incansável, apesar de cega de uma das vistas, a “tia” Ana Neta desdobrava-se, durante o período termal, em várias tarefas para enfrentar a vida, já que o seu marido, o inesquecível Artur Araújo - “Rasga a Manta” de alcunha, o que ganhava na sua arte de trolha, mal lhe chegava para beber uns copos com os amigos. Vieira para cá da sua terra natal, Ferreiros, Braga, e seria nessa cidade onde passaria os últimos anos da sua vida, internado no Lar de S. José. Além de fazer a limpeza na estação dos CTT e de transportar, diariamente, durante todo o ano, a mala do correio para a camio-

neta da carreira das 7 h e de levadá-la na carreira das 18 h, a Ana Neta, durante o Verão, angariava roupas entre os aqúistas para dar à Senhora Maria do Clemente para lavar, passar a ferro e engomar, retirando daí a sua percentagem.

Com grande engenho para entabular conversa com os hóspedes, a quem procurava sensibilizar contando-lhes as dificuldades que atravessava para criar os seus quatro filhos (o Luís, o José, a Maria e a Adélia), sem qualquer apoio do marido, que até lhe dava maus tratos, quando bebia um copito a mais – e isso acontecia não poucas vezes. Condoídas, as pessoas lá a ajudavam conforme podiam, quer em roupas, quer em dinheiro e algumas delas até a convidavam para, no final da época, ir a suas casas, o que a Ana Neta chegou a fazer, passando uns dias na Póvoa de Varzim nas casas dessas pessoas. E quando regressava ao Gerês, vinha bem carregada com as dádivas recebidas dos seus benfeitores.

Outra característica dela era a de ser uma cantora indispensável nas cerimónias religiosas que se realizavam na nossa capela. Por vezes, porém, tornava-se inconveniente por, na ânsia de querer cantar sozinha, inventava letras dos cânticos religiosos e, por isso, apenas ela as conhecia... Isso valer-lhe-ia, nos tempos do Pe. Ernesto Magalhães, ter sido por ele proibida de cantar na capela durante uns tempos. Apesar das suas limitadas possibilidades económicas, numa coisa, porém, a Ana Neta dava cartas nas segundas – feiras de Páscoa de cada ano: era que, nesse dia, e ao contrário da maioria dos geresianos, em sua casa, ao almoço, comia-se, sempre, cabrito assado, que ela encomendava, com antecedência, no talho e pagava no Verão seguinte... Como não dispunha de fogão de lenha, vinha pedir a minha mãe que assasse o cabritinho da praxe no seu fogão – o que ela nunca lhe regateou.

Chegou o “Caverno”!...

O dia 15 de Outubro assinalou, durante muitos anos, o encerramento das termas. Era, enfim, o reverso da medalha do cíclico trabalho sazonal que se concretizava. E com a rua despida de hóspedes e de automóveis, os passeios pejados das amareladas folhas das tílias a quem, de forma abrupta, as primeiras chuvadas haviam antecipado a sua queda inevitável, uma voz roufenha mas sonora se fazia ouvir e compreender na perfeição, ao longo dessa mesma rua: - *Chegou o “Caverno”!* – assim anunciava a entrada do período invernos o inimitável Américo José Pereira, um pobre deficiente mental a que toda a gente chamava Méquinho, tragicamente falecido em 29 de Fevereiro de 1960, vítima de uma queda fatal desde o caminho de cima da Boavista sobre a levada, onde apareceu morto por fractura do crânio.

Todavia, o anúncio da proximidade do fim da época termal iniciava-se bem mais cedo quando, nos primeiros dias de Setembro, começavam a cair, em plena avenida, as primeiras castanhas dalguns castanheiros bravos que nela existiam, as quais, em jeito de gozo, eram apresentadas a diversos trabalhadores que não eram do Gerês, como que a avisá-los de que o tempo da faina termal estava prestes a findar.

Só com a prata da casa, o Gerês recuperava a sua identidade normal, trocando o rebuliço do Verão pelo sossego e a letargia dos longos e enfadonhos meses de Inverno. O comércio reduzia-se ao mínimo e praticamente apenas os Serviços Florestais continuavam a garantir postos de trabalho, na limpeza e reflorestação da Mata Nacional, ainda que através de salários irrisórios. Havia, contudo, quem optasse pelo trabalho duro nas minas dos Carris ou na produção artesanal de carvão, em plena serra. Como não faltavam também os “boas vidas” que, durante seis meses consecutivos, nada faziam, vivendo até ao Natal com o pé de meia grangeado na época

termal, passando depois a comer fiado por conta do rol dos calotes até ao Verão seguinte.

Era um tempo em que, por falta de ocupação, as pessoas conviviam mais umas com as outras. E, evidentemente, a má língua tinha um amplo espaço de manobra nesses assás prolongados momentos de lazer, a qual não se remetia, tão somente, ao célebre “Cantinho” já demolido...

Pela rua, que sempre foi a “passerelle” geresiana, passava inevitavelmente toda a gente, entre adultos e crianças, mais velhos e mais novos. Entre elas, certas figuras castiças com as quais a rapaziada se intrometia, tais como o José Luís Vieira, um moleiro natural de Sta. Maria de Bouro, aqui falecido em 12 de Dezembro de 1968, com 74 anos, que tinha a alcunha de “Pistola” e a quem arrelivavam, quando passava, com um “*Tau! Pum! Tau! Pum!*”, como se estourasse uma arma de fogo. Outra “mártir” desse gozo colectivo era a volumosa D. Rosa Santos, esposa do Carlos Santos, um ricaço do Vilar da Veiga que foi proprietário do Hotel Santos e gastou toda a fortuna nos jogos de casino, acabando por vender o hotel à Empresa Hoteleira, o qual passou a chamar-se Hotel das Termas.

Sem dinheiro, este casal teve um triste fim de vida, sobrevivendo da venda de hipiricão e do genipe, um bebida caseira por eles produzida e passaram os últimos tempos numa pequena habitação que o Sr. João da Ponte lhes proporcionou no limite da propriedade do Malheiro. Pois a pobre da D. Rosa com cento e muitos quilos, e de vistosas tranças na cabeça, sempre que passava na avenida não se livrava de ouvir, em coro, tão despropositada cantilena: *“A mulher do Carlos Santos, pum! Tem um buraco no cu, pum! Que lhe fez o Carlos Santos, pum! Com a chave do baú, pum!”*

Outra personagem do Gerês desse tempo era o já mencionado Méquinho, Américo José Pereira de seu nome. Este Méquinho, de que os geresianos menos jovens ainda se recordam, foi uma figura castiça da nossa terra no anos 40 e 50, natural da freguesia de La-

nhoso, na Póvoa de Lanhoso, que para aqui veio juntamente com a sua família, cujo chefe era o Adelino José Pereira, talhante de profissão, entre nós mais conhecido pela alcunha de “Peludo”. Eram seus irmãos a Aurora Rosa Pereira, vulgarmente apelidada como Viúva Aurora ou Aurora Peluda, falecida em 9 de Janeiro de 1982, o Artur Evaristo Pereira – o Arturinho como lhe chamavam – falecido em 26 de Outubro de 1947, e a Idalina de Jesus Pereira, esposa do Alfredo Guedes, falecida em 4 de Dezembro de 1988.

Apesar da sua acentuada deficiência mental, o Méquinho, que para encobrir a sua calvície, usava normalmente um boné, quase sempre com a pala voltada para as costas, tinha momentos de lucidez e de forma discreta, sabia levar a água ao seu moinho. Quando um dia interrogado da razão de ser da sua preferência pelas moedas de formato maior, sempre que lhas davam a escolher juntamente com as moedas mais pequenas, como eram naquele tempo as moedas de 0,50 centavos – a “côa banca”, como ele dizia - e de 2\$50, ele respondia que se fosse a escolher as mais valiosas, as pessoas passavam a dar-lhe esmola menos vezes...

Outro aspecto curioso da sua personalidade era o hábito que ele tinha de, disfarçadamente, tomar sentido das conversas alheias, havendo quem se aproveitasse disso para dele *tirar nabos do púcaro*, como se costuma dizer. Solteiro como o seu irmão Arturinho, outra figura típica geresiana nos anos 40, o Meco, abreviatura familiar de Américo, e porque, como dissemos, sofria de perturbações mentais, deu origem, sem o saber, a que entre os geresianos, se apelidem de Mecos ou Méquinhos aqueles que manifestam alguma tara ou deficiência mental, o que só aqui se verifica pelas razões indicadas.

Ainda que com alguma deficiência também, o Arturinho seguiu, durante algum tempo, as pisadas do pai como marchante, mas também chegou a trabalhar, numa pequenina leira que existiu entre o rio e a calçada da Boavista, em frente à Pensão da Ponte, como sapateiro solando socos e chancas, o calçado mais usado

naquela época durante o Inverno. Viveu muitos anos na casa do Príncipe, onde está a Residencial com o mesmo nome, vizinho da sra. Florinda Guarda-Fios, célebre pela excelente broa de milho que confeccionava e vendia para fora, dada a sua extraordinária qualidade. Com hábitos muito próprios, e normalmente pouco zeloso na sua higiene, o Arturinho, quando matava o seu porquito, depois de o sangrar e chamuscar com colmo, ao contrário da prática corrente não o lavava. Desmanchava-o e metia-o à salgadeira sem o lavar, dizendo que, assim, a carne ficava mais saborosa...

A revelar uma tendência, pelos vistos, já dominante naquele tempo no tratamento dos ricos e dos pobres, o Arturinho, comprovando que não era o que muitos pensavam que fosse, sempre que tal viesse a propósito costumava dizer que *“Se um pobre tira alguma coisa a alguém, logo todos dizem em voz alta: roubou, roubou! Mas, se uma pessoa rica provocar um desfalque de centenas ou milhares de contos então, as mesmas pessoas dizem que foi um pequeno desvio”*... Doutra vez, acompanhando à feira de Vieira do Minho o seu colega na profissão de marchante que foi o Bernardino da Florinda, tiraram uma pausa para irem beber uns copos com uns amigos. O Bernardino, já um pouco animado, começou a contar aos amigos um conjunto de façanhas suas, não sem que, a cada passo, perguntasse ao seu companheiro de viagem: *“É ou não é verdade, Artur? Só que, pelos vistos, o Arturinho cansou-se de tantas perguntas que o Bernardino lhe estava a fazer que não correspondiam à verdade e, a páginas tantas, atirou-lhe frontalmente: - Ó pá, vê se te calas com essa conversa, pois já estou farto de dizer o que não queria!*

Outra figura geresiana dessa época era a Albina Martins, vulgarmente mais conhecida como a Bina da Tributina, uma inveterada solteirona que se derretia toda quando algum homem novo, na chalaça, lhe pedia namoro ou prometia-lhe casamento – o que, para desilusão dela, jamais se concretizou. Ajudava, no Verão, a sra. Maria Pereira, esposa do sr. Clemente Augusto Gonçalves, ex-GNR, na

lavagem e arranjo das roupas dos hóspedes, tendo falecido, aos 78 anos, em 28 de Novembro de 1978.

E quem não se recorda da *tia* Gigas, Felismina Rosa Miranda de seu nome, sacristã da Capela de Sta. Eufêmia durante muitos anos, apreciadora de uma pinguita que, ao que diziam as más línguas, por vezes não resistia à tentação de saborear, à socapa, o próprio vinho das missas? Vivia no Fundo do Gerês, hoje Rua Dr. Manuel Gomes de Almeida, juntamente com uma prima, sofrendo ambas da lepra, vindo a falecer em 7 de Abril de 1965, com 83 anos de idade.

O Teatro e a Orquestra do Gerês...

Sempre que se fala da extraordinária riqueza das actividades culturais desenvolvidas em muitos dos nossos meios rurais pelas respectivas populações, tantas vezes transmitidas de geração para geração, com os filhos e os netos a renderem os seus antepassados em ocupações tão meritórias, sejam elas de ordem musical, folclórica, teatral ou lúdica, não falta quem lamente a pobreza franciscana que, nesses domínios, se regista presentemente entre nós. Há pouco mais de meio século, porém, existiram aqui dois grupos de teatro e uma orquestra, o que só poderá comprovar, entre outras coisas, e como sói dizer-se, que esta terra já foi civilizada!...

Exemplos elucidativos e concludentes dessa intrigante *passadeira* que, em termos associativos e culturais, se vive, hoje em dia, nesta vila termal são aos montes, infelizmente, e uma que outra tentativa que, entretanto, e em diversas épocas, se foram esboçando nesse sector, tudo acabaria por morrer à nascença, como parece ser a triste sina *geresiana* de várias iniciativas de índole cultural que por cá soçobraram céleremente.

Não é este, há que o reconhecer, o momento azado para se dis-

secarem as verdadeiras causas de tão preocupante situação. Mas, se recordarmos que, aqui bem perto de nós, em Carvalheira, com muito menos gente – 448 habitantes – e condições, existe uma Banda de Música centenária e dois ranchos folclóricos (adulto e infantil), além de um grupo de teatro que honram sobremaneira, aquela aprazível freguesia, então ter-se-ão de procurar as razões de tão aberrante indiferença geresiana pelas coisas da cultura noutros meandros.

Consolem-se, todavia, os verdadeiros geresianos pelo facto do irritante amorfismo cultural das suas gentes ter sido precedido, há décadas atrás, por um período saudável de grande fulgor nessa área, em que jovens e adultos desempenharam, durante vários anos, uma actividade cultural jamais vista entre nós.

Entre 1945 e 1949, por exemplo, e tal como nos recordou, em tempos, o Armando Pinto Lopes, em interessante entrevista que concedeu ao jornal “Geresão”, foi aqui criado um grupo de teatro por iniciativa do cabo Pires (Guarda Fiscal), do Carlos Aurélio Teixeira Bastos (Marceneiro), do João Capela, do Adelino Conde Dias e dele próprio. Dado que nos meses de Verão toda a gente fazia pela vida, este grupo ensaiava durante o Inverno, tendo levado à cena quatro peças teatrais no palco do antigo cinema geresiano, que existiu no rés-do-chão do Hotel Moderno, tragicamente devorado, como já referimos, por um incêndio, em 1962.

Por essa mesma época, entre 1948 e 1952, e já sob a orientação do dinâmico e saudoso Pe. Ernesto Amorim Magalhães, pároco da freguesia, novo grupo de teatro se formou, para gáudio da juventude geresiana de então, entusiasmada com o sucesso obtido em diversas actuações que enchiam literalmente a sala de espectáculos.

Exibindo-se por ocasião do Natal, do Ano Novo e do Carnaval, por vezes com sessões duplas, à tarde e à noite, as horas que antecediam os espectáculos eram de verdadeira festa em plena avenida, com potentes altifalantes, estrategicamente colocados na maravilhosa frontaria do Hotel Moderno, a difundirem alguns êxitos

musicais daquele tempo, tais como a “Aldeia da Roupa Branca”, interpretada pela inesquecível Beatriz Costa ou então a voz inconfundível de Maria Clara, entoando, de forma soberba, a canção que a consagrou no mundo da música dessa época e assim começava “*Maria são teus olhos azeitonas, cachopa! São teus lábios cor de cereja*”...

Porque havia despesas com cenários e com outros utensílios e gastos, como adiante relataremos, as entradas nesses espectáculos eram pagas, ainda que a preços simbólicos. Mesmo assim, em cada sessão apresentada por esse grupo de teatro, habilmente ensaiado pelo Pe. Ernesto, era garantida casa cheia, numa prova evidente do elevado interesse que, naqueles tempos, havia aqui pelo teatro.

Célebre ficou, entre as actuações do Grupo de Teatro do Gerês, o Sarau de Carnaval levado a efeito pelas 21 horas do dia 19 de Fevereiro de 1950 do qual, por feliz coincidência conseguimos, há tempos, descobrir, zelosamente conservado, o panfleto da divulgação do respectivo programa no meticoloso “arquivo geresiano” do mais uma vez citado Armando Lopes.

Por se tratar de um documento, supomos que inédito, e por isso, histórico, justo será reproduzi-lo integralmente, não só porque muitos dos seus figurantes ainda são vivos, como também para que sirva de eventual exemplo para a juventude geresiana de agora.

O referido Sarau, levado a efeito no domingo de Carnaval de



1950, constou de três partes. A primeira, foi preenchida com um melodrama composto de três actos, intitulado “*Os dois jovens cativos*”, da autoria de A. Lebardin. Os papéis de Rodolfo, o capitão, foram representados por António Manuel da Silva (António das Luzes); o de Pedro, lugar de tenente, por Carlos A. Bastos (Carlos Marceneiro); o de Sterno por Luís Ribeiro de Abreu (filho do Mestre Abreu); o de Conde de Lausfelde por António Fernandes Vieira (marido da Sra. Maria da Conceição); o de Alfredo, filho do conde, por Maria de Fátima Rodrigues (Fátima das Almas) e o de Frederico por Maria Leopoldina Almeida Lopes (Mariazinha Lopes). Entraram em cena ainda alguns *bandidos*, cujos nomes não aparecem mencionados.

A segunda parte teve a abri-la uma comédia em um acto, com o título “*Um Charlot Barato*”, em que actuaram as seguintes personagens e actores: Charlot – Francisco Alves do Monte; Luiza – Judite de Lurdes Ribeiro; Dentista – José Silva Araújo; Jardineiro – Lino Miranda Capela; Bernardino – Ismael Pereira Guimarães; Polícia – Luís Ribeiro Abreu; Bufarinheiro – Viriato da Silva; Xixaxa – Américo da Silva; Pasteleiro – António Tomás Rebelo. Como *garotos* intervieram Aarão Antunes Gonçalves, José Gonçalves e António Guedes Ferreira.

Os intervalos entre-actos foram preenchidos com recitativos a cargo das meninas (de então...) Maria Antonina da Silva, Maria Edwiges da Silva (filhas da D. Pátria), Branca Rebelo Azevedo (Branquinha) e do menino António Baltazar (Toneca), que apresentaram, respectivamente, “*Edital*”, “*Boneca Partida*”, “*À morte ninguém escapa*” e “*Picadinho das Bexigas*”.

Este inolvidável Sarau de Carnaval teve a encerrá-lo, com chave de ouro, um Acto de Variedades, composto por um Vira, como solos e coro, Monólogos por António Tomás Rebelo (*Braz e marretão*) e António Manuel da Silva (*Tónio do Foguete*) e ainda a “*Desfolhada*”, com solo e coro a cargo, respectivamente, de Maria Leopoldina Almeida Lopes, Maria de Fátima Rodrigues, Judite de Lurdes Ribeiro,

Ilda da Conceição Miranda, Maria Miranda Capela, Graça Ribeiro, Maria Teixeira e Maria Antonina Silva.

Todos estes intérpretes foram acompanhados, segundo se poderá ler neste precioso documento para a história cultural desta vila termal, pela Orquestra do Gerês, da qual faziam parte, entre outros, Alfredo Costa (bandolim e violoncelo), João Capela (violino), António Manuel Silva e Tião (acordeão) e Francisco Marceneiro (viola).

Além destes executantes, e em breve parêntesis, recorda-se que havia ainda outros, como o "Tinta Fina", exímio tocador de concertina, o Joaquim do Cavaquinho, que apelidaram com o nome do instrumento musical que adorava e, mais tarde, o João do Carlinhos também tocador de concertina, todos eles animando bailaricos junto ao bairro da Assureira ou na Colunata Honório de Lima, nas tardes domingueiras de Inverno.

Como notas à margem deste Sarau carnavalesco refira-se, a demonstrar a sua organização, que o uso de "confetti" e serpentinas só foi permitido nos intervalos e no acto de variedades, estando a ordem mantida por uma força da GNR.

Em termos de receitas, estas renderam a quantia de 2.035 escudos, enquanto as despesas se ficaram pelos 1.559 escudos e 20 centavos. As despesas foram assim discriminadas: Carlos Marceneiro – 270\$00, António Gomes – 90\$00, Arlindo Lago – 137\$00, José Campos – 52\$20, Firmino Capela – 15\$00, João Capela – 55\$00, Hermínio Fernandes – 115\$00, Albina Miranda – 29\$00, Casa Almeida – 169\$00, Empresa Hoteleira – 115\$00, GNR – 100\$00, Papel – 82\$50, Bilhetes – 20\$00, Programas e fitas – 70\$00, Telefonemas por causa do casino e cabeleireiro – 51\$50, Gorgetas – 20\$00, Viagem aos músicos – 50\$00, Silva Araújo – 20\$00, Encadernação de livro – 15\$00, Vidro – 30\$00, Cadeira – 30\$00, Bilheteiro – 10\$00, Correio – 3\$00, Cabeleireira e batons – 50\$000.

O registo destas despesas esteve a cargo do Sr. António das Almas.

As verdadeiras origens do futebol geresiano

Fenómeno que, a partir da Inglaterra, despoletou num ápice por todo o mundo, até se tornar no desporto-rei universal, o “vírus” do futebol chegou ao Gerês nos anos 30 do século passado. De forma embrionária e muito elementar é certo, sem treinos, nem equipamentos, nem campo de jogos, nem tão pouco uma bola de capão ou de borracha – verdadeiros luxos para aquela época... -, mas com a inesquecível bola de trapos pacientemente enrolados a servir de engodo e a dar oportunidade ao despertar de vários “craques” geresianos que ainda hoje são recordados com saudade nas tertúlias locais.

Ao contrário do que se tem referido e escrito, sem qualquer fundamento, o futebol no Gerês não começou a ser praticado “há mais de 100 anos”. Uma tremenda asneira ou inverdade já que os maiores clubes de futebol portugueses de Lisboa e do Porto pouco mais têm que essa idade, em termos de prática futebolística. E quem, com o senso comum, poderá acreditar que a prática do futebol no Gerês se iniciou antes ou até na mesma época em que começou a ser praticado nas maiores cidades portuguesas?

Embora não existam documentos históricos que o comprovem, numa entrevista que, em Junho de 1996, nos concedeu o saudoso Virgílio Ribeiro, neto de uma das primeiras famílias que assentaram arraiais, de forma permanente, nesta vila termal – seu avô paterno, António Joaquim Martins Ribeiro fundou aqui, em 1885, o Hotel Ribeiro – e um dos “cabouqueiros” dessa modalidade desportiva entre nós, revelou-nos que o futebol no Gerês começou a ser praticado, ainda que de forma rudimentar, nos anos trinta (1933/1935) e depois teria um surto de desenvolvimento por ocasião da II Grande Guerra Mundial (1938-1945), muito por influência dos inúmeros trabalhadores que, nessa época, vieram explorar o volfrâmio nas minas dos Carris, nessa altura propriedade da Sociedade

Mineira dos Castelos, de capital alemão, com a particularidade de muitos dos jogos de futebol e até de voleibol, nesses tempos, se disputarem nos Carris, na zona das Abrótegas.

Além do Virgílio Ribeiro, foram pioneiros da prática do futebol no Gerês, na referida época, e entre outros, os geresianos César, Cândido e Fernando Santos (os irmãos Batoca), o Serafim do



FC Gerez - 1935

Lino, o António Baltazar e seu irmão Ernesto que, apesar de ir muito jovem (12 anos) trabalhar na restauração em Lisboa, vinha cá dar uma “perniha” sempre que lhe era possível, o mesmo sucedendo com o Serafim do Lino. Foram eles que formaram a primeira equipa aqui existente, denominada “Futebol Clube do

Gerez”, cujo “capitão” era o António Baltazar (o último, de pé, do lado direito, na foto anexa). Foram jogar duas vezes a Vieira do Minho e uma à Póvoa de Lanhoso, obtendo duas vitórias (2-0 e 3-1 e uma derrota por 2-4).

Como não havia, nesse tempo, campo de jogos, os aficionados pelo futebol jogavam-no em qualquer lado, não só na rua, como na antiga praça ou no largo da Pereira, onde hoje existem as actuais instalações desportivas do Grupo Desportivo do Gerês.

A semente do futebol estava, assim, lançada em terras geresianas e poucos anos depois, na segunda metade da década de 40, embora continuando sem campo próprio, mas já com equipamentos alugados, existiu aqui uma equipa famosa, onde sobressaiu pela sua técnica apurada, o Quim do Dias, o qual, levado pela mão amiga

do António Baltazar, chegou a ir prestar provas no velhinho Campo da Ponte, perante os técnicos do Sporting de Braga que se mostraram interessados nos seus serviços. Só que por influência de sua mãe, dada a imagem de boémios que, nesses tempos, era atribuída aos jogadores de futebol, o Quim do Dias acabou por desperdiçar a oportunidade de singrar nessa carreira, tantas eram as qualidades que lhe eram reconhecidas.

De acordo com um artigo publicado por Armando Pinto Lopes na edição do “Geresão” de 20 de Dezembro de 1998, sob o título “O Gerês há meio século”, na época de 1948 dessa equipa faziam parte também o Pego, o Mário Chavola, o Tone Mineiro, o Arnaldo Mouta, o Manuel Pires (de Caniçada) e os irmãos Armando e Gaspar Pinto Lopes. Disputaram diversos jogos não só no Vilar da Veiga, como em S. João do Campo (onde venceram por 10 a zero...), em Caniçada (onde defrontaram a equipa do Vieira perdendo por 3 a 7) e em Amares, contra a equipa de Sta. Maria de Bouro, ganhando por 2-1.

Além das dificuldades de toda a ordem então existentes, os futebolistas geresianos debatiam-se ainda com a falta de meios de transporte, sendo o mais frequente a bicicleta de pedal que, constituía, por assim dizer, uma espécie de pré-aquecimento para o jogo que pouco tempo depois se iria disputar... Para esse jogo contra o Sta. Maria de Bouro, porém, realizado num campo junto à antiga serração de Amares, toda a equipa, composta por 15 elementos, entre titulares e suplentes, se fez deslocar num velho “BUICK” descapotável que o Mário Chavola conduzia no transporte do carvão que era produzido na serra e daqui era levado para Braga e o Porto, onde tinha muita procura como combustível para se cozinhar, uma vez que as botijas de gás, ainda não existiam, nessa altura, em Portugal.

A viagem até Bouro, com a estrada em macadame toda esburacada, e com o roncar do potente motor daquele “machimbombo”

a troar pelos ares, entre uma poeirada infernal e a algazarra dos respectivos passageiros, provocaria o susto e o espanto entre os adultos e crianças das povoações por onde passava. E até as galinhas, que nesses tempos andavam à solta, assustadas, fugiam espantadas a cacarejar, tão grande era o “tornado” que se fazia sentir...

Nesse célebre jogo, a equipa do Gerês de 1948 alinhou, e de acordo com a gravura anexa, da seguinte maneira: *De pé* – Pego, Parceirinho, Quim do Dias, Manecas, Mário Chavola e Armando

Lopes; *De joelhos* – José Teixeira, Tone Mineiro, Arnaldo Mouta, Gaspar Lopes e Manuel Pires.



Equipa de 1948

De salientar que o Parceirinho e o Manecas eram dois vilaverdenses aprendizes na alfaiataria do Bichinho; o José Teixeira, natural de Entre-os-Rios, encontrava-se, nessa altura, a trabalhar para a HICA nas barragens da nossa região e o Manuel Pires, embora natural de Caniçada, era naquele tempo marçano na mercearia que existiu no rés-do-chão da Pensão Geresiana, onde agora funciona um café.

A talhe de foice, recorda-se que, em 18 de Junho de 1994, por

ocasião das comemorações do III aniversário da elevação do Gerês à categoria de vila, a comissão organizadora prestou uma significativa homenagem a dois dos antigos futebolistas geresianos lá presentes, no caso o Virgílio Ribeiro e o Joaquim Dias, a quem foram entregues duas artísticas taças de porcelana, respectivamente pelo Miguel Pereira Guimarães e pelo Armando Pinto Lopes, em reconhecimento do contributo por ambos concedido à causa do futebol geresiano, numa altura em que se estava a disputar mais um campeonato do mundo dessa modalidade.

Após o fulgor revelado, durante vários anos, pela citada equipa, que chegou a incluir também, nalguns jogos, o António Capela, no lugar de defesa, em meados da década de 50 outra fornada de jogadores tecnicistas viria a surgir no Gerês, dentre os quais ressaltou a figura fulgurante do João Guedes que, segundo a opinião de testemunhas insuspeitas, constituiu, a par com o Quim do Dias, da geração anterior, a dupla de futebolistas geresianos de maior craque em todos os tempos.

A falta, porém, de condições mínimas para a prática de futebol no Gerês continuava a registar-se. O largo onde outrora tinha existido o Hotel Internacional, tragicamente devorado por um incêndio em 6 de Janeiro de 1934, e antes de lá ter sido instalado o posto de combustíveis, era o campo de treinos habitual enquanto não surgissem as temidas fardas da GNR, cujos soldados não perdoavam tal infracção, passando multas de 30\$50 a cada infractor. Para as evitar – era ingrata a vida nesses tempos... - “fugia-se” para o Videeiro, junto à bifurcação da estrada que dá para a Portela do Homem, para a Pereira ou até para a Volta da Cera, tão grande era o vício pelo “pontapé na bola” que aqui existia. Por isso, os jogos a valer eram disputados sempre extra-muros, fosse no Vilar da Veiga, em Rio Caldo, em Caniçada ou nas terras dos clubes adversários.

A terceira gravura diz respeito, precisamente, a uma dessas

deslocações que, pelas razões acima invocadas, os geresianos eram obrigados a efectuar para “fazerem o gosto ao pé”...

O jogo foi disputado, em 1957, em Vieira do Minho contra a equipa local, nesse dia fortemente endiabrada, ao impor uma rotunda goleada à sua congénere geresiana (9-1). Num desafio de má memória para as hostes geresianas, a nossa equipa, com calções brancos e camisolas pretas, arranjadas à última hora, alinhou da seguinte forma: Ricardo (de Vila Verde), Carlos Guedes, João Guedes, Berto da Silvana e Taleta; Pego, João Vieira e João do Humberto; Geninho do Aarão, Ismael e João Mouta. Não alinhou neste desafio, por incapacidade física, o Salvador do Bichinho, titular habitual, e serviu de treinador (o último de pé, no lado direito da foto) o Alfredo Guedes.



Equipa de 1957

A geração seguinte, nos anos 60/70, continuou a sofrer da falta de condições já apontadas, o que não impediu, apesar de tudo, que alguns valores se revelassem, tais como o Luís Ribeiro Peixoto, o Salustiano Vieira, o Sidónio Silva, o Zé Gato, o Armando Cruzeiro e o Quim do Veríssimo. Mais tarde, o Luís do Humberto foi o valor mais destacado entre os futebolistas geresianos da sua geração,

chegando a defender as cores azuis e brancas do F.C. Amares como federado.

Com a cedência, pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês, do recinto da Pereira, foi possível, finalmente, a criação, em 1975, do Grupo Desportivo do Gerês, o qual desde então, e salva uma ou outra interrupção, passou a disputar os campeonatos distritais da Associação de Futebol de Braga, encontrando-se presentemente na respectiva Divisão de Honra.

A Empresa Hoteleira...

Entidade intimamente ligada ao desenvolvimento desta vila termal ao longo do século XX, e aos mais diversos níveis, a Empresa Hoteleira do Gerês, Lda, completou, em 15 de Dezembro de 2006, oitenta anos de existência. Uma data assás significativa, sem dúvida, que justificou merecida comemoração já que na vida das instituições como na das pessoas, efemérides existem que representam verdadeiros marcos indeléveis nos respectivos historiais.



Um historial, aliás, extremamente rico e plurifacetado, o da Empresa Hoteleira, formada por homens e mulheres que, embora não sendo daqui naturais, deram, durante estes oitenta e cinco anos, o melhor do seu esforço e do seu entusiasmo pelo engrandecimento dessa sociedade e, concomitantemente, pelo progresso do Gerês.

É de inteira justiça, portanto, que se evoquem todos quantos, ao longo desses anos, lutaram pela afirmação e valorização da EHG, desde os sócios fundadores aos actuais, sem esquecer as levas sucessivas de funcionários que, a seu modo, deram também o contributo imprescindível para que esta empresa singrasse e se impu-

sesse, no decorrer dos tempos, à consideração de todos os que, com ela, tiveram o privilégio de lidar ou de trabalhar.

Constituída em 15 de Dezembro de 1926, a Empresa Hoteleira do Gerês teve como sócios fundadores Luís Pereira de Sá Sotto Mayor, Fernando Castelo-Branco, Gaspar Ribeiro Pereira e José de Oliveira, sendo o capital social de 500 mil escudos, cabendo a cada um desses sócios a quota de 125 mil escudos. O património geresiano desta empresa era, no seu início, formado pelo Hotel do Parque, Hotel Universal e Hotel Moderno.

Cerca de um ano depois, em 14 de Dezembro de 1927, registou-se a entrada de quatro novos sócios, respectivamente Ruy Vieira Lisboa, Eurico Ribeiro Pereira do Sameiro, Roberto Ribeiro Pereira do Sameiro e Vasco Santiago Pereira Ribeiro do Sameiro – estes três últimos oriundos de Rossas, Vieira do Minho, sendo o Vasco um renomado corredor internacional de automóveis naquela época – com uma quota individual de 125 mil escudos, o que passaria o respectivo capital social para um milhão de escudos.

Em 4 de Dezembro de 1928, a EHG procedeu ao arrendamento da garagem “Auto-Palace” e suas oficinas (“Reparadora”) na Avenida da Liberdade, em Braga, onde mais tarde funcionaria “O Nosso Café”, e a garagem Essex, anteriormente Barroso, sita na Rua Cândido dos Reis (hoje Rua dos Chãos), onde posteriormente funcionou, durante várias décadas, a garagem daquela empresa, sendo tal arrendamento feito à firma “Sameiro & Costa”, daquela cidade.

Com o falecimento, em 3 de Setembro de 1930, do sócio Luís Pereira de Sá Sotto Mayor, foi nomeado sócio Gaspar Ribeira Pereira do Sameiro para o substituir na gerência. Em 14 de Fevereiro de 1931, consumou-se a alienação da quota do sócio fundador Ruy Vieira Lisboa a favor do major Celestino Pereira Castilho, o mesmo vindo a suceder com a quota pertencente a Luís Sotto Mayor que seria, em 18 de Fevereiro de 1932, alienada pela viúva a favor do sócio Gaspar Ribeiro Pereira do Sameiro.

Ainda em 1932, a EHG adquiriu aos herdeiros de Júlio de Almeida Maia, donos do Hotel Maia, o actual Hotel das Termas, que anteriormente se denominou Hotel Araújo e Hotel Santos e tinha sido comprado, em 1917, a Carlos Santos pelo fundador do Hotel Maia.

Em 16 de Setembro de 1933, com a cedência de 3/5 partes da quota de Celestino Pereira Castilho, no valor de 75 mil escudos, a outros sócios, o capital social ficou assim distribuído: Gaspar Sameiro (265 contos); Eurico Sameiro (140 c.); Roberto Sameiro (140 c.); Vasco Sameiro (140 c.); Fernando Castelo-Branco (140 c.); José de Oliveira (125 c.) e Celestino Castilho (50 c.), num total de um milhão de escudos.



Comendador Carvalho Guerra

Em 28 de Maio de 1935, a Empresa Hoteleira, que já vinha, há alguns anos, a explorar a carreira de transportes colectivos entre Braga e o Gerês, com saída da já referida Auto-Palace, adquiriu uma sua concorrente da linha do Gerês, denominada “Auto Viação do Gerês, Lda.”, pertencente a António Marinho,

tendo cedido uma quota de mil escudos ao empregado Eduardo Sá Ramos, da referida “Auto Viação do Gerês”.

Acontecimento relevante para o progresso destas termas dar-se-ia em 15 de Fevereiro de 1937, quando a EHG decidiu complementar a rede da energia eléctrica do Gerês com a instalação da Central da Quinta dos Veados (Quinta do Alemão), onde foi construído um enorme tanque que abastecia de água as turbinas e dínamos instalados junto da antiga serração de madeira, também propriedade da mesma empresa. Mas antes, essas turbinas, propriedade da “Photographia Nacional”, de que falaremos oportunamente, funcionaram a jusante do ribeiro da Cascata, nas traseiras do Hotel

Moderno, mesmo junto ao rio, do lado poente, sendo a água conduzida através de um funicular a partir de um tanque que aquela entidade mandara construir numa leira da Arnassó, adquirida a Hermínio Ribeiro.

Em 26 de Fevereiro de 1938, a firma bracarense “Silva Nunes & C.^ª”, armazenista de mercearia, e da qual faziam parte Adelino Correia, Domingos José Afonso, Gonçalo Telo Nunes da Costa, Dr. Manuel António Braga da Cruz e António Carvalho Guerra, adquiriu as quotas de Gaspar Sameiro, Roberto Sameiro, Eurico Sameiro, Vasco Sameiro e Celestino Pereira Castilho e parte das quotas de Fernando Castelo-Branco e de José de Oliveira.

Entretanto, em 26 de Março de 1941, o sócio “Silva Nunes & C.^ª” alienou uma quota de 210 contos, vendendo-a, repartida em três quinhões de 70 contos, ao Dr. Augusto Correia, Dr. Manuel Braga da Cruz e a Gonçalo Nunes da Costa.

Procurando valorizar cada vez mais o seu considerável património, a EHG adquiriu, em 30 de Maio de 1941, a Hermínio Ribeiro, o Hotel Ribeiro e terrenos anexos, contraindo para esse efeito um empréstimo à Caixa Nacional de Crédito.



Dr. Manuel Braga da Cruz

Nova alienação de quotas se registou em 28 de Julho de 1942, desta vez com o sócio fundador Fernando Castelo-Branco a vender a sua quota de 80 mil escudos à firma “Silva Nunes & C.^ª”. Em acta de 5 de Junho de 1944, é expresso um voto de pesar pelo falecimento do sócio Domingos José Afonso, proprietário de um mercearia na Rua dos Capelistas, em Braga, assim como a renúncia à gerência de Gonçalo Nunes, por razões de saúde.

O engrandecimento da EHG prosseguiu, em 13 de Novembro

de 1949, com a aquisição, a Vasco Sameiro, do prédio da Rua dos Chãos, n.º 38, em Braga, onde funcionava a Garagem Essex, bem como em 28 de Fevereiro de 1950, o prédio n.º 40/44, na mesma rua. Em 23 de Setembro de 1953, falece o sócio Gonçalo Nunes. Em 20 de Julho de 1954, o Dr. Augusto Correia cedeu a sua quota de 70 mil escudos a seu filho, Adelino Correia, a qual, em 4 de Março de 1957, foi cedida a favor do Dr. Manuel Gomes de Almeida (20 contos); Dr. Asdrúbal Cortez Baião Pinto (20 contos); Dr. Manuel Simões Carrelo (20 contos); e Dr. Teófilo Esquível (10 contos). Em 1 de Fevereiro de 1956, é expresso novo voto de pesar pelo falecimento do sócio fundador José de Oliveira.



Dr. Manuel Gomes de Almeida

Os sócios Drs. Manuel Gomes de Almeida, Teófilo Esquível e Manuel Braga da Cruz são nomeados gerentes em 11 de Novembro de 1957 e em 2 de Março de 1959 iniciou-se a montagem do elevador do Hotel do Parque, o primeiro a ser instalado no Gerês. Pondo fim a um período de relevantes serviços prestados à população do Gerês e sua região, em 24 de Março de 1962 foi encerrado o armazém de mercearia e drogaria que, durante bastantes anos,

funcionou num pequeno prédio existente entre os hotéis Universal e Termas.

Mas a maior surpresa desse famigerado ano de 1962 surgiria em plena madrugada da noite de 1 para 2 de Setembro em que um brutal incêndio iniciado nos fundos do Hotel Moderno devorou totalmente esse hotel e parcialmente os hotéis Ribeiro e Termas, vindo estes dois últimos a ser recuperados posteriormente.

As quotas do sócio "Silva Nunes & C.^ª" foram adquiridas, em 6 de Abril de 1963, por António Carvalho Guerra, D. Maria das Ne-

ves Araújo Afonso Gomes de Almeida e D. Teresa de Araújo Afonso Esquível.

Em reunião de 2 de Novembro de 1964, a acta assinala a participação na mesma de Ernesto Cirilo, representante da firma "Cirilo & Irmão, SA", sedeadada em Luanda, Angola, e que conjuntamente com o Dr. Manuel Gomes de Almeida, detinham, nessa altura, 100 por cento do capital social da EHG. Em 30 de Março de 1965, as contas desta empresa são aprovadas apenas por estes dois sócios. Mas pouco tempo depois, Gomes de Almeida adquire a quota de Cirilo & Irmão e em 27 de Julho desse mesmo ano, surgem como sócios da EHG: Dr. Manuel Gomes de Almeida (quota de 700 contos); D. Maria das Neves Afonso Gomes de Almeida (100 c.); Dr. José Manuel Afonso Gomes de Almeida (100 c.); Raul Pinto Machado (50 c.) e Alberto Braga Costa (50 c.), sendo estes dois últimos genros do Dr. Teófilo Esquível.

Em 30 de Março de 1966, houve aprovação de contas pelos sócios Dr. Manuel Gomes de Almeida, D. Maria das Neves A. Gomes de Almeida, D. Maria Manuela Gomes de Almeida Pinho e Dr. Daniel Gomes de Pinho. Mas durante esse mesmo ano, o Dr. José Manuel Gomes de Almeida dividiu em duas a sua quota de 100 contos e cedeu 50 contos ao seu cunhado, Dr. Daniel Pinho e irmã D. Maria Manuela Gomes de Almeida Pinho enquanto Raul Pinto Machado e Alberto Braga da Costa cederam as suas quotas à D. Maria das Neves Afonso Gomes de Almeida.

O falecimento, em 14 de Agosto de 1972, do Dr. Manuel Gomes de Almeida obrigaria a que, em 19 desse mês, fossem nomeados sócios gerentes da EHG os sócios D. Maria das Neves Gomes de Almeida e o Dr. José Manuel Gomes de Almeida.

Em 1998, passaram a ser únicos sócios desta empresa, por cêdência das quotas dos restantes, o Dr. José Manuel Gomes de Almeida e seus filhos, Manuel Afonso Carvalho Gomes de Almeida e Bernardo de Viterbo Gomes de Almeida, tendo nesse ano, o ca-

pital social da EHG aumentado de 1 milhão de escudos para cem milhões de escudos, com a seguinte distribuição: Dr. José Manuel Gomes de Almeida (74 milhões de escudos); Manuel Afonso Gomes de Almeida (13 milhões de escudos) e Bernardo Gomes de Almeida (13 milhões de escudos).

Contudo, com o falecimento prematuro, em 26 de Outubro de 1989, do sócio majoritário, Dr. José Manuel Gomes de Almeida, a EHG passou a dispor dos seguintes sócios: Manuel Afonso Carvalho Gomes de Almeida (35%); Bernardo Viterbo Gomes de Almeida (35%); D. Maria Gabriela Ferreira Viterbo Gomes de Almeida (20%); Carlos Alberto Castro Pinto Oliveira (5%) e D. Maria Ernestina Santos Lopes (5%).

O capital social actual da EHG é de 1.000.500,00 euros, sendo todos os sócios também gerentes.

Administração única para todos os hotéis...

Poucas serão as pessoas, pensamos nós, que têm conhecimento de que, ao contrário de hoje, a exploração dos vários hotéis existentes no Gerês, quer os pertencentes à Empresa Hoteleira, quer os de domínio privado, exceptuando o Hotel Internacional (ex-Anselmo), há setenta e mais anos atrás foi processada por um único Conselho de Administração, composto por nove representantes dessas unidades hoteleiras, em regime proporcional, cabendo, porém, a sua gerência à referida EHG, de acordo com um contrato estabelecido em 1932.

Nesse contrato, participaram como outorgantes a Empresa Hoteleira do Gerês, como dona da exploração dos hotéis do Parque, Universal e Moderno; Hermínio Ribeiro, na qualidade de proprietário do Hotel Ribeiro; e Augusto Maia e Irmãos, como donos da exploração dos Hotéis Maia e das Termas.

Posto em prática tal contrato na época termal de 1932, os referidos outorgantes faziam a exploração das respectivas unidades hoteleiras da seguinte forma (e citamos):

Primeira – A exploração hoteleira será dirigida por um Conselho de Administração composto de nove membros, dos quais quatro representarão o primeiro outorgante (Empresa Hoteleira); dois o segundo outorgante (Hermínio Ribeiro); e três o terceiro outorgante (Augusto Maia e Irmãos). As deliberações deste Conselho, quando constando da acta assinada pelos seus nove membros, serão soberanas, ainda mesmo quando contiverem doutrina contrária ao que neste contrato fica estabelecido; em antes do princípio da época termal, os outorgantes do presente contrato lavrarão uma acta na qual ficarão indicados quem serão os seus representantes naquele Conselho e os seus substitutos no caso de impedimento dos primeiros.

O referido Conselho deverá reunir, pelo menos, uma vez, por semana e, quando tomar deliberações, deverão estas constar de acta assinada por todos os membros ou por aqueles que constituírem a maioria;

Segunda – A este Conselho de Administração, que funcionará sem direito a qualquer remuneração, compete a orientação, fiscalização e direcção geral da exploração, pois que a sua gerência, isto é, a realização da exploração ficará a cargo da Empresa Hoteleira, que à mesma aplicará a sua organização, os seus métodos e a sua disciplina; esta gerência será sempre, porém, orientada e fiscalizada pelo Conselho de Administração;

Terceira – Os três outorgantes serão obrigados a apresentar no princípio da época, devidamente reparados, limpos, arrumados e apetrechados os seus hotéis, bem como os quadros do seu pessoal devidamente organizados, de forma a que esteja pronto a apresentar-se logo que seja necessário; a gerência técnica dos hotéis será também escolhida por cada um dos outorgantes e será remunerada

na proporção que o Conselho de Administração fixar, devendo as remunerações do restante pessoal ser estabelecidas de acordo com os usos e costumes anteriores;

Quarta – Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, nos termos da cláusula primeira, os períodos máximos em que cada um dos hotéis deverá funcionar são os seguintes: Hotel Maia – de 15 de Maio a 31 de Outubro; Hotel Universal – de 15 de Maio a 31 de Outubro; Hotel Ribeiro – de 1 de Junho a 30 de Setembro; Hotel do Parque – de 15 de Junho a 30 de Setembro; Hotel das Termas – de 1 de Julho a 30 de Setembro; Hotel Moderno – funcionará como sucursal do Hotel do Parque.

Quinta – O Conselho de Administração, quando por unanimidade de votos, poderá tomar de arrendamento qualquer outro hotel, hospedaria ou pensão que exista no Gerês, para lhe dar a aplicação que entenda por conveniente;

Sexta – Todos os fornecimentos de géneros e mercadorias de qualquer espécie, necessárias ao funcionamento dos hotéis serão fornecidas pela Empresa Hoteleira que, sobre os preços de factura em Braga (ou no Gerês para as que forem aí adquiridas), cobrará a comissão de 10%. Esta comissão é destinada a compensar aquela Empresa por todos os trabalhos de gerência, despesas de transporte e aquisição de mercadorias e a indemnização pela cedência das suas instalações do Gerês e de Braga para escritórios, armazéns, oficinas, matadouro e frigorífico e ainda para a compensar de todas as despesas de pessoal de escritório e armazém (ao qual, os hotéis apenas fornecerão alimentação e alojamento gratuitos) e ainda às despesas de expediente, e que não sejam os encargos comuns de anúncios, corretagens, rendas a terceiros e quaisquer outros que o Conselho de Administração entenda não pertencer à referida Empresa.

Sétima – Se a matança de gado se fizer por conta própria, a Empresa Hoteleira será obrigada a fornecer a carne aos hotéis ao

preço por que a receber “ a arrobar ” do fornecedor, com o aumento de 10%, ficando, porém, os couros propriedade comum para serem vendidos no fim da época.

Oitava – No caso da Empresa Hoteleira montar o frigorífico para o serviço comum, será o peixe fornecido como acima se estabelece, com 10% sobre o preço da factura, posto em Braga, sempre, porém, com um mínimo de um escudo em Kilo para indemnizar a mesma Empresa do encargo da realização deste melhoramento.

Nona – A arrecadação de todas as receitas da exploração será feita pela Empresa Hoteleira que a esse fim montará uma escrita especial, na qual creditará as provenientes das hospedagens de todos os hotéis e quaisquer outras que eventualmente surjam e debitará todos os fornecimentos feitos e demais encargos da mesma exploração; a percentagem sobre os lucros ou prejuízos da exploração será distribuída pelas três entidades outorgantes, que é a seguinte: 1.^a outorgante – Empresa Hoteleira – 61%; 2.^a outorgante – Hermínio Ribeiro – 14,8%; 3.^a outorgante – Augusto Maia e Irmãos – 24,2%.

Décima – Por conta dos lucros prováveis da exploração, prendendo para estes um mínimo de 150 contos, poderão os segundos e terceiros outorgantes levantar, na proporção das suas percentagens, nas datas seguintes e por conta daqueles lucros prováveis: em 30 de Junho, 5%; em 31 de Julho, 15%; em 31 de Agosto, 20%; em 30 de Setembro, 10%, sempre contra aviso de crédito. Levantamentos estes que, assim, serão debitados em conta de cada outorgante, bem como quaisquer outros abonos ou encargos que, de comum acordo com a Empresa Hoteleira, tenham sido a débito da mesma conta, para encontrar com a quota de lucros que, pelo encerramento de contas, a cada um couber.

Este encerramento de contas deverá ser feito por todo o mês de Novembro, de forma que a 30 deste mês, tudo esteja encerrado e liquidado, do que será lavrada a competente acta assinada pelos representantes de todos os outorgantes.

Décima primeira – Para a fiscalização mútua de todas as cláusulas deste contrato, os segundos e terceiros outorgantes fornecerão dois empregados da sua confiança para o escritório e armazém do primeiro outorgante no Gerês, os quais fiscalizarão tudo o que entendam e quiserem, com a obrigação, porém de, como quaisquer outros, trabalharem naquelas dependências dentro do régimen de disciplina e de obrigações do restante pessoal do primeiro outorgante. A sua acção limitar-se-á a comunicar, a quem de direito, qualquer irregularidade que verifique, em face do que o outorgante interessado, se quiser, promoverá imediatamente uma reunião do Conselho de Administração para esclarecimento e discussão do que se tiver passado. Igualmente os empregados de escritório dos hotéis do primeiro outorgante serão fornecidos pelos segundos e terceiros outorgantes e vice-versa os dos hotéis destes últimos, pelos primeiros.

Décima segunda – Cada um dos grupos terá direito a fornecer hospedagem a um certo número de pessoas de família, número este a fixar pelo Conselho de Administração. Além destas pessoas, poderá a gerência de cada hotel fazer as concessões que entender, por redução parcial ou total das contas dos respectivos hóspedes, contanto que mande, de tais concessões, a necessária nota para o Escritório Central que a levará a débito da conta do respectivo outorgante.

Décima terceira – Cada um dos outorgantes poderá, desde que assim lhe convenha, e mediante remuneração que o Conselho de Administração fixe, fornecer energia eléctrica para os seus hotéis.

Décima quarta – Caso convenha, o primeiro outorgante cederá para uma conveniente exploração, mediante o crédito pela importância por que for ajustada a cessão, o direito à exploração do Casino Moderno, com todas as suas dependências.

Através do balanço geral desta gestão conjunta dos menciona-

dos hotéis, efectuado em 16 de Novembro de 1932, registaram-se os seguintes resultados naquele ano:

Hotel Maia – Deve: 90.612\$08; Haver: 123.313\$34; Saldo credor: 32.701\$26.

Hotel Ribeiro – Deve: 136.841\$16; Haver: 204.667\$70; Saldo credor: 67.826\$54.

Despesas Gerais – Deve: 80.346\$19; Haver: 11.840\$85; Saldo devedor: 68.505\$34.

Hotel Universal – Deve: 182.549\$64; Haver: 274.368\$83; Saldo credor: 91.819\$19.

Hotel do Parque – Deve: 190.366\$17; Haver: 313.130\$77; Saldo credor: 122.764\$60.

Hotel das Termas – Deve: 48.505\$14; Haver: 74.626\$65; Saldo credor: 26.121\$51.

“Gérant” ou jarrão?

Pessoas de origem humilde, em geral, mas fiéis e dedicadas, os antigos porteiros dos nossos hotéis e pensões eram uma imagem de marca das respectivas entidades patronais. Apesar de analfabetos, em muitos casos, compensavam essa lacuna, impensável em nossos dias, com uma cortesia e boas maneiras que facilmente atraíam a simpatia e até a amizade dos seus hóspedes. Certo é que, nesses tempos, as exigências e os hábitos dos clientes não se comparavam, em certa medida, aos de agora. Mas não se pode nem deve esquecer que a aristocracia, médicos, engenheiros, capitalistas, escritores e empresários eram frequentadores habituais da nossa estância termal, alojando-se, na maioria dos casos, nos hotéis do Parque e Universal.

O ilustre geresiano que foi Augusto Sérgio de Almeida Maia, na sua obra “*Grandezas e misérias das Caldas do Gerez*”, publicada em

1967, fala-nos de alguns desses homens dedicados, muitos deles verdadeiros emblemas das instituições que serviam. No Hotel do Parque, recorda os porteiros Rodrigues, Hortas, João Campos, José Ribeiro (Guarda-Fios) e Agostinho. Do Hotel Ribeiro evoca os nomes do Barroso, José Custódio da Rechã, Aguiar e José Dias. Do Hotel Universal, enumera o Paulo, o Miguel e o Dias, a quem se refere em termos altamente elogiosos, como abaixo se verá. Descreve também o percurso de Manuel Joaquim da Mota que começou por ser porteiro do Hotel das Termas, passando depois para o Maia e, por fim, para o Hotel Moderno até ao incêndio que o devorou na noite fatídica de 1 de Setembro de 1962.

Mas em meados do século passado, outros porteiros aqui trabalharam, tais como o Manuel Lourenço na Pensão da Ponte, o António Manuel Alves (Sta. Comba) no Hotel Maia, o Alfredo Guedes na Pensão Baltasar, o Evangelista na Pensão Geresiana, o António de Bouro na Pensão Jardim e o Alfredo da Glória na Pensão Avenida. Claro está que, com o decorrer do tempo, estes homens foram dando lugar a outros, ou por decisão pessoal ou pelas vicissitudes da vida, não deixando, porém de, cada um à sua maneira, serem também simpáticas figuras típicas da nossa terra, embora a grande maioria deles não fosse daqui natural.

Porque a sua vinda para o Gerês está intimamente relacionada com o início da actividade da Empresa Hoteleira, criada em 15 de Dezembro de 1926, permita-se-nos, modéstia à parte, uma referência especial ao velho Dias, meu saudoso avô materno, que durante 48 anos foi porteiro do Hotel Universal com um zelo e dedicação exemplares. Melhor do que ninguém, Augusto Maia, seu grande amigo e que com ele trabalhou quando dirigiu, como gerente, esse hotel por mais que uma vez, descreve-o na sua já citada obra, da seguinte forma: *“António Dias de Oliveira já completou 40 anos de casa. Tem memória para nomes e fisionomias. Há que recorrer a ele como a um ficheiro, acerca de qualquer cliente que há muitos anos cá esteve. O Dias*

serve para quase tudo. A sua solicitude pelo hóspede obtém-lhe o que este deseje, quer se trate de ervas medicinais, mel ou frutos, quer de arranjar criadas para patrões ou patroas para criadas. Dá informações exactas; faz marcações nos consultórios; contrata táxis para excursões. Empresta copos graduados ou garrafas-termos para uma pressa. É prestável e insubstituível. Está para o Hotel como o oxigénio para o ar”.

Natural de S. Paio de Pousada, Braga, onde nasceu em 13 de Setembro de 1897, António Dias de Oliveira era filho de José Dias de Oliveira e de Isabel da Silva, da família dos Piscinas, naquela



António Dias

localidade, cedo começando a trabalhar nas terras e, depois do serviço militar na Serra do Pilar (Gaia) e Braga, trabalhou como feitor na Casa dos Troviscais, não sem, entretanto, procurar a mulher dos seus sonhos, Emília Pereira Veloso, uma bonita lavradeira natural de Vasconcelos, em Ferreiros, Amares, onde nasceu em 20 de Novembro de 1893. Só que, como era vulgar naquele tempo, e dada a distância, namorar apenas era possível ao domingo. Durante a semana, levado pelas saudades da sua amada, subia para o cimo de uma oliveira alta que havia próximo de sua casa, donde avistava a

torre sineira da igreja de Ferreiros e, consolado, dizia para consigo: *“Você daí me vê e eu de cá olho para si”*...

Depois de casar e do nascimento da primeira filha, Alice, nascida em 23 de Agosto de 1926, procurou melhorar as suas condições de vida vindo para o Gerês em Setembro desse mesmo ano, tendo a Empresa Hoteleira e o Hotel Universal como destinos. Aqui lhe viariam a nascer os outros três filhos: o Joaquim, a Maria da Glória (falecida em 14 de Setembro de 1945, vítima de tuberculose pulmonar, com 14 anos de idade) e a Guilhermina. Desde logo, procurou singrar na vida, não se remetendo aos magros réditos que a portaria do hotel lhe conferia durante a época termal, pois eram as gratificações a sua principal fonte de receita, enquanto que pela “guarda do hotel e lavagem de roupa” recebia 250\$00 mensais no Inverno. Por isso, e depois de ter tentado, sem sucesso, a exploração da Pensão Avenida e de uma taberna nos fundos da sucursal do Universal, dedicou-se à venda de ervas medicinais, de mel e de suínos que criava com as lavagens que comprava no hotel, durante o Verão. Também servia refeições na já desaparecida casa que habitava, por cima da antiga padaria e, mais tarde, nas instalações da antiga rouparia do Universal, nos meses de Inverno, fornecia a alimentação aos funcionários da Empresa Hoteleira ao preço de 14\$00 por refeição.

Amigo de ajudar os outros, trouxe para cá três sobrinhos: o Jacinto, o Quintino e o José Dias, constituindo os dois últimos aqui família. O hotel, porém, era a “menina dos seus olhos” e, por duas vezes, salvou-o de consequências mais funestas ao aperceber-se, a tempo, de dois inícios de incêndios registados em plenas madrugadas invernosas, correndo, em trajes menores, a pedir socorro aos padeiros, a trabalhar lá bem próximo que, solícitos, foram tocar o sino a rebate, lá comparecendo a maior parte da população a atacar o fogo provocado por curto-circuito na instalação eléctrica. Em cada dia de sol que surgisse, nos períodos chuvosos do Inverno, manhã cedo abria uma a uma, as janelas dos 102 quartos que o hotel então

possuía para, no final da tarde, as fechar. Nessa tarefa, ajudei-o muitas vezes. E já depois de, em 1974, ter deixado o seu posto, de casa de meus pais, onde passou a morar, se visse janelas do hotel abertas em dias de temporal, chorava com o desgosto de ver a “casa” onde viveu 48 anos a deteriorar-se.

Ao longo desse quase meio século, com o seu espírito de servir e a boa disposição que o caracterizava, passaram-lhe pelas mãos algumas gerações de hóspedes que nutriam por ele particular simpatia e estima. Embora analfabeto, apenas sabia assinar o seu nome, os seus patrões tinham-no em grande consideração, chegando o saudoso Dr. Manuel Braga da Cruz, antigo sócio da EHG, a mandar imprimir a cores um autocolante de promoção do Universal com a sua figura (ver pág. 14).

Era educado no trato com os clientes e mestre em fazer sala com as senhoras que adoravam ouvi-lo contar as múltiplas peripécias com ele passadas naquela casa. Uma delas teve como protagonista uma cidadã francesa hospedada no hotel e que, um dia, foi à recepção perguntar-lhe pelo *gérant* – palavra francesa cuja pronúncia correcta é *géran*. Mas ele, na sua santa ignorância, entendeu que lhe estava a pedir uma jarra, para colocar algum ramo de flores no quarto. E, como a tinha à mão, apresentou-lhe uma pequena jarra. A francesa soltou uma enorme gargalhada e insistia: *gérant! gérant!* Então, ele julgou que queria uma jarra ainda maior e foi buscá-la. O que fez a tal cliente redobrar as suas gargalhadas, sem deixar de pronunciar: *gérant! gérant! gérant!* Já fora de si, controlou-se e foi à sala de visitas do hotel, adornada naquele tempo com umas vistosas *despedistas* embutidas em enormes vasos de cobre, sempre a reluzir, e trouxe-lhe um deles. Foi o bom e o bonito! À francesa deu-lhe um ataque de riso de tal ordem que despertou a curiosidade doutros hóspedes que estavam próximos, um dos quais, que “arranhava” a língua de Victor Hugo, resolveu a questão dizendo ao Dias que a senhora apenas desejava falar com o *gerente* do hotel...

Doutra vez, a uma cliente do Universal morreu-lhe, durante a estadia, o seu periquito de estimação que ela mantinha, numa luxuosa gaiola, no seu quarto. Desgostosa com o triste desenlace, lembrou-se de arranjar uma embalagem almofadada para a defunta ave, toda perfumada, descendo com o “féretro” até à recepção. Em grandes prantos – que ele, ao recordar tal cena, imitava na perfeição... - a senhora pediu-lhe para ele, em jeito de despedida e homenagem póstuma, passasse com o dito defunto por todos os quartos de maneira que os restantes hóspedes tivessem a oportunidade de lhe fazer a despedida final. Sem se descoser, e porque sabia que isso iria servir de chacota geral, prometeu à enlutada senhora que tal faria. Só que, mal ela saiu para fazer o tratamento termal, mandou um dos grumos que com ele trabalhavam deitar ao caixote do lixo do hotel tão disparatada encomenda, sem que a interessada chegasse a saber do sucedido...

Mas, durante tantos anos a viver num casarão tão grande e, para mais, sozinho nos meses de Inverno, também sofreu os seus sustos. Um deles, que ele contava com piada, foi quando por alturas de Março/Abril, em que o hotel passava quase sempre por obras de conservação, acordou, madrugada alta, com um barulho esquisito. Estremunhado, a princípio julgou que tal barulho se passaria na rua. Mas, já mais desperto, apercebeu-se que aquele barulho cadenciado dava a sensação do bater das solas de sapato nos degraus de uma escada de madeira. E dormindo ele, nessa altura, num quarto do segundo andar, da parte sul, virada para o Termas, um dos acessos para essa zona do hotel era, realmente, feito através de uma escada interior, de madeira. – *Andam aí ladrões!* – pensou ele, amedrontado. Levantou-se, pegou numa pequena pistola que tinha nessa altura e, sem sair do piso em que estava, por uma questão de segurança, continuando a ouvir aqueles passos cadenciados estrategicamente, colocou-se na esquina do corredor do lado sul para ver se os gatunos apareciam. Passou nessa vigília o resto da madrugada e

só quando nasceu o dia é que desceu, a medo, até aos claustros. A primeira coisa que fez foi passar, a pente fino, as várias dependências do hotel para ver se dava falta dalguma coisa. Mas estava tudo normal. O que adensou, ainda mais, o mistério que acabaria, pouco depois, por ser desvendado: é que um dos trolhas que lá andavam nas obras, por esquecimento, não levara para casa, na véspera, a cafeteira em que trouxera o café para o pequeno almoço. Um gato faminto que, entretanto, se introduzira no hotel, foi dar com um resto de café que ficara na cafeteira e enfiou a cabeça no interior desta para beber as sobras. Mas não conseguiu retirar a cabeça do interior da vasilha. Aflito, e porque estava próximo da tal escada, que tinha nos extremos dos degraus uma chapa de protecção, o pobre do gato saracoteava-se escada abaixo, escada acima para ver se conseguia livrar-se de tão caricata situação. O que só acabaria por acontecer bastante tarde e a muito custo, como o comprovava o facto de a dita cafeteira, na manhã seguinte, ter sido encontrada bem distante do local onde havia ficado e... com os rebordos da parte de cima revestidos de pêlos de gato!...

Conversador exímio e amigo de fazer a vontade a toda a gente, - uma vez teve até de satisfazer o estranho pedido de um hóspede da Trofa que lhe pediu uma enorme quantidade de sapos para matarem a bicharada na sua quinta, o que conseguiu através do sr. Albino Moleiro - o Dias granjeou inúmeras amizades que ele sabia cultivar entre os seus hóspedes como poucos. Àqueles que mais considerava, por alturas do Natal nunca se esquecia de lhes manifestar a sua gratidão e apreço despachando-lhes pelo correio pequenas lembranças que sabia serem apreciadas, tais como azevinho, mel, chá e outros produtos locais. Um das contempladas, dada a consideração que sabia ser recíproca, era a D. Maria Pereira da Fonseca Pereira, uma distinta senhora natural de Tancos mas residente em Lisboa. Outros, entre vários, eram o Dr. Raul Madeira, de Soure, e Miguel Torga, pseudónimo literário do médico Dr. Adolfo Rocha,

a quem contemplava com umas meias de lã caseiras, que ele apreciava para ir à caça, linho, mel e presunto, e que, embora já saído do hotel, nunca deixou de o visitar até à sua morte, ocorrida em 1 de Setembro de 1979. Bem mais tarde, portanto, que minha querida avó materna, Emília Pereira Veloso, uma grande cozinheira e amiga dos pobres do Gerês, falecida em 20 de Abril de 1953, minada por doença cancerosa. Que Deus os tenha em eterno descanso!

Os fiéis amigos de Baco...

Esta nossa incursão sobre a história que, nas últimas décadas, aqui se desenvolveu e as gentes que lhe deram corpo e alma está a ser feita, há que o acentuar, com uma intenção apenas: a de que tantos factos e figuras, por vezes, anónimas tenham o registo devido, recordando-as aos mais velhos e divulgando-as aos mais jovens para que os vindouros possam ter um conhecimento mais aprofundado sobre a realidade geresiana ao longo do século XX. Sem dispensar, no entanto, uma referência aos muitos “Amigos de Baco” – o deus do vinho, segundo a mitologia grega – que aqui nasceram ou viveram...

Contudo, e porque nos pautamos apenas pelo relato de factos verídicos, não se pretende meter a ridículo ou menosprezar ninguém. E se, por vezes, se referem situações menos agradáveis de uma ou outra figura, isso não significa menos respeito para com elas, mas única e simplesmente, o relato fiel de acontecimentos ou de atitudes sem que, da nossa parte, seja feito qualquer juízo de valor. Apenas e só, repete-se, se referem factos, não necessariamente na totalidade, como é compreensível, mas aqueles que, na opinião de quem os descreve, poderão ser mais significativos e interessantes.

Centros de convívio, de longas cavaqueiras e, por vezes, tam-

bém de infindáveis bebedeiras, as tascas ou tabernas foram, durante muitos anos, locais imprescindíveis e de visita quase obrigatória nas nossas aldeias, vilas e cidades. Sem os intrusos dos televisores a concentrarem nas “caixinhas mágicas” todas as atenções, era lá que as pessoas se encontravam, no final de um dia de trabalho, à noite e nas longas tardes domingueiras. Era lá que, entre dois – ou mais... - copos ou tigelas de vinho, se falava de tudo um pouco, sem se pôr de lado, nunca, a inevitável má-língua a respeito do dia-a-dia local. Outros, tinham lá poiso marcado para prolongadas jogatanas de cartas ou de dominó, não raras vezes a dinheiro. E entre petiscos bem regados, frequentemente era lá ainda que, já com os cérebros turvados pela pinga, se registavam trocas de palavras azedas, que redundavam, quase sempre, em escaramuças ou zaragatas de pancadaria de “criar bicho”, como então se dizia na gíria popular.

À semelhança do que se registava no país, também no Gerês existia, nesse tempo, um razoável número dessas tascas ou tabernas. Assim, na Carvalha, em frente à arruinada “Casa Amarela”, havia a da Maria Manca; um pouco mais abaixo, no largo da Boavista, a do João Oliveira; e nos fundos da Pensão da Ponte, mesmo em frente à antiga ponte mandada construir, em 1912, pelos Serviços Florestais e Câmara Municipal, funcionava a taberna da Sra. Albina dos Moços.

Já na avenida principal, e no sentido Norte-Sul, na zona onde hoje se encontra o estacionamento do Hotel das Águas do Gerês (ex-Maia), funcionou a Pensão Portuguesa que dispunha também de uma taberna; um pouco mais abaixo, entre a Pensão Baltazar e a garagem do Parque, existia a tasca da Lídia Chavola; no centro, nas traseiras do rés-do-chão da Pensão Avenida, funcionava o popularmente designado “Café da Púcara” e, poucos metros abaixo, a tasca do Firmino Capela; no Rigor, existiram as tabernas da Céu e da Assunção Guarda-Fios, com esta, após a expropriação daquele

lugar, a passar-se para a Assureira, onde, entretanto, nos fundos da casa construída na zona do Banco do Ramalho pelo Firmino Capela, funcionou também uma taberna. Finalmente, no Fundo do Gerês, existiam as tascas da Gemina, do Hermínio e, no extremo do Beco do Ramalhão, ficava a tasca do Manuel Macedo (Batateiro), para quem a sua pinga era sempre uma “*promeira*”...

O considerável número de “capelinhas” – doze pelas nossas contas – onde os fiéis adeptos de Baco se reuniam, para se desdentarem e alegrarem os seus espíritos (não eram os romanos que já diziam: “*vinum laetificat cor hominis*”, ou seja, “*o vinho alegra o coração dos homens*”?...) que, há meio século atrás, existiam no Gerês, no mínimo faz supor que a clientela não faltava a tanta concorrência, tantos eram os apreciadores do “fruto da videira” que, curiosamente, e durante muitos anos, era para aqui transportado, em carros de bois, desde o Vilar da Veiga, Rio Caldo, Caniçada e Amares.

Com esta particularidade assás curiosa: é que os lavradores de Caniçada – nesse tempo, o verdadeiro alfobre que abastecia estas termas de produtos hortícolas, fruta e frangos, além da mão-de-obra diversificada nos hotéis e pensões – sempre que aqui vinham fornecer vinho aos seus clientes, e para não serem multados pelos cantoneiros de serviço ao longo do percurso, por alegada falta de condições que os carros de bois poderiam apresentar, não se deviam esquecer, nunca, de, em local seguro, trazerem uma palhinha adequada. É que, pelos vistos, tais cantoneiros não abdicavam de, aberto o batoque da pipa, e a contra gosto do respectivo proprietário, serem eles os primeiros a provarem, através de tão prático e eficaz recurso, a “pomada” que vinha no interior da avantajada vasilha... E se, por qualquer motivo, a palhinha fosse esquecida, havia multa pela certa...

Isto aconteceu até ao início da década de 50, quando começou a ganhar forma a actual albufeira da Caniçada, cujas águas inundaram os campos de cultivo mais férteis das referidas freguesias que

abasteciam, normalmente, os já mencionados “locais de culto” ao deus Baco em terras geresianas. Foi por essa mesma época que a maior parte dessas tabernas passou a ser abastecida directamente por um negociante de vinhos de Cabeceiras de Basto, de nome Gaspar Miranda.

A sua primeira viagem até ao Gerês, no fim de uma manhã quente de Verão nos começos da década de 50, constituiu aqui um acontecimento, certamente pelo aparato que o potente camião Volvo, berrantemente vermelho, carregado com várias pipas de vinho, oferecia a quem, até então, estava habituado a ver tal cenário reduzido a um simples carro de bois. Com esta diferença: como tal camião não subia à Boavista pela estreiteza do acesso, as pipas do vinho que se destinavam ao João de Oliveira eram roladas, pelos braços potentes dalguns homens, calçada acima, desde a ponte até ao respectivo estabelecimento.

Figura simpática, fisicamente avantajada, o Gaspar Miranda, que nunca prescindia do seu inseparável chapéu, tinha um jeito especial para saber vender os seus produtos, não só aqui como em Guimarães, Santo Tirso e Porto. Logo que chegava ao Gerês, dizia, normalmente, a origem do vinho que trazia, sabendo de antemão que ninguém iria desmenti-lo... Quando informava, por exemplo, que a “ferramenta” daquela remessa era proveniente de Gatão, freguesia de Amarante ainda hoje conhecida pela alta qualidade do seu vinho, as tabernas geresianas que a tinham recebido, regorgitavam de apreciadores da boa pinga que, em pouco tempo, se escoava.

Todavia, e além de experiente vendedor, o Gaspar Miranda era também *um* excelente apreciador do “precioso néctar” que, por vezes, era bem mais forte do que ele... Como aconteceu num belo dia de calor abafadiço em que, na véspera de ir, de madrugada, para evitar problemas com a rigorosa Polícia de Viação e Trânsito, abastecer os seus clientes do Porto, foi carregar o camião a um lavrador abastado de Canedo, em Celorico de Basto.

Receberam-no principescamente na ampla adega, onde a frescura era convidativa para se entrar e fugir ao calor de fomalha que lá fora se fazia sentir. Num canto, o dono da casa mandara pôr, em cima de uma mesa improvisada, uma atraente broa de milho e um irresistível presunto que uma faca bem afiada logo começou a cortar em lascas sedutoras. Tão inesperado manjar, não foi, naturalmente, desperdiçado pelo visitante que, bom falador que era, começou, entre dois dedos de conversa, a fazer “pé” para a excelência da pinga que fervilhava, crepitante, nos enormes tonéis, a “encamisar em arco”, quando começou a deslizar, suavemente, pelas bordas alvacentas dos enormes copos de asa em porcelana branca que, nesse tempo, eram um utensílio indispensável nas adegas minhotas para “mostrar” o produto aos compradores e não só...

Conversou bastante, comeu bem e bebeu melhor, o Gaspar, ao ponto de se esquecer das horas... Era já noite alta quando, nem ele sabia como, conseguiu chegar a casa, em Refojos, onde seu pai, o castiço Mário Miranda, vulgarmente mais conhecido por Mário dos Tabacos, por ter sido, durante bastantes anos, agente da Fiscalização Externa dos Tabacos, o esperava já em cuidados por saber que o filho tinha de ir, madrugada cedo, para o Porto. Ao ouvir as tábuas do soalho do corredor da casa a ranger, o velho Mário dos Tabacos, ainda sem pregar olho, mas já recolhido no seu quarto, perguntou-lhe:

- Já carregaste, Gaspar? – Bem carregado venho eu, meu pai! – respondeu-lhe o filho, com uma das maiores bebedeiras da sua vida....

Mas, bebedeiras nesta terra recomendada medicinalmente para a cura das maleitas do fígado e quejandas, foi coisa de que, graças a Deus (...), nunca houve falta. Que o dissesse, por exemplo, se cá pudesse voltar, o saudoso Tinoco, sapateiro no Firmino Capela, um dos muitos apreciadores da boa pinga que por cá passaram, quando na ressaca de uma das suas habituais “peruas” de fim-de-semana, teve de ir a um funeral numa 2.^a feira logo pela manhã e

a quem, para cúmulo, fora atribuída a nobre tarefa de transportar a cruz processional, que abria o cortejo fúnebre. Ainda não recuperado, a 100 por cento, de tão valente piela, o Tinoco, revestido de uma opa vermelha e compenetrado na função litúrgica de que fora incumbido, acabaria por perder as estribeiras quando, ao chegar o funeral ao largo da Boavista, a caminho do cemitério, através da Carvalha, divisou, entre algumas pessoas que lá assistiam à passagem do cortejo fúnebre, a figura rubicunda de um guarda fiscal com quem, pelos vistos, tinha umas contas por saldar. Vai daí, sem pensar duas vezes, abandonou o



A cruz que serviu de lança

cabeço do dito cortejo e, fazendo da velha cruz de cobre uma lança, arremessou-a contra aquele agente fiscal que, se não se tivesse desviado a tempo, seria gravemente atingido. Perante o natural burburinho que, entretanto, se formou e recuperada a calma exigida para tão séria cerimónia, o fleumático Pe. Manuel Almeida, pároco de então, instalado no seu inseparável cavalo, não deixou de, à sua maneira, comentar tão lamentável acidente de percurso, conhecedor como era das apetências vinícolas do malogrado sapateiro, dizendo solenemente e em alta voz: *“Sábados alegres, domingos triunfantes, segundas-feiras tristes e pobres extravagantes”*...

Outro habitual admirador de Baco e seus paladares aromáticos, entre tantos outros que se poderiam recordar, foi o saudoso Tone Canelas, que herdou de seu pai, Manuel Teixeira de Castro (Fafe), a arte de pintor e a quem um dia, na nossa presença, Miguel Torga classificou de *“poeta”* por verificar que, ao rusticar o muro

de Chalet Malheiro, por sua alta recreação, desenhava, nos espaços maiores, alguns objectos em miniatura, tais como martelos, serrotes e flores.

Benfiquista dos quatro costados, sempre que bebia uma pinga a mais, o que acontecia com frequência, o Tone Canelas procurava imitar o saudoso locutor Artur Agostinho nos seus inesquecíveis relatos da epopeia benfiquista nos começos da década de 60, com as duas vitórias na taça dos campeões europeus. Em alto e bom som, a cassette era sempre a mesma: *“A bola está em Costa Pereira que a despacha para o centro do terreno, onde é recolhida por Coluna que a passa para José Augusto. Este progride pelo flanco direito, cruza para a extrema esquerda, onde aparece isolado Simões que finta um adversário, finta outro, passa para Eusébio, remata e... goooooooooooolo! É gooooolo do Benfica! Eusébio!”*...

No começo de uma noite de Inverno, já bem bebido, o Tone Canelas, vá lá saber-se porquê, resolveu tomar o rumo do caminho do cemitério, - hoje Rua da Arnassó – e porque à medida em que caminhava, ia fazendo o relato do costume, a sua proximidade foi detectada por alguém que, aproveitando-se da escuridão, se postara junto ao portão do cemitério, aguardando aí pela chegada, até bem perto, do improvisado locutor. Eis senão quando este aproximou-se, sempre com o mesmo discurso: *“A bola está em Costa Pereira que a despacha para o centro do terreno, onde é recolhida por Coluna que a passa para José Augusto. Este progride pelo flanco direito, cruza para a extrema esquerda, onde aparece isolado Simões que finta um adversário, finta outro, passa para Eusébio, remata e...”*. Nesse preciso momento, porém, fez-se ouvir uma voz cavernosa e estranha que ecoou nas redondezas, proclamando altissonante: - *“António, quando é que vens para a nossa companhia?”*

O relato acabaria aí. Assustado, o Tone Canelas desatou a correr desalmadamente pelo caminho abaixo, aos ziguez-zagues, caindo por várias vezes e só parou na rua, ofegante, com a roupa

rasgada e alguns ferimentos, onde os lampiões acesos lhe deram a certeza de que se encontrava, finalmente, em local seguro e sem assombrações...

Viver por conta do rol...

Exemplos marcantes do sistema de vida que caracterizava o país de lés a lés, os estabelecimentos comerciais que nas nossas aldeias e vilas existiam há meio século atrás, resumiam-se, praticamente, a um só espaço onde, em simultâneo, na maioria dos casos, tanto se vendiam as bebidas alcoólicas avulsas como a mercearia e os legumes. Digamos que eram uma espécie de minimercados que vendiam, muitas vezes, de tudo um pouco para, através da diversidade dos produtos, se obter uma margem de lucro mais alargada.

Longe ainda das máquinas registadoras e dos cartões de crédito, a contabilidade desses estabelecimentos fazia-se, normalmente, na base da confiança mútua, já que os tempos eram, realmente, muito difíceis e o dinheiro não abundava na maioria dos lares portugueses.

Comer e beber a crédito, isto é, fiado, como nesses tempos era usual dizer-se, era uma prática corrente em muitas terras e, nesse aspecto, o Gerês não foi excepção, podendo até ser apontado como um exemplo concreto de tal prática que se consubstanciava, como instrumentos comprovativos das dívidas contraídas, em dois livros de contabilidade, ainda que simples mas eficientes: um era o célebre rol, um livro estreito mas de altura superior à normal, onde em cada folha se registavam, dia a dia, as despesas efectuadas pelos clientes que não haviam pago no acto da compra. O outro, de tamanho mais pequeno, tipo caderno, era o livro dos clientes onde os responsáveis pelos estabelecimentos assentavam as despesas que, entretanto, a família titular ia fazendo ao longo do mês e que coinci-

diam, normalmente, com o registo que constava no rol do dono do estabelecimento.

Esse crédito, sem juros, era normalmente por um mês. Vendido esse prazo, as famílias procediam ao pagamento das dívidas contraídas no mês findo, renovando, assim, o crédito para o mês seguinte. Isto, em condições normais porque, quando havia atrasos na liquidação das dívidas, era cancelado o crédito aos infractores que, para sobreviverem, teriam de *“ir pregar o cão”* noutro local...

Entre nós, porém, dada a pobreza que então existia em boa parte dos lares geresianos, praticou-se, durante muitos anos, um tipo de crédito mais alargado. Tal como hoje, a época termal era o período do ano em que o trabalho não faltava e, ao longo dela, o povo do Gerês procurava amealhar algum dinheiro que o ajudasse a enfrentar os sempre longos meses de Inverno. E porque, ao contrário de agora, não havia qualquer Fundo de Desemprego a subsidiar os meses de inactividade, o mais frequente era que o dinheiro ganho durante o Verão chegasse, quando muito, até ao Natal.

A partir de Janeiro, essas pessoas passavam a viver com os produtos fiados pelas lojas, sendo os respectivos pagamentos apenas efectuados no Verão seguinte. Foi este o sistema em que, durante várias décadas, grande parte dos geresianos viveu.

Exemplo comprovativo de tudo isso é um velhinho rol que temos entre mãos e diz respeito à extinta Pensão Avenida, no ano de 1945, ano em que foi explorada pelo meu saudoso avô materno, António Dias de Oliveira que, entretanto, havia dirigido também uma taberna-mercearia nos fundos do edifício onde hoje funciona a Discoteca do Universal, no topo norte.

Autêntica preciosidade que vem a talhe de foice para a temática que estamos a abordar, ao esfolharmos, uma a uma, as páginas envelhecidas deste rol com 66 anos, ainda bem conservadas e perfeitamente legíveis, e ao olharmos para o cabeçalho de cada uma delas, onde constam os nomes dos respectivos titulares, é como

proceder ao desfile das memórias da nossa gente, já na eternidade. Assim, nesse “*Rol de Fiados desde Janeiro de 1945*”, como se lê na primeira página, surgem nomes como os do Cabo Pires, sr. Azevedo, Oliveira da Farmácia, António das Almas, Almeno Campos, sr. Baltazar, Teixeira Serrador, Armando Espada, Ferreira Chauffer, João Capela, Reguinga Alfaiate, Pistola Moleiro, Gesmina, Julinha

1945

Quitéria de Leonte - Sr. Azevedo

Masão	Pinho	"	9,40
-	Caçô	"	27,40
-	coraca	"	48,20
-	matão	S.L.	34,80
-	rapet	"	5,00
-	Leonte	"	164,40
6	Pinho S. Leite	"	14,50
-	Coraca	"	284,40
-	Pinho	"	14,50
-	Pinho S. Leite	"	27,40
-	Pinho S. Leite	"	9,40
-		"	14,20
-	Coraca	"	9,40
-		"	5,40
12	Coraca S. Leite	"	124,50
14	Pinho S. Leite	"	34,40
15	Coraca S.L.	"	134,20
16	Pinho S.L.	"	4,50
19	Pinho	"	2,00
-	S. Leite	"	3,00
-	Leonte	"	111,80

do Correio, Severino Augusto, Carlos Batoca, Paredes Velha, José Serralheiro, Carvoeiro do Gerês, Ana Neta, Chió de Crespos, José Dias, sr. Costa do Carris, sr. Mano, Luís Cocheiro, José Guarda-Fios, sr. Costa da Floresta, Arnaldo Guedes, Campos Lojinha, Céu do Vilar, Úrsula Guimarães, Hernâni Paredes, Abelha - Guarda Fiscal, Bernardino Cozinheiro, Ferreira da Floresta, Francisco Marceneiro, Sebastião Alves, Quitéria de Leonte, Quintas, Abílio do Pedrógão, Roque, Sebastião trolha, Claudino Silva, Jacinto Silva (Hotel Maia), João Febra, Francisco Alves, Alfredo, Gonzalez, Adão Vieira - guarda florestal, Carlinhos sapa-

teiro, D. Maria Esmeriz, Carvalha Velha, Álvaro Gaia e outros mais que seria fastidioso enumerar na totalidade.

Como era vulgar nesse tempo, a economia familiar da maior parte dos lares baseava-se, como já referimos, no fiado que, normalmente, era liquidado no fim do mês, mesmo por parte das famílias com posses económicas. E sempre que se procedia ao pagamento, o patrão ou um funcionário do estabelecimento fiador, escrevia, com

um grosso lápis vermelho, a palavra “Liquidado”. É o que, de resto, se verifica neste rol em que tal acto aparece assinado por J. Dias, que corresponde a um sobrinho e funcionário de meu avô, a partir de 17 de Maio de 1944, de nome Jacinto Dias de Oliveira, já falecido, pai do ex-seleccionador nacional de Sub-21, Professor Agostinho Oliveira, a exercer actualmente funções nos quadros técnicos da formação do Sporting de Braga.

Embora, na maioria das vezes, não surjam as quantidades dos diversos produtos vendidos, pela análise deste rol verifica-se que, além do serviço de pensão, principalmente na época termal, com alimentação e dormida, naquele espaço, onde mais tarde, funcionou o denominado “Café da Púcara” vendia-se de quase tudo um pouco: desde refeições, a 6\$00 cada uma, a bolachas, grelos, sabão, febras, farinha de pau, batatas, sardinhas, broa, vinho, café, cevada, aguardente e outros géneros alimentícios de consumo corrente.

A título de curiosidade, refira-se que o sr. Azevedo pagou, em 31 de Janeiro do já mencionado ano de 1945, 18\$90 por uma galinha que pesava 1,350 Kg e em 5/2 deu 11\$00 por um quilo de farinha de pau... O sr. Baltazar pagou, em 6 de Janeiro, 14\$00 por 4 garrafas de águas das Pedras e o Armando Espada, supomos que para as Minas dos Carris, onde trabalhou nesse sector, dadas as quantidades de géneros comprados, deu 40\$00 por dois sacos de batatas e 80\$00 por 50 litros de vinho, em 26 de Janeiro desse ano. Em 1/1, o João Capela levou uma galinha por 15\$00 e \$50 de palitos; o Reguinga, em 3/1, fez a despesa de 1\$80 em batatas e de 1\$00 em vinho; o Zé Serralheiro, em 25/1, pagou \$50 por um copo de vinho, 14\$00 de café e 6\$00 por três cálices de anis. A Quitéria de Leonte, em 4/4, levou 26 litros de vinho por 46\$50, \$80 de cevada e 3\$60 de tabaco; o Arnaldo Guedes, em 4/3, pagou \$70 por tremoços e vinho; a Julinha do Correio, em 29/5 pagou 6\$00 por dois quilos de broa e, em 13/6, 15\$00 por 30 Kgs de carvão, enquanto que o Pistola, em 22/3, fez a despesa de 1\$60 em vinho e sardinhas; já o João Febra apreciava os

caranguejos – o marisco daquela época... - gastando nesse petisco, entre 21 e 23/4, 5\$70, 29\$00, 1\$50 e...\$50, respectivamente!

É frequente na anotação destas vendas a fiado a referência ao vinho, quase sempre em pequenas quantidades face aos preços cobrados (\$50, 1\$00, 1\$50) e em dias seguidos, o que se compreende se se recordar que, nesses tempos, era pouco antes das refeições que as donas de casa mandavam um filho ou filha à taberna mais próxima munidos de uma garrafa para comprarem, neste caso fiado, um quartilho, meio quartilho ou até um litro de vinho consoante o necessário para cada família. Mas dá-nos a impressão de que 1\$50 era, nesse ano, o preço de um litro de vinho, 1\$00 o do quartilho e \$50 o do meio quartilho, com a particularidade de a primeira importância ser a que surge mais vezes...

Outro pormenor curioso e que vem comprovar a eficácia do sistema comercial então usado nas vendas a crédito é que, conforme acima recordamos, o movimento descrito no rol do estabelecimento, estava igualmente repetido num pequeno livro que os clientes tinham na sua posse, normalmente vendido pelo fornecedor e custava 2\$50. Se, porventura, o freguês se esquecesse de levar tal livro, o dono ou empregado do estabelecimento, para evitar confusões no acto do pagamento, registava no seu rol as vendas efectuadas com a anotação de "*Sem livro*", o que significava que tal despesa não constava do livro em questão, embora, infalivelmente, tivesse de constar no indispensável *rol de fiados*...

A Guarda Fiscal esteve aqui 108 anos!

Instituição pública que em muito prestigiou, durante a sua secular existência, a nossa terra, a extinta Secção da Guarda Fiscal do Gerês, agora transformada num Centro de Férias da Obra Social da GNR, teve um papel preponderante no desenvolvimento económi-

co, social e cultural desta vila termal que não pode nem deve ser esquecido.

O que, certamente, muitas pessoas desconhecem é que tal Secção foi oficialmente criada pela Carta de Lei de 31 de Março de 1885, publicada no Decreto n.º 4 de 17 de Setembro do mesmo ano, assinado pelo então todo poderoso ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, António Maria Fontes Pereira de Mello, um dos maiores políticos portugueses da segunda metade do século XIX. Após 108 anos de existência, a Secção da Guarda Fiscal do Gerês acabaria por ser extinta aquando a desactivação geral daquela corporação em 26 de Junho de 1993, em resultado da integração do nosso país na Comunidade Europeia que aboliu as fronteiras entre os seus estados membros. O que, só por si, é merecedor de uma referência especial nesta incursão fugaz que vimos fazendo sobre a história geresiana contemporânea.

Começando por pertencer à Companhia de Braga, a referida Secção, em 20 de Setembro de 1886, passou a depender da Companhia de Valença para, em 24 de Dezembro de 1887, passar a fazer parte da Companhia de Chaves, no Batalhão do Porto, onde permaneceria até à já mencionada extinção da corporação em 1993. Da Secção da GF do Gerês fizeram parte os postos de Carvalheira, Vilarinho da Furna, S. João do Campo, Portela do Homem, Gerês, Ermida, Fafião, Cabril, Chelo e Ruivães.

O seu primeiro comandante foi o alferes Albano Augusto Pereira e o último, o Primeiro-Sargento Ramiro dos Santos Vilela. Ao longo de todos esses 108 anos, porém,avas e avas sucessivas de agentes fiscais marcaram, de forma indelével, a nossa terra não só pelo movimento populacional que aqui criaram, com as respectivas famílias, em parte aqui constituídas, como também pelo contributo por alguns deles concedido ao desenvolvimento do Gerês, como o tenente Caetano Teixeira, que ocupou, durante vários anos, o cargo de Presidente da Junta de Turismo do Gerês e a quem se deve o

calçetamento da Rua da Boavista; o Cabo Pires, grande entusiasta pelo teatro, sendo um dos fundadores do saudoso Grupo de Teatro do Gerês, de que já nos ocupámos; e o Silva Velho, possuidor de uma pena cáustica e acutilante que defendeu, na imprensa daquela época, os interesses desta terra como ninguém, até então.

Durante a sua existência centenária, por essa Secção passaram inúmeros oficiais do exército a comandá-la, dos quais recordamos, entre outros, e na impossibilidade de os evocarmos na totalidade, o



A antiga Secção da Guarda Fiscal

alferes Santos, os tenentes Vila Verde, Sousa Dias, Rodrigues, Pompeia Xavier – que promovido a capitão, foi comandar a PSP de Braga – Benjamim Cardoso, António Moura Silvestre – hoje aposentado com a patente de major – Carmo e Conde. A nível de sargentos, recordam-se os Sargentos Vieira, Edmundo, Alfaiate, Domingos, Rodrigues, Alberto Leite e José Manuel Gonçalves; na categoria dos cabos, o já referido Cabo Pires, Jorge, Abelha, Canavarro, Ribeiro, Campos, Lopes e Ferreira, enquanto que no sector dos soldados, sempre em número mais elevado, nomes há que aqui marcaram uma época, como o José Velez Rola, um alentejano de Arronches

que acabaria por se radicar em Montalegre, o Silva (Duzentos), o Rodrigues (Laraila), o Agasalho, o Teixeira, o Rebelo, o Andrade, o Monteirão, o Monteirinho, o José Maria da Carvalha, o China o Campos do Vidago, os irmãos Pires, o Moura, o Gonçalves, o Leites, o Custódio Barbosa, o Pereira e o Heitor.

Naturais, na grande maioria dos casos, da região de Chaves, esses homens, depois de terem feito o tirocínio nas inóspitas terras do Algarve e Alentejo, logo que tal lhes fosse possível, procuravam aproximar-se dos seus torrões natais e a Companhia de Chaves, no Batalhão do Porto, era o destino mais frequente nas suas preferências. Só que na falta de vagas para tanta procura, boa parte deles era colocada na Secção do Gerês, a começar, desde logo, pela Portela do Homem, onde o isolamento e o frio desmesurado no Inverno, levavam a quantos lá tinham de prestar serviço a permanecerem ali o menor tempo possível.

Gente nova, em geral, na casa dos 24 a 30 anos, vários foram os agentes da Guarda Fiscal que conheceram no Gerês as suas futuras esposas, acabando por aqui constituir família e se radicarem definitivamente. São os casos do Sargento Alfredo Lopes Vieira, do Carlos Aurélio Teixeira Bastos, do João Bernardo China, do Luís dos Anjos Teixeira, do António Silva, do António Augusto de Moura, do Domingos Martins Campos e do Heitor Silva, este felizmente ainda vivo. Todos eles foram, por tal motivo, devidamente homenageados e contemplados com as "Geresiadas" – 2001, por ocasião das comemorações do 10.º aniversário da elevação do Gerês à categoria de vila, realizadas em 16 de Junho de 2001. Nessa mesma data, foi atribuído o nome de "*Travessa da Guarda Fiscal*", com o descerramento solene da respectiva placa toponímica, ao principal acesso àquela Secção, junto ao velho casario entre nós popularmente conhecido por "comboio", em sinal de reconhecimento pelos relevantes serviços aqui prestados pela extinta corporação.

Homens de diferentes proveniências e diversificadas experi-

ências, os períodos mais ou menos longos que aqui viveram, para além dalguns casamentos, como acabamos de referir, deram para eles se integrarem nos usos e costumes locais e quando daqui tiveram de partir, muitos foram os que deixaram saudades adaptados que estavam à realidade geresiana, frequentando, nas horas vagas, as tabernas de então, onde jogavam e bebiam o seu copo. Alguns houve até que se distinguiram como amigos da boémia que sabiam conciliar com os seus deveres profissionais, que eram rigorosos nesses tempos do contrabando. Estão neste caso o Sargento Edmundo, vários anos a comandar o Posto da Portela do Homem, e o Rola, um e outro parceiros inseparáveis do inconfundível Zé Serralheiro. Mas, dentre todos, nesse aspecto, nenhum levou a melhor sobre o China, esse beirão dos quatro costados aqui chegado em 17 de Março de 1926 e “aqui pegou de estaca”, escolhendo o Gerês como sua terra adoptiva, cenário privilegiado para pôr em prática as suas artimanhas próprias do indomável espírito folgazão que o caracterizava, algumas das quais já por nós recordadas.

Gato por coelho...

Se o que resta das paredes da maior parte dos inesquecíveis “templos de Baco” pudesse falar, por certo que muitas outras coisas interessantes da história geresiana teria para nos contar, como, por exemplo, o silêncio sepulcral que neles se verificava a meio das tardes de domingo, com todos os ouvidos atentos aos relatos de futebol da Emissora Nacional. Como também nos poderia recordar as voltas que o China teve de dar para levar o João Capela a comer gato por coelho na tasca da Maria Manca ou então o tom de voz inflamada que o inesquecível Zé Serralheiro – sem dúvida, o maior boémio do Gerês de todos os tempos – utilizava quando, bem atestado, proferia o seu célebre “sermão de Sto. António” na tasca

da Sra. Albina dos Moços ou junto à tasca-café do Arlindo, dirigia, solenemente, o seu (des) afinado coro, como adiante relataremos.

Comprovando, já naqueles distantes tempos, que a bebida pode ser, muitas vezes, um acto de cultura, quando à volta de uma mesa, as pessoas, entre o escorropichar de um copo ou de uma malga, à moda antiga, conversam, trocam impressões, negociam ou se ficam a conhecer melhor, - o grande escritor Camilo Castelo Branco, que frequentou e admirou as nossas paisagens, escreveu um dia que *“as bebedeiras são, às vezes, os purgantes das almas”*... - as tascas geresianas de então, e porque nesses tempos os meios de diversão ou distracção eram praticamente inexistentes, transformavam-se, por vezes, em locais apetecidos de valentes tainas e alegres convívios, algumas das quais, pelo seu ineditismo, ficaram na memória colectiva da nossa gente.



O China

Uma delas – entre tantas outras!... – teve como protagonistas principais o João Bernardo China, um castiço guarda fiscal oriundo de Malhada Açorda, em Almeida, que aqui constituiu família e viria a falecer em 6 de Dezembro de 1974, com 75 anos de idade, e o João Augusto Capela, considerado sapateiro da nossa praça, natural do Soajo, Arcos de Valdevez, que também constituiu cá a sua família e viria a falecer, bastante novo ainda, aos 58 anos, em 12 de Agosto de 1955.

Folgazão por natureza, o China foi, sem sombra de dúvida, e a seguir ao Zé Serralheiro, seu contemporâneo, aliás, um dos maiores boémios que por aqui passaram. Cumpridor exímio da velha máxima *“Serviço é serviço e conhaque é conhaque”*, essa prática boemista apenas acontecia em horas ou dias em que estava liberto da sua actividade profissional que, durante

vários anos, foi a de ordenança dos cavalos da Guarda Fiscal, instalados primeiramente nas traseiras da secção daquela extinta força militarizada, na Boavista, e depois na cavalaria construída para o efeito na zona da Batoca.

Dotado de uma maneira de ser e de estar na vida muito própria e eminentemente optimista, o China tinha uma predilecção muito especial por pregar partidas aos outros. E após a sua consumação, era vê-lo, com aqueles seus inesquecíveis olhos azuis a brilhar, rindo-se a bandeiras despregadas quando, por exemplo, depois de ter atado um discreto pedaço de sediel a uma ponta de uma nota de 20\$00 que, momentos antes, colocara disfarçadamente no piso da avenida, aguardava pachorrentamente, por trás das volumosas tílias, que o primeiro transeunte, ao deparar com tal achado, se agachasse para nele pegar sorrateiramente. Só que tal nota, malfadadamente, à medida em que as pessoas procuravam apanhá-la, fugia-lhes misteriosamente do alcance da mão, puxada que era lentamente pelo China, escondido por detrás da mesma árvore, através da outra ponta da sediel, bem segura, nas suas mãos...

Mas, peripécias deste género tinha ele a rodos como a do Regedor da Ventosa, uma autêntica anedota da vida real daqueles tempos em que o obscurantismo e o atraso cultural eram uma constante. Beirão como era, o China trouxe para cá uma expressão – “*Foge cobra!*” – que ninguém conhecia, mas que ele usava frequentemente. E, por fim, de tanto a usar, já não se importava que os outros a usassem também, sempre que com ele se encontravam. Como resposta, recebiam um sorriso matreiro e alegre de quem nem sequer exigia “os direitos de autor” sobre aquela sua “imagem de marca”...

Esse seu espírito reinadio de pregar partidas aos seus semelhantes, levá-lo-ia, um belo dia, a organizar, em parceria com a Maria Manca, nessa altura à frente da sua tasca no alto da Boavista, a dois passos da Carvalha, uma almoçarada, para a qual convidou alguns amigos, tais como o Zé Serralheiro, o Bichinho, o Faustino

Ferrador, o Duzentos, o Reguinga, o José Maria da Carvalha e o João Capela.

Para atingir os seus intentos, não poderia o China arranjar melhor parceira. É que a Maria Manca, à sua maneira, e coisa rara nesse tempo, também se prestava para essas coisas, ladina como era. E o que é que eles combinaram servir nesse lauto almoço? Depois de, na véspera, ter “arranjado” uns coelhos em quintal estranho, aquele guarda fiscal teve ainda o engenho suficiente para apanhar e matar um gato vadio, bem tratado, pelos vistos. E a partida começou aí: os coelhos, para não haver confusões, seriam assados com batatas numa assadeira enquanto que o gato, devidamente temperado em vinha de alhos e com bastante pimenta também, foi assado numa outra, à parte, igualmente acompanhado com batatas.

À hora aprazada, os convivas lá compareceram. Antes deles, porém, já havia chegado o China para orientar as operações e recomendar, uma vez mais, à Maria Manca que não se esquecesse de que a assadeira com os coelhos era para ser posta na mesa à beira dele. A outra, onde, bem assadinho, a estalar, estava o gato, era para ser posta junto do João Capela, apreciador de bons pitéus como era.

Compenetrada na sua função de cozinheira aprimorada, a Maria Manca cumpriu à risca as instruções recebidas, cujo conteúdo era apenas do conhecimento deles dois. O almoço decorreu bastante animado e a arte culinária da dona da casa, condimentando a preceito tais assados, levaria os convivas a regarem com abundância tão apetitosa almoçarada.

Malandro, o China não se descoseu ao ver a satisfação com que o João Capela, com a barbela untada, saboreava, lentamente, o seu assado, isto é, o gato bem estaladinho no forno. A Maria Manca, sabidola, procurava que nas canecas nunca faltasse o vinho e perguntava a todos se a comida estava boa. – *Uma maravilha!* – respondeu-lhe o João Capela, ainda a degustar um naco do lombo daquele

apetitoso “petisco”. A parte dramática, porém, estava ainda para vir...

Acabado o almoço, já que nas assadeiras nada restava, o China, com cara de ferro, perguntou aos amigos se estavam satisfeitos, no que todos alinharam pela positiva. – *E a ti, João, soube-te bem?* – *Se soube! pá. Estava de comer e de chorar por mais!...*

Aí o China, não se contendo por mais tempo, insistiu: – *E tu sabes o que comeste, João?* – *Um rico coelhinho, bem assado, por sinal!* – respondeu-lhe, bem disposto, o sapateiro. – *Estás enganado!* – voltou, cinicamente, o China. – *O que tu comeste foi mas é um gato!...* E sem lhe dar tempo para responder, foi rapidamente à cozinha para lhe trazer, ainda fresca, a pele do gato vadio que ele havia comido, julgando que era coelho... Foi o bom e o bonito!...

Perante a evidência dos factos, a todos os convivas se pôs a questão de saberem a quem teria calhado a parte do coelho ou a parte do gato, já que na aparência não se distinguiam. Porque talvez mais sensível, o João Capela tomou-se de tal revolta interior que, lá da profundidade das suas avantajadas entranhas, ficou enojado de tal maneira que acabaria por vomitar, logo ali, todo o almoço!

A agravar a situação, que logo se espalhou por todo o Gerês, os dias que se seguiram foram atribulados para o malogrado Capela. É que uns malandrotos desse tempo, ao saberem do sucedido, sempre que viam aquele sapateiro, pessoa bastante considerada e que chegou a exercer funções autárquicas na Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, a descer o caminho de sua casa no Rigor até cá baixo, na sua oficina sita no “Cantinho da má língua”, entre as lojas de alfaiataria do Bichinho e do Reguinga, escondiam-se por trás das árvores e, para o acirrarem, imitavam o miar dos gatos, soltando valentes “miaus”, como que a recordar-lhe a “tragédia” por ele dolorosamente vivida: *miau! miau! miau!...*

Como a moda pegou, e passaram a ser frequentes tantos miores de gato, sempre que ele passava na rua, provocando-lhe vómi-

tos constantes, ao pobre do respeitável sapateiro mais não lhe restou senão munir-se de um frasco com aguardente, estrategicamente colocado num bolso do casaco, dele se valendo sempre que ouvia o miar imitado dos gatos e, em golfadas sôfregas, bebia um trago de cachaça para, desse modo, contrabalançar o nojo que sentia só em se lembrar que, sem querer, havia comido gato por coelho...

“O Regedor da Ventosa, foge cobra, foge cobra”...

Qual cesto de apetitosas cerejas onde, apenas para as provar, ao tirar-se um par delas sai uma avantajada mão-cheia, entrelaçadas umas nas outras, à medida em que aprofundamos as nossas investigações sobre a história geresiana mais recente, cada vez são mais os motivos de interesse que se nos deparam em catadupa, comprovando, assim, o muito que poderia e deveria ser feito, por mãos habilitadas, nesse quase inexplorado filão do passado geresiano.

O caso da implantação e actividade da extinta Secção da Guarda Fiscal do Gerês, que abordámos anteriormente, constitui um exemplo concludente disso mesmo, tantos são os factos relevantes ao longo dos 108 anos em que tal corporação funcionou entre nós. O que só foi possível – há que o reconhecer e agradecer, uma vez mais – graças à prestimosa colaboração concedida, desde a primeira hora, pelo então Comandante do Grupo Fiscal do Porto da Brigada Fiscal da GNR, tenente-coronel Mariz dos Santos, a funcionar nas instalações do antigo Batalhão n.º da Guarda Fiscal, na Cidade Invicta, onde se encontra o precioso arquivo daquela saudosa força militarizada. Na já citada Carta de Lei de 31 de Março de 1885, publicada no Decreto n.º 4, de 17 de Setembro daquele ano, assinado pelo ministro Fontes Pereira de Mello, sendo Rei D. Luís I (1861 – 1889), foi criada a Guarda Fiscal no Continente e Ilhas, distribuindo-se pelos Círculos do Porto, Coimbra, Lisboa e Évora. Cada um

destes quatro Círculos, por sua vez, compreendia diversos distritos, sendo que o Círculo do Porto abarcava, nessa altura, os distritos do Porto, Viana do Castelo, Valença, Braga, Vila Real, Chaves, Bragança e Mogadouro.

No distrito de Braga foram, inicialmente, criadas Secções da Guarda Fiscal em Barcelos, Braga, Guimarães e... Gerês, a revelar, desse modo, a situação estratégica atribuída a esta estância termal na dinâmica pretendida para essa corporação que começou por ter postos fiscais de vigilância e serviços especiais em Vieira do Minho e Terras de Bouro e postos fiscais de registo, habilitados a despacho, em S. João do Campo e Gerês. Mais tarde, estes postos fiscais de registo, como já referimos, estenderam-se a Carvalheira, Vilarinho da Furna, Portela do Homem, Ermida, Fafião, Cabril, Chelo e Rui-vães.

Há notícias, não confirmadas documentalmente até agora, que apontam para a Secção do Gerês, de início, ter começado a funcionar no edifício onde, mais tarde, viria a existir a extinta Pensão Portuguesa, nos terrenos onde hoje está localizado o parque de estacionamento do Hotel da Águas do Gerês. Só mais tarde é que passou a funcionar nas instalações da Boavista, até ser extinta.

Distribuídas por dois pisos, com parada e jardim, tais instalações dispunham, no rés-do-chão, de cozinha, quarto do comandante do Posto, caserna, sala dos praças, gabinete do comandante da Secção, instalações sanitárias e secretaria. No piso superior, além da residência do comandante da Secção, havia também dois quartos destinados ao Comandante Geral e ao oficial rondante sempre que, em serviço, aqui se deslocassem. Nas traseiras do rés-do-chão, do lado poente, funcionou, até meados do século XX, uma cavalaria para acolher os dois cavalos afectos àquela Secção, utilizados pelo Comandante e seu ordenança nas rondas obrigatórias que, duas vezes por mês, efectuavam aos diferentes postos. Por razões de ordem sanitária, porém, tal cavalaria passaria a ser instalada num edifício

construído, de raiz, para esse efeito na zona da Batoca, sendo o último ordenança o soldado João Bernardo China.

Com a substituição dos cavalos por um jipe – um “Land Rover” com a matrícula FI-16-16, cujo primeiro motorista foi o meu saudoso pai, António Augusto de Moura, falecido aos 52 anos, em 4 de Julho de 1968, vítima de uma embolia cerebral fulminante – essa cavalaria foi adaptada, em 1960, para residência de soldados da GF, por decisão do então comandante da Secção, Tenente Benjamim Leite Cardoso, sendo comandante do Posto do Gerês o então Sargento Tomás Augusto Ferreira. Curiosamente, esse jipe, transferido para aqui da Companhia de Chaves já bastante gasto, consumia 20 litros de gasolina aos 100 Kms, e foi a primeira viatura automóvel que entrou na povoação de Vilarinho da Furna nos primeiros anos da década de 60. Tal se ficou a dever ao facto do então Comandante Geral da Guarda Fiscal, General Mário José Pereira da Silva, ex-Ministro do Ultramar, de visita oficial à Secção do Gerês, ter tomado conhecimento de que nunca nenhum dos seus antecessores havia visitado o Posto da GF de Vilarinho da Furna, pelo facto do único acesso de que dispunha era um maltratado e assás estreito caminho de carros de bois.

Mostrando vontade de ser ele o primeiro Comandante Geral a fazê-lo, deu ordens ao motorista para tentar fazer esse percurso, bastante apertado e sinuoso, o que, com extrema dificuldade, viria a conseguir. Pela perícia demonstrada, isso valeria a meu pai um louvor, por escrito, daquele general e... uma onerosa reparação ao jipe, numa oficina de Braga, tão grande fora o esforço feito pelo seu cansado motor.

O final da sua função de ordenança, pelas razões apontadas, e, entretanto, a publicação de uma lei que proibia aos guardas fiscais e a outros agentes de autoridade exercerem funções nas terras da naturalidade das respectivas esposas, levaram a que o China deixasse de prestar serviço no Gerês, sendo transferido para Ruivães e de-

pois para a Ermida, onde acabaria por se aposentar. Mas, também aí não deixou os seus créditos de boémio inveterado passar para mãos alheias...

Nascido em Malhada Sorda, no concelho de Almeida, em 26 de Fevereiro de 1899, João Bernardo China veio para a nossa terra em 17 de Março de 1926, começando por prestar serviço, como era habitual, no Posto da Portela do Homem, passando depois para o do Gerês, onde se manteve bastantes anos. Aqui conheceu aquela que viria a ser a sua esposa, a D. Alcina de Jesus Santos, da família dos Batocas, sendo geresianos todos os seus filhos: o Virgílio, a Creminda (já falecida), a Amena, a Lucinda, a Isabel e o António.

Folgazão por natureza, o China teve no Gerês, durante os largos anos que aqui viveu até ao seu falecimento ocorrido em 6 de Dezembro de 1974, o cenário ideal para pôr em prática toda uma panóplia de façanhas reveladoras do seu feitio brincalhão, sempre ávido em pregar partidas aos seus semelhantes, algumas das quais já descrevemos. Mas do seu vasto repertório nesses domínios constam muitas mais, como, por exemplo, a da chouriça de rolhas...

Sempre bem disposto, um dia o China lembrou-se de, por ocasião de sua esposa estar a confeccionar umas chouriças de sangue de um porco que haviam matado, fazer umas chouriças especiais em que, em vez dalguns nacos de carne e gordura, meter apenas um pouco de sangue e rolhas de cortiça. Tal como as outras, as verdadeiras, pô-las a defumar durante uns dias. Logo que se apercebeu de que as mesmas estavam no ponto desejável, pegou nas tais chouriças e levou-as para a tasca da Gemina, onde fez, com os amigos, uma das suas habituais tainas. Cortadas em pedaços, e com boroa caseira como acompanhamento para fazer "pé" a uns copos de verdasco, os seus parceiros, depois de meterem à boca tal pitéu, fartaram-se de mastigar, mastigar e nunca havia maneira dos dentes desfazerem tão estranhas chouriças. O que deu grande gozo ao

China que, por fim, teve de explicar aos seus amigos, com as bocas cheias de cortiça, que aquelas chouriças não eram de sangue, mas de rolhas...

Doutra vez, a vítima foi um seu colega de profissão, aqui conhecido por Monteirinho, por ser franzino e o contraste doutro colega avantajado a que chamavam Monteirão. Ora, o Monteirinho, natural de Amarante, não estava satisfeito com a vida que levava e dizia a toda a gente que o seu sonho era ir para a Companhia dos Tabacos Portugueses. Para tanto, já havia até metido uma “cunha” ao seu ilustre conterrâneo, o poeta Teixeira de Pascoaes... Sabedor disto, o China, no seu melhor estilo, pôs-se em campo e foi à estação dos CTT, na altura a funcionar no rés-do-chão Sul da Pensão da Ponte, onde convenceu a respectiva chefe a emitir um telegrama dirigido ao Monteirinho, com a seguinte mensagem lacónica, mas elucidativa: *“Colocado Companhia dos Tabacos Portugueses”*.

Sem desconfiar minimamente da tramóia, o Monteirinho deu largas ao seu contentamento, dando a conhecer o teor do telegrama aos seus superiores e colegas, deles se despedindo tal como dos seus amigos civis, fez as malas e convidou os colegas e amigos mais próximos para uma valente jantarada de despedida, no final da qual até discursou todo entusiasmado pelo salto que iria dar na sua vida. Pura ilusão que o China, ao ver as proporções atingidas por aquela sua brincadeira, teve de esclarecer ao Monteirinho que cairia das nuvens ao saber de toda a verdade...

Mas histórica e inimitável foi aquela sua deslocação em serviço à Ventosa, aqui em Vieira do Minho. Dentre as várias tarefas que estavam, nesse tempo, atribuídas aos guardas fiscais, havia as célebres “colunas volantes” para que, periodicamente, o comandante do Posto os escalava, dois a dois, para se deslocarem a pé, a determinadas localidades. Como comprovativo, esses soldados teriam de trazer uma guia assinada pelo Regedor ou outra autoridade da respectiva freguesia.

Ora um dia, o China e outro colega foram incumbidos de proceder a essa tarefa na Ventosa. Meteram-se a caminho e depois de lá chegarem, trataram de saber onde morava o Regedor da freguesia para lhes passar a tal comprovação da sua presença naquela terra. Apareceu-lhes um velhote simples e acanhado, que nunca se havia visto em tais trabalhos. Então o China lá explicou ao representante da autoridade como deveria proceder: - *Você escreva aí que os soldados números tais e tais estiveram aqui hoje. Ponha a data e assine: O Regedor da Ventosa, foge cobra, foge cobra*...

O homem lá entrou para casa a fim de cumprir tais instruções e passado algum tempo, entregou aos dois agentes da autoridade o documento pretendido, em envelope fechado. Regressados ao Gerês, o China e o colega, conscientes da missão cumprida, subiram até à Secção e entregaram na secretaria o referido envelope. No dia seguinte, o comandante do Posto, Sargento Vieira, ao ler o conteúdo da mencionada guia, ficou admirado que a mesma estivesse assinada por *"O Regedor da Ventosa, foge cobra, foge cobra"*... Mas quando se apercebeu que um dos elementos da tal *"coluna volante"* era o China, logo depreendeu o que, efectivamente, se havia passado: o pobre do regedor seguiu à risca as instruções recebidas, abdicando até do seu próprio nome, preterindo-o pelo de *"foge cobra, foge cobra"* – expressão castiça usada a torto e a direito por aquele inimitável guarda fiscal.

Por volta de 1970, entre alguns mascarados que, na 3.^a feira de Entrudo, saíram à rua aqui no Gerês, sobressaiu um casal de namorados que, pela sua excentricidade, atraiu a atenção de toda a gente. Impecavelmente trajado, ela disfarçada de guarda fiscal, com a farda completa, desde o boné e o cinturão às polainas e às botas; ele, usando um berrante vestido, xaile, meias de vidro e sapatos de tacão alto. A canalha de então bem desejou, após várias tentativas, tirar a esse estranho casal as respectivas máscaras, para ficar a saber de quem se tratava. Mas em vão. É que sempre

que dele se abeiravam, durante o desfile idílico que tão enigmático casal fazia, de braço dado, rua abaixo, rua acima, os miúdos recuavam ao sentirem a zoar, bem perto, as fortes bengalas de que os figurantes estavam munidos. Já cansado de tanto andar e de tanta gozação, o casal acabaria por, em plena rua, e perante considerável assistência, se desmascarar a si próprio. Adivinhem quem eram: o “guarda fiscal” era a Cândida Padeira e a simpática “dama” quem havia de ser? O velho China, na altura já com os seus 70 anos! Só dele...

O Zé Serralheiro...

Falar nas figuras típicas desta vila termal como, gostosamente, temos vindo a fazer e não referir o nome inesquecível do Zé Serralheiro, seria quase como “ir a Roma e não ver o Papa” ... tantas e tais são as peripécias atribuídas ao maior boémio que aqui se conheceu e ainda hoje é recordado num misto de saudade e admiração, por todos quantos tiveram o privilégio de com ele conviver.

Dele, por isso, passaremos a falar a partir de agora e, parafraseando Camões, se “para tanto me ajudar o engenho e a arte”, enquanto não se esgotar o imenso rol de feitos da sua autoria que são conhecidos e, pela sua invulgaridade, bem merecem o registo devido na história geresiana contemporânea.

José Maria Gonçalves era o seu nome de baptismo, ele que nascera, curiosamente, no dia 11 de Novembro – data consagrada a S. Martinho... - de 1901 na freguesia de Rendufinho, Póvoa de Lanhoso, onde viria a falecer em 22 de Setembro de 1976, com 75 anos de idade. Cedo começou a trabalhar na sua arte de serralheiro e nos anos 30 do século passado, tentou a sua sorte vindo para o Gerês, juntamente com a sua dedicada esposa, D. Laura de Jesus Ramalho, natural da Igreja Nova – Serzedelo, também na Póvoa de Lanhoso,

onde nasceu em 7 de Fevereiro de 1901, falecendo na sua casa de Rendufinho em 23 de Abril de 1988.

O sr. João Ribeiro, seu particular amigo, deu-lhes guarida em dependências da agora desactivada Pensão da Ponte: a oficina era num espaço do actual anexo ocupado com os quartos do pessoal; a cozinha era na esquina da referida pensão do lado sul-poente, mesmo junto à calçada da Boavista; e o quarto ocupado por aquele casal sem filhos ficava no alinhamento da cozinha mas do lado norte, ao qual se acedia através de um pequeno terraço ainda hoje existente nas traseiras desse prédio.

Profissional exímio, o Zé Serralheiro, executando os mais diversos exemplares de materiais próprios da sua arte, - o portão do cemitério antigo do Gerês foi por ele construído em 1938 - dedicou-se particularmente à construção de fogões de lenha de todos os tamanhos - o da antiga cozinha do desactivado Hotel do Parque é uma das suas "reliquias" conhecidas (ver pág. 139) - e a segurança e funcionalidade com que ele construía tais utensílios domésticos gran-



Zé Serralheiro

jearam-lhe enorme reputação e respectivos dividendos, ao ponto de ser conhecido em toda a região como o "Rei dos Fogões".

Autodidacta, possuía uma considerável cultura geral para a época, fruto da leitura de várias obras, a que uma prodigiosa memória o levava a decorar parte delas, inclusive algumas frases lati-

nas que nem sempre aplicava correctamente. Mas, como “em terra de cegos, quem tem um olho é rei”, a aplicação desses latinórios em momentos áureos de solenes e frequentes bebedeiras, criaram-lhe uma admiração e prestígio invulgares entre os seus fiéis e inseparáveis acólitos. Foi, durante vários anos, correspondente do “Jornal de Notícias” no Gerês e se calhar, nunca como naquele tempo, a nossa terra apareceu com tanta frequência, em termos noticiosos, nas colunas daquele matutino portuense.

Inteligente, de olhar arguto e matreiro, bom conversador, o Zé Serralheiro, designação por que ficou conhecido em toda a nossa região, era um inveterado apreciador da pinga, exagerando, com frequência, na fruição dos paladares do precioso néctar. Com esta particularidade curiosa mas não inédita: é que as suas grandes façanhas de boémio insigne, por norma, aconteciam com mais frequência sempre que, por força do álcool, ele se reclinava, remansosamente, nos braços reconfortantes de Baco – o seu deus menor de quem era, de resto, um fiel e inseparável amigo de muitas horas.

Dotado de extrema sensibilidade, sempre que o álcool não o dominava, tinha um carinho muito especial pelas crianças, talvez para, de certa forma, compensar uma paternidade falhada que ele procurava suprir com uma dedicação invulgar pelos mais pequenitos. Sou, aliás, uma testemunha e um exemplo disso mesmo, como vizinho dele que fui nos anos em que viveu no Gerês. Recordo-me, por isso, com incontida saudade, - e alguma vez o improvisado cronista haveria de ser protagonista, ainda que secundário, das suas mal-alinhavadas crónicas... - recordo, ia a dizer, os tempos da minha meninice, em que, chegado o meio-dia, via a figura do Zé Serralheiro, revestida com o seu inseparável fato-macaco, de ganga azul, a assumir à janela da sua cozinha, mesmo em frente à casa onde nasci, já desaparecida, a bater com um garfo num prato, a chamar: - *Pi, anda comer!* E eu, na inocência dos meus quatro ou cinco anitos, lá descia, afoito, as escadas de minha antiga casa e, num ápice,

subia aquele naco da calçada até à dita cozinha, onde me esperava o colo acolhedor daquele meu dedicado anfitrião, que adorava partilhar comigo a succulenta sopa à lavrador, servida numa para mim inesquecível malga de esmalte azul, mais o presigo que as mãos sabedoras da “tia” Laura haviam cozinhado.

Para ele, carinhosamente, sempre fui o “Pi”, ainda que, durante bastantes anos, desconhecesse qual a origem e o significado de tal designação. Apenas o viria a saber quando, já quarentão, e falando-se do Zé Serralheiro, perguntei à minha saudosa mãe porque é que ele me tratava dessa forma. Resposta embaraçada dela: - *Ele chamava-te assim por causa da pila...* Fiquei, de uma vez por todas, esclarecido. E desde esse dia fiquei também a compreender na perfeição a ênfase especial por ele dada ao pronunciar tal diminutivo carinhoso na última vez que nos encontrámos.

Foi numa tarde soalheira de um domingo dos finais de Janeiro de 1972. De visita à família, no Gerês, quis satisfazer a promessa há muito feita ao meu inesquecível avô materno, António Dias, que a cada passo, me manifestava a vontade de fazer uma visita ao seu velho amigo e vizinho, Zé Serralheiro, nessa altura já regressado definitivamente, com armas e bagagens, à terra da sua naturalidade. A tarde, cheia de um sol de Inverno ameno, estava convidativa para uma passeata. Após o almoço, lá fomos – meu avô, minha mãe, duas das minhas irmãs e eu, no “Toyota” em que fiz o meu tirocínio rodoviário, - até Rendufinho. Fomos recebidos com alegria pela “tia” Laura, satisfeita com a surpresa que lhe tínhamos feito. - *Ai se o meu Zé estivesse aqui, que contente ele não iria ficar!* – disse-nos ela. - *Mas ele foi aos tordos e não deve demorar* – esclareceu. E, sabendo dos hábitos dele, apressou-se a pedir a uma sobrinha, que vivia ao lado, para ir dizer ao tio para vir depressa para casa, onde tinha umas visitas à espera dele.

Tentando enganá-la, o Zé, no fim do almoço – vim a sabê-lo depois... - pegou na espingarda e na cartucheira e disse-lhe que ia

aos tordos. Só que estes, para ele, não eram “abatidos” em qualquer olival próximo, mas numa tasca existente um pouco abaixo de sua casa, hoje transformada em café, como de resto, infelizmente, tem sucedido em muitas aldeias. Esperta e, sobretudo, calejada pela experiência de muitos anos, a tia “Laura” bem sabia do verdadeiro paradeiro do seu marido e dele era também sabedora a tal sobrinha que, pouco tempo depois, o trouxe na sua companhia.

De semblante carregado e com cara de poucos amigos, o Zé Serralheiro, toldado pelos copos valentes que havia bebido durante a sua “caçada”, não reconheceu nenhum dos seus visitantes. Confundiu-nos com os membros dalguma comissão de festas a fazerem o peditório da praxe e, de espingarda em punho, ameaçou-nos severamente: - *Ponham-se já a andar, antes que vos estoure os miolos! Já estou farto de dar dinheiro para festas!*

Assustados com tão inesperada recepção, valeu-nos a intervenção da sua esposa que, em voz alta, lhe disse: - *Ó homem, como tu estás! Tu não vês que estão aqui o Sr. Dias, do Gerês, a Licinha, o Pi e as irmãs?! Tem vergonha na cara e arruma já essa espingarda! Respeita ao menos estes nossos amigos. Olha para o Pi, de que eras tão amigo quando ele era pequenino. Agora, olha como ele está! Parece um “mosteiro”!...*

Perante tão insistentes apelos, o Zé acabou por cair em si e reconheceu-nos, finalmente, para nosso alívio... Fitando os seus turvados olhos azuis em mim, diria, contrito, e com as lágrimas de arrependimento a cair-lhe pelas rosáceas faces abaixo: - *Ó Pi, perdoame!* Claro que lhe perdoei. Mas para susto, chegou...

Foi a última vez que nos vimos, ao contrário da “tia” Laura que, já depois do falecimento do seu marido, veio ainda algumas vezes visitar os seus amigos do Gerês, ficando hospedada em casa de minha mãe, para colocarem “a conversa em dia”, como era tanto do seu agrado.

Quando a ponte “tremeu”...

Está por se fazer – que saibamos – a história das Minas dos Carris, essa “Terra Prometida” para levas e levas sucessivas de legiões de homens de trabalho e de negócios sedentos em amealharem, de qualquer jeito, a partir de meados dos anos 30 do século passado, o precioso “maná celestial” que era o volfrâmio, supervalorizado pela extraordinária procura que tal espécie mineral passou a ter por parte das grandes fábricas mundiais de armamento logo que deflagrou a II Grande Guerra Mundial (1938-1945).



A antiga ponte

Foi um período, paradoxalmente, de grande actividade económica e de extraordinário movimento demográfico no Gerês, provocado pelas muitas pessoas ligadas àquelas minas que aqui assentaram arraiais, ainda que, por vezes, passageiros, não obstante as duras restrições impostas por uma guerra sangrenta que, na prática, afectou as comunicações e a economia em quase todo o mundo.

Neste cenário de rebuliço constante, em que além da habitual época termal, havia a azáfama dos mineiros e respectivos traficantes, como também a intensa actividade dos carvoeiros que, em plena serra, se dedicavam à produção de carvão vegetal, que tinha imensa procura no abastecimento das famílias que viviam nos grandes centros urbanos, como combustível mais utilizado nas cozinhas e no aquecimento doméstico. Foi neste ambiente trepidante, íamos a dizer, que chegou ao Gerês o nosso protagonista Zé Serralheiro. Não à procura do minério, como muitos outros, mas para exercer a sua profissão, até então aqui inexistente.

Nessa mini-Torre de Babel geresiana, por onde passavam caras de muitas proveniências e não menores experiências, o cidadão José Maria Gonçalves dir-se-ia que pegou aqui de estaca, tantos e tais eram os parceiros que com ele alinhavam nos indispensáveis rituais próprios do culto ao seu venerado Baco, o deus a que, diariamente, prestava respeitosa vassalagem. E as artimanhas em que se mostrou, efectivamente, um mestre cerebral e exímio, começaram, desde logo, a surgir, à medida em que passou a pisar, com mais firmeza, o na altura, fértil solo geresiano para essas e para outras andanças...

Certo dia, aproveitando o facto do sr. João Ribeiro, seu senhorio, ter posto a secar umas tábuas de pinheiro encostadas, na vertical, aos resguardos da velha ponte, mandada construir, em 1912, pelos Serviços Florestais e pela Câmara de Terras de Bouro, e deu o nome à sua pensão, o Zé Serralheiro daria provas da sua brilhante imaginação e engenho invulgar. Estrategicamente, deu conta do seu projecto ao Rola, um guarda fiscal de Arronches, já anteriormente citado, que, pelo seu espírito folgazão, se prestava para essas coisas, encarregando-o de, à hora aprazada, se esconder, disfarçadamente, por baixo dessas tábuas, numa extremidade da fileira das tábuas. E só entraria em acção apenas quando ouvisse pronunciar a senha combinada entre os dois.

Para fazer tempo, andou a beber uns copos, primeiramente, com o Pinto, um motorista das Minas dos Carris, de corpo muito franzino e bigodinho sempre afiado, que também bebia bem. Depois, já na observância do seu plano, passou pelo “Cantinho da má-língua”, onde entrou em amena cavaqueira com o António Baltazar, na altura proprietário do primeiro táxi que aqui existiu, o João Capela, o Bichinho e o Reguinga. Levando por diante os seus intentos, a todos convidou para irem beber um copo na tasca da Sra. Albina dos Moços, nos fundos da Pensão da Ponte, com as ditas tábuas ali bem próximas, enquanto que o Rola, pontual, já se metera no seu improvisado esconderijo...

Habilidosamente, entre os tragos de vinho que iam saboreando, o Zé Serralheiro fez encaminhar a conversa evidenciando os dotes sobrenaturais que ele possuía, sempre que procedesse a umas rezas que constavam de um velho livro que tinha em casa. E propôs-lhes até uma aposta: - *Se eu quiser* – disse-lhes ele em tom sério e convicto – *até faço tremer esta ponte!* O que provocou sonoras gargalhadas da parte de todos os convivas. - *Ai vós não acreditais? Esperai aí um pouco que eu vou a casa e venho já* – disse-lhes o “Rei dos Fogões”.

Num instante, subiu até à sua casa, ali bem próxima, para buscar uma edição antiga do popularmente denominado “Livro de S. Cipriano”, uma espécie de anuário cristão que continha, além das biografias de santos, um devocionário com orações várias adequadas a diversas situações. Depressa desceu o resto da calçada, com os ares doutorais que o volumoso livro debaixo do braço lhe conferiam.

Em plena ponte, de rosto sério e austero, compenetrado nas suas funções de improvisado “exorcista” e já rodeado de uma legião de curiosos, o Zé Serralheiro, perante um silêncio sepulcral, para impressionar, ainda mais, a boquiaberta assistência, começou por desenhar, no chão, com uma vara, sem nunca a ter levantado,

como mandava a praxe, a “estrela de S. Solimão”. De seguida, com o livro de S. Cipriano aberto, dirigiu-se pausadamente para o meio da ponte e, depois de olhar de frente os cada vez mais atónitos assistentes, proclamou de forma solene e em alta voz: *“Rios, mares, lagos e fontes: geme-te ponte!”*

Ao ouvir estas palavras, que eram a senha previamente combinada, o malandro do Rola, até então silenciosamente escondido por baixo das tábuas, como referimos, empurrou-as com quanta força tinha, de tal forma que estas começaram a desabar umas atrás das outras, como se fossem um leque a fechar...

Foi o bom e o bonito!... Julgando que a queda das tábuas era o prenúncio da derrocada da ponte, os assistentes desataram a fugir, espavoridos, para tudo quanto era sítio, enquanto o autor da façanha, satisfeito, se riu até fartar por verificar que toda a sua tramóia tivera o desejado resultado.

Nos dias seguintes, não se falou doutra coisa no Gerês, até porque era Inverno e, como tal, abundava o tempo para a má-língua... Então o Zé Serralheiro, orgulhoso pelo seu feito, gozou a bom gozar e na reprodução do sucedido, comentava à sua maneira, a fuga de alguns dos assistentes: - *O António Baltazar, quando viu as primeiras tábuas a caírem, desatou a correr como um galgo pelo caminho junto ao rio, enfiando-se pela janela da cozinha da Pensão Jardim; o João Capela, cheio de medo, botou-se a fugir esbaforido, com a língua de fora, pela calçada da Praça acima, em direcção à sua casa, no Rigor; e o Reguinga, esse, com a casa ali ao lado, entrou que nem uma flecha pela porta da cozinha dentro que nem um coelho a enfiar-se na lura, quando perseguido pelos caçadores...*

Um falso afogado...

É vulgar dizer-se, sempre que tal vem a propósito, que por “de trás de um grande homem, há sempre uma grande mulher”. Isto para significar que, muitas vezes, os êxitos pessoais, profissionais ou políticos de certos indivíduos somente foram ou são possíveis porque, na retaguarda, tiveram ou têm o apoio imprescindível, ainda que discreto, do eterno sexto sentido das respectivas esposas, tanta vez o bálsamo, o equilíbrio e a serenidade necessárias para que as iniciativas a que meteram ombros sejam coroadas do sucesso desejado.

Certo é, todavia, que, no caso vertente do Zé Serralheiro, tal máxima não poderá, por óbvias razões, aplicar-se com toda a propriedade. Mas que na sua vida de casal sem filhos, a sua esposa exerceu um papel preponderante em várias peripécias que dele se conhecem, isso ninguém, legitimamente, poderá colocar em causa.

Talvez por temperamento e também pelos poucos afazeres que, normalmente, a ocupavam, para além das habituais lides caseiras, a “tia” Laura Serralheira, como o povo do Gerês a apelidava, era uma mulher de profundas convicções, mas altamente vocacionada para a coscuvilhice – uma tendência eminentemente feminina, conforme é sabido...

A situação estratégica da sua cozinha, em cuja janela, situada mesmo em cima da íngreme calçada de acesso ao então populoso lugar da Boavista, ela passava largas horas do dia, assistindo à passagem e falando com os transeuntes, era propiciadora para tanto. Poderá dizer-se, se calhar com algum exagero, que nada sucedia no Gerês de que ela não fosse das primeiras pessoas a tomar conhecimento e dele dar, em tempo record, notícia, quase sempre em primeira mão, às suas confidentes.

Devido ao feitio de incorrigível boémio de seu marido, fre-

quentemente a aparecer-lhe em casa já toldado pelos copos abundantes que bebera com os amigos, este casal não podia deixar de ter os seus problemas de relacionamento, dando assim, razão ao velho ditado popular segundo o qual *“casa que não é ralhada, não é governada”*...

Eram, por isso, frequentes as discussões naquele lar, quase sempre por causa do estado lastimável em que, quase por norma, o Zé chegava a casa. Isso levava a “tia” Laura a repreendê-lo amiudadas vezes, verberando-lhe tal comportamento e ameaçando-o, até, de o deixar, de uma vez por todas, indo viver junto da família, na sua terra natal. O que, ao contrário de hoje, era raríssimo acontecer naqueles tempos...

Mateiro e sagaz como era, porém, o nosso Zé Serralheiro, no seu melhor estilo, quis pôr à prova as repetidas ameaças de separação que sua esposa constantemente lhe fazia. E o que, dessa vez, ele haveria de se lembrar?

Mostrando-se agastado com as sistemáticas reprimendas e ameaças da esposa, um dia provocou, propositadamente, uma valente discussão com ela. Caíram raios e coriscos naquela cozinha! De um lado, era a “tia” Laura, completamente transtornada por ver que todas as suas chamadas de atenção não surtiam efeito, a dizer-lhe que estava farta daquela vida que, por causa dele, levava e a vergonha que sentia das pessoas conhecidas que sabiam do seu mau viver. E, exaltada como nunca, disse-lhe sem reticências: *- Mas que mal teria eu feito a Deus para ter de aturar um bêbado como tu, homem?! Que bem não estaria eu se estivesse solteira e sem te aturar! E há tanta gente que morre! Só tu é que não vais, meu malandro!*

Aparentando levar a peito tais palavras, que, de resto, iam de encontro aos seus desejos, o Zé Serralheiro responder-lhe-ia: *- Ai é isso que tu queres? Achas que te estou a ser pesado? Então, descansa que vou já fazer-te a vontade: vou-me deitar a afogar!*

Lesto, saiu de rompante pela porta fora e, em passos apres-

sados, dirigiu-se pela calçada abaixo, em direcção à ponte. Dobrada esta, tomou o rumo de umas toscas escadas de pedra que, do lado norte, davam acesso ao rio e, apressadamente, foi buscar uma espécie de espantalho que ele previamente havia preparado com um seu fato-macaco antigo, cheio de palha, e deixara escondido por baixo da ponte. Pegou no dito espantalho e correu a deitá-lo, de bruços, num poço então existente junto ao açude a que, na altura, chamavam o “Poço da Albina”. E, de novo, voltou para debaixo da ponte, aí aguardando, pacatamente, o desenrolar dos acontecimentos.

Incrédula, a “tia” Laura estranhou o desenlace inédito daquela acalorada discussão e, receando o pior, correu, ligeira, até à ponte. E não encontrando ninguém a quem perguntar se tinha visto o seu marido, por instinto, e com o coração a palpitar fortemente, aproximou-se do resguardo do lado norte da antiga ponte e, atónita, sem ponta de sangue, olhou para o maldito poço e, com os seus próprios olhos, avistou lá o fato-macaco do seu Zé a boiar, de bruços, à tona da água!

Como se fosse fulminada por um raio de trovão, a pobre da “tia” Laura desatou a gritar desesperadamente, exclamando: *“Ai que o meu rico homem se deitou a afogar! Acudam-me! Quem me salva o meu rico Zé! Acudam-me! Salvem-me o meu rico homem!”*

Os vizinhos, sem nada saberem do que se estava a passar, acorreram solícitos aos gritos lancinantes da “tia” Laura e alguns deles, mais expeditos, ainda se deitaram ao poço na tentativa de salvarem o amigo. Só que este, comodamente sentado por debaixo da ponte, ria-se a bom rir e ao saber que, entretanto, sua esposa havia desmaiado, apressou-se a subir as escadas para a consolar e manifestar, a ela e ao muito povo que lá se juntara, que ficara convencido com as consumadas provas que a sua mulher acabara de lhe dar quanto ao verdadeiro amor que por ele nutria.

Um distinto “orador sagrado”...

Durante muitos séculos, e até ao Concílio Ecuménico Vaticano II, iniciado em 11 de Outubro de 1962, com o Papa João XXIII, e encerrado, pelo Papa Paulo VI, em 8 de Dezembro de 1965, a Igreja Católica utilizou a língua latina nas suas cerimónias litúrgicas, o que, como facilmente se poderá imaginar, as tornava enfadonhas para todos quantos a elas assistiam por devoção e fé.

Não era de admirar, por isso, que, à força de tanto as ouvirem nas igrejas, existissem, aqui e ali, determinadas pessoas que sabiam, de cor e salteado, certas frases ou expressões litúrgicas usadas naqueles tempos sem nunca terem aprendido, sequer, os rudimentos mais elementares da língua de Cícero. Tão pouco, na maioria dos casos, sabiam o seu significado...

Detentor, como anteriormente já assinalámos, de uma certa cultura para a época, fruto da leitura e do convívio com a classe sacerdotal, que nesse tempo possuía, de um modo geral, uma invejável preparação na língua latina, “tirocinada” ao longo de oito anos de aprendizagem no seminário, o nosso Zé Serralheiro, pois é dele que continuamos a escrever, também tinha uma predilecção especial pelo uso e abuso dessas frases latinas, insinuando, muitas vezes, uma gama de conhecimentos que, naquela altura, não eram vulgares.

Locuções essas – hoje já em desuso face à forte implementação da língua inglesa – como “*dura lex, sed lex*” (a lei é dura, mas é lei), “*errare humanum est*” (errar é próprio do homem), “*in vino veritas*” (é com o vinho que se descobrem certas verdades), “*vinum laetificat cor hominis*” (o vinho alegra o coração do homem) e “*sursum corda*” (corações ao alto!) eram por ele utilizadas frequentemente, sobretudo, quando os vapores vinícolas começavam a fazer, inevitavelmente, os seus efeitos. A comprovar tal tendência, não foi por acaso que, no portão do cemitério antigo do Gerês, por ele construído em 1938

e supomos ser uma das suas raras “reliquias” ainda em funcionamento, aparece a palavra latina “*Finis*” (Fim), que contraria até a doutrina actual da Igreja Católica, quando insiste em pregar que a morte, para os crentes, não é o fim, mas antes, a passagem da vida terrena para a vida eterna.

Graças, porém, ao seu inseparável “Livro de S. Cipriano”, que sabia de cor em boa parte, o Zé Serralheiro não se ficou por aí. Aprendeu até – imaginem! – a fazer sermões, prática a que, geralmente, ele apenas se dedicava quando já bebido e inspirado pelo precioso néctar dos deuses...



Pensão da Ponte

Recordo-me, com enorme saudade de, pequenito ainda, e ao contrário do habitual, meu saudoso pai por vezes chegar a casa atrasado para o jantar, justificando tal atraso, quase sempre, pelo facto de, ao passar em frente da taberna da “tia Albina dos Moços”, a dois passos da casa onde nasci e cresci, ter estado a ouvir o Zé Serralheiro a “pregar” o sermão de Sto. António, não resistindo a entrar e a escutá-lo até ao fim...

Era de gritos assistir a esses “sermões”, no ambiente turvo do fumo dos cigarros, do barulho do bater das cartas nas mesas, com as respectivas malgas ou copos de vinho a serem sorvidos em cata-dupa.

Mas todo esse rebuliço, como que por milagre, se transformava, de repente, num silêncio sepulcral quando os restantes compar-

sas viam o Zé a subir para cima de um banco de madeira, comprido, que havia, em geral, em todas as tascas, e que ele aproveitava para fazer de púlpito. Em sinal de respeito por aquele “distinto orador sagrado” – como eram anunciados, na época, os pregadores das grandes festas e romarias nortenhas – toda a gente se calava, aguardando respeitosamente o início do “sermão”.

De semblante sério, com a cabeça descoberta, e sem pestanejar, o improvisado orador, imitando os verdadeiros pregadores, começava por fazer a citação de uma frase da Sagrada Escritura em latim, como era costume nesses tempos. E sem se descoser, depois de meia dúzia de frases soltas, que havia catrapiscado no “Livro de S. Cipriano” e decorara, dirigia-se ao atento auditório nestes termos: - *Meus irmãos! Encontramo-nos aqui reunidos para homenagearmos o grande santo português que foi o glorioso Santo António. Nascido em Lisboa em 15 de Agosto de 1195, foi-lhe dado no baptismo o nome de Fernando de Bulhões. Desde bem cedo, começou a frequentar a Escola dos Cónegos da Catedral lisboeta, à sombra da qual cresceu e, aos 15 anos, optou por seguir a vida religiosa, iniciando os seus estudos teológicos. Aos 20 anos, professou nos Cónegos Regrantes de Sto. Agostinho, em Lisboa, onde estudava, para seguidamente, prosseguir os seus estudos em Coimbra, cidade em que, em 1220, tomou o hábito franciscano e adoptou o nome de António, tornando-se num afamado pregador.*

A chegada a Coimbra dos restos mortais de cinco missionários martirizados em Marrocos, impressionaram-no fortemente e, pouco tempo depois, decidiu ir também para Marrocos, a fim de anunciar a Palavra de Deus aos infiéis. Uma grande tempestade no alto mar, porém, desviou-o desse rumo e levou-o até à Sicília, em 1221. Em breve, os seus grandes dotes oratórios espalharam-se por toda a Itália e sempre que pregava, uma grande multidão de fiéis ouvia-o religiosamente, cedo começando a ganhar a fama de fazer milagres. Após dez anos de intensa actividade de pregação por toda a Itália, sentiu-se gravemente doente, pedindo que o levassem para Pádua, onde veio a falecer, com apenas 36 anos de idade, em 13 de Junho

de 1231. Um mês depois da sua morte, os habitantes de Pádua pediram ao Papa que o elevasse às honras do altar, o que viria a suceder em 30 de Maio de 1232, apenas onze meses após ter falecido. Desde aí, ficou a ser conhecido em todo o mundo cristão como Santo António de Lisboa (onde nasceu) ou Santo António de Pádua (a cidade onde faleceu)".

Em jeito de conclusão, o Zé Serralheiro relatava os principais milagres atribuídos àquele santo, comovendo alguns dos assistentes até às lágrimas que, traiçoeiramente, lhes caíam pelas faces avermelhadas e... avinhadas pelos copos entretanto bebidos ao longo da tarde. No final da sua "brilhante intervenção", não faltavam, por norma, os fortes aplausos da reduzida mas atenta assistência que, mais tarde, quando em meados de Junho, ouvia o tradicional sermão da festa de Sto. António, que até há bem poucos anos, se fazia no Gerês, sempre que o respectivo pregador não lhe agradasse, comentava desta forma altamente abonatória para os dotes retóricos do auto-denominado "Rei dos Fogões": - *O Zé Serralheiro fazia melhor o sermão que este padre!*"...

O romeiro da Abadia...

Mais um Verão acabou de ser apagado no calendário do tempo e, com ele, ficou cumprido todo um extenso rol de festas e romarias que, desde o santuário mais sumptuoso às mais humildes capelinhas ou ermidas encravadas nas encostas das serras, deram colorido e animação ao país.

Certo é que a mudança de hábitos, por um lado, e a indesejável carestia da vida, por outro, estão a contribuir para que tais manifestações, verdadeiras mesclas do religioso com o profano, já não sejam, hoje, o que foram, muitas delas, ao longo de séculos.

Não vão longe os tempos em que, para boa parte do nosso povo, as festas em honra dos santos da sua devoção, além da sem-

pre apetecível folga nos trabalhos habituais, eram também ocasião asada para o cumprimento de promessas, para o reencontro de velhos amigos entre duas – ou mais... - malgas de tinto e uns petiscos que, mãos experientes, haviam confeccionado a preceito. Vezes sem conta, eram ainda locais aprazados para inadequados ajustes de contas e ansiadas desforras de rixas antigas que, num ápice, transformavam o arraial num verdadeiro campo de batalha. Como constituíam, quase sempre também, o ponto de encontro almejado para os arroubos amorosos de muitos namoricos.

Este foi, durante muitos anos, o cenário usual que caracterizou as romarias minhotas, onde as danças e cantares ao desafio ao som das concertinas ou das rapsódias populares executadas, no coreto, pelas filarmónicas, emprestavam a imprescindível nota festiva que alegrava novos e velhos, pobres e ricos.

Ainda hoje, não obstante as circunstâncias já apontadas, para as gentes de Entre Homem e Cávado – e não só... - as romarias mais frequentadas continuam a ser as de S. Bento da Porta Aberta e da Senhora da Abadia, ambas em meados de Agosto, como é sabido. Como seria de estranhar se tal não acontecesse, o nosso Zé Serra-lheiro era um freguês habitual dessas romarias, donde regressava, normalmente, com uma elevada dose de alcoolémia, como agora se diz. Dupla sorte a dele: é que, nesses distantes tempos, não era necessário soprar ao balão nem ele tão pouco sabia conduzir...

Num dia 15 de Agosto, resolveu dar uma saltada à grande romaria da Senhora da Abadia. O terreiro do santuário, naquela tarde sufocante e cálida, regorgitava de gente e de barracas, cobertas por largos estendais de pano ou toldes para abrigarem, da forte canícula, as extensas mesas e bancos de madeira improvisados onde os romeiros abancavam para “dar de beber à dor”, emborcando sofregamente uma coxa de frango ou uma posta de bacalhau frito, com um naco de broa ou de rosca da festa, para “fazerem pé” ao verdasco bebido nuns beçudos canecos de asa, em porcelana,

onde estalava, a crepitar, a bela pinga recolhida, momentos antes, na avantajada pipa assente ali bem perto. Outros, como “conduto”, antes preferiam saborear as primícias dos melões de casca de carvalho ou das melancias que as gentes da Loureira e Soutelo, em Vila Verde, sabiam apregoar e vender a bom preço...

Sentindo-se como “peixe na água”, já bem “temperado” e com companheiros a preceito, entre os quais, o António das Luzes, mais a sua inseparável concertina, e o Zé Bóia, este nas suas “sete quintas” pois, embora trabalhasse no Turismo do Gerês, era natural de Sta. Maria de Bouro e amigo de entrar em patuscadas.

A rusga geresiana irrompeu, com dificuldade, pelo terreiro fora e só se deteve uns bons metros à frente, quando o Zé Serralheiro parou junto a um grupo de moçoilas entretidas a cantar ao desafio umas com as outras.

A sua presença, porém, não passou despercebida àquelas raparigas, ao ponto de uma delas, mais atrevidota, não deixar perder a oportunidade para investir contra ele, desta curiosa maneira: *“Donde é que és tu/ Ó cara de cenoura crua/ Tu és um cão danado/ Que anda aí pela rua”*. Perante tão agressiva afronta, e inspirado pelos bons canecos que havia já bebido, a imberbe cantadeira não ficaria sem uma resposta simpática: *“Sou da Serra do Gerês/ Das famosas águas termais/ Onde se trata do fígado/ E da carteira jamais”*.

Metediça, a parceira de ocasião não desistiu de espicaçar o seu desconhecido adversário e, de chofre, atirou-lhe, de novo: *“És da Serra do Gerês/ És da terra dos lambões/ Nascestes antre o mato/ Pertences aos raposões.”*

O despique chegara ao rubro. Não dando parte de fraco, e como caçador que era, o Zé Serralheiro, sagaz, quis deixar o melhor “cartucho” para o fim, disparando, mortífero:

“Chamaste-me raposão/ Lindo nome tenho eu/ Se os raposões vão aos pítos/ Eu também hei-de ir ao teu!”...

De registar que esta amizade com o Zé Bóia, apesar de parecer

sólida e duradoura, teve os seus momentos de crise. É que, com os copos, o nosso “Rei dos Fogões” tornava-se, por vezes, irascível e de difícil trato, embora tal estado se espírito se diluísse logo que os efeitos da “piela” desaparecessem.

Um dia, porém, as coisas estiveram feias numa discussão com o Zé Bóia, ao ponto deste parceiro de muitas farras o ter ameaçado de lhe dar umas facadas. Tudo isto aconteceu no Inverno, numa altura em que as fortes chuvadas tinham aumentado grandemente o caudal das águas do rio. Poucos dias após a discussão, o Zé Serra-lheiro, abrigado à porta da tasca da “tia” Albina dos Moços, um dos seus poisos preferidos, avistou o Bóia a chegar ao meio da ponte. Sem lhe dar tempo, foi direito a ele e derrubou-o no chão. Não contente com isso, pegou nele pelas pernas e, com força, dependurou-o de cabeça para baixo. Depois, com as pernas do Zé Bóia bem firmes nas suas mãos, levantou-o e fê-lo passar para lá do resguardo da ponte, com as volumosas águas do rio a passar ali bem perto. E ameaçou-o: “- Vou-te deitar à água, meu malandro! E como tu és uma “bóia”, não te sucederá mal nenhum, pois irás a boiar pelo rio abaixo...”

Claro que não o fez. Mas o Zé Bóia, ao ver-se em tão aflitiva situação, não ganhou para o susto e, daí para a frente, não incomodou mais aquele seu antigo parceiro dos copos...

O “Avé de Fátima” no Casino...

Há uma dúzia de anos, dois amigos que muito prezo e aqui viveram bastante tempo, vindos ao Gerês em pleno Inverno, ficaram estupefactos com a “santa pasmaceira” que detectaram nesta vila a partir das 8 horas da noite, comparativamente com o movimento que se registava no seu tempo. Pior do que isso, tal situação, de há tempos a esta parte, estendeu-se às próprias noites

quentes de Verão que nada têm a ver com o que foram há décadas atrás.

Fenómeno não exclusivamente geresiano pois se regista igualmente em muitas cidades e vilas do país, e para o qual, além da evidente mudança de hábitos, se apontam também a concorrência dos canais televisivos e o clima de insegurança que as populações sentem, mesmo nos meios mais pequenos, também nesse domínio o Gerês mudou. O que, sem saudosismos bacocos, se lamenta.

Principalmente, pelo facto de, como estância turístico-termal que é, e se na verdade, pretende apostar num turismo de qualidade ao longo de todo o ano, como se apregoa, não se poderão continuar a verificar tais situações. Deixando, porém, essas questões para quem tem obrigação de as remediar, no período áureo que,



O Casino do Gerês

em termos de movimento de aquisitas, a nossa terra conheceu nas décadas de 30 a 60, a animação era uma constante no período termal, com os próprios hóspedes a organizarem diversas iniciativas, desde passeios a pé à serra e gincanas de automóveis aos

bailes, chás dançantes e espectáculos variados. O casino do Hotel Moderno, que tinha uma orquestra privativa, dirigida pelo lisboeta Maestro Raul de Campos, autor da partitura musical do Hino do Gerês, era o local privilegiado para serões inolvidáveis, como o seria, depois, o Cinema que lhe sucedeu, no mesmo espaço, não só com sessões diárias nos meses mais frequentados, como também através de teatro de revista apresentado por companhias de Lisboa em digressão pelo país. Uma ocasião houve em que uma dessas companhias de teatro de revista, que era formada por um grupo

razoável de pessoas, entre actores, actrizes, pessoal de apoio e responsáveis, se instalou, com armas e bagagens, na Pensão da Ponte, mais concretamente no topo sul do segundo andar dessa agora encerrada unidade hoteleira.

Depois de esgotadas as actuações previstas, não havia meio de tão numerosa comitiva partir para outras bandas. Preocupado com a situação, para mais agravada com o aspecto duvidoso de tal grupo, o Sr. João da Ponte receava já o pior.

Sem descortinar maneiras de se ver livre de tão incómoda clientela, e dado que os quartos que ocupavam se situavam bem perto da “residência” habitual do Zé Serralheiro – precisamente nas traseiras desse mesmo andar – o Sr. João lembrou-se desse seu amigo e inquilino para escorraçar tal gente. Claro que o nosso “Rei dos Fogões” não se fez rogado e em hora que sabia estarem os elementos da companhia de teatro recolhidos nos seus aposentos, armou uma violenta discussão com a pobre da sua mulher, praguejando em alto e bom som e ameaçando de morte quem dele se aproximasse. Para estabelecer ainda maior confusão, rapou da sua inseparável pistola e começou, com toda a fúria, a disparar vários tiros para o ar.

Assustada e temendo o pior da extrema violência revelada por tão indesejável vizinho, a companhia de teatro apressou-se em fazer as malas e... as contas com o dono da pensão que, finalmente, respirou de alívio por ver-se livre de tão suspeitos hóspedes...

O casino do Grande Hotel Moderno foi ainda cenário de uma peripécia em que o nosso Zé Serralheiro foi o protagonista principal. Conforme é sabido, a extinta Secção da Guarda Fiscal do Gerês teve quase sempre a comandá-la um oficial do exército, com a patente de alferes ou tenente. Acompanhados das respectivas famílias, esses oficiais eram, na maioria dos casos, pessoas que se adaptavam facilmente à população geresiana, criando até laços de simpatia e de amizade durante a sua estadia entre nós. Natural, por

isso, que muitos deles deixassem aqui compreensíveis saudades, de resto confirmadas com a organização, por parte da população, dos tradicionais almoços ou jantares de despedida.

Um desses comandantes houve, porém, que os geresianos quiseram homenagear com um jantar de despedida servido no ambiente requintado do Casino. Na hora dos brindes, foram vários os oradores que enalteciram as qualidades pessoais e militares do homenageado. Dentre eles, destacou-se o Zé Serralheiro que, já com uma valente bebedeira, quis mostrar os seus dotes retóricos, botando também faladura a destacar os méritos do comandante cessante...

Em determinado momento, porém, a emoção começou a apoderar-se dele. O coração – ou o vinho?... – atraçou-o e, perante os muitos convivas lá presentes que o escutavam atentamente, não conseguiu disfarçar a “dor que lhe ia na alma” e banhado em lágrimas, a encerrar, pediu a todos que, com ele, cantassem, ali, o “Avé de Fátima”!...

Estupefacta mas obediente, a assistência não o quis contrariar e como que impulsionada por uma força exterior, levantou-se respeitosa e, em unísono, começou a cantar a plenos pulmões:

“A 13 de Maio, na Cova da Iria,/ Apareceu brilhando a Virgem Maria./ Avé, Avé, Avé Maria! Avé, Avé, Avé Maria”!...

Um “maestro” de renome...

Ao contrário de hoje, e pelas razões já anteriormente apontadas, a noite geresiana de agora nada tem a ver com a aqui era vivida há 50 e mais anos atrás. Mesmo nos longos meses de Inverno, sem a feroz concorrência da televisão e com o rebuliço próprio da afluência às minas dos Carris, o Gerês tinha, sobretudo nos fins-de-semana, uma vida nocturna movimentada, cujos epicentros se con-

centravam, preferencialmente, nas muitas tascas então aqui existentes.

Pela sua excelente localização, em pleno centro desta vila termal, o popularmente denominado “Café da Púcara” ou do Arlindo, situado no rés-do-chão do lado norte da extinta Pensão Avenida, era o “poiso” preferido pelos “noctívagos” geresianos de então.

Aí se comia, bebia, jogava e conversava de tudo um pouco. Desde umas “tainadas” previamente preparadas e combinadas a tempo e horas, a uns copos de verde tinto – o branco, nesses tempos, era coisa rara... - não faltava quem lá passasse longas horas entretido a jogar dominó e às cartas, muitas vezes a dinheiro, jogos esses que eram céleremente interrompidos quando soasse a proximidade da GNR, onde pontificavam, nessa altura, as figuras austeras do Cabanelas, do Janela, do Dias e do Pereira, entre outros. Como também era local apropriado para a inevitável má-língua – esse vírus marcadamente geresiano que consegue resistir aos mais potentes antídotos... - e, de quando em vez, para algumas zaragatas a que, apressado, o Arlindo, patrão da casa, procurava pôr cobro, com o seu rijo coto, para salvaguarda do bom nome e respeito do estabelecimento.

Depois da tasca da “tia” Albina dos Moços, a poucos metros de sua casa e local de trabalho, que frequentava, sobretudo, durante o dia, o “Café da Púcara” era o local preferido do Zé Serralheiro, como de tantos outros “amigos da noite geresiana”, após a ceia, dado que tal estabelecimento encerrava, normalmente, às duas horas da manhã.

Já, habitualmente, bem bebido, era aí que o nosso José Maria Gonçalves, seu nome do baptismo, acabava, muitas vezes, por atestar a sua “capacidade vinícola”, chamemos-lhe assim, até cair, remansosamente, nos braços de Baco, o seu adorado “deus do vinho”...

Quando tal acontecia, embora nem sempre, a juventude de então, onde dominavam os irmãos Lopes (o Armando, o António e o Gaspar), o Tone Mineiro, o Secundino e o Arnaldo Mouta, o Virgílio China, o Carlos Guedes, o Quim do Dias, o Zé Capela e outros mais, não desperdiçavam a oportunidade para pedir ao Zé Serralheiro para ir dirigir o “coro” de quem ele era o seu renomado “maestro”...

Tal ritual consistia no seguinte: com o Zé Serralheiro já turvado pelos valentes copos bebidos, a rapaziada, depois de o convencer a fazer mais uma actuação, dirigia-se para o largo contíguo ao citado café, onde outrora havia existido o Hotel Internacional ou Anselmo, e aí formava um semi-círculo a aguardar a chegada do seu prestigiado “regente”. Em chegando este, apoiado numa esguia mais versátil vara de marmeleiro, que fazia de batuta, o “coro”, respeitoso, esperava que o seu dedicado dirigente dêsse sinal para o início do “concerto”, cujo reportório era sempre o mesmo, para não variar...

Solene e compenetrado, o improvisado “maestro” não iniciava o “espectáculo” sem que os cantores e respectiva assistência observassem o mais rigoroso silêncio. De cara erguida, com os braços abertos e olhos fechados como estivesse a inspirar-se, o Zé Serralheiro, com a referida batuta bem firme na mão direita, lá dava sinal para o “coro” entoar, harmoniosamente, o refrão: *“Alecrim, alecrim aos molhos/ Por causa de ti choram os meus olhos”*. E repetia-o, conforme mandam os cânones, para enlevo do “maestro”, deleitado com a primorosa actuação do coro. Mas, para o contrariarem, os “coristas” não davam seguimento à segunda parte dessa popular canção (*Ai meu amor quem te disse a ti que a flor do monte era o alecrim*), e, qual rapsódia, engatavam logo noutra loa não menos popular, que era a do “Tiroliro”, cantando a plenos pulmões: *“Lá em cima está o Tiroliro, ai cá em baixo está o Tiroliróló. Juntaram-se os dois à esquina, a tocar a concertina e a dançar o sol e dó”*. Agastado com a partida feita pelos

seus insubmissos cantores, o “maestro”, sempre que tal acontecia, pegava na vara de marmeleiro com ambas as mãos e, com toda a força, zurzia-a vigorosamente sobre eles que, já prevenidos, baixavam antecipada e automaticamente as respectivas cabeças para, assim, se livrarem de uma valente “paulada”.

Um dia houve, porém, em que o “concerto” teve lugar mais cedo que o costume. Foi pela hora da chegada da carreira das 6 da noite, em pleno Inverno, cuja paragem era em frente à Central, ali a escassos metros. Mal saídos da camioneta, o Francisco e o Joaquim Leitão, de visita ao seu tio, Sr. Almeida, então director-técnico da farmácia e proprietário da Casa Almeida, ao avistarem aquele grupo de parceiros de tantas farras, apressaram-se em alinhar com eles no “coro”, desconhecendo embora o pormenor nada insignificante da mudança abrupta da canção inicial e a reacção imediata do “regente”. E o resultado foi que, ao passarem a cantar o “Tiroliro”, enquanto que os outros “coristas”, já avisados, se agacharam, eles mantiveram-se de pé, apanhando assim, uma valente bordoadada que jamais esqueceram...

Conta-se também que, certa noite de Inverno, e após ter jantado em casa, o Zé Serralheiro saiu até à rua e o café do Arlindo foi o seu destino costumeiro. Só que nessa noite, não viu lá nenhum dos seus habituais parceiros. Contrariado, saiu pela porta fora e foi pela rua abaixo, a cantarolar em voz alta. Ao chegar, no entanto, junto ao Hotel das Termas ouviu uma voz cavernosa vinda dos lados do alto do muro da antiga praça, que gritava insistentemente: *“Vai-te deitar, borrachão! Vai-te deitar, borrachão!”*

Impávido e sereno, o Zé fez de conta que não era nada com ele e lá prosseguiu, animado, a sua marcha, entoando alegremente a cantiga que tanto o estava a entusiasmar. Quando chegou, porém, perto do Hotel do Parque calou-se e, sorrateiramente, subiu em silêncio a rampa que dá acesso, pelas traseiras, ao actual Centro de Animação Termal. Aí chegado, constatou que aquele vulto rubi-

cundo que tinha pela frente era nem mais, nem menos que o João Capela, um conhecido sapateiro de que já falámos e fez escola no Gerês, ensinando a sua arte a bastantes rapazes que lhe seguiram as pisadas. Aproximando-se dele ameaçadoramente, disse-lhe com voz enérgica e decidida: *“Ai és tu, meu malandro?! Pois então vais ver quem é o borrachão. Vou-te matar!...”* E sem lhe dar tempo para fugir, o Zé Serralheiro puxou da sua pistola de guerra, que estava autorizado a possuir por ser elemento do Núcleo do Gerês da Legião Portuguesa, e encostou-a, com o cano voltado para cima, a uma orelha do amedrontado sapateiro. De forma imprevisível, num abrir e fechar de olhos premiu o gatilho e disparou um tiro para o ar, furando a aba do chapéu do seu interlocutor!

Com o tremendo susto que apanhou, rezam as “crónicas” daquele tempo que o pacato do João Capela sofreu, ali mesmo, um desarranjo intestinal de tal ordem que nem sequer lhe deu tempo a dirigir-se à casa de banho mais próxima... E convenhamos que o caso não era para menos...

Uma burra famosa...

Pelo muito que dele já se escreveu – e, se Deus quiser, se continuará a escrever por algum tempo mais... - cremos que os leitores que sabemos apreciarem estas alinhavadas crónicas sobre a história geresiana recente, já chegaram, a esta hora, a uma inevitável conclusão: a de que, sem sombras de dúvidas de qualquer espécie, o nosso Zé Serralheiro foi o maior boémio do Gerês de todos os tempos, tantas e tais são as facetas da sua vida extravagante, que não interferiam, contudo, no trabalho metódico e perfeito que ele desenvolvia na sua actividade profissional. Neste caso, poderia até dizer-se, com toda a propriedade, que *“serviço era serviço e conhaque era conhaque”* – do bom, acrescentaria ele, no

seu característico jeito brincalhão que, em horas propícias, lhe era familiar.

Quem o conheceu de perto, sabe que tudo quanto dele temos dito corresponde à realidade, ainda que revestida de algumas “roupagens” jornalísticas que são da responsabilidade do improvisado cronista – nestas coisas da escrita, como nas da culinária, “*os olhos também comem*”... - sem nunca fugir, porém, aos factos que testemunhas presenciais e a tradição oral lhe transmitiram.

Esta figura típica do Gerês, pelos muitos anos que aqui viveu, pela actividade que aqui exercia e pelo talento que mostrava em muitas peripécias por ele engendradas, grangeou entre nós uma onda de geral simpatia e de invulgar popularidade entre os vários estratos sociais, relacionando-o tanto com os ricos como com os pobres.

A prova disso é que, ainda hoje, as pessoas que o conheceram, ao falar-se dele, recordam – no com imensa saudade, como uma figura típica inesquecível face às partidas ou gestos por ele protagonizados, a revelarem uma inteligência e uma criatividade invulgares naquele tempo e num meio tão pequeno e avesso a essas coisas, como sempre foi o Gerês.

Atitudes houve do Zé Serralheiro que comprovam, na perfeição, o que vimos a dizer, como é o caso daquele seu célebre encontro, na sacristia da Capela de Santa Eufêmia, com o Pe. Manuel Almeida, por ocasião do falecimento do Papa Pio XI, ocorrido em 10 de Fevereiro de 1939. Por mera coincidência, nessa altura morreu também ao pároco do Vilar da Veiga, a sua égua de estimação e imprescindível meio de transporte por ele usado nas suas deslocações pela acidentada e dispersa freguesia, no seu serviço pastoral que implicava a deslocação diária ao Gerês, para a celebração da Missa, já que, nesse tempo, à Ermida, ainda sem estrada, apenas se deslocava nas festas de ano ou em dias de funeral. Dadas as circunstâncias, e sagaz e amalandrado como era por feitio, do que se

haveria de lembrar o nosso inimitável “Rei dos Fogões” – como ele próprio se denominava? No domingo a seguir à ocorrência dessas mortes, o Zé vestiu a melhor fatiota e foi assistir à Missa dominical das 10h, na Capela de Sta. Eufêmia, ainda a rescender a nova, após as importantes obras de ampliação que, em 1934, haviam sido feitas pelo grande benemérito geresiano que foi Eduardo Honório de Lima, então sócio-gerente da Empresa das Águas do Gerês.

Finda a Missa, dirigiu-se à sacristia, quedando-se junto à porta de entrada, a aguardar que o Pe. Manuel, já pesadote, lá chegasse. Logo que desceu os degraus, o celebrante, quando se preparava para se desparamentar das vestes litúrgicas, verificou, com certa surpresa, por não ser habitual, a presença, ali bem próximo, do Zé Serralheiro. Sabendo de antemão o “historial” daquele seu visitante, o Pe. Manuel Almeida – que era natural de Santa Maria de Bouro e, em 1947, deixou a paroquialidade de Vilar da Veiga para assumir a capelania de S. Bento da Porta Aberta, após uns desentendimentos com os paroquianos da sede daquela freguesia – com aquele seu ar de bonacheirão, rosto rubicundo e tez desnuda, sob a qual brilhavam dois argutos olhos azuis, perguntou-lhe: - *Então, Zé, o que te trouxe aqui?*

Calmamente, e compenetrado no papel que previamente havia gizado, o Zé Serralheiro, muito sério, com os dedos polegares das mãos unidas a fazerem de cabide ao seu chapéu domingueiro, informá-lo-ia:

- *Ó Sr. Pe. Manuel, antes de mais, e como católico que me prezo ser, venho aqui apresentar-lhe os meus sentimentos pelo recente falecimento de Sua Santidade o Papa. E, ao mesmo tempo, aproveito também a ocasião para lhe dar os meus pêsames pela morte da sua burra!...*

Sem acusar o toque, nem tão pouco perder a sua habitual calma, o Pe. Manuel, de forma talvez impensada mas sincera, retorquiu-lhe pausada mas concludentemente: - *Ó Zé, morressem trinta Papas e ficasse a minha burra!...*

Vivendo no Gerês entre os anos 30 e 60 do século passado, ao José Maria Gonçalves nunca lhe faltou trabalho na sua profissão de serralheiro competente que era, pois foi nessa época em que a maioria dos hotéis e pensões passaram por importantes obras de restauro e remodelação, não só nas cozinhas, com os enormes fogões a lenha, dotados do aquecimento da água através do sistema das serpentinas, - em cuja confecção ele era, efectivamente, um *mestre* - como na instalação de água canalizada nos quartos, a partir do momento em que passaram a ser proibidos os velhos mas belos lavatórios de porcelana mai-los respectivos jarrões da água, hoje em dia verdadeiras preciosidades. Obra que ele fizesse era segura e perfeita. Só que isso tinha um preço, dando razão ao velho ditado popular segundo o qual *“o que é bom, não pode ser barato”*...

Certo dia, depois de ter procedido a uma reparação no fogão da Pensão Central Jardim e apresentado a respectiva conta, o Zé, a pedido da sua esposa, a saudosa “tia” Laura, foi à praça comprar um bocado de carne no “Talho dos Dois Amigos”, uma sociedade entre Salustiano Fernandes e Baltazar Domingues da Silva, este também proprietário da referida pensão. Para seu azar, seria este último sócio a atendê-lo, o qual não deixou escapar a oportunidade para lhe fazer sentir a estranheza de tão elevada factura... Só que, esperto e ladino como era, o Zé apercebeu-se que, naquele dia, a conta da carne era mais cara que o costume, e sem mais delongas, parafraseando uma canção popular então muito em voga, virou-se para o velho Baltazar e cantou-lhe assim: *“Vai tu, vai tu, vai ela./ Vai tu p’ra casa dela./ Eu fodi-te no fogão;/ E tu fodeste-me na vitela”*!...

O feitiço contra o feiticeiro...

Nos arrazoados que vimos a escrever sobre essa eminente figura típica geresiana que foi o inesquecível José Maria Gonçalves, mais vulgarmente conhecido entre nós por Zé Serralheiro, ele tem aparecido, por sistema, como inimitável protagonista das muitas peripécias que se lhe atribuem e dalgumas delas temos procurado ser fiéis relatores.

À semelhança do que sucede nos filmes de ficção em que ao actor principal tudo se lhe proporciona para sair vitorioso nas múltiplas situações que lhe são apresentadas, também, até agora, o Zé Serralheiro tem surgido aos nossos leitores como um “artista” bem sucedido nas multifacetadas tramóias por ele arditosamente engendradas. Mas, como fácil será acreditar, nem sempre tal poderia acontecer...

Numa das suas habituais noites de boémia, cujo epicentro girava, quase sempre, em torno do popularmente denominado “Café da Púcara”, nos fundos da extinta Pensão Avenida, conta-se que o nosso “herói”, já bem atestado, resolveu, certa vez, meter conversa com um imigrante da região de Lobios.

Conforme é sabido, após a Guerra Civil de Espanha (1936-1939) foram inúmeros os galegos da província de Orense que procuraram melhores condições de vida no nosso país, nomeadamente na zona da linha de Lisboa – Cascais, no sector da restauração. Por lhes ficar mais perto, os dos concelhos de Lobios e limítrofes atravessavam, clandestinamente, a então encerrada fronteira da Portela do Homem e vinham pernoitar no Gerês para, no dia seguinte, partirem para os seus destinos na carreira das 7 horas da manhã. A pernoita habitual era feita na Pensão Avenida, em cujo café, uma noite, o Zé Serralheiro “conheceu” um desses galegos, pelos vistos, também ele apreciador da boa pinga. Um parceiro ocasional que ele não desbaratou e fez questão de acompanhar nuns valentes copos

que se prolongariam até às duas horas da manhã, limite do encerramento daquele café. Feitas as despedidas, enquanto o galego se dirigiu para o seu quarto voltado para a rua, o Zé ficou-se pelas imediações onde, entretanto, começou a entoar uma série de canções dele preferidas, o que, naturalmente, foi escutado pelo referido galego que, também já bem bebido, assomou à janela do seu quarto e deu asas, igualmente, à sua eufórica alegria cantando, a bom cantar, umas enfadonhas loas galegas, numa espécie de um improvisado “cantar ao desafio” que não seria bem aceite pelo “rival” português. Acicatado pela rapaziada de então, o Zé mandou calar aquele “nuestro hermano” por cantar sempre a mesma canção. Como ele, porém, não obedeceu às suas ordens, não esteve com meias medidas: pegou na escada de madeira que, na parte superior, tinha uns “ganchos” de ferro para encaixar nos autocarros da Empresa Hoteleira no acto das cargas e descargas das bagagens que, nesse tempo, eram transportadas no tejadilho das referidas camionetas e deitou-a à janela onde estava o galego. Lesto, subiu os degraus até ficar, frente-a-frente, com o “amigo” de circunstância que, assustado, lhe bateu com a janela na cara, desequilibrando-o e provocando-lhe uma aparatosa queda que, felizmente, redundaria num valente lanho na cabeça. Preocupados, os amigos presentes ataram-lhe um pano na cabeça e o António das Luzes e o António Lopes levaram-no para casa. Porque a porta estava, como de costume, encostada, por ele nunca ter hora certa de chegar, conseguiram deitá-lo na cama sem que a sua esposa, a Laura Serralheira, dormindo, desse conta. O pior viria depois quando ela se apercebeu da existência de sangue na travesseira e, acendendo a luz, viu o estado lastimável em que o seu Zé se encontrava. Foi pedir socorro ao Sr. João da Ponte que lá trataria de acudir ao amigo em tão incómoda situação.

Doutra vez, o Zé Serralheiro e a esposa fizeram parte de uma excursão aqui organizada a Fátima. Com o era costume naquele tempo, quando os excursionistas sentiam necessidade de “verter

águas”, o motorista escolhia uma zona despovoada para parar, não sem recomendar, por óbvias razões, que as mulheres fossem para a parte de cima da estrada e os homens para a de baixo. Matreiro, o Zé logo que se aliviou, e sem que o motorista se apercebesse, correu lesto a espreitar as mulheres. E notou, com inegável curiosidade, que uma delas, na sua fisiológica função, ostentava um rabo muito branquinho. Não contente com isso, foi chamar dois ou três companheiros de viagem, para testemunharem tal cenário... Qual não seria, porém, o seu espanto quando verificou que, após satisfazer as suas aflitivas necessidades, a senhora em questão se aprestou para regressar à camioneta e ele viu, “claramente visto”, que a mesma era, nem mais, nem menos que a sua... Laura!

Um célebre “Dia dos enganos”...

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades” – é a máxima que poderá justificar, uma vez mais, a inegável alteração de usos e costumes que a sociedade portuguesa e não só, tem vindo a registar nos seus mais diversificados sectores, desde as cidades e vilas culturalmente mais evoluídas até à mais recôndita e subdesenvolvida das nossas aldeias.

As mentiras ou enganos que, de forma inofensiva, caracterizavam o primeiro dia de Abril, pelos franceses consagradas com a expressão “*poisson d’Avril*”, já não têm, em nossos dias, a dimensão que conheceram em épocas não muito distantes, não só na comunicação social, como no contacto normal das pessoas entre si.

No Gerês, tão apreciada tradição teve também a sua época áurea e fiéis seguidores, como os antigos sapateiros que, normalmente, aproveitavam tal data para se rirem, a bandeiras despregadas, da inocência dos seus aprendizes ou de qualquer outro rapazola incauto, a quem incumbiam, nesse “dia dos enganos”, de transpor-

tar um pesado seixo previamente arranjado no rio e que, depois de embrulhado em papel de jornais, diziam ser uma pedra de amolar as facas utilizadas na sua arte, para cortar a sola ou a borracha. Essa pesada encomenda passava pelas várias sapatarias que, em épocas diferentes, aqui existiram, desde as dos irmãos Capela – o João, primeiramente na praça e depois no “Cantinho da má língua” e o Firmino, no rés-do-chão da casa do sr. António das Almas, ao lado da Pensão Avenida, - a do António Guedes, que sucedeu nos mesmos espaços ao seu mestre João Capela; a do Carlinhos, no primeiro andar de um velho prédio que existiu por baixo da Secção da Guarda Fiscal, em cujo rés-do-chão funcionou a escola primária, até à inauguração da actual, em 1929; e a do Júlio Fragato, no Fundo do Gerês, hoje Rua Dr. Manuel Gomes de Almeida.

Propício como era para essas coisas, o Zé Serralheiro foi um protagonista assíduo nas petas do dia 1 de Abril, dele se contando uma em que, em vez de enganador, seria redondamente enganado. Foi em 1941. O Hotel Ribeiro, fundado em 1882 por António Joaquim Martins Ribeiro, foi vendido pelos herdeiros deste à Empresa Hoteleira do Gerês em 30 de Maio daquele ano. Antes, porém, passou por importantes obras de remodelação, delas se ocupando várias dezenas de trabalhadores, entre os quais o nosso conhecido José Maria Gonçalves.

Ocorrendo o 1.º de Abril, e sendo do domínio público as negociações adiantadas que a EHG tinha para adquirir esse hotel, o meu avô materno, António Dias de Oliveira, a partir do Hotel Universal, onde trabalhou desde 1926 a 1974, lembrou-se de, em combinação com a Sra. Maria da Conceição, antiga funcionária da buvette termal, meter uma peta ao Zé Serralheiro. Para despistar, ligaram para o telefone do Posto Público que, nessa altura, funcionava numa dependência da sapataria/taberna do Firmino Capela, onde seu filho António manteve uma pequena loja até à construção do Centro Termal. Esse espaço pertencia à extinta Junta de Turismo do Gerês

e fora, nos anos 20/30, um local de venda ao público de água de mesa em garrações, para lá canalizada, num funicular, desde a Pedra Bela.

Aí trabalhava, na altura, o Guilherme das Almas, a quem a Maria da Conceição, ensaiada por meu avô, pediu para ir chamar o Zé Serralheiro, pois a D. Amena Ribeiro, uma dos herdeiros do Hotel Ribeiro, desejava falar-lhe com urgência. Solícito, como era seu timbre, o Guilherme lá foi, manquejando, pela rua abaixo até ao referido hotel e, volvidos alguns minutos, lá estava o “Rei dos Fogões” ao telefone.

- *É o sr. Zé Serralheiro?* – ouviu ele, do outro lado da linha, com voz feminina.

- *Sou, sim, minha senhora! Um criado às vossas ordens!*

- *Olhe, sr. José, era para lhe comunicar que acabamos agora mesmo de vender o hotel à Empresa Hoteleira e, por isso, pedia-lhe para mandar parar as obras imediatamente,* - disse-lhe, com voz disfarçada, a Maria da Conceição.

Despedindo-se com presteza – e enquanto de dentro do Hotel Universal, logo ali em frente, meu avô e outras pessoas acompanhavam os passos dele – o nosso Zé, sem nunca lhe ter passado pela cabeça que se estava em pleno “Dia dos enganós”, correu depressa ao Hotel Ribeiro e, lá chegado, percorreu os corredores todos onde andavam homens a trabalhar e, de braços erguidos e com voz de comando, anunciou:

- *Rapazes, à minha ordem, parem-se as obras! O hotel foi vendido à empresa. Tudo embora!*

E isto ouvido, os trolhas, os carpinteiros e demais trabalhadores começaram a limpar e a juntar as ferramentas e, num instante, já com a roupa mudada e de caixas de ferramentas na mão, desceram para a rua, preparando-se para regressarem a casa, bem mais cedo que o previsto. Vendo que aquela partida resultara em pleno, meu avô apressou-se a ir ao Hotel Ribeiro para informar o Serralheiro

do que se tinha passado, recordando-lhe que estavam no “Dia dos enganos”, pelo que tudo retornou à normalidade.

Ainda passada no Hotel Ribeiro, conta-se que numa noite de Carnaval, durante um baile lá organizado, o sr. Hermínio Ribeiro, filho do fundador daquele hotel, juntamente com o Zé Serralheiro e outros foliões, beberam uns copos valentes. A páginas tantas, o sr. Hermínio, nessa noites vestindo uma camisa branca, sentiu vontade de satisfazer uma necessidade fisiológica e dirigiu-se à casa de banho, toda ela revestida de azulejos brancos também. Sentando-se na sanita, em mangas de camisa, acabaria por aí adormecer. O Zé Serralheiro, com uma valente piela, foi, entretanto, urinar ao mesmo WC onde ainda se encontrava a dormir aquele hoteleiro e porque este estava vestido da cor das paredes brancas, não se apercebeu da presença doutra pessoa a ocupar a sanita e começou a urinar sobre ela. E apenas se apercebeu disso quando, estremunhado e com voz roufenha, o Hermínio Ribeiro reclamou: - *O raio do autoclismo verte!*...

Até “Tenente” foi!...

Figura eminentemente plurifacetada, como certamente os nossos leitores já se aperceberam, o José Maria Gonçalves não ficou, como personalidade marcante na história geresiana do século XX, apenas pelos seus inegáveis dotes de exímio serralheiro que foi. O inigualável espírito de inveterado boémio que o caracterizava, aliado a uma imaginação criativa extraordinária fizeram dele, não somente um indiscutível apreciador dos “copos”, que assumidamente ninguém podia contestar, mas também, para o tempo em que entre nós viveu, uma espécie de imprevisível “animador cultural” junto de quem ninguém se sentia triste, tantas e tais eram as tiradas ou façanhas de que, de forma espontânea, ele era o principal protagonista ou mentor.

A sua elevada e esguia estatura, complementada por um denodado espírito de chefia e não menor altivez, emprestavam-lhe um certo ar de comando, próprio de um inflexível militar que ele manifestava não só no exercício normal das suas funções na oficina que possuía nos actuais anexos da Pensão da Ponte, como as inúmeras peripécias em que foi figura de proa, parte das quais temos vindo a recordar nestas nossas alinhavadas linhas.

A comprovar tal tendência para a disciplina e pundonor militares, recorde-se que, tal como já referimos anteriormente de forma passageira, o Zé Serralheiro foi um elemento activo do núcleo do Gerês da Legião Portuguesa, de que foi quarteleiro o Alfredo Guedes, dele fazendo parte também, entre outros, o Júlio Arantes (Fartura), o Tião, o Almeno, o Quintas, o Francisco Fragato, o Alfredo da Glória e o Manuel Guimarães. Embora pequenito, recordo-me perfeitamente de, em certos domingos de manhã, ver o meu vizinho e amigo Zé Serralheiro garbosamente vestido com a farda esverdeada de legionário e, com ar altivo, entrar para uma camioneta de carga, cinzenta, do Comando da LP de Braga, juntamente com os seus demais colegas, para participarem em actividades promovidas na capital do distrito por aquela organização miliciana fundada em 1936 para apoiar o Estado Novo e extinta a nível nacional com o 25 de Abril de 1974.

Só que, e à semelhança do que, salva as honrosas excepções, vem sucedendo com diversas iniciativas promovidas nesta vila termal, a existência de tal núcleo no Gerês, cujo objectivo nacional era *“defender o património espiritual e combater a ameaça comunista e anarquismo”*, foi sol de pouca dura. Conforme nos relatou, com conhecimento de causa, o assumido geresiano pelo coração que é Armando Lopes, natural de Entre-os-Rios mas que aqui viveu na sua mocidade, a extinção da LP entre nós ficou a dever-se a um facto caricato que, sobretudo para os apreciadores da história da nossa terra, convém recordar.

A criação, em 8 de Outubro de 1945, do Movimento de Unidade Democrática (MUD), uma organização política de oposição ao regime salazarista que defendia as eleições livres, mereceu na altura uma grande adesão popular em todo o país, nomeadamente no Gerês, mercê da recolha de assinaturas de apoio, feita porta a porta, por aquele nosso amigo e pelo Joaquim Leitão, sobrinho do Sr. António Almeida, fundador da Casa Almeida e director técnico, durante muitos anos, da Farmácia do Gerês.

Salazar, ao tomar conhecimento do elevado número de apoiantes do MUD – mais de 50 mil -, temeu a derrocada do regime e ordenou a verificação da “autenticidade das assinaturas” de apoio a esse movimento, incumbindo disso os Governos Cívicos de cada distrito. Para espanto de muita gente, o Governador Civil de Braga acabaria por constatar, incrédulo, que na lista de apoiantes do MUD no Gerês constavam vários nomes de membros da Legião Portuguesa local e, perante tão insólita situação, mandou fechar, de imediato, esse núcleo entre nós. De acordo ainda com Armando Lopes, *“assim acabou, de forma trágico-cômica, uma organização maldita no Gerês, terra bendita”...*

Mas as tendências pró-militares do nosso Zé Serralheiro não se ficaram por aí. A sua permanência, por motivos profissionais, no Gerês, não impedia que ele, de vez em quando, se deslocasse a Rendufinho, onde tinha casa e um cão de caça de grande estimação que, certo dia, o informaram ter sido roubado. Essa notícia deixou-o preocupado e, com o espírito criativo que já lhe reconhecemos, o que haveria de engendrar para tentar recuperar tão estimado animal?

Por essa altura, andando ele a arranjar umas canalizações na residência do tenente-comandante da extinta Secção da Guarda Fiscal do Gerês, apercebeu-se que, num canto da casa, se encontrava uma farda velha desse oficial e, pela calada, aproveitando um momento em que ninguém se encontrava nessa divisão da casa, meteu tal farda na sua caixa de ferramenta, antes de findar o trabalho des-

se dia. No dia seguinte, inventou um pretexto para ir urgentemente a Rendufinho, invocando a doença da sogra. Chegado lá, vestiu-se a rigor com a farda de tenente da Guarda Fiscal e, imponente nos seus galões, dirigiu-se para o local onde suspeitava que o seu cão se poderia encontrar.

Durante as diligências efectuadas, porém, viria a averiguar que, afinal de contas, o seu malogrado cão de caça havia morrido. Pesaroso com tão inesperado desenlace, o Zé apressou-se em voltar para casa e despir a farda, não fosse algum mirone mais atento reparar no pouco aprumo das suas pernas e denunciá-lo junto das autoridades policiais como falso militar. E, no dia a seguir, regressou, de novo, ao Gerês, retomando os trabalhos interrompidos na Secção da Guarda Fiscal onde, sorratamente, colocou a velha farda no mesmo local em que a havia retirado, sem nada dizer, claro está, do sucedido ao seu verdadeiro proprietário...

Um “jornalista” criativo...

A profunda revolução operada pelas novas tecnologias da comunicação e a desenfreada concorrência provocada pela indesmentível guerra das audiências alteraram radicalmente o “modus faciendi”, digamos assim, da imprensa escrita no nosso país e não só.

Não vão, ainda, longe os tempos em que os grandes jornais diários portugueses, sedeados em Lisboa e no Porto, como presentemente ainda acontece, para além do quadro de jornalistas profissionais e estagiários nas respectivas redacções e delegações distritais, possuíam também uma considerável rede de correspondentes espalhados pelas nossas vilas e aldeias onde detinham maior implantação de fiéis leitores.

Desse modo, garantiam uma cobertura mais ou menos equilibrada do que de mais importante se ia passando nos nossos meios

rurais, ainda que por processos arcaicos, quase sempre através da carta escrita à mão para as redações desses jornais e só em casos excepcionais de catástrofes ou acidentes de monta, por via telefónica. Era um prestimoso serviço que esses homens e mulheres prestavam a tais periódicos, praticamente de forma graciosa, pois apenas recebiam como contrapartidas, na maioria dos casos, a oferta diária do jornal que representavam e o pagamento dos telefonemas que fizessem em situações de emergência. Hoje em dia, e pelas razões acima apontadas, esses correspondentes da grande imprensa, embora possam ainda existir nalguns casos, são, em geral, mais uma espécie em vias de extinção. Como tantas outras, afinal...

Entre nós, desde tempos bem recuados que existiram aqui correspondentes de vários jornais de expansão nacional, dentre os quais tenho conhecimento de que do “Diário de Notícias” foi correspondente, nos anos 30/40, o geresiano Augusto Sérgio de Almeida Maia; e do “Jornal de Notícias”, por essa época e também na década de 50, o correspondente foi, nem mais, nem menos que o nosso Zé Serralheiro, cargo em que foi substituído – após a sua retirada definitiva para Rendufinho, onde passou a trabalhar e a viver – pelo sr. António Monteiro Teixeira Júnior, um beirão de Resende que para aqui veio trabalhar nos serviços administrativos das Minas dos Carris e foi depois um dedicado funcionário da extinta Junta de Turismo do Gerês. De “O Primeiro de Janeiro” foi correspondente, durante bastantes anos, o sr. João da Ponte, tal como o sr. António Baltazar o foi do extinto “Comércio do Porto”. A partir de Setembro de 1964 e até à sua extinção em 1975, o autor destas linhas exerceu as funções de correspondente de “O Século” no Gerês, tal como do “Correio da Manhã”, “Diário do Norte” e do semanário “Tempo”, durante vários anos, além de colaborador de “O Norte Desportivo”, “Correio do Minho”, “Diário do Minho”, “A Voz de Terras de Bouro”, “Pedra Bela”, “Tribuna Livre”, “A Voz da Abadia”, “Jornal de Vieira” e “Notícias da Póvoa de Varzim”.

Durante os anos em que exerceu aqui as funções de correspondente do JN, o Zé Serralheiro desenvolveu, quase sempre, um papel de atenta e frutuosa colaboração, como foi o caso, entre outros, do memorável nevão que, nos primeiros anos da década de 50, bloqueou, durante vários dias, as Minas dos Carris, então em plena laboração, tendo, por insistência dele, o JN feito deslocar aqui uma equipa de reportagem que fez manchete de primeira página desse diário portuense naquela altura. E o caso não era para menos já que, com a estrada bloqueada por intenso manto de neve, os alimentos começaram a faltar aos inúmeros trabalhadores bloqueados, que tiveram de ser socorridos por um helicóptero que lá se deslocou carregado de mantimentos. A espessura da neve era de tal ordem que, para desobstruir a estrada, foi necessária a intervenção de uma retro-escavadora da Junta Autónoma das Estradas de Braga, para esse efeito requisitada para permitir o acesso a essas minas de volfrâmio.

Por essa época, mais precisamente em 5 de Fevereiro de 1954, outro nevão de grandes dimensões bloqueou aquelas minas, tendo dois dias depois, por informação do seu correspondente no Gerês, o JN noticiado esse acontecimento do seguinte modo: *“As minas do Gerês estiveram bloqueadas pela neve e só ao fim de grande esforço foi possível fazer passar um “jeep” com mantimentos e correio. Operários das minas, durante alguns dias, tentaram estabelecer a ligação entre os Carris e o Gerês. Anteontem, foi compensada a sua labuta, tendo-se conseguido juntar duas brigadas, a que avançava dos Carris para o Gerês e a que, partindo da Água da Pala, se dirigia para os Carris. Embora extenuados, era indesmentível a alegria desses homens. O trabalho fora, aliás, muito bem orientado pelo encarregado-geral, sr. Bandeirinha. Mercê do trabalho exaustivo desses homens, foi possível fazer chegar às Minas o “jeep” da empresa com os indispensáveis mantimentos e o muito desejado correio. Por tudo isso, foi um dia grande para os Carris onde, em certas quebradas, a neve ultrapassa os três metros de altura”* – rematava a notícia enviada

pelo Zé Serralheiro, com os naturais retoques da redacção daquele matutino portuense.

Sagaz, como era, recordo-me que aquando o casamento de meu tio e padrinho, Joaquim Dias de Oliveira, em 25 de Abril de 1957, o Zé Serralheiro quis fazer uma surpresa ao antigo aprendiz, publicando a notícia da boda do seu amigo e vizinho. Só que, já nesse tempo, o JN apenas publicava tais notícias em forma de publicidade paga. Matreiro, o Zé aproveitou a circunstância da habitual deslocação que, por essa altura do ano, o Dr. Celestino Maia, então director clínico das termas, fazia ao Gerês para, na companhia de técnicos do Instituto Ricardo Jorge, proceder à recolha de amostras de águas mineromedicinais para posterior análise, antes da abertura da época termal e, em carta por ele redigida, com noticiário do Gerês, referiu-se, em primeiro lugar, a esse acontecimento e, de seguida, incluiu habilmente a notícia do casamento. E o certo é que, por distração ou não, do chefe da redacção, passados poucos dias as duas notícias em questão foram publicadas pelo JN, sem qualquer encargo...

A mesma sorte não teria, porém, quando por volta dos anos de 1947/48, se registou uma assustadora “tromba de água” na zona da Pereira. A força das enxurradas na encosta da Chã da Ermida foi de tal ordem que, na sua corrida vertiginosa, arrastou um enorme penedo que só não causou estragos maiores, nomeadamente vítimas humanas por, entretanto, esse penedo ter sido milagrosamente travado por um avantajado número de volumosos pinheiros que havia derrubado na sua furiosa investida pela encosta abaixo.

Sempre atento ao que entre nós se passava, o “Rei dos Fogões” não deixou de, como era seu dever, transmitir a notícia para o JN. Só que o fez em circunstâncias aziagas, dado que, nesse dia, - como em quase todos, afinal... - havia apanhado uma valente bebe-deira e, já noite cerrada, porque não tinha telefone em casa, valeu-se

do telefone do café do Arlindo, seu poiso predilecto, como já referimos, para enviar tal notícia. Apesar de ter já as medidas repletas, com a casa cheia de gente a jogar as cartas e a beber uns copos, o Zé lá conseguiu, mesmo assim, atinar com a “chave”, ou seja, uma espécie de “senha” que o identificava perante a redacção do citado jornal.

Obtida a ligação, e no meio de um silêncio sepulcral que, entretanto, os presentes observaram para escutarem, em primeira mão, o anúncio da notícia do dia, por ele transmitida nos seguintes termos:

“Aconteceu hoje aqui no Gerês uma grande tragédia! Devido a um forte temporal, soltou-se um penedo lá do alto da serra e veio por ali abaixo, terrum-pum-pum; terrum-pum-pum; terrum-pum-pum; terrum-pum-pum e o que valeu foram uns pinheiros que travaram o penedo. Porque senão o Posto da GNR era arrasado!”

Ora, segundo testemunhas presenciais que ainda se recordam dessa temível “tromba de água”, confirmaram-nos que, de facto, o penedo em questão, por ter sido travado pelos pinheiros, na encosta da Chã da Ermida, não chegou sequer a cair no rio. E mesmo que caísse, como é que ele iria subir a íngreme ribanceira defronte e chegar até ao referido Posto, a funcionar no segundo pavilhão do antigo hospital termal? Por aí se poderá imaginar, portanto, a enorme piela que o Zé havia apanhado nesse dia memorável, pelas piores razões.

No dia seguinte, muita gente sabedora do conteúdo do telefonema, tentou ver tal notícia no JN. Contudo, ou porque do outro lado da linha, o redactor que recebeu a notícia se apercebeu do “estado de alma” do solícito correspondente ou por qualquer outro motivo, o certo é que nada foi publicado sobre tal assunto, nem nesse, nem nos dias que se lhe seguiram...

Um champarrião “terapêutico”...

Qual filão interminável, estes apontamentos que temos vindo a escrever sobre a controversa figura típica que foi o Zé Serralheiro, assemelham-se às cerejas: à medida em que nos debruçamos sobre algumas facetas da sua personalidade, aparece, em catadupa, um sem número de pormenores curiosos que, por uma questão de respeito pela paciência dos nossos leitores, nos obrigam a seleccionar apenas aqueles que, em nosso critério, poderão ser mais relevantes.

Essa abundância de informação que, volvidas algumas décadas sobre a sua retirada definitiva do Gerês e a sua morte, ainda é recordada com um misto de carinho e saudade por quem o conheceu, constitui, a nosso ver, uma prova inequívoca não só da sua popularidade, como também do seu inigualável feitio de incorrigível boémio que sempre o caracterizou. Mas, repetimo-lo uma vez mais, quando tocava a questões de trabalho, o caso mudava de figura.

Competente como era em questões de serralharia e de piche-laria, conforme temos vindo a referir, a sua actividade distribuía-se por essas duas áreas, consoante os serviços que lhe solicitavam para prestar. Como se sabe, durante muitos anos, as canalizações subter-râneas que ligavam a água das nascentes termais para o balneário de primeira classe, através da Avenida Manuel Francisco da Costa, eram de chumbo. Devido certamente à temperatura da água, a cada passo surgiam rupturas nesses grossos tubos e para remediar a situação, era chamado o Zé Serralheiro. Malandro e astuto como sempre foi, nunca dizia que não a tal biscate pelas razões que adiante explicaremos.

Com os seus inseparáveis fato-macaco e a caixa de ferramenta (dentro da qual constavam uma garrafa de vinho e uns pequenos tacos de madeira) começava por levantar um tampão dessas canali-

zações subterrâneas, nelas se introduzindo com uma lanterna para procurar saber onde se situava a fuga da água. Detectado o local da ruptura, tapava-o com um tacho de madeira, aguçado, como quem tapa um “espiche” das pipas de vinho, e ficava o problema resolvido. Para “fazer render o peixe”, porém, deixava-se ficar um bom bocado no subterrâneo, saboreando, aos poucos, a pinga que havia levado para esse fim. Quando já se sentisse “cansado” de tanto repouso, dava o serviço como arrumado, apresentando a factura das horas lá passadas à Empresa das Águas. Mas, como o “vedante”, chamemos-lhe assim, era de madeira, com o contacto permanente com a água, ao fim de algum tempo acabava por apodrecer e, assim, novamente eram requisitados os serviços do Zé para reparar outra avaria, pela qual, aliás, ele já esperava, mais dia, menos dia. E, de novo, voltava a facturar, com pouco trabalho e despesa para ele...

Dentre os seus inúmeros parceiros dos copos, um houve que era Cabo da Guarda Fiscal e, pelos vistos, bebia tanto ou mais do que ele, embebedando-se frequentemente. Em meio pequeno como o nosso, e para mais fardado a preceito, o comportamento desse militar deu nas vistas e, inclusivé, originou-lhe um inquérito disciplinar que o Comandante da Companhia de Chaves lhe mandou instaurar, fazendo deslocar para aqui um tenente encarregado de proceder às necessárias inquirições. Em sua defesa, o cabo em questão arrolou algumas testemunhas, entre as quais constava o seu inseparável amigo das “carraspanas”, José Maria Gonçalves.

No seu depoimento, o Zé Serralheiro, hábil, argumentou melhor que certos advogados de defesa. Fartou-se de elogiar o cabo em questão, como homem e como agente de autoridade. Que tudo o que dele se dizia era falso, pois o Gerês era uma terra de más línguas, que diziam mal de toda a gente. E, convicto, não deixou de acentuar: - *“Isto aqui, meu tenente, é uma cambada de invejosos. Esse cabo é uma pessoa regrada e o que bebe é apenas um champar-*

riãozinho, de vez em quando”. – “ O que é isso?” – perguntou, curioso, o tenente-inquiridor. – *Ai, o senhor não sabe o que é um champarrião? Então, não sabe o que perde.* – disse-lhe o Zé Serralheiro, com muita lata.

– *Logo, o meu tenente tem de ir beber um champarrião comigo e, de certeza, vai ficar a gostar, insistiu.*

À hora combinada, o oficial-inquiridor lá apareceu e dirigiram-se ambos para o café do Arlindo, nos fundos da Pensão Avenida. Aí chegados, o Zé, todo “inchado” por se fazer acompanhar daquele graduado, mandou vir: - *Arlindo, arranja aí dois champarriões à maneira!* E o Arlindo, a quem chamavam Maneta por ter perdido, em rapaz, uma das mãos que foi esfacelada por uma bomba de foguete, lá atendeu, solícito, aqueles clientes e na presença deles, preparou os champarriões pedidos. Primeiro, deitou vinho tinto nos copos, sem os encher. Depois, acrescentou um pouco de gasosa e um café em cada copo e, por fim, deitou-lhes uma colher de mel quente, que dissolveu. Isso feito, o Zé Serralheiro, muito compenetrado na sua função de anfitrião, convidou o oficial da GF para provar aquela mezinha caseira. E, afável, explicou: - *Sabe, meu tenente, esta bebida, com este frio que aqui faz no Inverno, faz muito bem à saúde desta gente, aquecendo-a e defendendo-a de muitas doenças. É isso que, aliás, esse cabo faz, de vez em quando, para tratar apenas da saúde dele”...*

Pelos vistos, depois de saborear e ficar a saber as qualidades “terapêuticas” do champarrião, o referido oficial ficou a gostar daquela bebida, dando crédito à ardilosa argumentação apresentada, de forma concreta e conclusiva, por aquela valiosa testemunha de defesa e acabou por mandar arquivar o processo por falta de provas concludentes. Enfim, era a argúcia do nosso “Rei dos Fogões” no seu melhor, a dar evidentes frutos!...

Bifes ao toque de ferros...

Tradição que ainda não se perdeu na totalidade, pois ainda há pensões que a praticam, noutros tempos a maior parte dos hotéis e pensões do Gerês dispunham de uma campainha própria para chamar os comensais aquistas para as três refeições diárias: o almoço, às 11h; o jantar; às 18h; e o chá, cerca das 21h. Tudo isso por causa da rigidez do tratamento termal, que determinava a ingestão das águas minero-medicinais em jejum, com o intervalo de meia hora entre as três primeiras doses prescritas pelo médico e de uma hora para a dose final. Assim se justificavam os horários antecipados para as principais refeições, além do chá nocturno, de cidreira ou de hipiricão, que procurava compensar, de certa maneira, o pequeno-almoço do dia seguinte que, habitualmente, não era servido.

Essas sinetas existiam, então, na quase totalidade das unidades hoteleiras, exceptuando a Pensão Central Jardim, onde o velho Baltazar Domingues da Silva, por uma questão de economia, optara por uma solução mais barata: mandou cortar ao meio um ferro do monte, suspendendo pela ponta, na vertical, uma metade e com a outra, batia pausadamente na que estava suspensa, surtindo assim, o mesmo efeito da campainha ou sineta. Esse estratagema de sinalética acústica, porém, não era exclusivo daquele saudoso carvalheirense. Era também utilizado, com frequência, pelo nosso Zé Serralheiro, em diversas circunstâncias, como seguidamente recordaremos.

Durante muitos séculos, e até aos anos 60 do século passado, a Igreja Católica comemorou a Ressurreição de Cristo na manhã do Sábado Santo, então designado Sábado de Aleluia. Depois do luto de Sexta-feira Santa, às 9 horas da manhã do sábado antes da Páscoa, os sinos dos templos do mundo católico repicavam solenemente a anunciar a alegria da Ressurreição. Aqui no Gerês, além do sino da capela, também repicavam as tais sinetas dalgumas pensões, a

que se associava também o Zé Serralheiro na sua oficina, no extremo dos actuais anexos da Pensão da Ponte, tocando freneticamente os ferros de que dispunha para esse efeito e não só.

Um ano houve em que, por mera coincidência, o nosso Zé foi chamado, bem cedo, numa manhã de um Sábado de Aleluia, para resolver, uma vez mais, uma ruptura nas canalizações das águas termais para o balneário de 1.^a classe, que ele resolvia da maneira que já descrevemos. Esperto como era, de que se lembrou ele?

Perto das 9h, estando nos subterrâneos da avenida a reparar a avaria, aproximou-se de um tampão das referidas canalizações e mal ouviu tocar o sino da capela, levantou o tampão com toda a força e, num instante, irrompeu triunfante até à superfície



Fogão construído pelo Zé Serralheiro

do piso da avenida e, erguendo-se no ar, para susto das pessoas que estavam próximas, começou a bradar bem alto, no seu apreciado latim: - *Ressurrexit! Ressurrexit! Ressurrexit!* (Ressuscitou! Ressuscitou! Ressuscitou!) – imitando assim, os apóstolos quando viram o sepulcro de Cristo vazio por Este ter ressuscitado.

Mas as barras de ferro de que o “Rei dos Fogões” se servia para fazer de sineta, tinham para ele outra função nada desprezível. Como já referimos por várias vezes, a sua extraordinária competência de exímio serralheiro que era, criou-lhe enorme prestígio na nossa região, desde a Póvoa de Lanhoso a Amares, a Vieira do Minho e ao Gerês. Fogão a lenha por ele feito, era caro. Disse-nos, um dia, o saudoso Pe. Ernesto Magalhães, seu grande admirador, que no fogão da residência paroquial de Vilar da Veiga, cerca do ano de 1950, ele cobrava 300 escudos por dia, com o almoço e sempre vi-

nho à discrição, como não podia deixar de ser. Mas, além de seguro, durava muitos anos.

Tal não impedia que, de vez em quando, o Zé fosse chamado para fazer algumas reparações ligeiras nas suas obras. E onde ele nunca faltava para esses serviços imprevistos era na Pensão Central Jardim, com cujo chefe de cozinha mantinha as melhores relações, nunca lhe faltando com a assistência técnica necessária. Pela simples razão de que, sempre que lhe apetecia merendar bem, a meio da tarde, pegava nos já citados ferros e dava um toque combinado com o cozinheiro dessa pensão, mesmo em frente à sua oficina. E daí a pouco, lá vinha um dos seus aprendizes com umas abonadas sandes de bifés de vitela que ele saboreava e regava a preceito. E mais: se ao almoço, a “tia” Laura lhe dissesse que não sabia o que lhe dar de comer à noite, ele dava tantos toques nos ferros, quantos bifés entendia precisar para a ceia... O que valia era o facto do dono da pensão, o velho Baltazar, ser também sócio do Talho dos Dois Amigos, na antiga praça, como já referimos...

Uma motorizada histórica...

Agora que estas alongadas crónicas sobre essa incontornável figura de proa da história geresiana recente que foi o popularíssimo Zé Serralheiro se aproximam do fim, não poderíamos deixar sem uma referência especial o “poiso”, digamos assim, onde ele viveu e trabalhou durante a sua estadia no Gerês: precisamente a Pensão da Ponte, que se recorda através da interessante fotografia dos anos 30 publicada na pág. 107. Na verdade, a referida pensão foi, por assim dizer, o centro nevrálgico da vivência do José Maria Gonçalves entre nós. Era lá que ele residia, mais a sua Laura, num humilde quarto das traseiras do segundo andar e numa pequena cozinha, espaço contíguo ainda hoje existente na esquina do prédio do lado

sul – poente, que confronta com a calçada da Boavista; era lá que, normalmente, ele trabalhava na sua oficina sita na zona onde agora se encontram os anexos dessa desactivada unidade hoteleira; era lá, ainda, que ele tinha, no rés-do-chão, mesmo em frente à velha e já desaparecida ponte, um dos seus preferidos “santuários” do deus Baco, onde, como já recordámos, ele bebia, discutia e até fazia os seus afamados “sermões” em honra de Sto. António – no caso, a saudosa taberna da castiça “tia” Albina dos Moços.

Voltando à preciosa fotografia que nos mostra um recanto do Gerês há 80 anos atrás, o pequeno barraco que se avista mesmo em frente à pensão era a oficina doutra figura típica geresiana já anteriormente por nós aqui recordada: o Arturinho, irmão do Meco, de que já falámos também. Embora residente nos fundos da antiga Casa dos Príncipes, onde está hoje a Residencial Príncipe, o Arturinho ganhava ali a sua vida a solar socos e chancas de madeira. A meio da fachada principal da pensão, lado norte, havia umas escadas exteriores de pedra que davam acesso ao primeiro andar, junto ao cimo das quais ficava o quarto dos donos da casa. No rés-do-chão, topo norte, as duas portas grandes que se vêem davam entrada, respectivamente, à mercearia e à tasca da Sra. Albina.

No topo sul do edifício, funcionavam no rés-do-chão, do lado direito, o Posto do Turismo, então dirigido pelo Sr. Mano, marido da professora D. Elvira, que ainda leccionou na primeira escola do Gerês, situada ali bem perto, num edifício, já devoluto, mais tarde adquirido pela Empresa das Águas e onde chegaram a morar a já citada Albina dos Moços, o Carlinhos – velho sapateiro que depois se mudou para a Assureira – e o Zé Pai. No lado esquerdo, funcionou, durante vários nãos, a estação dos CTT, chefiada pela vieirense D. Júlia Costa (a Julinha do Correio), transitando daí para o rés-do-chão norte do Hotel das Termas. Tal como a escola se mudara antes para o local de agora, onde foi inaugurada em Setembro de 1929.

Como se compreenderá, a existência desses serviços, mais a

padaria da Empresa Hoteleira, logo em frente, davam certo movimento àquela zona, de que guardo tantas recordações, já que nasci e cresci no primeiro andar do edifício dessa padaria que, nesse tempo, tinha como concorrente a padaria da Cândida Padeira, no Fundo do Gerês, onde hoje está o Restaurante Novo Sol.

Embora fossem amigos, um dia houve em que as relações entre o João da Ponte e o seu inquilino Zé Serralheiro esfriaram. O motivo próximo dessa “zanga” terá sido a pesada factura que o Zé apresentara pelo conserto feito no fogão da Pensão da Ponte. O que não deixava de ser nele uma prática corrente, como já referimos. Só que, dessa vez, ficara combinado que na conta do arranjo do fogão seria abatido o custo ajustado de uma velha bicicleta motorizada que o Sr. João vendeu ao nosso Zé. Essa motorizada, aliás, tinha uma história curiosa que não resistimos à tentação de contar.

Nos finais da década de 40 e começos da década de 50 do século passado, fizeram furor na nossa região as motorizadas da marca “Pachancho”, lançadas no mercado pela fábrica que com esse nome existiu em Infias, Braga, em frente ao Colégio D. Diogo de Sousa. A “Pachancho” adquirida pelo Sr. João Ribeiro foi, precisamente, a sétima motorizada a ser produzida por aquela fábrica e a primeira que existiu no Gerês. Parece que me estou a ver, no meio da miudagem de então, a cercar o Sr. João quando chegou montando na motorizada novinha em folha, ao meio da velha ponte! Todos, entre novos e velhos, queriam ver aquela máquina a reluzir. Pouco tempo depois, outra “Pachancho” veio para o Gerês, adquirida pelo malogrado Serafim Guarda-Fios que dela pouco tempo se gozou pois, quando se dirigia para Braga, sofreu com ela um acidente fatal numa curva entre as Cerdeirinhas e a Igreja Nova, dele sendo vítima mortal. A terceira motorizada que aqui existiu – uma “Vilar Cucciolo” – de cor azul, foi adquirida por meu falecido pai, António Augusto de Moura, em 1951, que depois a venderia ao Manuel Guimarães e deste passaria para o Júlio Arantes (Fartura), que a tinha

sempre num “brinquinho”, limpando-a todos os dias, no Verão, nos intervalos em que não engraxava os sapatos aos hóspedes na cadeira de braços que para esse efeito tinha junto à entrada do balneário de 1.^a classe, tal como o Varelas o fazia na entrada do Universal e o António Branco (“Advogado”) junto à Barbearia do Veríssimo Costa.

A “Pachando” do sr. João da Ponte tivera uma “vida” atribulada, pois ele, na lufa-lufa em que vivia, correndo para um lado e para outro para tratar dos seus múltiplos afazeres, não lhe dava descanso. Para mais, tivera com ela um grave acidente em Rio Caldo, creio que em Novembro de 1955 ou 1956, que lhe provocou diversas lesões e fracturas numa perna que o obrigaram a estar internado no Hospital de S. Marcos por bastante tempo. Apesar de ter sido reparada, a velha “Pachancho” estava já “cansada” e, por isso, foi um grande barrete que o Zé enfiou quando decidiu comprá-la para lhe tornar mais rápidas as viagens a Rendufinho. A cada passo o deixava ficar mal e, para cúmulo, o José Maria Gonçalves não era forte em questões de mecânica, ao contrário do que sucedeu com o seu célebre relógio despertador a quem um dia, descontente por avariar constantemente, decompôs peça a peça, fez-lhe uma limpeza geral e pô-lo a funcionar na perfeição, ainda que lhe sobrassem várias peças desse mesmo relógio!...

Felino como era para os negócios, o barrete que o Zé Serralheiro enfiou com aquela motorizada, ficou-lhe atravessado na garganta. E quando lhe apareceu aquele conserto no fogão, ele não desperdiçou a oportunidade para se vingar do seu amigo, apresentando-lhe uma pesada factura. Claro que tal não agradou ao João da Ponte que, pessoalmente, lhe manifestou a sua estranheza e descontentamento. Bem à sua maneira, porém, o “Rei dos Fogões” soube dar a volta ao seu amigo e senhorio da seguinte forma: *“Meu caro amigo João da Ponte! Cara de muito pimpão! Fodeste-me na bicicleta! Mas eu fodi-te no fogão!”*...

Vendida a sua “Pachancho”, o João da Ponte – “*tá quêta, nina!*” – comprou a primeira viatura automóvel, uma carrinha “Austin” – A 30, de cor cinzenta, onde no lugar do condutor teve de colocar uma almofada para lhe permitir uma maior visibilidade, dada a pequenez da sua estatura. Pior foi ainda ter de tirar a carta de condução e fazer o exame da 4.ª classe, pois não era obrigatória quando frequentou a escola. Para tanto, requereu tal exame como adulto e deslocou-se a Covas para prestar provas. Do júri fazia parte o Prof. José Maria Ribeiro, mais tarde delegado escolar e seu amigo. Na prova oral, chamou-o ao quadro para resolver o seguinte problema: - *O Sr. João comprou, há dias, uma vitela de 120 Kilos por 30 contos. Por quanto lhe ficou cada quilograma?* Sem pegar no giz para fazer as operações, resolveu de imediato o problema mentalmente. Pior foi quando, na prova de História de Portugal, lhe perguntaram quem foi o nosso primeiro rei. Resposta pronta do João da Ponte: - *Ó senhora professora, eu não sei o nome do último, quanto mais do primeiro!*... Mesmo assim, ficou aprovado.

“Ai que trovoada aí vem!” ...

Como certamente já repararam, raramente temos trazido à colação a figura inesquecível de Laura de Jesus Ramalho, cara-metade do nosso José Maria Gonçalves, entre nós mais popularmente conhecida por Laura Serralheira ou apenas Serralheira, ainda que não conste que a mesma, por alguma vez, tenha tentado sequer ajudar o marido na sua rendosa profissão...

Contudo, ela não deixou de ser, nos anos em que aqui viveu, também uma castiça figura geresiana, não só pela sua participação em algumas das tiradas mais famosas do seu Zé – a do falso afogamento no rio é de gritos! – como também pela particularidade do seu feitio linguareiro que lhe permitia estar sempre em cima das

jogadas próprias da afiada má língua em que o Gerês sempre foi – e continua a ser... - forte.

Apesar de ser religiosa, ainda que com muita superstição e credence à mistura, a “tia” Laura em tudo parecia ver apenas a parte negativa, relacionando-a ou procurando explicá-la pela acção de forças ocultas ou pela intervenção imaginária de certos espíritos malignos. Talvez por temperamento ou pelos seus poucos afazeres domésticos, era muito dada à coscuvilhice, como dissemos, e praticamente, nada acontecia no Gerês que ela não soubesse quase sempre em primeira mão.

Para tanto, pensamos que era estratégica a localização da janela da sua cozinha, postada quase em cima da íngreme calçada que dava acesso ao então populoso lugar da Boavista e por onde passavam, diariamente, muitas pessoas com quem ela falava e, sorrateiramente, ia tirando os seus “nabos do púcaro”... Recorde-se que, naquela zona, como referimos já, havia um certo movimento derivado da existência aí do Posto do Turismo, da estação dos CTT e da padaria, onde trabalhavam o José Maria da Silva (Zé Parrana), o Manuel Rebelo e o João Gonçalves (Rézinha). Ao lado, noutra casa também já demolida, a “casa velha”, moravam, como dissemos, o Carlinhos, cuja esposa, a “tia” Antónia, vendedora de tremoços, na rua, nos domingos de Verão, teve um dia uma grande decepção com um pobre que, perto do meio-dia, lhe bateu à porta a pedir esmola. Condoída, deu-lhe o que tinha: uma malga de caldo, onde, para o adubar, deitara um osso de vitela. Depois de comer o caldo sofregamente, o pobre faminto mostrou ser mal agradecido, ao dizer-lhe: - *O caldinho cheirava à carne. Mas a carinha comeram-na vocês!*...”

Aí morou também a “tia” Albina dos Moços, bem perto, portanto, das suas mercearia e taberna. Felina, deu um dia uma resposta a meu tio e padrinho, Joaquim Dias, que em minha casa jamais foi esquecida.

Meu avô havia matado o porco e, como era uso naquele tem-

po, minha avó Emília Pereira Veloso, grande amiga dos pobres do Gerês daquele tempo, disse-lhe para ir levar o sarrabulho à Sra. Albina. Num ápice, ele bateu à porta da vizinha, entregando-lhe a encomenda. Resposta dela: - *“Ó Quim, diz à mãezinha que muito obrigada. Mas isto não é dado, é emprestado”* – querendo com isso dizer que, de acordo com a tradição, quando ela fizesse a matança, ter-lhe-ia de retribuir... Como morou, não por muito tempo, o José Pereira Gonçalves, funcionário da secretaria dos Serviços Florestais e depois electricista da Efacec e na barragem da Aguieira, que entre nós ficou conhecido por *“Zé Pai”* pelo facto de, segundo ele um dia me contou, quando lhe nasceu o primeiro filho, ter vindo para a rua gritar de alegria: - *“O Zé é pai! O Zé é pai! O Zé é pai!”*... O meu avô Dias, seu vizinho, ao ouvir aquilo, felicitou-o e disse-lhe: - *“Então, está bem. Ficas a ser o “Zé Pai”*. E ficou... Trabalhou lá também, na sala da antiga escola, o *“Caixa de Óculos”*, um castiço marceneiro assim alcunhado pelas fortes lentes que usava, num tempo em que aqui existiam outros marceneiros de nomeada, como o Zé Caladinho (por falar muito pouco), o Francisco Marceneiro, o Carlos Marceneiro e o Manuel Ferreira, que se dedicava também a fazer violas e à poesia, acabando por enforcar-se numa árvore entre a Carona e a Pedra Bela.

Regressado definitivamente a Rendufinho, o Zé Serralheiro passou a vir cá apenas para fazer reparações esporádicas nos fogões dos hotéis ou pensões. Mas sempre que, por qualquer motivo, as pessoas do Gerês tinham de ir a Braga, ou na ida ou na vinda não deixavam de parar na sua oficina, ainda hoje existente mesmo à berma da estrada, para conversar com ele.

Nos finais da década de 50, a coincidir com um período áureo da equipa do Sporting de Braga, em que brilharam os célebres irmãos Mendonça – Fernando, João e Jorge, transferindo-se este depois para o Atlético de Madrid – houve aqui um grupo de pessoas que, habitualmente, eram presença assídua nos desafios disputa-

dos pelos “arsenalistas do Minho” no então denominado estádio 28 de Maio. Esse grupo era liderado pelo António Baltazar, com o seu velho “Ford” de aluguer, dele fazendo parte também o António Ambrósio Gonzalez – um bracarense de ascendência espanhola que conheceu no Gerês, onde tinha a Loja Espanhola e um laboratório de fotografia, a mulher da sua vida, a saudosa torrejana D. Amália Cardoso – o Teixeira do Turismo, o Azevedo e meu pai.

Num renhido Braga – Porto, o António Baltazar, o maior portista geresiano de todos os tempos, que angariou muitos adeptos para o seu clube do coração, quis pagar a promessa que havia feito a um jovem geresiano, também portista dos quatro costados, que chorava e metia-se na cama quando o FCP perdia, de nome José Maria Gonçalves, homónimo, portanto, do Zé Serralheiro, mas que tinha a alcunha de “Laró” e era filho da Virgínia Berças e aprendiz e moço de recados na alfaiataria do Bichinho. O Laró nem dormiu na noite que antecedeu aquele jogo em que, pela primeira vez, iria ver, ao vivo, os craques portistas de então, como o Jaburu, o Pedroto, o Virgílio, o Teixeira, o Hernâni e o Monteiro da Costa. Como a lotação do carro já estava esgotada pelos seus normais clientes e no Pinheiro, Póvoa de Lanhoso, a Polícia de Viação e Trânsito costumava lá estar de piquete nesses dias, até Rendufinho o Laró foi acomodado no banco de trás, pois era franzino. Mas a partir daí e até Braga, o remédio foi meter-se na espaçosa mala do carro, para fugir à multa. Chegados às imediações do Parque da Ponte, os acompanhantes saíram dos seus lugares e fizeram um semicírculo à volta das traseiras do carro, enquanto que o Baltazar fez de conta que ia lá buscar qualquer coisa, abrindo a mala para de lá sair o Laró, não fosse qualquer mirone dar pela marosca...

Um tempo houve, porém, em que as viagens domingueiras até à “Cidade dos Arcebispos” desses apaniguados pela bola, eram um espectáculo com as “bicadas” que o Gonzalez desferia contra meu pai por causa de um acidente que ele tivera com um velho automó-

vel que lhe havia comprado e vale a pena recordar. O primeiro automóvel particular que existiu no Gerês foi um “calças arregaçadas” da marca “Austin”, com a matrícula MN-31-01, de rodas estreitas e com as jantes formadas por raios pouco mais grossos que os das bicicletas, de cor preta, importado da Inglaterra e registado em Portugal, em 1930, por duas velhotas ricas que tinham motorista privado. Esse carro foi depois vendido ao Gonzalez por dez contos e, na segunda metade da década de 50, já velho, foi adquirido, por três contos, por uma sociedade entre o meu pai, que andava a tirar a carta de condução, e o Sargento da GF, Amílcar Alfaiate, do Barreiro, mas a prestar serviço aqui. Depois de totalmente reparado por um velho mecânico de Braga, com a alcunha de



A casa de Rendufinho

“Barulho”, o carro ficou impecável, tendo o Sargento Alfaiate feito nele a viagem até ao Barreiro, sem ter sequer um furo na ida e na volta.

Estando meu pai, nessa altura, destacado na Fiscalização Externa dos Tabacos, com serviço na área de Rossas, onde fez equipa com o célebre Mário dos Tabacos, de Cabeceiras, e o rossense Bento Luís Vieira, numa 2.^a feira de Maio deslocava-se para lá e ao subir a estrada para as Cerdeirinhas, no lugar da Tojeira, em Caniçada, uma vespa meteu-se-lhe dentro do carro, ameaçando mordê-lo e para se ver livre dela, tentou sacudi-la com os braços, perdendo o controlo do carro que guinou à direita e, para sorte dele, enfiou-se, sem tombar, pela ribanceira abaixo, entre dois carvalhos lá existentes, deslizando suavemente, assente nas quatro rodas, e afocinhando no campo subjacente, acabado de lavrar. Por milagre, nem ele,

nem o carro tiveram algo de especial a registrar e seriam os próprios bois que andaram a lavrar aquele campo que rebocaram para a estrada o “calças arregaçadas”. De maneira que, a partir daí, o Gonzalez sempre que, nessas viagens dominicais, se aproximavam do local do acidente, “picava” o meu pai dizendo, no gozo: “*Olha a vespa! Cuidado com a vespa!*”... Só que, passados uns tempos, o mesmo Gonzalez, que era um condutor bastante distraído, atropelou uma vaca em Rendufinho, com o seu segundo carro, um “Austin A-50”, de matrícula GI-15-14, já de linhas mais modernas. E porque tentou escapar-se às responsabilidades, os lavradores da zona juntaram-se à volta dele, com intuitos pouco pacíficos e se não fosse, entretanto, pedir o auxílio do Zé Serralheiro, para apaziguar os ânimos, o caso complicava-se para ele. Já sabedor meu pai deste azar do seu amigo, na próxima viagem em conjunto para Braga, o Gonzalez lá voltou com a “picada” do costume quando chegaram à Tojeira, sem que ele nada dissesse. Mas, quando o carro chegou ao local em que se tinha dado o atropelamento da vaca, aí, meu pai desforrou-se, dizendo solenemente: - *Olha a vaca! Cuidado com a vaca!*...

Numa dessas viagens de regresso de Braga, depois de assistirem ao jogo, o grupo do costume decidiu, um dia, visitar o Zé Serralheiro, já na sua casa de Rendufinho. Hospitaleiro e mãos largas como era, o Zé, ao ver aqueles seus amigos do Gerês, não esteve com meias medidas e, lesto e ligeiro, foi à adega buscar um presunto por enxertar, que lá tinha dependurado, mais um garrafão de vinho, levando-os para a cozinha, onde a “tia” Laura já pusera, na mesa, uma broa de milho caseira, que havia cozido na véspera. Dando o exemplo, o nosso “Rei dos Fogões” começou a cortar, com uma faca bem afiada, belas fatias de presunto e de broa, com as malgas cheias de vinho a crepitar... Porque haviam almoçado à pressa para chegarem à bola a tempo e horas, os comparsas geresianos estavam com apetite e, por isso, deram um grande rombo no presunto. A tal ponto que a “tia” Laura, ao aperceber-se do “avanço”

que haviam dado ao seu presuntinho de estimação, foi para a janela voltada para Norte e, agoirenta como era, anunciou bem alto: - *“Ai que nuvens tão escuras estão acolá para as bandas do Gerês! De certeza, que vai vir aí uma trovoada medonha! Mas que grande trovoada aí vem! Se fosse a vocês, ia-me já embora, pois senão, não chegam hoje a vossas casas!”* Sabendo quem tinha, porém, o Zé Serralheiro empiscou aos seus amigos, dando-lhes sinal para continuarem a saborear aquela apetitosa merenda que redundou num inesquecível convívio para todos eles. E sem trovoada...

Uma arrozada duplamente sangrenta...

Ao longo destas já extensas crónicas sobre algumas das principais figuras que marcaram a história geresiana na primeira metade do século XX, destacou-se o Zé Serralheiro como protagonista principal de múltiplas peripécias de que, por norma, ele se saiu quase sempre a contento, fruto da sagacidade e da inteligência que o caracterizavam.

A comprovar, no entanto, que “não há bela sem senão”, nesta última crónica que sobre ele se escreve – para dar lugar a outras figuras ou instituições que merecem também aqui ser recordadas... - ocupar-nos-emos agora com a evocação de uma das passagens mais aflitivas que o nosso José Maria Gonçalves conheceu em toda a sua vida e se passou em Parada de Bouro, Vieira do Minho.

Do lugar de Pandoses, nessa freguesia, bem novo ainda veio para o Gerês, para servir de grumo no Hotel Universal, auxiliando na portaria o meu avô Dias, um rapaz expedito e reguila, de nome Aarão Gonçalves, que aqui acabou de crescer, fez-se homem, constituiu família casando com a costureira vieirense D. Elvira Antunes e se lançou no negócio das madeiras, fundando na Meia Légua a sua serração. Era sobrinho do Zé Serralheiro e dele herdou o “pátua”

suficiente para saber desvencilhar-se das situações mais embaraçosas que, por vezes, lhe surgiam na vida. Ainda que, pelos vistos, nem sempre pelos meios mais recomendáveis, mas quem somos nós para julgar quem já não se pode defender?

Certamente para agradecer ao irmão José alguma protecção que este tenha prestado ao sobrinho, o pai do Aarão convidou-o um dia para ir almoçar à sua casa de Pandoses. Ora, nesse tempo, tal implicava que tivesse de fretar um carro de aluguer, sendo o do António Baltazar – o tal “Ford” preto de que já falámos, o primeiro que aqui existiu permanentemente – o que estava mais à mão. Como havia lugares ainda vagos, o Zé Serralheiro, sabendo já o menu que os esperava, convidou também o João Capela e o Bichinho - dois “bons garfos”, como é sabido – para irem à tal almoçarada, ainda que tal obrigasse à caminhada a pé entre Parada de Bouro e Pandoses, já que nesse tempo este lugar não dispunha ainda de estrada de acesso.

Mal entraram na casa do anfitrião, os comensais consolaram-se com os inconfundíveis aromas que dimanavam da ampla cozinha de lavrador, nesse dia em natural azáfama por haver visita. E pouco tempo depois, o dono da casa deu ordens para todos se sentarem à volta da mesa farta. Uma canjinha do velho galo abriu a ementa que teria, como prato forte, uma succulenta arrozada da mesma avantajada ave caseira, a deslizar abundantemente em espaçosas travessas de porcelana, onde sobressaíam também belos nacos de presunto velho e de grossas rodelas de chouriço feito das carnes do último porco lá criado em casa. Um manjar de sonho que, naqueles tempos de muitas privações e... provações, apenas era saboreado por gente de posses e em dias festivos.

Contra todas as expectativas, porém, a festa nesse dia, ficou seriamente estragada e de que maneira! Apercebendo-se que havia visitas em casa do pai do Aarão, um seu vizinho, com quem andava de relações cortadas, teve o desplante de, munido de uma pistola,

entrar pela casa dentro e, chegado à cozinha onde decorria o lauto almoço, de cabeça perdida, começou a disparar em várias direcções, tendo uma das balas atingido o dono da casa que, de imediato, caiu prostrado no chão, a jorrar sangue abundantemente, sendo transportado para o Hospital de Braga, donde regressaria, passados alguns dias, felizmente são e salvo.

Uma segunda bala atingiu também o António Baltazar, ainda que este, de início, talvez devido à sua robustez física, - e segundo nos informou a sua filha mais velha, Dra. Maria Antonina – não se tivesse apercebido dessa situação e só quando na caminhada de regresso ao carro, que ficara em Parada de Bouro, sentindo uma parte do peito humedecida e fria, ao colocar a mão nessa zona, verificou que tinha sangue. Daí seguiria também para o Hospital de São Marcos, onde uma radiografia lhe detectou uma bala num pulmão. Mas o Baltazar opôs-se terminantemente a que esse projectil lhe fosse extraído, não permitindo que o médico-cirurgião o operasse. O que acabaria por suceder pelo facto de o médico, entretanto, ter concluído que a localização da bala não lhe afectaria a respiração. Esse diagnóstico, mais tarde, viria a confirmar-se através de nova radiografia, que acusou estar a bala já envolvida em gordura e, como tal, não lhe causaria problemas, como, de facto, não lhe causou até à sua morte, aos 59 anos, em 1 de Maio de 1971, devido a problemas cardíacos.

Contudo, o caricato de toda esta insólita situação não se ficou por aí. É que, segundo rezam as “crónicas” daquele tempo, o Zé Serralheiro, compreensivelmente revoltado com o sucedido, depois de serenados os ânimos, não se calava sem comentar, à sua maneira, a reacção que o Bichinho e o João Capela tiveram no meio do tiroteio e do clima de terror entretanto gerado naquele dia para esquecer. Apreciadores exímios que eram da boa mesa e de apetitosos pitéus, contava o Zé Serralheiro que, enquanto que as outras pessoas lá presentes, preocupadas com o dono da casa estendido no

chão, a esvair-se em sangue e cheio de dores, procuravam socorrê-lo e trataram de o transportar para Braga, o Capela e o Bichinho, impávidos e serenos, continuaram a saborear a arrozada, como se nada tivesse acontecido. E ainda no dizer do Zé Serralheiro, depois de terem comido e bebido à tripa forra, ao verem as travessas ainda bem recheadas, pois todos os outros convivas, por razões compreensíveis, pouco chegaram a comer, aqueles dois amigos ainda tiveram a coragem de escolher uns bons pedaços de frango e de presunto que, religiosamente, embrulharam nos respectivos lenços da mão para, depois, saborearem calmamente...

Quem também não lhes perdoou tal atitude foi o António Baltazar que, regressado ao Gerês, já livre de perigo, ao falar com aqueles seus comparsas não deixou de lhes verberar tal procedimento, fazendo-lhes ver que, com tão insólito gesto, mostraram que não eram seus amigos, como ele supunha.

Tal susto, todavia, não impediu que o nosso Zé Serralheiro continuasse na sua vida de assumido boémio, com frequentes bebedeiras que desgostavam, em absoluto, a sua Laura. Ao ponto de um dia, cansada de tanto o aturar, esta desabafasse: - *Meu malandro! Meu bêbedo incorrigível! Não tens vergonha das figuras tristes que andas para aí a fazer?! Deixa lá que um dia que morras, hei-de enterrar-te numa pipa de vinho para, ao menos, ficares consolado!*" - *Aí sim?!* - perguntou-lhe o Zé com evidente ironia e sem se dar por achado. - *Mas ao menos - retorquiu ele, sarcástico - que seja numa pipa de vinho bom, ouviste?"*

Doutra vez, em pleno Verão, chegou aos aposentos na Pensão da Ponte, onde habitualmente residia, já com as medidas bem cheias. E, para variar, nesse dia deu-lhe para entoar, à sua maneira, alguns cânticos religiosos, nomeadamente o "Avé de Fátima". O que agradou plenamente a umas freirinhas, hospedadas num quarto do segundo andar daquela pensão, bem próximo, por sinal, do local onde o Zé estava instalado. Durante uns dias, as ingénuas

irmãs mostraram-se radiantes com a proximidade de tão devoto vizinho. Só que, passado pouco tempo, tendo apanhado uma “carraspana” a valer, o Zé pintou a manta, desatando uma avantajada colecção de palavrões, em alto e bom som que, ao ouvi-los, deixaram as piedosas irmãzinhas verdadeiramente escandalizadas e dele foram fazer queixa ao Sr. João da Ponte, que lá se desculpou conforme pôde, por saber perfeitamente quem tinha debaixo dos seus telhados...

Com a doença dos pais, e porque era filha única, a Laura Serralheira deixaria o Gerês mais cedo para lhes dar assistência na velhice. Pantomineiro como sempre, o Zé mostrou-se pouco comovido com a morte da sogra, entretanto ocorrida, só para chatear a sua Laura. E na roda de amigos, até contava, por brincadeira, que a sogra dele tinha partido mais cedo porque ele tinha-lhe comprado, pouco tempo antes, na feira da Póvoa de Lanhoso, uns socos novos e que, para acelerar a sua morte, os solara com chapa em vez de tiras de pneu. Em resultado disso, dizia ele, na primeira vez que ela desceu as escadas de sua casa, escorregou e caiu, ficando muito maltratada e antecipando, assim, o seu falecimento...

O Zé, depois de sair do Gerês em definitivo, ainda trabalhou na sua arte durante bastante tempo, ganhando assim, o direito ao título de “Rei dos Fogões”, que ele próprio promoveu em panfletos publicitários distribuídos pela nossa região. Nascido, curiosamente, no dia de S. Martinho, 11 de Novembro de 1901, viria a falecer, aos 75 anos, em 22 de Setembro de 1976. Passados onze anos, a sua esposa, Laura de Jesus Ramalho, nascida em 7 de Fevereiro de 1901, entregaria a sua alma a Deus em 23 de Abril de 1988, contando 87 anos de idade, ambos estando sepultados no cemitério de Rendufinho, Póvoa de Lanhoso. Que descansem em paz!

O “comboio” deixou de “apitar”...

Há tempos, e com o duplo objectivo de revermos um recanto geresiano para nós recheado de memórias da meninice e, ao mesmo tempo, recolhermos localmente elementos fidedignos para esta crónica, subimos até à Boavista. E ficámos siderados com as diferenças que lá encontrámos comparativamente com algumas dezenas de anos atrás.

Desde logo, estranhámos o silêncio quase sepulcral que lá se fazia sentir. Ao contrário doutros tempos, não se ouviam a gritaria da miudagem, nem os raspanetes das mães a repreendê-la pelas suas traquinices, nem muito menos se escutava o cadenciado ritmo da mó do velho moinho que lá existiu, onde durante muitos anos se trituraram os grãos de milho para se fazer “o pão nosso de cada dia”... Muito menos divisámos por lá qualquer farda ou boné dalgum guarda fiscal, em direcção à respectiva Secção que, durante mais de um século, lá funcionou. E no largo da velha Árvore – que saudades, Deus meu! – não vimos nenhuma criança a brincar à macaca, nem tão pouco nenhuma das castiças figuras locais de que o João Oliveira, o Méquinho, a Ana Neta, a “tia” Emília Côta ou a Bina da Tributina são apenas e só alguns exemplos. Todos já partiram...

O rebuliço que se registava numa das zonas mais populosas do Gerês noutros tempos deu agora lugar à desertificação quase total da velha Boavista, de que é, aliás, flagrante exemplo a sua principal referência durante muitos anos: o castiço casario humilde que o povo baptizou com o nome de “comboio”, onde viveram diversas famílias, e hoje, desalojado já de “passageiros”, não só deixou de “apitar” – como diz a popular canção... - como também, em estado de adiantada agonia, aguarda pacientemente pela sua derrocada total.

Acompanhados de um colega da escola, lá nado e criado, qui-

semos visitar tão castiço bairro, cheio de histórias e não poucas memórias da nossa infância. E a desolação, se bem que já esperada, foi total. Por momentos, e a décadas de distância no tempo, constatámos as condições humilhantes em que sobreviveram os moradores daqueles autênticos cubículos, em que famílias inteiras ocupavam um único quarto e uma acanhada cozinha térrea, sem condições higiénicas na maioria dos casos. Numa construção anexa, do lado direito de quem entra na agora denominada Travessa da Guarda Fiscal, em homenagem a esta extinta corporação, havia o forno comunitário, em que cada família, em dias certos da semana, cozia as broas de milho, para além de uma retrete pública no mesmo prédio.



O "comboio"

Se bem que sujeita a eventuais alterações, famílias houve que lá viveram ao longo de várias décadas como inquilinas do Sr. João da Ponte, proprietário desse bairro humilde. Assim, na primeira casinha, perto da Guarda Fiscal, viveu a já referida "tia" Emília Côta, depois a Silvana da Bispa e seus filhos Emília e Humberto – sendo este o último dos antigos residentes a de lá sair há alguns anos -, seguindo-se a Amélia da Bispa e sua filha Isaura, com o marido, Manuel Galega, e filhos. Morava depois a Virgínia Berças e seus filhos José Maria (Laró) e a Garota, sendo sucedida pelo Jorge Machado; havia depois a casa do Machadinho e da "tia" Francisca e, por último, a casa do Manuel Guimarães e da sua esposa Adelaide e filhos que, por ser a maior e a mais alta, pois dispunha de fundos,

era como que a “locomotiva” daquela castiço “comboio” de uma só “carruagem” em que cada casinha dispunha de uma única janela voltada para a levada que conduzia a água para as leiras da Arnas-só.

Num prédio sobranceiro ao “comboio” viveu o Amaro Ferreira e para além doutras pessoas que posteriormente ocuparam esse prédio.

Para além do “comboio”, havia a casa da “tia” Virgínia - que serviu de “parteira” quando eu nasci - e mãe do João da Ponte, do Serafim do Lino e da D. Rita e com quem viveu, enquanto solteiro, um filho desta, o inesquecível Zé Boxe. Parte dessa casa estava alugada ao João Oliveira, um antigo sapateiro que depois abriu no rés-do-chão da mesma, uma taberna, vindo posteriormente a adquirir esse prédio na totalidade. Por cima, em prédio dos proprietários da Pensão Geresiana, viviam o Veríssimo Costa e o Albano Gonçalves. A norte, viviam a Maria da Conceição, a Adelaide Costa, a América Costa, o Álvaro Espada (“Praça Velha”), a Mena Matos, a Maria Mouta (que se prestava para dar injeções), a Zulmira Teixeira, a Ana Neta, o António Perneta, a Maria de Lemos Branco (Faneca) - que comprou, em vida, o seu caixão, guardando-o debaixo da sua cama... -, o Albino Moleiro, o Júlio César, a Viúva Aurora, a Elvira Gonçalves, o Salustiano Gonçalves, a Bina da Tributina, o Clemente Gonçalves, a Palmira do Duzentos, o Manuel Mouta, a Patrocínia, o Dias (GNR), o Varelas, o Humberto Carvalho e a Fernanda da Sara, entre outros. Logo que casou com a Adília Gonçalves, passou a viver também na Boavista o octogenário António Guedes, “decano” dos sapateiros geresianos que é também o mais antigo morador da Boavista ainda vivo, tal como a Rosa do Duzentos e a Olívia do Humberto.

A Árvore, nome com que era apelidado o pequeno largo junto à casa do João Oliveira, era o “ponto de encontro” das gentes da Boavista de há 50 e mais anos atrás. Era lá também que, todos os

anos, a mocidade de então montava a sua cascata do S. João, como já referimos.

As gentes do Rigor também não se calavam, respondendo ao salutar despique com as mesmas armas, dando igualmente asas à folia, até às tantas da madrugada... Infelizmente, com o Rigor silenciado para sempre pelas razões conhecidas, para os lados da desertificada Boavista, quase reduzida a meia dúzia de famílias, as perspectivas não são nada animadoras. Será que um dos principais centros populacionais geresianos de outrora, com o foi esta Boavista, passará a ser, a curto prazo, e tal como o Rigor, uma indesmentível saudade?

A Empresa das Águas

É sabido que, a nossa estância termal se alicerçou, a par da hotelaria e comércio locais, nas duas empresas que, até à data, lhe têm dado visibilidade e renome também: as Empresas das Águas e Hoteleira do Gerês, ainda que a segunda (1926) surgisse trinta anos após a criação da primeira (1896), com âmbitos de acção diferentes.

A Empresa das Águas do Gerês foi oficialmente criada em 19 de Maio de 1986, curiosamente constituída em nome colectivo, sob a firma “Santos & Companhia”, numa época em que o Gerês fazia parte do concelho de Vieira do Minho. Dos seus primeiros órgãos sociais fizeram parte alguns nomes bem conhecidos naquela época, como os do médico Dr. Augusto dos Santos Júnior, do Conselheiro Manoel Francisco da Costa, a quem, em 30 de Junho de 1902, foi dedicada a principal avenida geresiana, que ainda hoje mantém esse topónimo, bem como Emílio Biel, que instalou aqui, nos começos do século XX, a energia eléctrica, a partir de uma mini-central hidroeléctrica na sua Quinta dos Veados ou do Alemão, como veremos oportunamente.

Antes de mais, há a salientar que depois de, em 1888, o Governo do Reino ter aberto concurso público para a concessão da exploração das águas minero-medicinais do Gerês, a única empresa concorrente, constituída pelo terrasboureense Paulo Marcelino Dias de Freitas e o portuense Ricardo Almeida Jorge, por razões de vária ordem, não conseguiu satisfazer os encargos inerentes à dita concessão, entre os quais os balneários das termas, pelo que ao Governo mais não restou senão rescindir tal contrato e oito anos mais tarde, em 1896, abriu novo concurso ao qual concorreu a Empresa das Águas do Gerês, sedeada na Cidade Invicta.

Ora, de acordo com a acta da reunião para a instalação da Sociedade denominada “Empresa das Águas do Gerez”, realizada em 15 de Maio de 1896, no Porto, lê-se o seguinte: *“No dia quinze do mez de Maio de mil e oitocentos e noventa e seis, pelas doze horas da manhã, numa sala da casa número duzentos e sete, primeiro andar, da rua de Santa Catharina, desta cidade do Porto, onde o Ex.mo Snr. Doutor Augusto António dos Santos Júnior tem estabelecido o seu consultório médico-cirúrgico, achando-se reunidos na mesma sala, por convite deste cavalheiro, os Ex.mos Snrs. Manoel Francisco da Costa, Clemente Joaquim da Fonseca Guimarães, Joaquim Felisberto da Cunha Sotto Maior, António da Silva Marinho, como representante da firma comercial “Marinho Irmãos”, Joaquim Alves Moreira, Miguel Joaquim Gomes Pinto, como representante de sua esposa Dona Thereza de Jesus Gomes Pinto de Oliveira, Frederico da Cruz, representado pelo Ex.mo Senhor Doutor Augusto António dos Santos Júnior, Domingos Manoel Rodrigues de Sá e Emilio Biel, todos abaixo assinados, a assembleia nomeou por aclamação, para presidir aos trabalhos de que ia tratar-se, o Ex.mo Senhor Manoel Francisco da Costa, sendo esta proposta feita pelo Ex.mo Senhor Doutor Augusto António dos Santos Júnior, que igualmente se achava presente. O Ex.mo Snr. Manoel Francisco da Costa, depois de agradecer a honra que lhe fora conferida pela assembleia, ocupou o lugar presidencial, e convidou para secretário o*

Ex.mo Snr. Joaquim Alves Moreira, com aprovação unânime de todos os presentes.

Em seguida, o Ex.mo Snr. Presidente expôz à assembleia o fim principal d'esta reunião, que era a constituição de uma Sociedade commercial para concorrer ao concurso para a exploração das águas minero-medicinais do Gerez, aberto pelo Ministério das Obras Públicas, e cujo programma fora publicado no "Diário do Governo" número cento e sete de treze de Maio do anno corrente e que, para melhor explanar o assumpto, concederia a palavra ao Ex.mo Snr. Doutor Augusto António dos Santos Júnior. Este cavalleiro, usando da palavra, expôz com minuciosidade e clareza, as vantagens que, em sua opinião, a empresa podia auferir com a exploração d'aquellas águas; e, conformando-se a assembleia, plenamente, com a narração do orador, foi logo resolvido, por unanimidade, concorrer ao referido concurso.

Discutiram-se depois as bases principais para o contracto de Sociedade commercial, sendo, a final, approvadas, por unanimidade, as seguintes: **Primeira:** Que o fim da Sociedade seria a exploração das águas que brotam na localidade do Gerez, freguesia de Villar da Veiga, do concelho de Vieira, districto administrativo de Braga, em conformidade com o programma publicado, para esse fim, no "Diário do Governo" número cento e sete, do corrente mez e anno, em conformidade com o alvará da concessão, que opportunamente for publicado no "Diário do Governo".

Segunda: Que a duração da Sociedade será pelo tempo que decorrer desde a data da respectiva escriptura até terminar o prazo que no mesmo alvará foi indicado para a exploração d'aquellas águas. No caso, porém, da concessão não ser dada à Sociedade, esta considerar-se-há logo dissolvida, recebendo cada sócio a quantia com que tiver entrado, abatidas as despezas feitas. **Terceira:** A Sociedade girará sob a firma "Santos & Companhia" com a denominação de "Empresa das Águas do Gerez" e a sua sede será n,esta cidade. **Quarta:** Que o capital social será de trinta contos de reis em dinheiro. A primeira entrada d,este capital, na razão de quatro por cento, será feita no dia em que se realizar a escriptura da Sociedade, e destinar-

se-há ao depósito de um conto de reis, exigido pelo número primeiro do artigo quinto do programa do concurso, despesas para a constituição da Sociedade e preparação para o mesmo concurso. No acto da escriptura serão reguladas as outras entradas do capital”.

Quinta: A gerência económica da Sociedade será confiada ao sócio Ex.mo Snr. Doutor Augusto António dos Santos Júnior, a quem competirá o uso exclusivo da firma social, o qual servirá o cargo gratuitamente. No seu impedimento, e de acordo com elle, o conselho fiscal, ouvida a Sociedade, nomeará o gerente substituto. Se o sócio gerente fizer mau uso das



Balneário de 1.ª classe

atribuições que lhe competirem, a Sociedade poderá nomear outro gerente nas condições que julgar mais convenientes. **Sexta:** Haverá um conselho fiscal composto por trez membros, que também desempenharão esse cargo gratuitamente, salvo a gratificação de cento e vinte mil reis para todos, e a que terão direito como indemnização das despesas provenientes da sua estada no Gerez. **Sétima:** À gerência compete: Primeiro: Administrar o capital e bens da Sociedade, e cumprir fielmente todas as obrigações por esta contrahidas para com o governo; segundo: apresentar mensalmente ao Conselho fiscal as contas e estado da Sociedade; terceiro: consultar o Conselho fiscal sempre que seja necessário ou assim o deseje; quarto: respon-

sabilizar-se-há para com a Sociedade pelos prejuízos resultantes das penas em que esta incorrer pela falta de incumprimento, da sua parte, das obrigações contrahidas com o Estado. Não poderá o gerente contrahir empréstimos sem authorização da Sociedade, nem authorizar ou pagar despesas não approvadas previamente pelo Conselho fiscal. **Oitava:** Ao Conselho fiscal competirá: primeiro, reunir-se, pelo menos, uma vez por mez para examinar as contas da gerência, reunindo-se também as mais vezes que julgar conveniente para qualquer outro fim; segundo: convocar, sempre que o julgar necessário, a reunião dos sócios; terceiro: fiscalizar todos os actos do gerente e direcção do estabelecimento thermal e suas dependências, indo para esse fim todos, ou cada um separadamente ao Gerez, em todos os annos, durante a época thermal. **Nona:** A direcção clínica do estabelecimento thermal será accumulada com a gerência financeira da Sociedade. **Décima:** Em vista do disposto no artigo anterior, a direcção clínica do estabelecimento thermal e suas dependências será confiada ao sócio Ex.mo Snr. Doutor Augusto António dos Santos Júnior, mediante um contracto especial. **Décima primeira:** Os sócios poderão fazer entre si transacções de compra e venda do seu quinhão social, sem que a isso a Sociedade se possa oppôr, devendo, porém, para seu conhecimento, participar-se-lhe a transacção que se efectuar. **Décima segunda:** As contas e o balanço da Sociedade serão fechadas no dia trinta e um de Dezembro de cada anno, e até ao dia dez de Janeiro seguinte haverá uma reunião de todos os sócios, não só para a apresentação e approvação dessas contas, mas também para se resolver o modo como hão-de applicar os lucros sociais. **Décima terceira:** A divisão dos lucros, ou das perdas, se as houver, será feita entre os sócios na proporção das entradas do capital. **Décima quarta:** Por morte ou interdicção de qualquer dos sócios não se dissolverá a Sociedade, devendo, em qualquer dos casos, o quinhão pertencente ao sócio fallecido ou interdito ser posto em praça pública durante o prazo de cincoenta dias, a contar da data do fallecimento ou do julgamento, por sentença, da interdicção; e servirá de base para a licitação a quota de capital e iucros que elle tivesse na Sociedade, conforme o último balanço, tendo, porém, na praça o direito

de opção, em primeiro lugar, a Sociedade, e em segundo lugar, os herdeiros ou representantes do fallecido ou interdito. **Décima quinta:** O Ex.mo. Snr. Doutor Augusto António dos Santos Júnior será, em primeiro lugar, o representante da Sociedade perante o governo; em segundo lugar o sócio Frederico da Cruz, e na falta ou impedimento d'estes dous sócios, a Sociedade designará entre os seus sócios um que a represente.

Décima sexta: Em todos os mais casos omissos n,este contracto, serão applicáveis as disposições legais respectivas, mesmo para a liquidação e partilha da Sociedade no caso de dissolução. Em seguida, a assembleia resolveu subscrever, desde já, o capital preciso para a formação da Sociedade, o que logo se effectuou, como consta da lista respectiva, a qual é do theor seguinte: Augusto António dos Santos Júnior, com quatro contos e quinhentos mil reis; Clemente Joaquim da Fonseca Guimarães Meneres, com trez contos de reis; Manoel Francisco da Costa, com trez contos de reis; Fortunato Cardoso da Costa Guimarães, com trez contos de reis; Joaquim Felisberto da Cunha Sotto Maior, com trez contos de reis; Marinho Irmãos, representados pelo sócio chefe António da Silva Marinho, com trez contos de reis; Joaquim Alves Moreira, com trez contos de reis; Dona Thereza de Jesus Gomes Pinto de Oliveira, representada por seu marido Miguel Joaquim Gomes Pinto, dous contos e quinhentos mil reis; Frederico da Cruz, representado pelo Doutor Augusto António dos Santos Júnior, dous contos de reis; Domingos Manoel Rodrigues de Sá, com um conto e quinhentos mil reis; e Emílio Biel, com um conto e quinhentos mil reis, o que tudo perfaz a totalidade de trinta contos de reis.

Resolveu-se, por último, que as bases do contracto social, que acabaram de ser discutidas e approvadas, fossem reduzidas a escriptura pública, a qual seria lavrada na nota do tabelião Vieira de Sá, d'esta cidade, e que esse acto se realizasse no dia desanove do corrente mez, devendo os subscriptores fazerem por essa ocasião uma entrada de quatro por cento do capital subscripto, para fazer face às despesas do programma do concurso”.

Através desta acta histórica, que propositadamente se trans-

creveu na íntegra, é possível tomar conhecimento dos sócios fundadores da Empresa das Águas do Gerês, pertencentes, na maioria dos casos, à classe mais preponderante das gentes do Porto naqueles tempos. São os casos, por exemplo, de Manoel Francisco da Costa, abastado comerciante da Rua do Almada, muito dedicado a esta terra, e cujo nome foi atribuído, em 1902, à principal avenida destas termas, e que ainda hoje se conserva; outro, por sinal também presidente dessa empresa, ter sido o primeiro director clínico das Caldas (Dr. Augusto António Santos Júnior), para além, entre outros, de Emídio Biel, um comerciante da Rua da Escola Normal, na Invicta, a quem se deve a instalação, nos primeiros anos do século XX, da energia eléctrica no Gerês, a partir das turbinas por ele erguidas na antiga Quinta dos Veados, também conhecida como do Alemão; e de Clemente Joaquim da Fonseca Guimarães Menéres, conceituado negociante residente na Quinta da Bela Vista, na Rua Luís de Camões, em Vila Nova de Gaia, detentor de uma rua com o seu nome na cidade do Porto, mas nascido em Sta. Maria da Feira, granjeando fortuna como emigrante no Brasil, Japão e Extremo Oriente e, mais tarde, grande proprietário em Jerusalém do Romeu, Mirandela, para onde fora seduzido pelos negócios da cortiça.

Como se refere nessa acta inicial, e consumada que estava a falência da Companhia das Caldas do Gerês, formada por Ricardo Jorge e Paulo Marcelino de Freitas, a quem o Estado concessionara, em 1888, a exploração das águas minero-medicinais, a grande preocupação desses empresários era, de facto, candidatar-se ao novo concurso para a concessão termal, aberto pelo Ministério das Obras Públicas em 13 de Maio de 1926, dois dias antes da mencionada reunião, portanto.

Por decreto de 16 de Julho de 1896, foi adjudicada, pelo prazo de 50 anos, a exploração das referidas águas minero-medicinais à Empresa Santos & Companhia, cujo alvará de concessão a obrigava a realizar um conjunto de obras nas Caldas, entre os quais os balne-

ários termais de 1.^a e 2.^a classe. Estas obras tiveram início logo a seguir e, em 1899, já se encontravam a funcionar, substituindo assim, os antigos e obsoletos poços mandados construir, em 1735, pelo Rei D. João V e cuja denominação era a seguinte: *Poço Forte, Contra-Forte, Águas Novas, Figueira, Fígado e Bica*. Estes seis poços iniciais seriam, mais tarde, acrescidos dos poços *do Borges, Táboa, Duas Bicas, Santo António e Almas*.

De salientar que nas escavações efectuadas, em 1897, para os alicerces do balneário de 2.^a classe, junto às nascentes termais, foram encontradas diversas moedas dos imperadores romanos Gallienus e Constancius, comprovando assim, a presença dos romanos entre nós. Na mesma ocasião, outras moedas se encontraram dos nossos reis D. Afonso III ou IV, D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II, o que atesta o aproveitamento destas águas termais nos séculos XIII, XIV e XV.

Embora não fizessem parte do projecto oficial nem do programa do concurso, a empresa procedeu, também em 1897, aos trabalhos de captação das nascentes termais, resultando daí um aumento de cerca de 80 metros cúbicos de água termal por dia, subindo o caudal diário de 100 a cerca de 180 metros cúbicos.

Refira-se, a título de curiosidade, que o orçamento inicial para os edifícios termais e suas instalações, incluindo roupas e mobília, era de 25.565,000 reis; dadas, porém, as despesas imprevistas com as captações, acabariam por ser gastos 57.841,443 reis, entre edifícios, roupas, mobília, instalações e trabalhos de captação das águas termais.

A partir de 1899, - data que consta no relógio do balneário de 1.^a classe - e com os balneários e a buvete termal já em pleno funcionamento, em obediência ao contrato de concessão, a empresa obrigou-se a destinar anualmente para construção de um passeio coberto (colunata), de um parque (das Termas) e outros melhora-

mentos uma percentagem de 20% do produto dos bilhetes de águas computados para tal fim em 1.000 reis cada um, o que equivalia a 10% do produtos dos referidos bilhetes ao preço de 2.000 reis. Aconteceu, porém, que entre 1899 e 1902, a empresa era obrigada a gastar em melhoramentos, além da indemnização de 2.040.906 reis à falida Companhia das Caldas do Gerês, primeira concessionária das águas termais, 26,774,800 reis, entre edificios, instalações termais, mobília e roupas (25.565,000 reis) e melhoramentos no Gerês, com as percentagens de 1899 a 1902, (1.179,800 reis). Mas, efectivamente, o total dessas despesas foi de 67.994,014 reis, assim discriminados: em edificios, instalações e captações, 54.709,988 reis; em mobília e roupas, 3.131,455 reis; e em melhoramentos no Gerês, 10.152,571 reis.

Como tal, nesses quattros anos a empresa ultrapassou em 41.249,214 reis os investimentos aqui applicados em relação ao que inicialmente estava previsto.

Essa firma Santos & Companhia teve 28 anos de existência já que, com o decorrer dos anos, foi desistindo ou falecendo grande parte dos seus sócios fundadores e através da escritura lavrada em 19 de Abril de 1924, na cidade do Porto, foi constituída uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, sob a denominação de “Empresa das Águas do Gerez”, que agrupou a referida firma e a Sociedade de Melhoramentos do Gerês, com a qual se fundiu, passando a ter a sua sede na cidade de Braga, onde ficou a ter domicilio na sede do Banco do Minho, tendo uma sucursal no Porto, no edificio da filial daquele banco.

Segundo os respectivos estatutos, a Empresa das Águas do Gerês tinha uma duração indeterminada e o seu principal objectivo era a exploração das nascentes das águas minerais do Gerês e de qualquer indústria ou outro ramo de actividade que se relacione com aquella exploração. A assembleia geral era composta pelos accionistas possuidores de 50 ou mais acções e cada accionista tinha

um voto por cada grupo de 50 acções, podendo cada um deles fazer-se representar por outro, também com voto, em que delegasse os seus poderes.

O capital social da empresa era de 3.000 contos, dividido em 30.000 acções de 100\$00 cada uma, podendo esse capital ser elevado até 6.000 contos, por simples deliberação conjunta dos Conselhos de Administração e Fiscal, havendo títulos de 1, 5, 10 e 20 acções.

A nova sociedade era administrada por um Conselho, composto de três accionistas, que tinham outros substitutos. Havia ainda um Conselho Fiscal, constituído do mesmo modo.

O mandato dos corpos gerentes tinha a duração de 3 anos, sem prejuízo de reeleição e todas as contribuições que lhe fossem impostas seriam pagas pela sociedade, a qual também suportaria todos os gastos que os administradores tivessem de fazer para exercerem o cargo. Para o primeiro triénio, a administração foi composta pelos seguintes accionistas nomeados: *Efectivos* – Alberto Dias Taborda, Dr. Domingos José Ribeiro Braga e Horácio Seara Cardoso. Como *substitutos* ficaram: Cristiano de Magalhães, Dr. João de Amorim e Raul Monteiro Pinto.

Para representar a sociedade nas suas relações com o Estado, ficou escolhido o administrador Alberto Dias Taborda que, nos seus impedimentos, poderia ser substituído por qualquer um dos outros administradores. Os accionistas que possuíam a qualidade de sócios quer da firma Santos & Companhia, quer da Sociedade de Melhoramentos do Gerês tinham direito, enquanto possuísem, pelo menos 50 acções, a usufruir as regalias que naquelas sociedades lhes assistiam, quanto a concessões ou bónus nos estabelecimentos da empresa.

Entretanto, em 1925, o alvará da concessão das águas minero-medicinais que, anteriormente, havia sido atribuído à firma Santos & Companhia foi transferido para a Empresa das Águas do Gerês

que, volvidos dois anos, em 1927, veria ser-lhe prorrogado o prazo dessa concessão.

A comprovar a crescente reputação e prestígio que, já nos começos do século XX, as águas minero-medicinais do Gerês alcançaram a nível nacional e internacional, registem-se as medalhas de ouro com que elas foram distinguidas por ocasião da Exposição Agrícola realizada, em 1903-1904, na cidade do Porto, pela Sociedade do Palácio de Cristal Portuense e da Exposição Nacional de 1908, organizada no Rio de Janeiro, em comemoração do I Centenário da Abertura dos Portos do Brasil ao Comércio Internacional, para além da medalha de prata concedida às nossas águas termais na Exposição anexa ao IX Congresso Internacional de Hidrologia, realizado em Madrid, em Janeiro de 1914.

EAG: os alvarás de 1925 e 1927

Pela importância e interesse de que se revestem para a história geresiana, recordamos os alvarás da concessão das nossas águas minero-medicinais à Empresa das Águas do Gerês outorgados em 1925 e em 1927, já que, através desses documentos, é possível tomar conhecimento das vicissitudes diversas conhecidas pela mesma entidade nesse período.

Publicada no “Diário do Governo”, II Série, de 5 de Fevereiro de 1925, depois de promulgado em 24 de Janeiro desse mesmo ano, pelo Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes, essa concessão teve como principal objectivo confirmar a transmissão dos direitos à exploração das nascentes das águas termais da firma Santos & Companhia para a Empresa das Águas do Gerês, os quais haviam sido concedidos à primeira empresa através do alvará de 16 de Julho de 1896.

Nessa transmissão da concessão, a cessionária ficou colocada

nas mesmas condições da cedente, gozando dos mesmos direitos e sujeita às mesmas obrigações, sem qualquer excepção, e obrigada às seguintes cláusulas: realização no prazo de dois anos, de todas as obras a que a cedente se havia obrigado; a entrega ao Estado, findo o prazo da concessão, em pleno estado de conservação e prontos a funcionar dos seguintes bens: o estabelecimento hidroterápico com todas as suas instalações, aparelhos e dependências; os domínios ou bens imobiliários que foram entregues pelo Estado à Sociedade Santos & Companhia; todas as obras e melhoramentos que a concessionária tiver efectuado, quer nos prédios pertencentes ao Estado, quer outros por ela adquiridos ou construídos para a exploração e aproveitamento das águas; as nascentes tanto das águas minero-medicinais como das águas potáveis, que brotem nos domínios do Estado; um parque construído segundo o estipulado no já referido alvará de 16 de Julho de 1896; um passeio coberto com oito lojas e casa de fresco e terraço, inalatório, oficina de engarrafamento, lavagem e esterilização de garrafas, copa, armazém e balneário de 2.^a classe, com algumas cabines adaptadas para utilização de indigentes.

Ainda entre as principais cláusulas constavam a não suspensão da exploração e a não substituição do director clínico sem a autorização do Governo, assim como a prorrogação da concessão da licença para a exploração das águas minero-medicinais pelo período de 22 anos, a terminar em 31 de Dezembro de 1946, desde que a Empresa das Águas do Gerês realizasse as obras atrás referidas até 30 de Abril de 1927.

Aconteceu, porém, que, volvidos dois anos, esta mesma empresa, invocando que as obras previstas não poderiam ser levadas a cabo dentro da concessão então em vigor, solicitou ao Governo nova prorrogação do prazo da concessão por setenta e cinco anos, em troca de importantes melhoramentos a efectuar na estância termal, o que acabaria por ser concedido, conforme consta no alvará

de 14 de Fevereiro de 1927, promulgado pelo Presidente da República, General António Óscar de Fragoso Carmona e publicado no “Diário do Governo”, II Série, de 17 de Fevereiro do mesmo ano.

Segundo tal diploma, a nova prorrogação do prazo da concessão da exploração das águas minero-medicinais teria início em 1 de Janeiro de 1947 e terminaria em 31 de Dezembro de 2021, mediante determinadas cláusulas, como a construção de um bairro higiénico, para habitação das famílias que tiverem de ser desalojadas por motivo das obras projectadas, nomeadamente as que ocupavam as casas existentes nos terrenos onde seriam depois construídas a colunata e o jardim contíguo à capela, antes desta, em 1934, ter sido ampliada e disposta no sentido Nascente-Poente, ao contrário da localização Norte-Sul inicialmente existente; a ampliação do balneário termal de 1.ª classe de modo a ter, pelo menos, o número de quartos de banho duplo do então existente, devendo ser introduzidos nesse estabelecimento todos os aperfeiçoamentos modernos; a construção de um edifício para instalação de uma lavandaria mecânica e casa para desinfecção de roupa; continuação do hospital para indigentes, já começada por iniciativa particular, adicionando-se-lhe um segundo andar, independente do resto do edifício, para nele se instalarem uma enfermaria para 14 doentes e 6 quartos com os anexos indispensáveis, exclusivamente destinados a funcionários civis e militares do Ultramar que careçam de tratamento na estância. Esta parte do hospital seria entregue ao Ministério das Colónias e, em caso de recusa por parte deste, à comissão de iniciativa local, ficando apenas a cargo da Empresa a remuneração dos serviços clínicos durante a época termal.

Outras cláusulas eram contempladas ainda no referido diploma, tais como a construção de uma alameda ajardinada nos terrenos sitos a Norte da capela, cuja expropriação já havia sido pedida; a revisão das captações das nascentes termais; as canalizações para a conduta das águas minerais ao balneário feitas em tubos apro-

priados de modo a evitar a perda de temperatura, devendo o seu trajecto ser por um aqueduto subterrâneo facilmente visitável em toda a sua extensão; a construção de uma oficina de engarrafamento de água dotada com aparelhos apropriados para a lavagem, esterilização das garrafas e rolhas ou cápsulas empregadas e mais aparelhos acessórios; a conservação do colector geral do esgoto da povoação e a sua continuação até um ponto a jusante da estância a fixar oportunamente.

Tais melhoramentos, salvo qualquer motivo de força maior, deveriam estar devidamente concluídos no prazo máximo de cinco anos, contados a partir da data da aprovação dos respectivos projectos. E no caso desses mencionados melhoramentos não se concretizarem dentro dos prazos previstos, o alvará era explícito nas coimas a aplicar: se a empresa concessionária não cumprisse qualquer uma das condições acima referidas sofreria uma multa de dez mil escudos; na primeira reincidência, a multa seria de 50 mil escudos; e se houvesse, entretanto, nova reincidência no não cumprimento seria dada por finda a concessão, revertendo para o Estado todos os bens da referida empresa.

A era de Honório de Lima

Dentre os vultos que fizeram parte das primeiras gerências da Empresa das Águas do Gerês destaca-se a prestigiada figura do capitalista portuense Eduardo Honório de Lima.

A sua passagem pela gerência dessa empresa, nos anos 20/30 do século passado, marcou uma época de elevado fulgor na vida da EAG, um período áureo consubstanciado nas inaugurações da colonata, do parque das termas e do “Bairro dos Pobres”, na Assureira.

Os projectos da colonata, tal como os do parque e do bairro

social, faziam parte, aliás, das cláusulas constantes no primeiro contrato de concessão da exploração termal, em 1896, onde era explícita a indicação de que para fazer face aos encargos avultados dessas obras, deveria a empresa destinar anualmente uma percentagem de 20% do produto dos bilhetes de águas computados em mil reis cada um, o que era equivalente a 10% do produto desses bilhetes ao preço de dois mil reis.



Honório de Lima

Inaugurada em 1926, à colonata ser-lheia dado o nome do seu dinâmico impulsor, Honório de Lima, que ainda hoje se mantém numa lápide instalada logo no início do “passeio coberto”, designação com que este “ex-libris” geresiano aparece mencionado nos primeiros alvarás de concessão, mesmo defronte à “buvete” termal. No Parque das Termas, onde além de árvores exóticas de grande porte, seleccionadas pelo então Regente Florestal, Tude de Sousa, viria a ser-lhe atribuído pela empresa proprietária, o nome daquele conceituado técnico florestal, alentejano de nascimento, em reconhecimento dos relevantes serviços por ele prestados ao Gerês e à sua serra, durante 15 anos, foi construído um lago com barcos de recreio, cujo porto de embarque é feito a partir de umas monumentais grutas artificiais de belo efeito.

De salientar, entretanto, que a acção de Honório de Lima no Gerês não se quedou apenas à sua actividade empresarial. Nascido no Maranhão, Brasil, em 21 de Novembro de 1856, veio para o Porto, terra dos seus antepassados, ainda jovem, onde passou a viver numa quinta de Cedofeita. Cedo começou a revelar, na Cidade Invicta, a sua propensão para as actividades culturais, para além de comerciante de créditos firmados que lhe granjearam enorme prestígio e reputação. Em 26 de Abril de 1884 consorciou-se com

D. Elisa Adelaide de Bessa Cardoso (1861-1947), senhora de grande estrutura moral e elevado espírito solidário que em muito ajudou os pobres do Gerês naqueles tempos difíceis. Habituais frequentadores desta estância termal, hospedavam-se, habitualmente, no Hotel Universal, sendo o quarto preferido deste benemérito casal, o último do 1.º andar, voltado para a Avenida Manuel Francisco da Costa, no topo norte, paredes meias com o balneário de 1.ª classe. Este simpático casal teve uma neta, de nome Maria Elisa Bessa Lima de Amorim Pinto, nascida em 1913, casada com José Alexandrino Teixeira da Costa. Deste casamento nasceram os seguintes filhos: José Eduardo, Maria Alice, António Manuel, Jorge Nuno, Maria Eduarda e Eduardo Honório de Lima Pinto da Costa, sendo que o mais velho, José Eduardo, nascido em 1934, é o conhecido professor catedrático em medicina legal e o Jorge Nuno, nascido em 1937, o renomado presidente do Futebol Clube do Porto – SAD.

Distinguiram-se os bisavós maternos deles pelas generosas acções de benemerência nas suas estadias no Gerês, aqui minimizando as carências de muitos lares através de dádivas amigas ao longo do ano, chegando ao ponto de, em situações aflitivas, haver pessoas que escreviam cartas à D. Elisa a pedir ajuda, sem que esta nunca deixasse de lhes responder, enviando-lhes a ajuda monetária solicitada. Também a Capela de Sta. Eufêmia foi contemplada, em 1934, com a generosidade de Honório de Lima, pois atendendo a que as suas dimensões originais, edificadas por ordem do Rei D. João V, em 1733, se tornaram exíguas, sofreu uma considerável transformação e beneficiação, nela sendo instalado o seu belo altar-mor proveniente da Sé Catedral do Porto.

Honório de Lima distinguiu-se também como um animado folião, no tempo em que o Gerês havia, durante a época termal, uma actividade social intensa entre os aquistas, em que pessoas de categoria social e riqueza, como ele, promoviam e participavam em frequentes folguedos. Essas actividades lúdicas eram organizadas por



Colunata Honório de Lima

dois grupos rivais, um instalado no Hotel Universal (“Os Zaragatheiros”) e outro no Hotel do Parque (“Os Silenciosos”). À frente dos primeiros estava Honório de Lima e o Pe. José António Marques, de Santa Comba Dão, no segundo grupo, cujo apelido, pelos vistos, era uma metáfora pois na folia, eram imbatíveis, em nada mostrando ser apreciadores da calma e do silêncio.

Coleccionador de arte e apreciador exímio de música, Honório de Lima foi um dos fundadores, em 1881, no Porto, da sociedade de concertos “Orfeon Portuense”, de cujo conselho de administração fez parte durante 57 anos. Distinguiu-se, também, pela notável galeria de pinturas de artistas contemporâneos que possuía, tendo em vida manifestado o desejo de que os seus 21 quadros de Silva Porto fossem doados ao Museu Nacional Soares dos Reis, naquela cidade, o que a viúva cumpriu, reservando-se ali uma sala para o grande paisagista, com a legenda: “Doação de Eduardo Honório de Lima”. Falecido em 1939, o seu nome seria, mais tarde, dado a uma rua portuense, na zona de Paranhos, tal como nesta vila lhe está atribuída uma praceta, defronte à “buvete” termal.

Novas concessões em 1943 e 1998

Acompanhando a evolução dos tempos, e tal como já sucedera em 1826, 1925 e 1927, a Empresa das Águas do Gerês procurou obter, junto do Estado, nova prorrogação do contrato de concessão da exploração das nascentes das águas minero-medicinais em 1943, tendo acordado a concessão por tempo ilimitado, mediante determinadas condições. Precisamente 55 anos mais tarde, em 1998, de harmonia com a nova legislação publicada para o sector, outro contrato seria estabelecido, o qual se mantém presentemente em vigor.

É extremamente curto mas incisivo o teor do despacho ministerial de 18 de Novembro de 1943, assinado pelo então director-geral de Minas e Serviços Geológicos, engenheiro Luís de Castro e Sola, que autoriza a passagem para o regime de concessão, por tempo ilimitado, à Empresa das Águas do Gerês, sob as condições seguintes:

“1.ª - Realizar a aquisição imediata dos terrenos, edificações e serventias na área que a Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos fixar como necessária à protecção das águas medicinais e potáveis, eliminando-lhe as culturas e arborizando-a; 2.ª – Concluir o estudo científico sobre o valor terapêutico das águas; 3.ª – Dentro do prazo de oito meses, a contar desta data, aumentar o capital para o mínimo de 3.000.000\$; 4.ª – Dentro do prazo de quatro anos, a contar da data da aprovação oficial do plano de urbanização do Gerês, aumentar o capital para o mínimo de 7.500.000\$ e construir um hotel com a categoria de 1.ª classe e o mínimo de 100 quartos”.

Por razões de ordem diversa, algumas destas cláusulas não foram concretizadas dentro dos prazos previstos e, como tal, a concessão da exploração termal por tempo ilimitado não chegou a ser cumprida, mantendo-se, por isso, de pé o estabelecido no alvará de 14 de Fevereiro de 1927, que apontava para a nova prorrogação da concessão se estender de 1 de Janeiro de 1947 a 31 de Dezembro de

2021, mediante o cumprimento de determinadas cláusulas, já anteriormente mencionadas.

Através das alterações introduzidas na legislação para o sector em 7 de Outubro de 1998, procedeu-se, no Instituto Geológico e Mineiro, em Lisboa, à assinatura de um novo contrato para atribuição à Empresa das Águas do Gerês, SA, dos direitos de exploração da água mineral natural denominadas Caldas do Gerês, correspondendo a uma área de 135 hectares, água que será explorada para fins termais, a partir das captações da Bica, Forte e Contra-Forte.

Para tanto, a EAG teve de prestar uma caução, sob a forma de garantia bancária, à ordem do Instituto Geológico e Mineiro, no montante de 2 mil contos, a libertar apenas quando fossem dadas por cumpridas todas as obrigações legais e contratuais a que essa empresa se encontrava vinculada. A nova concessão da exploração foi dada por um período inicial de 50 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato, sendo esse período prorrogado, por despacho ministerial, pelo prazo de 20 anos, desde que a EAG tenha cumprido as obrigações legais e contratuais, a que se encontra vinculada e o requeira até seis meses antes do termo do prazo atrás referido.

Para além das obrigações legais inerentes à qualidade de concessionária, por este novo contrato a EAG obrigava-se a executar os trabalhos de exploração, em conformidade com o plano que para tal efeito será submetido à aprovação do IGM, no prazo de 6 meses; apresentar as análises físico-químicas e bacteriológicas da água; efectuar no prazo de 18 meses, um estudo hidrológico com vista à eventual execução de captações alternativas às actualmente licenciadas; manter o IGM informado de quaisquer modificações ao pacto social e das alterações na composição dos órgãos sociais. A mesma empresa comprometeu-se ainda, em função da evolução dos mercados, a continuar a desenvolver as estruturas de apoio ao sector termal, designadamente balneário; a melhorar e ampliar as

estruturas de apoio de animação e de alojamento, nomeadamente concluindo as obras de remodelação do Hotel, no prazo de três anos após a aprovação do projecto por parte de todas as entidades competentes.

No mesmo contrato de concessão, refere-se que sempre que se verifique algum facto susceptível de conduzir à extinção da EAG, esta dará disso conhecimento imediato ao IGM e adoptará as medidas que, em face das circunstâncias do caso, melhor se ajustem às finalidades do presente contrato. Porém, todos os bens móveis afectos à exploração manter-se-ão na propriedade plena da EAG, ressalvados os direitos de terceiros, quando se verifique a caducidade do presente contrato por decurso do seu prazo inicial ou de qualquer das prorrogações.

Entretanto, sempre que o Estado ou a EAG pretendam extinguir o presente contrato, nos termos da lei, deverão, após consulta à outra parte, propor-lhe o projecto de acordo revogatório, onde se preveja, nomeadamente, o destino a dar aos bens afectos à exploração.

No entanto, a EAG, mediante declaração entregue no IGM, poderá rescindir o presente contrato quando, por facto independente da sua vontade e imprevisto, a exploração só possa continuar em circunstâncias excessivamente onerosas, que não caibam nos riscos normais da actividade, designadamente quando ocorra alteração anormal das condições técnicas da exploração.

Águas termais em ampolas

Ao contrário do que está a suceder em vários países europeus em que o termalismo recupera a olhos vistos o movimento de décadas atrás, em Portugal são cada vez menos os frequentadores das nossas estâncias termais, salvas as honrosas excepções.

É evidente que a actual crise económica não poderá servir de justificação para essa redução acentuada na frequência termal, já que ela se vem agravando desde há tempos anteriores à mesma. Há quem, bem situado na questão, defenda que, hoje em dia, os profissionais da medicina confiam mais na terapêutica medicamentosa em detrimento da terapêutica termal e, por isso, raramente a preceituam ou recomendam. Exemplo disso, dizem, estará o facto de a maior parte dos aquistas que persistem nos tratamentos termais o fazerem, não por recomendação médica, mas a conselho de familiares ou amigos que, após esses tratamentos, se sentiram aliviados dos seus padecimentos físicos e enquanto as forças e as possibilidades económicas lhes permitirem, não dispensam a sua “ida a banhos” anual. Mas, com o avançar da idade ou pelo falecimento, são cada vez em menor número. O que, há algumas décadas atrás, não acontecia.

No que às Termas do Gerês diz respeito, a actual frequência de aquistas nada tem a ver com a de outrora. Certo é que, graças à melhoria das acessibilidades, há presentemente quem se desloque diariamente aqui e regresse às suas terras de origem no próprio dia. Mas

ÁGUA MEDICINAL
DO

DA
FORTE DA BICA
EM
EMPÓLAS BEDIÁVEIS

PARA O TRATAMENTO GEREZIANO NO DOMICÍLIO

PEDIR ESCLARECIMENTOS A:
EMPRESA DAS ÁGUAS DO GERÊZ
AVENIDA DOS ALIADOS, 41 - 2.º / TELEFONES 1 / PORTO

aquelas filas de aquistas que, nos meses de maior afluência, se formavam a partir da Buvete termal até às imediações da Pensão Geresiana, isso deixou de ser visto entre nós há bastantes anos.

É que a procura e a aceitação das nossas águas minero-medicinais eram de tal ordem que a própria Empresa das Águas concessionária das nascentes termais, criou um serviço de tratamento no domicílio, através da venda dessas águas em ampolas bebíveis que, devidamente embaladas, eram enviadas para todo o país, ao longo de todo o ano.

Esse serviço funcionou, durante bastante tempo, num espaço ainda hoje existente entre a Buvete e o balneário de 2.^a classe, sendo dele responsável o sr. António Vieira, coadjuvado por sua esposa, a sra. Maria da Conceição, nos meses de Inverno, dado que de Maio a Outubro, juntamente com a D. Raquel, ela procedia, na Buvete, à entrega das águas termais aos aquistas, nos característicos copos graduados. O assim denominado “Tratamento Geresiano no Domicilio”, através das ampolas bebíveis, contendo água recolhida na Fonte da Bica, podia ser feito em qualquer época do ano e tinha os seguintes custos: 36 ampolas de 20 c.c., 52\$50 para as farmácias e para o público, 63\$00; 24 ampolas de 30 c.c., 44\$00 para as farmácias e 53\$00 para o público; 24 ampolas de 40 c.c., 54\$00 para as farmácias e 65\$00 para o público. Acresciam, ainda, os custos da embalagem em madeira e os portes no Caminho de Ferro, a partir de Braga, que eram de 19\$00 para as farmácias e para o público. De referir que, nesses tempos, as embalagens com as ampolas devidamente embrulhadas em palhinha, como era uso na época, eram despachadas na Central de Camionagem do Gerês que tinha um serviço combinado com a CP, seguindo até Braga nas carreiras da Empresa Hoteleira.

O esquema de cura prescrito para os aquistas do Gerês era idêntico tanto para os doentes que bebiam presencialmente as águas saídas da Fonte da Bica, como para o tratamento no domicílio, através das referidas ampolas bebíveis. Por norma, o tratamento termal durava 20 dias, com três doses em cada manhã, em jejum, sendo que no primeiro e segundo dias, cada dose era de 20 gr.; no terceiro

e quarto dias, de 30 gr.; no quinto e sexto dias, de 40 gr.; no 7.^o e 8.^o dias, de 50 gr.; no 9.^o ao 12.^o dias, de 20 gr.; no 13.^o e 14.^o dias, de 50 gr.; no 15.^o e 16.^o dias, de 40 gr.; no 17.^o e 18.^o dias, de 30 gr.; e no 19.^o e 20.^o dias, de 20 gr.. Tal esquema poderia ser alterado pelo médico assistente, consoante as circunstâncias de cada caso, para doses menores nos doentes enfraquecidos ou dolorosos; para doses maiores nos doentes artríticos. Essas ampolas deveriam ser aquecidas em banho-maria a cerca de 45.^oC de temperatura, antes de ser tomadas, sendo esse tratamento divulgado, em forma de publicidade, através da gravura anexa, nos três jornais diários que então existiam no Porto: “O Primeiro de Janeiro”, “O Comércio do Porto” e o “Jornal de Notícias”.

De salientar que este processo de venda para o exterior das nossas águas minero-medicinais chegou a ser praticado em finais do século XIX, com a sua exportação para a Inglaterra, o que se presume se tenha ficado a dever à influência exercida pelo membros da poderosa colónia britânica no Porto, habituais frequentadores destas termas, de que é apenas um exemplo Alfredo Tait, de quem falaremos.

A talhe de foice, recorda-se que a água natural de mesa, proveniente das muitas nascentes existentes na nossa serra, também chegou a ser comercializada em garrafões nas primeiras décadas do século XX. Explorada em nascentes na zona da Pedra Bela, a água natural era conduzida, através de um funicular, até ao centro desta vila termal, mais concretamente até a um pequeno edifício, pertencente à extinta Junta de Turismo do Gerês, que existiu, até à construção do Centro de Animação Termal, entre o início das escadas de acesso ao antigo mercado e a sapataria de Firmino Capela. Aí era engarrafonada e vendida aos muitos interessados. Curiosamente, nos primeiros anos da administração de Fernando Vanzeller na Empresa das Águas do Gerês, iniciada em 1995, tentou-se recuperar essa prática de venda de água de mesa, neste caso, em

garrafas, para o que se efectuaram várias sondagens nos terrenos pertencentes àquela empresa. O facto de não se ter encontrado, nos lençóis freáticos, um caudal de águas suficiente que garantisse uma produção razoável, obrigou aquele administrador a pôr de lado tal projecto.

Rigor: o princípio do fim...

Mais de meio século volvido sobre a debandada geral, o antigo lugar do Rigor, que existiu, até meados dos anos 50, na encosta nascente desta vila termal, é hoje uma indesmentível saudade para todos quantos lá viveram ou o conheceram. Contando com trinta habitações onde, em 1942, viviam 44 famílias, num total de 203 moradores, o Rigor foi, juntamente com a Boavista, uma das zonas geresianas com maior densidade populacional, conforme já anteriormente referimos.

Os motivos para a expropriação de todo esse lugar, levada a cabo pela Empresa das Águas do Gerês entre 1944 e 1952, constam de um estudo intitulado *“Inquérito Habitacional da Vertente Leste do Vale do Gerez”*, concluído em 12 de Dezembro de 1942, pelo Dr. Manuel António Soeiro de Almeida, então director clínico desta estância termal.

Pela importância de que se reveste para a história desta vila termal, transcrevemos, com a devida vénia, o texto integral da nota introdutória desse *“Inquérito Habitacional”* da autoria daquele antigo director clínico.

“As caldas do Gerez, afamadas pelas suas excelentes águas medicinais a que tantos milhares de doentes do fígado devem a saúde e até mesmo a vida, assentam num profundo vale, exuberantemente arborizado, da majestosa serra gereziana.

Pelas duas vertentes do pitoresco Vale do Gerez, com os seus socal-

cos em anfiteatro, estende-se parte da povoação habitada por gente muito pobre, que desconhece, dum modo geral, as regras mais elementares da higiene individual. Esses habitantes vivem, quase na totalidade, em casa sem esgoto, conspurcando com os seus dejectos a montanha, numa área onde brotam dezasseis nascentes de água comum”.

“A situação topográfica deste povoado concorre assim grandemente para o precário estado de higiene da estância, e não menos impede o seu desenvolvimento e progresso.



Vista geral do Rigor

Como muito bem diz o Professor Alberto de Aguiar, do Porto, “urge desafogar o Gerez, libertá-lo da situação de Prometeu agrilhoadado e dar-lhe a montanha ampla e livre onde possa, ajudado por ela e por sua milagrosa água, equilibrar e desenvolver as suas defesas fisiológicas, cumprir os seus sentimentos humanos e desviar-se dos factores deletérios que o cercam”. De resto, é esta também a opinião do Professor Armando Narciso, ilustre Médico da Inspeção de Águas, e a minha.

A resolução do problema habitacional das Caldas do Gerez, que consideramos fundamental para a sanidade da estância, torna-se possível com a admirável legislação sobre “Casas Económicas”. Impõe-se dizer, em abo-

no da verdade, - prossegue o Dr. Soeiro de Almeida – que o Estado Novo realizou uma obra magnífica e de enorme alcance social, mandando construir numerosos bairros populares onde vivem tantos milhares de famílias, em excelentes condições higiénicas. Por isso contamos com a boa vontade de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas e o auxílio do Estado, para se levar a cabo a construção dum bairro popular, na margem esquerda do rio Gerez, a jusante da estância. Esse notável melhoramento – acentuava – além de beneficiar consideravelmente as condições de salubridade das Caldas, contribuiria, sem dúvida, para a grande prosperidade da nossa maior riqueza hidrológica.

Nesta ordem de ideias, valendo-nos dos conhecimentos adquiridos nas publicações enviadas pelo ilustre Médico Inspector Chefe da Sanidade Terrestre, fizemos a conselho do Prof. Armando Narciso, a quem já devemos preciosas indicações sobre a defesa sanitária da Estância, um inquérito habitacional da vertente leste do vale do Gerez, donde irrompem dezasseis nascentes de água comum.

Ilustramos o nosso trabalho com a fotografia de todas as habitações, para se poder avaliar melhor o seu valor e o estudo em que elas se encontram. Nesta vertente existem 30 casas, algumas do tipo – barraca e de aspecto miserável. Em 28 destas habitações, não há água canalizada, latrina e esgoto. Ainda notámos mais deficiências graves, sob o ponto de vista de higiene habitacional, tais como cozinhas sem chaminé, servindo de casa de jantar e de quarto de dormir, habitações superpovoadas, estrumeiras junto das casas, servindo de retrete, e abundância de moscas. Os chefes de família são, em grande parte, trabalhadores jornaleiros que auferem salários entre 8 e 10 escudos”.

A reforçar tal petição, Soeiro de Almeida na conclusão desse seu estudo refere: “Na encosta leste do vale do Gerez, existem terrenos cultivados e 30 casas de habitação a montante de 16 minas de água que abastece hotéis, pensões e casas particulares; vivem nessas casas 44 famílias, a maior parte delas, em péssimas condições de habitabilidade, sem a mais rudimentar instalação sanitária, poluindo o solo com os seus dejectos

e inquinando as águas que nascem na mesma encosta. Daqui resultam dois graves inconvenientes para higiene local: 1.º - A sordidez do viver da maior parte da população fixa do Gerez; 2.º - As deficientes condições higiénicas da própria estância hidrológica.

O remédio será, pois, urbanizar o Gerez, isto é, prover à sua defesa sanitária, limpando não só esta encosta como a outra de todas as habitações que não obedecem aos preceitos mais elementares de higiene e deslocando a população para um novo bairro, construído nas devidas condições e em local que não afecte a vida da estação termal”.

Com esta exposição, acompanhada das fotografias e da descrição exaustiva de cada uma das 30 habitações referidas, estava dado o primeiro passo para a polémica machadada final no antigo lugar do Rigor, cuja expropriação total levaria oito anos a consumir (1944-1952), pelo facto dalguns proprietários terem recorrido para o Tribunal de Vieira do Minho, o qual apenas em 29 de Outubro de 1952 viria a confirmar as últimas expropriações. Disso falaremos de seguida.

A expropriação do lugar do Rigor

Concluído em 12 de Dezembro de 1942, o “*Inquérito Habitacional da Vertentes Leste do Vale do Gerez*”, da autoria do então director clínico, Dr. Manuel António Soeiro de Almeida, conforme já referimos anteriormente, foi esse documento base apresentado pela Empresa das Águas do Gerês às instâncias superiores, em ordem à expropriação total daquele populoso lugar. E volvido pouco mais de um ano, em 1944, iniciaram-se as respectivas expropriações, depois de obtida a autorização superior para esse efeito. Uma medida que, naturalmente, não foi pacífica porquanto se houve moradores que aceitaram os valores da avaliação dos seus bens que lhes foram propostos, outros houve, como veremos oportunamente, que deles

discordaram e recorreram à via judicial, o que contribuiu para que esse longo processo apenas fosse dado por concluído pelo Tribunal da Comarca de Vieira do Minho em 29 de Outubro de 1952.

Na descrição exaustiva a que, no referido “*Inquérito Habitacional*”, se procedeu sobre aquele extinto lugar, constam as fotografias e as memórias descritivas de todos os prédios urbanos e rústicos então lá existentes, bem como os valores propostos sobre cada uma dessas propriedades, distribuídas por cinco zonas: *O Caminho do Videiro* (mais vulgarmente conhecido entre nós por *Caminho Velho*); *o Caminho Particular*; *a Ladeira do Rigor*; *a Rua do Rigor* e *o Bairro do Lobo*, na parte mais alta do lugar. Com uma omissão, certamente intencional: na enumeração das trinta habitações e das quarenta e quatro famílias que, em 1942, residiam no lugar do Rigor, de nenhuma delas é mencionado o nome, o que, passados tantos anos, dificultou o nosso trabalho de identificação dos proprietários ou moradores nesses prédios, dalguns dos quais não nos foi possível apurar a respectiva identificação.

Assim, no denominado Caminho do Videiro ou Caminho Velho são localizadas a “Casa 1, com a área de cerca de 68 m², paredes exteriores de alvenaria e caiadas, coberta com telha portuguesa. Consta de 2 pavimentos. Em baixo, duas lojas para arrumações; em cima, cozinha e 3 quartos. Quintal medindo 90 m², com capoeira e cortelho. Habitam na casa 10 pessoas: dois casais, um deles com 5 filhos, rapazes de 15, 9, 7, 4 e 2 anos, e um criado. A alguns metros de profundidade desta habitação, encontra-se a nascente de água de consumo que está canalizada para o fontenário público (Fonte do Eiras). Valor da propriedade: 16.000\$00”. Nesta casa viviam a Sra. Bernardina e sua filha, Laura Cabreira.

A “ Casa 2, com a área de 77 m², exteriormente com uma parede de alvenaria e as restantes em tabique rebocado a cal e areia, coberta com telha portuguesa, janelas envidraçadas, pilares de pedra. Consta de um pavimento com 4 divisões, cozinha separada,

paredes de alvenaria, com forno para cozer boroa. Habitam na casa 6 pessoas: um casal e 4 filhos, 2 rapazes de 8 e 2 anos, e duas raparigas de 6 e 4 anos. O seu proprietário é guarda-fios dos CTT e possui ainda uma leira, de 95 m², situada ao norte da casa. Por baixo deste terreno cultivado há uma mina de água. Valor da propriedade: 15.000\$00". Esta casa era do Sr. Serafim Guarda-Fios.

A "Casa 3, com a área de 37 m², construção de madeira, coberta de telha portuguesa, com um pavimento e 3 divisões, é habitada pela dona, viúva, e 7 filhos, 4 rapazes de 22, 18, 12 e 8 anos, e 3 raparigas de 20, 16 e 10 anos, num total de 8 pessoas. Terreno anexo de 240 m². Valor da propriedade: 5.000\$00." Viveram nesta casa a Sra. Adelaide Guedes e filhos.

No chamado Caminho Particular, existiam 4 prédios, dois dos quais, o 4 e o 5, pertenciam a Francisco José Eiras (Fragato). A casa 4 tinha a "área de 73 m², construção de alvenaria, coberta com telha portuguesa, dois pisos, divisórias em tabique, rés-do-chão com 2 quartos e cozinha, habitado por dois inquilinos: um cozinheiro com uma filha de 9 anos e uma mulher com uma filha de 2 anos. Há um pequeno barraco, separado da casa, que serve de cozinha a um desses inquilinos. Primeiro andar com 3 quartos, cozinha e varanda envidraçada. É habitado por um condutor de camionetas, cuja família compõe-se de mulher, sogra e quatro filhos, 3 rapazes de 15, 13 e 9 anos e uma rapariga de 2 meses. Total dos habitantes do prédio: 11."

A Casa 5, com a "área de 64 m², assenta sobre perpianho (90 cm de altura), construção em tabique rebocado, paredes caiadas, janelas com caixilhos envidraçados. Consta de dois pisos, rés-do-chão com 2 quartos, cozinha e latrina, habitado pelo dono, a mulher e dois filhos rapazes de 6 e 4 anos. Primeiro andar com 3 quartos e cozinhas, habitado por 3 inquilinos: 1.^o - um casal e 3 filhos menores, 2 rapazes, respectivamente de 4 anos e 20 meses, e uma rapariga de 8 meses; 2.^o - um casal com uma filha de 11 meses; 3.^o - um

casal com uma filha de 7 meses. Total dos habitantes do prédio: 15. Terreno anexo com horta, capoeiras, cortelhos, tanque de lavagem e água própria, medindo cerca de 400 m². Valor dos prédios 4 e 5: 30.000\$00.” Como já referimos, estes dois prédios eram do Francisco Fragato e um dos seus inquilinos foi o Almeno Campos, criado de mesa do Hotel Moderno, e respectiva família.

A casa 6, “com a área de 108 m², consta de duas casas com comunicação, a maior coberta com telha portuguesa e a mais pequena com telha Marselha. Exteriormente, uma parede de alvenaria e as restantes em tabique rebocado, 10 quartos, retrete com fossa, cozinha separada, uma divisória em alvenaria. O seu proprietário recebe hóspedes durante a época termal. É habitada pelo dono, a mulher, uma parente velhinha e quatro filhos: 2 rapazes de 12 e 10 anos e duas raparigas de 8 e 6 anos. Total: 7 pessoas. Quintal medindo 300 m², com horta, corte cimentada, um barraco para guardar lenha, forno para cozer boroa e água própria. Valor da propriedade: 17.000\$00.” Esta casa era do João Capela, dispondo de uma ramada na fachada principal.

De acordo com a distribuição geográfica do casario outrora existente no extinto lugar do Rigor, para além do Caminho Velho ou do Videiro, por dar acesso a este lugar na parte Norte da povoação, onde existiram, como recordámos, três habitações, e do assim denominado Caminho Particular, com outras tantas casas também, havia ainda a chamada Ladeira do Rigor, através da qual se acedia, na maior parte desse trajecto, por um íngreme carreiro, ao altaneiro lugar da Carona, até ao qual hoje, felizmente, já é possível subir em viaturas automóveis.

Construídas à face desse caminho, na Ladeira do Rigor existiram quatro casas. A primeira, “ tinha a área de cerca de 74 metros quadrados, construção de alvenaria, escada exterior em pedra, janelas envidraçadas, com dois pavimentos: em baixo, lojas para arrumações; em cima, 5 quartos e cozinha. Divisórias em tabique

rebocado. É habitada por um sargento da Guarda Fiscal, mulher e nove filhos, quatro rapazes de 14, 8, 3 e 1,5 anos e 5 raparigas de 18, 16, 13, 6 e 4 anos. Total: 11 pessoas.



Casas do Rigor

Terreno anexo medindo mais de 500 metros quadrados, com capoeiras, cortelhos, horta, tanque de lavagem, água própria e uma pequena casa para secagem de ervas da região, com a superfície de 13 metros quadrados e dois pavimentos: loja em perpianho e o andar de cima em tabique forrado a folha de zinco. Valor da propriedade: 25.000\$00". Esta casa pertenceu ao Sargento Alfredo Lopes Vieira que, durante vários anos, comandou o Posto da Guarda Fiscal do Gerês.

A Casa 8,," tinha a área de 66 metros quadrados, com dois pisos: rés-do-chão de alvenaria com duas divisões, e primeiro andar, paredes em tabique e caiadas, com 3 divisões. Coberta com telha portuguesa, é habitada por 3 inquilinos: 1.º, um casal com duas filhas de 11 e 8 anos; 2.º, um casal com uma filha de 2 anos; 3.º, um casal com uma filha de 18 meses. Total: 10 pessoas. O dono da casa, um praça da Guarda Fiscal, é o mesmo da habitação seguinte.

A Casa 9 compõe-se de duas pequenas casas, sem divisórias, cobertas com telha Marselha; a do lado direito, assente em perpianho, paredes em tabique rebocado e caiadas. Mede de superfície 13 metros quadrados e serve de quarto de dormir. A outra, de madeira, assenta em muros de alvenaria e serve de cozinha. Em baixo, vãos para arrumações. Habitam na casa 6 pessoas: o proprietário, mulher e quatro filhos, um rapaz de 14 anos e 3 raparigas de 9, 8 e 2 anos. Valor destas duas casas: 15.000\$00". Estas duas casas pertenceram a João Bernardo China, guarda fiscal no Gerês.

A Casa 10, "tinha a área de 46 metros quadrados e dois pisos. O rés-do-chão em perpianho e o primeiro andar em tabique rebocado, paredes caiadas. Coberta com telha Marselha. Janelas envidraçadas, cinco quartos com tectos forrados. Cozinha ao lado, em madeira. Quintal medindo uns 50 metros quadrados, onde existem uns toscos barracos, vivendo num deles uma mulher indigente e um filho de 18 anos. Habitam na casa o proprietário, que é cozinheiro, a mulher e 3 filhos, dois rapazes de 14 e 8 anos e uma rapariga de 10 anos. Total: 8 pessoas. Por baixo do prédio, há uma porta de ferro que serve de entrada para uma mina de água conhecida pela "Casa do Portela". Valor da casa: 16.000\$00". O dono desta casa era António Henrique de Oliveira Portela, cozinheiro no Hotel Moderno.

Num patamar acima, havia a denominada Rua do Rigor, onde existiam 16 habitações. A primeira, Casa 11, "era constituída por um barracão de madeira, muito pobre, com dois compartimentos e uma pequena faixa de terreno, habitado por 3 pessoas: a mãe e duas filhas de 14 e 11 anos. Foi avaliado em 500\$00" e era habitado pela Glória da Mota.

A Casa 12 "andava em obras na altura em que o estudo foi feito. Tinha a área de 45 metros quadrados e dois pisos. O rés-do-chão era de alvenaria, com 3 quartos e uma parede interior também de alvenaria. Em cima, com paredes em tabique rebocado e caiadas,

havia 3 quartos e varanda para as traseiras e era coberta à frente, com telha portuguesa e atrás, com telha Marselha. Tinha um terreno anexo medindo bastantes centenas de metros quadrados, com ramada, horta e cortelhos. Habitavam a casa 6 pessoas: o proprietário, que é electricista, um filho de 21 anos, duas filhas de 24 e 18 anos, um genro e neta de 9 meses. Valor da casa, pertencente a João Manuel da Silva (João das Luzes): 20.000\$00 “.

A Casa 13 “tinha a área de cerca de 34 metros quadrados e estava muito mal conservada e era muito antiga. Coberta com telha portuguesa, janelas com portas de madeira, paredes exteriores de alvenaria, muito grossas, dois pavimentos. Em baixo, lojas para arrumações. Em cima, cozinha e dois quartos, tectos em telha vã, leiras junto à casa. É habitada pelo proprietário, a mulher e 3 filhos, rapazes de 22, 19 e 15 anos e um neto de 15 anos, num total de 6 pessoas. Valor: 10.000\$00”. A Casa 14 tinha 20 metros quadrados de área, paredes exteriores de alvenaria e caiadas. Coberta com telha portuguesa, constava de 2 quartos e cozinha com forno para cozer boroa. Tectos em telha vã, pequeno quintal. Habitam a casa duas pessoas (um casal). Valor: 9.000\$00”.

A Casa 15 “estava mal conservada, tinha a área de cerca de 20 metros quadrados e constava apenas de dois quartos sem janelas e com a respectiva porta para o caminho. Só uma das dependências era habitada por 4 pessoas: um casal e dois filhos rapazes, um de 20 e outro de 17 anos (gente muito pobre). Valor da habitação: 4.000\$00”. Era habitado pela Joaquina Rigor e família. A Casa 16 era “um casebre com paredes de pedra solta, coberto com folhas de zinco muito velhas, tendo de área 15 metros quadrados e era habitado por duas pessoas, uma indigente e um filho adulto, sendo o seu valor de 1.000\$00”. Morava nele o Manuel Carvalho.

A Casa 17 “tinha a área de 84 metros quadrados, construção em alvenaria, tendo ao lado uma cozinha de madeira, assente em pedra, coberta com telha portuguesa. Constava de 4 quartos e mais

duas cozinhas e bastante terreno anexo com horta. Habitavam na casa 3 inquilinos: 1.º, um casal, 2 primos, rapazes de 18 e 17 anos e cinco filhos, três rapazes de 13 e 6 anos e um terceiro de 6 meses, e duas raparigas de 10 e 3 anos; 2.º, um casal, um parente adulto e um filho de 10 anos; 3.º, um casal e dois filhos menores (de 5 e 3 anos). Total: 17 pessoas. Valor da propriedade: 12.000\$00". Moravam nesta casa, entre outros, o Manuel e a Mica Guedes.

A Casa 18, " mal conservada, tinha a área de cerca de 48 metros quadrados. Coberta com telha portuguesa, tinha dois pavimentos; em baixo, paredes de alvenaria não rebocada e dois compartimentos para arrumações. Em cima, paredes em tabique, cozinha, varanda de madeira e três quartos. Habitam na casa 8 pessoas: dois casais, um deles com 4 filhos, dois rapazes de 12 e 7 anos, e duas raparigas, de 14 e 9 anos. Quintal com horta e árvores de fruto. Valor da propriedade: 8.000\$00". O proprietário desta casa era o Manuel Alves do Monte (Rabeca).

A Casa 19 "tinha a área de cerca de 38 metros quadrados, paredes exteriores de alvenaria e caiadas. Constava de cozinha e dois quartos com tectos forrados. Era habitada pelo proprietário, a mulher e dois filhos, um rapaz e uma rapariga. Valor da propriedade: 6.000\$00". Morou nesta casa o Avelino Guarda-Fios. Já na Casa 20, "a construção tinha parte de alvenaria e parte em madeira com a superfície, respectivamente, de 42 e 17 metros quadrados. Era composta de dois quartos, cozinha e varanda para as traseiras. Em baixo, loja para arrumações. Habitavam na casa 4 pessoas: um casal, um filho, rapaz, de 2 anos e uma indigente. Tinha ainda um quintal com horta, cortelho e água própria. Valor da propriedade: 10.000\$00". Morou nesta casa, propriedade de Baltazar Domingues da Silva, o Tinta Fina. A Casa 21 "tinha a área de 25 metros quadrados, construção de madeira e coberta com telha portuguesa, cozinha e dois quartos. Era habitada pelo dono, mulher e três filhos, dois rapazes de 9 e 7 anos e uma rapariga de 11 anos, num total de

cinco pessoas. Tinha ainda um terreno com horta e cortelho. Valor da propriedade: 3.000\$00”.

A Casa 22, “com a área de 40 metros quadrados, era coberta de telha marselha e tinha dois pavimentos. Em baixo, paredes de alvenaria e vão para arrumações. Em cima, paredes em tabique e caiadas, janelas envidraçadas, cozinha e três quartos com tectos forrados. A parede exterior, lado sul, em perpianho. Habitavam a casa 5 pessoas: um casal, com um filho rapaz de um ano, uma mulher e uma rapariga de 17 anos. Valor da propriedade: 10.000\$00”. Esta casa era pertença do Horácio da Quinteira e alugada ao Carlos Faneço. A Casa 23 “tinha cerca de 33 metros quadrados de área, janelas envidraçadas e dois pavimentos. Em baixo, loja com paredes de alvenaria. Em cima, paredes em tabique rebocadas e caiadas, dois quartos com tectos forrados e cozinha, ao lado, de alvenaria. É habitado por 3 pessoas, um casal e um filho, rapaz, de 16 meses. Valor da propriedade: 7.000\$00”. Habitava esta casa o Geraldo.

A Casa 24 “estava mal conservada, tinha a área de 53 metros quadrados, coberta com telha portuguesa, tinha dois pavimentos. Em baixo, paredes de alvenaria, loja para arrumações e dois cortelhos. Em cima, paredes em tabique, cozinha e dois quartos. Era habitada pelo dono da casa, mulher e dois filhos, rapazes de 17 e 11 anos. Três pequenas leiras. Valor da propriedade: 10.000\$00”.

Por sua vez, a Casa 25, “com a área de 30 metros quadrados, tinha janelas com caixilhos envidraçados e dois pavimentos. Em baixo, loja espaçosa com paredes de alvenaria e, em cima, casa de habitação, paredes em tabique rebocado e caiadas, cozinha e 3 quartos com tectos forrados. Habitavam na casa 7 pessoas: o proprietário, empregado da Empresa das Águas, a mulher e 5 filhos – um rapaz de 9 anos e 4 raparigas de 18, 15, 12 e 6 anos. Tem 4 pequenas leiras e água própria. Valor: 11.000\$00”. Finalmente, a Casa 26 “estava mal conservada e tinha a área de cerca de 63 metros quadrados, coberta com telha portuguesa e janelas envidraçadas. Em baixo, lojas e

cortelhos com paredes exteriores de alvenaria. Em cima, paredes em tabique rebocado, cozinha e três quartos com tectos forrados. Habitavam na casa 4 pessoas: viúva, dois filhos, um rapaz de 18 anos e uma rapariga de 28 anos e ainda um criado. Terreno amplo, com forno para cozer broa, horta e água própria. Valor: 16.000\$00". Morava nesta casa a Joaquina Rigor.

Desse saudoso lugar, do qual hoje não existe, praticamente, qualquer marca evocativa porquanto os seus terrenos foram, com o decorrer dos anos, invadidos pela vegetação espontânea, já recordámos as habitações (3) e respectivas famílias do Caminho Velho, do Caminho Particular (3), da Ladeira do Rigor (4) e da chamada Rua do Rigor, onde havia 16 casas. Falta referir o bairro do Lobo, que ficava na parte mais altaneira do lugar, já a confinar com a Mata Nacional, no qual existiram 4 habitações humildes, três das quais eram barracos de madeira. Ali viveram, entre outras, as famílias do Carlos Aurélio Teixeira Bastos (Marceneiro), o Belmiro e o Guilherme Pereira.

Assim, a Casa 27, nesse bairro, "tinha a área de cerca de 40 metros quadrados, coberta com telha portuguesa. As paredes exteriores eram de alvenaria e caiadas. Constava duma cozinha e dois quartos. Habitavam na casa sete pessoas: a viúva, a filha, o genro e quatro netos, três rapazes de 14, 12 e 3 anos, além de uma rapariga de 6 anos. Tinha um pequeno quintal. A casa foi avaliada em 4 mil



Casa degradada no Rigor

escudos. A Casa 28, que “era um barraco de madeira, coberto com telha solta, sem divisórias, tinha a área de 33 metros quadrados e era habitada por cinco pessoas: um casal e três filhos, um rapaz de 2 anos e duas raparigas de 10 e 6 anos”. Nela vivia o Belmiro e foi avaliada em 1.500\$00.

A Casa 29 também “era um barraco de madeira, coberto com telha portuguesa, medindo 35 metros quadrados. Tinha três divisões. Habitavam na casa o dono, a mulher, duas filhas de 10 e 15 anos, um genro, mais uma filha e uma neta de 12 meses, num total de sete pessoas. Tinha um terreno anexo e foi avaliada em 3.000\$00”. Por fim, a Casa 30 era igualmente “um barraco de madeira, coberto com telha portuguesa e media cerca de 30 metros quadrados. Assentava em muros de alvenaria e tinha cozinha e três quartos. Habitavam no casebre nove pessoas: um casal com sete filhos (dois rapazes de 11 e 8 anos) e cinco raparigas de 26, 18, 16, 15 e 9 anos. Tinha duas leiras anexas e avaliaram-na em 7.000\$00”.

Concretizando, o valor total destas 30 casas e terrenos foi, na altura, avaliado em 294.000\$00. O número de famílias ou fogos era de 44 e o número total de habitantes desse lugar era de 203, dos quais, até aos dois anos de idade, havia seis crianças do sexo masculino e oito do sexo feminino; dos 2 aos 7 anos, 13 crianças do sexo masculino e 11 do sexo feminino; dos 12 aos 20 anos, havia 45 indivíduos do sexo masculino e 52 do sexo feminino; e para cima dos 20 anos, havia 45 indivíduos do sexo masculino e 52 do sexo feminino. A média populacional por cada casa era de 6,7 pessoas, sendo o número total de quartos de 90, o que dava uma média de 2,2 habitantes por cada quarto.

Em jeito de conclusão, o autor desse estudo, Dr. Manuel António Soeiro de Almeida, então director clínico destas termas, rematava em 12 de Dezembro de 1942: *“Na encosta leste do Vale do Gerez, existem terrenos cultivados e 30 casas de habitação a montante de 16 minas de água que abastecem hotéis, pensões e casas particulares; vivem nessas*

casas 44 famílias, a maior parte delas, em péssimas condições de habitabilidade, sem a mais rudimentar instalação sanitária, poluindo o solo com os seus dejectos e inquinando as águas que nascem na mesma encosta. Daqui resultam dois graves inconvenientes para a higiene local: 1.º - A sordidez do viver da maior parte da população fixa do Gerez; 2.º - As deficientes condições higiénicas da própria Estância hidrológica.

O remédio será, pois, urbanizar o Gerez, isto é, prover à sua defesa sanitária, limpando não só esta encosta como a outra de todas as habitações que não obedeçam aos preceitos mais elementares de higiene e deslocando a população para um novo bairro, construído nas devidas condições e em local que não afecte a vida da estação termal. Esta necessidade é tão evidente que é de esperar seja devidamente atendida por Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, de quem depende tal melhoramento.

Urbanizado, assim, o Gerez, e trazida a água potável da serra, como o tem preconizado o Professor Armando Narciso, ficará sendo o Gerez a nossa primeira estância termal, sob o ponto de vista higiénico, como já o é, sob o ponto de vista hidrológico."

Apresentada superiormente tal proposta de expropriação, esta iniciada em 1944, prolongou-se até 1952, ano em que o Tribunal de Vieira do Minho proferiu as sentenças dos cinco proprietários recorrentes. A maior parte dos moradores, porém, como já se disse, acabou por aceitar os valores propostos pela EAG e passou a residir na Assureira, em casas próprias entretanto construídas, em habitações alugadas pela EAG ou cedidas gratuitamente em casos de pobreza, para além daquelas famílias que se instalaram no Bairro Honório de Lima, mandado construir por aquele saudoso sócio empreendedor da mesma empresa e grande benemérito do Gerês. De salientar que esse bairro dispunha de 10 habitações com logradouro, cujo rendimento anual era de 8 contos.

Assim, o Serafim Gonçalves Campos (Guarda-Fios) recebeu pelas suas casa e horta 35 contos, tendo feito a respectiva escritura na Conservatória de Vieira do Minho, em 7 de Janeiro de 1946. À

viúva Adelaide de Jesus Araújo Carvalho (Guedes) foi-lhe entregue, em 1945, pela mesma empresa, uma casa de madeira, na Assureira, avaliada em 12 contos, com escritura efectuada, em Vieira do Minho, em 17/12/1949. A Quinta dos Guarda-Fios, dos herdeiros de João Miguel Ribeiro, foi adquirida por 100 contos, escriturada em 2/4/1946, em Vieira do Minho. Ao Manuel Ribeiro (Guarda-Fios) foram-lhe pagos 21 contos pela sua casa, escriturada também em Vieira do Minho em 2/4/1946. Horácio Dias de Oliveira (Quinteira) recebeu 19 contos pelas suas duas casas, sendo a escritura feita em Terras de Bouro em 21 de Março de 1946. O Belmiro Joaquim da Silva recebeu 12.500\$00 pela sua casa e horta, com escritura em Vieira do Minho em 2/4/1946. O Geraldo Gonçalves recebeu 53.500\$00 pela casa, quintal e lavradio, com escritura em 26/3/1946, em Vieira. O Guilherme José Pereira recebeu uma casa no Bairro da Assureira no valor de 15 contos, em troca da casa, quintal e lavradio no Rigor. O Eduardo José Rodrigues pela casa e dois lavradores recebeu 30 contos. Manuel José Carvalhal pela casa e lavradio recebeu 37.500\$00. O João Manuel da Silva (Luzes) recebeu 31.500\$00 pela casa, barraco, horta e lavradio. O Manuel Alves do Monte (Rabeca) pela casa e quintal recebeu 18 contos. O Manuel Guedes recebeu 38.210\$00 pela casa e quintal. O António Gonçalves Creta pela casa, horta, lavradio e campo recebeu 85.000\$00. O Avelino Ribeiro (Guarda-Fios) recebeu 18.500\$00 pela casa e quintal.

Virgínia Rodrigues da Silva, Glória Mota, Severina Rosa Pereira, Carlos Aurélio Teixeira Bastos (Marceneiro) e o Teixeira Pescador receberam casas na Assureira em troca das suas casas do Rigor, algumas delas por esmola. Por sentenças do Tribunal de Vieira do Minho, de 29/10/1952, os cinco reclamantes João Augusto Capela (88.000\$00), Francisco José da Eira (115.000\$00), Sargento Alfredo Lopes Vieira (100.000\$00), João Bernardo China (58.000\$00) e António Henrique Oliveira Portela (45.000\$00) viram expropriadas as suas casas e terrenos pelos valores atrás mencionados.

Os Serviços Florestais

Nesta prolongada incursão que temos vindo a fazer sobre a história recente desta vila termal, a nível de pessoas e de instituições, e depois de nestas já nos termos debruçado sobre as duas empresas (Hoteleira e das Águas), a Guarda Fiscal e a GNR, iniciamos agora a abordagem do complexo filão da vida atribulada que os Serviços Florestais aqui conheceram nos primeiros anos, praticamente desde que se instalaram no Gerês em 1888, num tempo em que Emídio Navarro, ministro das Obras Públicas, tutelava esse sector, e em que a rejeição desses serviços por parte da população obrigou à intervenção, por duas vezes, das tropas de infantaria de Braga para apaziguar os ânimos.

Antes de mais, recorda-se que o serviço público florestal no nosso país, como entidade autónoma, existe desde 1824, data em que foi também criada a Administração Florestal das matas do Reino, sob a tutela do Ministério da Marinha, transitando, mais tarde para o âmbito do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria.

Criados, a nível nacional, os Serviços Florestais em 1886, à criação do Perímetro Florestal do Gerês, em 1888, não deve estar alheia à visita que, de 12 a 15 de Outubro de 1887, a família real efectuou à nossa serra, dela fazendo parte os monarcas D. Luís I e D. Maria Pia, assim como o príncipe D. Carlos e sua esposa D. Amélia, tal como o infante D. Afonso, além de numerosa comitiva. O objectivo primordial dessa visita foi o de uma grandiosa caçada aos corços, nessa altura abundantes na serra geresiana, a qual, parte da comitiva aproveitaria para conhecer de perto os seus encantos durante a estadia entre nós, tendo como guarida o Hotel Ribeiro.

Essa descoberta do Gerês e das belezas naturais insondáveis da sua serra por parte dos grandes responsáveis pelo reino, de acordo com a opinião dalguns historiadores, terão estado na origem ou

pelo menos deram um forte impulso para que, decorrido menos de um ano, mais concretamente em 17 de Agosto de 1888, o inspector dos Serviços Florestais, silvicultor Pedro Roberto da Cunha e Silva e o Administrador do Concelho de Terras de Bouro assinassem, em Leonte, um auto de cessão de 10 mil hectares da parte mais rica da serra, o que prejudicou imenso uma boa parte da população concelhia, causando a revolta entre ela, detentora que era de direitos ancestrais que agora via esbulhados pelo poder então instituído. Saber-se-ia posteriormente que a Câmara Municipal de Terras de Bouro



A Casa Florestal do Vidoeiro

não fora sabedora, atempadamente, da cedência, pelo Administrador do Concelho, desses terrenos baldios aos Serviços Florestais, o que desagradou plenamente a população.

É que, desde tempos bem remotos, as gentes serranas sabiam que já nas “Inquirições” de 1220, e a respeito da Serra do Gerês, se afirmava que “ali, o rei não possuía coisa alguma (*nullum est ibi regallengum*”, nem tão pouco “os cavalos do rei poderiam ser apascen-tados nos verdes da serra, sem autorização dos povos”. E sabiam mais: que “*todos os maninhos da Serra do Gerês sempre estiveram na posse dos povos e por eles têm sido imemorável, diuturna e exclusivamente logrados e defendidos sob a administração e tutela camarária*”.

Ao aperceber-se das reacções contrárias da população, o ins-pector dos Serviços Florestais procurou serenar os ânimos, man-dando afixar um edital a informar que o Governo só tinha em vis-ta o revestimento da Serra do Gerês, que ficaria sujeita ao regime florestal, com um mestre e quatro guardas florestais e empregados

a fiscalizar o logradouro da serra. Sem perda de tempo, ainda no ano de 1888/1889 os Serviços Florestais construíram a primeira casa florestal no Videeiro, que ainda hoje se mantém e deram início aos trabalhos de construção de viveiros e plantações nos campos do Videeiro e noutros pontos da serra, como a Chã da Pereira, tendo nesse ano plantado 18.500 abetos (“Abies pinsapo”; Ab. Excelsea; Ab. Pectinata), importados de França. Mas o povo não se calou.

Reivindicando os seus direitos e regalias transmitidas de geração em geração, nomeadamente no que respeitava às pastagens, madeiras e matos, a população entrou, nos dias 26 e 28 de Novembro de 1888, em conflito aberto com os Serviços Florestais, ao ponto de ter sido necessário requisitar uma força militar do Regimento de Infantaria 8, de Braga, comandada por um major, para a manter em respeito, aqui permanecendo durante alguns dias, sem contudo se registar qualquer derrame de sangue.

A esse propósito, são curiosas as notícias vindas a lume no extinto jornal “O Comércio do Minho”, na sua edição de 29 de Novembro desse ano: *“O motim popular do Gerês não teve, felizmente, o carácter de gravidade que as primeiras notícias lhe davam. A questão cifrou-se no seguinte: os guardas florestais tiveram suspeita de que no viveiro do Gerês, que continha muitas plantas com que se trata de arborizar a serra, estavam alguns homens destruindo as mesmas plantas. Sem mais preâmbulos... fogo neles. E os homens fugiram. Espalhou-se, porém, que o povo queria vir à serra deitar fogo às matas e queimar nas fogueiras os agentes do Governo. Grande pânico em toda a linha. Os engenheiros florestais fogem para Braga, os telegramas circulam alarmantes pedindo socorro e tropa, muita tropa que pusesse a salvo o costado dos guardas. Eram tão graves as comunicações telegráficas que a força disponível do Regimento de Infantaria 8 (de Braga) partiu logo para o Gerês”,* sendo depois substituída na guarnição da cidade por uma força de Infantaria 20, do Porto. E a notícia prosseguia: *“No Gerês causou verdadeira surpresa a chegada da tropa porque até se ignorava que houvesse desordem, tal era a*

sua importância. A causa era insignificante: ilegível... e algumas plantas arrancadas ou quebradas. E nada mais”.

O mesmo jornal, de 1/12/1888, relatava: *“Ainda não regressou a tropa que marchara daqui para o Gerês. Esperávamos ontem mas ainda não sabemos se chegou. Pelos modos, na serra está tudo calmo e sereno como um lago. A chuva e o frio refrescaram o cérebro exaltado dos geresianos que estão resolvidos a levar tudo pelo melhor. Quarta-feira reuniram em comício os povos vizinhos do Gerês para elaborarem uma representação ao Governo pedindo que lhes sejam garantidos certos direitos adquiridos e justos. (...) Parece que um dos motivos da desordem no Gerês são os guardas florestais rudes bastante e demasiado desatenciosos com o povo”.*

O mesmo jornal, na edição de 4/12/1888, referia: *“Só domingo, às 4 horas da tarde, é que regressou do Gerês a força de Infantaria 8 que para ali tinha partido por causa dos motins populares. Os pobres soldados vinham arrasados. Quando chegaram ao Gerês, os desgraçados iam cansadíssimos e molhados como pintos. Alguns meteram a roupa dentro de um forno onde acabava de ser cozido o pão, com o fim de a enxugar, mas retiraram-na queimada e assim a trouxeram para a cidade. Quase todos raparam por lá boa fome e bom frio”.*

Seguiu-se um período curto de aparente acalmia, durante o qual foram apreciadas as reclamações e estabelecido um acordo entre os povos e o inspector florestal, culminando com a publicação, em Dezembro de 1888, do *“Regulamento provisório dos serviços de arborização da Serra do Gerês”*, aprovado por decreto-lei do dia 13 desse mesmo mês. Mas tal paz seria *“sol de pouca dura”*, pois em Fevereiro de 1890, o regente florestal Adolfo de Oliveira teve de abandonar o Gerês face à nova rebelião dos povos serranos e dirigiu-se a Braga para conferenciar com o Governador Civil e pedir-lhe as providências e a defesa exigidas pelas circunstâncias. Na verdade, os povos voltaram a atacar a serra, de novo, destruindo trabalhos já implementados, arrancando árvores plantadas e lançando fogo aos matos, assim se perdendo os 18.500 abetos e 5.000 carvalhos ante-

riormente plantados. Mais uma vez, se tornou necessário recorrer à tropa de Infantaria 8, de Braga, que se distribuiu pelas povoações mais contestatárias, aí se mantendo durante algum tempo até à posterior retirada.

A esta revolta de 1890, que seria a última de carácter colectivo por parte das povoações, seguir-se-ia um novo ciclo de maior paz e sossego, com o qual foi possível dar continuidade à actividade dos Serviços Florestais na Serra do Gerês.



O Chalet dos Serviços Florestais

Consumada a ocupação da serra, aos Serviços Florestais, aqui instalados, como vimos, em 1888, competia agora lançar os respectivos alicerces em terras geresianas, tamanha era a tarefa que os esperava, já com os ânimos dos populares mais serenos, que não convencidos. A prioridade foi para dois sectores: a criação de infra-estruturas e a florestação da serra que, nesse tempo, estava quase totalmente desnuda.

Assim, há documentos que referem que no dia 18 de Abril de 1890, foi aprovado o auto do arrendamento do 2.º andar da casa onde foi instalada a secretaria da Secção do Gerês dos SF, presumivelmente pertença de Serafim dos Anjos e Silva, o célebre Mestre Serafim, a que nos iremos referir brevemente, pois noutra docu-

mento de 6 de Junho de 1901, aparece mencionado em seu nome o pagamento da quantia de 80 mil réis referentes à renda do semestre de 1/9/1899 a 28/2/1890. Uma requisição de 29 de Dezembro de 1901 solicitava a concessão de 50 mil réis destinados à construção e reparação de edifícios. Em 1902, começaram as obras de construção dos viveiros no Vidoeiro, depois dos terrenos terem sido expropriados ao já referido Mestre Serafim. Nesse mesmo ano, no mês de Junho, tiveram início as obras de construção da Casa da Administração, mais tarde denominada Chalet, residência dos administradores da Mata Nacional do Gerês.

Passo particularmente importante para a consolidação dos Serviços Florestais entre nós e a consequente machadada final nos direitos dos povos serranos foi a submissão ao regime florestal de *“todas as matas e terrenos já na posse do Estado, compreendidos na Serra do Gerês”*, através do decreto de 24 de Dezembro de 1903, nele se garantindo certas regalias às respectivas populações no âmbito da arborização. O mesmo tratamento foi dado nesse diploma aos terrenos do Perímetro do Gerês que *“não se encontram na posse do Estado”*, como eram os casos do *“denominado do Mourinho e o aforado pela Câmara Municipal de Terras de Bouro, dos povos de Vilarinho das Furnas, cujos limites vão determinados, para ambos os terrenos, em nota cadastral”*. Este mesmo decreto declarava de utilidade pública a expropriação de todos os terrenos submetidos ao regime florestal, mediante as seguintes condições: 1 – os respectivos possuidores declararem, no prazo de trinta dias, depois de devidamente intimados, que optam pela expropriação; 2 – depois da mesma intimação e decorrido o referido prazo, não tiverem declarado, nos termos legais, se optam pela sujeição do regime florestal parcial ou pela expropriação; 3 – depois de haverem optado pela sujeição ao regime florestal parcial e declarado sujeitarem-se ao plano de arborização não procederem a esses trabalhos ou faltarem às obrigações que lhes forem impostas pelo mesmo regime.

Apenso ao supramencionado diploma, em nota cadastral, constam os limites gerais do Perímetro da Serra do Gerês, cedido ao Estado, nas circunstâncias já referidas, em 17 de Agosto de 1888, pelo administrador do concelho de Terras de Bouro, com a seguinte redacção:

“Vertentes do rio Gerez a partir do rio na direcção à Pedra Bella até à Portella do Homem, bem como as vertentes do rio Homem, a partir da sua origem até o ribeiro do Tirliron (Águas de Mós).

Limites circunstanciados do referido perímetro e levantados na conformidade do auto acima mencionado: Limite sul caminhando de oeste para leste; Marco geodésico do Escuredo; Marco triangulado do Françaço; Marco geodésico da Pedra Bella;

Limite ao nascente caminhando do sul para o norte: Marco geodésico da Pedra Bella; Marco idem, do Varejeiro; Marco idem, do Junco; Marco triangulado do Pé do Salgueiro; Desde Pé do Salgueiro até ao marco geodésico do Borrageiro, águas vertentes do rio Gerez; Marco geodésico do Borrageiro; Marco idem, das Alhas; Marco triangulado do Cabeço da Cova da Porca; Marco geodésico da Cidadelhe; Marco triangulado da Cesta do Pássaro; Marco idem, do Alto de Pássaro; Marco idem, de Lamas de Homem; Marco geodésico dos Carris; Marco triangulado da Cabreirinha; Marco idem, do Altar de Cabrões.

A norte, caminhando para oeste pela raia de Espanha: Marco triangulado de Altar de Cabrões; Marco idem, do Outeiro da Meda; Marco idem, da Lage do Sino; Marco idem, do Lajão; Marco idem, da Lage das Cruzes; Marco idem, da Bella Ruiva; marco idem, da Cruz do Pinheiro; Marco idem, do Alto de Negrellos; Marco idem, da Portella do Homem; Marco idem, da Chã de Calvos; Marco idem, de Galos de Calvos; Marco idem, do Alto do Salgueiro; Marco idem, da Cruz do Touro; Marco geodésico das Eiras. A nascente, caminhando de norte para sul: Marco geodésico das Eiras, águas vertentes pelo talweg do rio Parrade; Rio Parrade até ao seu encontro com o rio Homem; rio Homem na direcção da sua foz até à foz do rio Tirliron ou Águas de Mós; talweg do rio Tirliron até ao marco geo-

désico Pé de Cabril; Marco geodésico Pé de Cabril; Marco triangulado de Mesas; Marco idem, de Junceda; Marco geodésico de Lamas; Marco idem, do Escuredo”.

Limites do terreno do Mourinho, a sul, caminhando para norte: *“Cabeço do Torgo, sito no extremo do perímetro florestal do Gerez; Coudeões, idem; Cabeça do Arieiro, idem; Portella de Confusco; Fundo da Corga do Mourinho, sito dentro do perímetro; Cabeço da Azilheira, idem; Portella do Prado, Amarelo, idem; Portella de Quelha Direita, idem; Fraga da Portella do Perro, idem; e d’ahi ao limite sul já indicado do Torgo, sendo a superfície total dos terrenos do Mourinho compreendidos no perímetro calculada em 250 hectares”.*



Jardins do Vidoeiro

Limites dos terrenos aforados aos povos de Villarinho das Furnas: *Foz do rio de Mós na extrema leste do perímetro florestal, seguindo pela estrada romana até aos marcos miliários na Cova da Porca, confrontando nestes pontos a sul com a mata florestal do Gerez, partindo dos marcos miliários para o norte e confrontando com a mata florestal do Gerez, a nascente segue para o rio Homem e de ali a Chão da Devesa, cabeço da Pousada, Outeiro Agudo ao sítio denominado das Covinhas, Chão das Ovelhas, Cabeço da Chã das Ovelhas, Chã do Azevinheiro, Curreal de Separros, Chã do Corisco e de ali a Chã de Fento e Bocal de Fento, estes dois últimos pontos sitos na extrema do perímetro florestal, sendo a superfície total dos terrenos do aforamento compreendidos dentro do perímetro calculada em 850 hectares”.*

Plano de arborização e exploração a que ficam sujeitos os proprietários dos terrenos denominados do Mourinho e dos aforados pela Câmara Municipal de Terras de Bouro aos povos de Villari-

inho das Furnas: *A arborização dos terrenos denominados do Mourinho, cuja área se acha calculada em 250 hectares, deverá realizar-se de leste para oeste, na contingência de 25 hectares por ano, fornecendo o Estado sementes e pessoal para dirigir os trabalhos, quando seja feito por conta dos proprietários em regime florestal parcial, tudo nos termos do regulamento de 24 de Dezembro de 2003, para a execução do regime decretado em 24 de Dezembro de 1901.*

O mesmo fica determinado para os terrenos aforados pela Câmara Municipal de Terras de Bouro aos povos de Villarinho das Furnas, cuja superfície se acha avaliada em 800 hectares. A sua arborização deverá executar-se também de leste para oeste, sendo de 40 hectares a superfície a semear anualmente. Relativamente aos pequenos núcleos de arvoredo existentes nestes terrenos, a sua exploração só se poderá realizar sob a fiscalização do pessoal florestal, nos termos do regulamento para a execução do regime florestal parcial.

O citado documento termina com a transcrição das regalias dos povos limítrofes da Serra do Gerês, expressas no decreto de 13 de Dezembro de 1888 e eram do seguinte teor: *o apascentamento de gados na serra; o fabrico de carvão; a roça de mato para adubo das terras; a apanha dos produtos silvestres sem prejuízo do arvoredo; o corte e apanha de lenhas secas e rasteiras e, na falta delas, o fornecimento das árvores que pelos empregados florestais foram marcadas para esse fim, bem assim como a concessão gratuita de madeiras aos indivíduos de comprovada pobreza; a permanência dos currais como logradouros dos gados”.*

Tude de Sousa

Já anteriormente aludimos que, no Parque das Termas, e para além do encantador lago, com a característica gruta, que serve de cais para os barcos de recreio, e a ponte, destacam-se as frondosas árvores cuja selecção criteriosa foi supervisionada, a partir de 1910,

por Tude Martins de Sousa, esse inesquecível regente florestal, que, de 1904 a 1915, dirigiu a Mata Nacional do Gerês.

Nascido a 17 de Janeiro de 1874, em Amieira do Tejo, concelho de Nisa, Tude de Sousa estudou na Escola Agrícola de Coimbra onde, 1893, obteve o diploma de regente agrícola. Nomeado, na data supramencionada, para assumir a orientação do perímetro Florestal do Gerês, onde se manteve durante onze anos, aqui desenvolveu um traba-



Tude de Sousa em Leonte

lho altamente meritório não só no que respeita à florestação da nossa Mata Nacional, como oportunamente, teremos ocasião de referir em pormenor, mas também ao valioso património bibliográfico que nos deixou, debruçando-se sobre temas palpitantes como o estudo da história local, os usos e costumes, a flora, a fauna, as paisagens, o pastoreio e a arqueologia na serra geresiana.

Em face da preciosa colaboração prestada na arborização do Parque das Termas, a Empresa das Águas do Gerês prestou-lhe, nos anos trinta do século passado, uma significativa homenagem, atribuindo ao referido parque o seu nome, passando este, desde então, a denominar-se “Parque Tude de Sousa”. Em 1996, porém, a administração da mesma empresa decidiu mandar retirar a placa com essa designação que existia sobre o portão principal desse parque, o qual retomaria a primitiva denominação de “Parque das Termas”.

Por ocasião do cinquentenário da sua morte, a Empresa das Águas, em 16 de Julho de 2001, homenageou Tude de Sousa com o descerramento de uma lápide evocativa daquele antigo regente florestal na entrada do Parque termal e da publicação de um opúsculo com a reedição de dois dos seus escritos sobre os serviços florestais no Gerês: “Conferência Florestal de 1916” e “Serra do Gerez (Notas de História Florestal)”. Nessa lápide, consta a transcrição de um apontamento escrito por Miguel Torga naquele recinto em 17 de Junho de 1975, do seguinte teor: *“Passeio matinal no parque, o mais belo que conheço. Nunca vi um tão feliz encontro da mão urbanizadora com a natureza virgem. Tutelados pela montanha, dois milagres entrelaçados: o milagre do que estava e o milagre de o não estragar”*.

De salientar ainda que, a partir de 1915 e até atingir o limite de idade, em 1944, Tude de Sousa desempenhou o cargo de director da Colónia Penal de Sintra, para além de várias comissões de serviço e direcções ligadas aos serviços agrícolas prisionais e à remodelação de escolas agrícolas. Foi também director da revista “O Lavrador”, com colaboração dispersa por várias revistas e jornais, para além de diversas edições sobre temas monográficos, etnográficos, históricos e genealógicos relacionados com a vila da Amieira, o Priorado do Crato e outros, como o Gerês, a quem dedicou três obras: “Serra do Gerez” (1909); “Mata do Gerez” (1926) e “Gerez” (1927). Refira-se, finalmente que, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao Gerês por aquele regente florestal, a Comissão de Toponímia da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, formada para elaborar a toponímia da Vila do Gerês, atribuiu, em 2001, o nome de Tude de Sousa a uma artéria no Videiro, desde o acesso ao parque de estacionamento da Batoca até à antiga Vacaria, em plena estrada nacional que dá ligação à Portela do Homem.

O Mestre Serafim



Mestre Serafim

A instalação dos Serviços Florestais na Serra do Gerês não poderá ser considerada apenas pela sua parte negativa enquanto usurpadores da parte mais relevante da majestosa serra geresiana, numa extensão de dez mil hectares de terrenos. Há que reconhecer também, e em abono da verdade, as valiosas contrapartidas proporcionadas por aqueles serviços que, de outra forma, muito dificilmente se obteriam

em benefício dos povos, tais como a florestação da Mata Nacional, a construção de estradas e caminhos florestais que permitiram o acesso a vários pontos da serra até então inacessíveis, as casas florestais espalhadas pelos pontos estratégicos para acolher os guardas que garantiam uma vigilância próxima nos respectivos cantões e, entre outros, a criação de postos de trabalho entre assalariados e trabalhadores sazonais que, apesar de pobremente remunerados eram, mesmo assim, uma ajuda para as débeis condições económicas em que vivia a população geresiana desses tempos.

No âmbito da estruturação daqueles serviços estatais entre nós, em termos de edificações e meios humanos, a que já sumariamente nos referimos, há notícias que referem que o primeiro corpo de guardas florestais aqui criado era formado por um reduzido número de elementos para tão vasta área, sob as ordens de um regente silvícola, sendo o primeiro destes responsáveis, de nome Carlos Eugénio de Oliveira Ferreira de Carvalho, natural de Lisboa, onde nasceu em 15 de Outubro de 1870, que entrou ao serviço em 13 de Fevereiro de 1889, como regente silvícola de 2.^a classe em 22 de Novembro desse mesmo ano.

O primeiro guarda florestal de 2.^a classe de que há registo para exercer funções na Serra do Gerês foi Baltasar Domingues Fernandes, nascido em 15 de Setembro de 1842, entrando ao serviço em 19 de Setembro de 1888 e passou para o respectivo quadro em 20 de Dezembro de 1898. Como guardas florestais de 3.^a classe entraram ao serviço, em 11 de Janeiro de 1890, António Duarte Frade, nascido a 25 de Abril de 1857; em 10 de Março de 1890, José António Domingues, nascido em 22 de Setembro de 1842; Manuel José de Carvalho, nascido a 15 de Junho de 1848, e António José Alves, nascido a 28 de Fevereiro de 1851. Em 23 de Maio de 1890, iniciaram funções os guardas José Figueiredo, nascido a 23 de Fevereiro de 1855, e Luís Trindade, nascido em 22 de Maio de 1859; em 21 de Agosto desse ano, Paulino Augusto Correia, nascido em 6 de Dezembro de 1874; em 4 de Abril de 1904, José da Costa Raimundo, nascido em 14 de Novembro de 1876. E em 14 de Fevereiro de 1905, entrou ao serviço o guarda auxiliar Alexandre Adelino Ribeiro, nascido em 4 de Outubro de 1879.

O geresiano Serafim dos Anjos da Silva foi o primeiro Mestre Florestal da Serra do Gerês, celebrizado com a denominação de Mestre Serafim, entrando ao serviço em 7 de Setembro de 1888, precisamente aquando do arranque dos Serviços Florestais entre nós, contando na altura 31 anos de idade, pois nascera a 26 de Novembro de 1856. Pouco tempo depois, foi nomeado um segundo mestre florestal para a nossa serra, no caso Manuel Joaquim Pires Dias de Freitas que, pelo seu apelido, deveria ser um terrabourense natural de Covide, familiar de Paulo Marcelino Dias de Freitas, um dos primeiros concessionários, juntamente com o Dr. Ricardo d'Almeida Jorge, das nascentes termas do Gerês, por contrato estabelecido em Dezembro de 1888.

Por tradição oral, consta que o Mestre Serafim, abastado proprietário que chegou a possuir a maior parte dos terrenos na margem direita do rio Gerês, entre a Vacaria (Vidoeiro) e o Vidago, antes

de aceitar o cargo de Mestre Florestal, terá exigido aos seus superiores hierárquicos dez guardas florestais armados, para o auxiliarem na sua missão, fazendo disso uma questão de honra, ao ponto de ter dito abertamente: - *Se me não derem esses homens, não aceito o lugar!*” E o certo é que, em diploma posterior, numa relação dos agentes dos Serviços Florestais na Serra do Gerês, constam os nomes dos dois já referidos mestres, um guarda florestal de 2.^a classe (Baltasar Domingues Fernandes); nove guardas florestais de 3.^a classe (João António Domingues, Manuel José de Carvalho, António José Alves, Manuel Martins, Manuel José Veloso, Paulino Augusto Correia, José Ribeiro, Viriato José da Silva e Manuel Augusto Cabeço) e um guarda florestal auxiliar, de nome Alexandre Avelino Ribeiro, o que comprova que aquela exigência do Mestre Serafim fora aceite.

Este Mestre Serafim era filho de Francisco José da Silva (Botequim), fundador do Hotel Universal, e de Rosa Maria Martins, uma das treze famílias, como as do Rigor, Banheiro e Frutuoso, entre outras que, a partir de 1884, passaram a residir permanentemente nas Caldas do Gerês, sendo, por isso, os fundadores da povoação que, anteriormente, apenas era habitada durante a época termal que, nesses tempos distantes, decorria desde o S. João (Junho) ao S. Miguel (Setembro). Foi casado por duas vezes, tendo a primeira esposa o nome de Joaquina e a segunda, Maria dos Santos Silva, 24 anos mais nova que ele, natural de Alfândega da Fé, veio para o Gerês para exercer as funções de chefe da Estação dos CTT, a funcionar, nessa altura, no rés-do-chão Sul da Pensão da Ponte, voltado para a antiga padaria, já desaparecida. Faleceu aos 76 anos de idade, em 14 de Setembro de 1932, vítima de uma pneumonia, com a curiosidade de ser o dele o primeiro cadáver a ser sepultado no cemitério do Gerês, construído em terrenos por ele doados para esse efeito, para se evitar, desse modo, o incómodo até então em vigor, com o transporte dos caixões em padiolas até ao cemitério do Vilar da Veiga, cujo local está hoje submerso pelas águas da albufeira.

A construção da fase primitiva do cemitério geresiano foi lenta, levando alguns anos a concluir. O Mestre Serafim, antes de falecer, ainda deixou indicado o local onde desejava ser sepultado, no centro do terreno, reservando três campas, para ele e para a numerosa família, onde numa delas ainda hoje jaz. A conclusão do cemitério apenas se verificou em 1938, como consta no velho portão de ferro à entrada da sua parte mais antiga, sendo obra do saudoso Zé Serralheiro.

Como descendência, o Mestre Serafim deixou nove filhos: cinco raparigas (Albertina, Florinda, Virgínia, Maria Helena e Berta) e quatro rapazes: Viriato José da Silva, José Maria da Silva (Zé do Vidago), Adriano José da Silva (Parrana) e Adelino da Silva, este falecido no Brasil, para onde emigrara. Dos filhos Adriano e Virgínia ainda residem no Gerês alguns netos, bisnetos e tetranetos, tendo o primeiro deixado os filhos Serafim, José (já falecidos), Gracinda e Viriato, enquanto a Virgínia teve como descendentes a Elvira, o João, a Rita, o Serafim, o António, o José Lino, a Joaquina e o Tito, todos já falecidos. De salientar que o Viriato José da Silva, filho do Mestre Serafim, seguiu as pisadas do pai na actividade profissional, sucedendo-lhe mais tarde no cargo de Mestre Florestal, ficando conhecido como Mestre Silva.

Homem de fibra e pé ágil, de magras carnes, conhecedor profundo dos segredos da serra, que conhecia como as suas próprias mãos, o Mestre Serafim destacou-se pela rectidão que imprimia às suas tarefas, tendo desenvolvido papel preponderante na florestação e na demarcação do perímetro Florestal do Gerês implementadas pelos Serviços Florestais. Dele se recorda ainda um conflito que teve com os carvoeiros, que então abundavam na Serra do Gerês para o fabrico de carvão que era vendido para Braga e o Porto, como combustível doméstico, em que foi alvo de um tiro por ser intransigente no cumprimento das normas estabelecidas para esse sector.

Foi também um exímio caçador distinguindo-se, nessa quali-

dade, numa célebre caçada aos corços organizada pela já extinta revista lisboeta “*Ilustração Portuguesa*” na nossa serra, em 1908, participada por cerca de 300 pessoas, entre caçadores e acompanhantes, que acamparam, durante três dias, na Chã das Abrótegas. Com uma equipa de batedores de apoio aos caçadores, o Mestre Serafim destacar-se-ia por, entre os seis corços abatidos, nessa memorável caçada em que estiveram representadas as associações de caça de todo o país, ter demonstrado toda a sua perícia na montaria por ele organizada na encosta de Palheiros ao fulminar, de forma categórica, o terceiro desses animais, com um tiro disparado a 50 metros de distância, atingindo-o no peito e em corrida, o que lhe mereceu fortes aplausos por parte de todos os caçadores presentes.

Do grande respeito e prestígio que este primeiro Mestre Florestal da Serra do Gerês gozava, são elucidativas as palavras que, no seu retrato físico e psicológico, lhe fez o Dr. Matias Araújo Lima, de Coimbra, na sua obra “*Gerez – Quadros e Canções*”, publicada em 1939 e dedicada às figuras populares geresianas desses tempos. Escreveu ele, sobre o Mestre Serafim, o seguinte poema: “*Lembram-se dele, magro e chupado, só osso e pele? / Já com muitos janeiros carregado, tinha a alma dum rapaz, / o sangue irrequieto e a perna audaz? / Foi um mestraço às corsas – que árduas lutas, lutas sem tréguas! – e um andarilho às trutas, galgando rios, calcorreando léguas! / Bateu as serras, píncaros e faldas; / amou os horizontes infinitos, cheios de luz radiosa... / E morreu a sonhar com esmeraldas, de olhos risonhos, fitos nas minas da Nevosa!*”

A Conferência Florestal de 1916

Acontecimento relevante para a Administração Florestal do Gerês foi a realização, entre nós, da Conferência Florestal de 1916, reunindo aqui os funcionários das matas nacionais de todo o país que puderam admirar as incomensuráveis belezas naturais da nos-

sa serra e as inúmeras espécies vegetais que, já nessa altura, nela se poderiam encontrar.

De acordo com a crónica sobre o evento escrita por Tude Martins de Sousa numa separata da revista “O Lavrador”, de que era director, a enorme comitiva dos participantes partiu de Braga na manhã de 29 de Abril de 1916 e para aqui se dirigiram atravessando a Ponte do Porto, em Amares, e à medida que avançavam em direcção ao Gerês era grande a admiração pela diversidade e pelo encanto dos cenários que lhes eram proporcionados, chegando ao Gerês pela tarde.

Na manhã seguinte, antes do almoço, os participantes subiram até ao viveiro da Pereira, remoçado em 1906 por um longo muro circundante, que tem a seu lado o observatório meteorológico. Para tanto, tiveram de, primeiramente, transpor, à saída das Caldas, a ponte de cimento armado, construída em 1912, pela Câmara Municipal de Terras de Bouro e os Serviços Florestais. Já no viveiro da Pereira, puderam admirar vários canteiros povoados de plantas em criação, nacionais e exóticas, resinosas e não resinosas, e cá fora, uma diversidade grande de vegetação, entre acácias, eucaliptos, padreiros, *cupressus* e um grupo de pinheiros silvestres das primeiras experiências do silvestre em Portugal, plantados em 1898 ou 1899, a partir de sementes dos sobreviventes dos termos de Montalegre, colhidas por volta de 1896. De onde a onde, uma *pseudo-tsuga* – *Douglasii* e pelo caminho por onde agora se desce até à ponte da Assureira, de cimento armado e 14 metros de vão, construída em 1914 pelos Serviços Florestais, vêem-se com frequência *cupressus*, o do Bussaco e outros. Uma vez na estrada, à vista a primeira casa florestal para quem vem do sul e, logo à direita, do lado poente, tem-se a primeira sementeira de pinhal que o Estado fez no Gerês, em 1890. A segunda foi em Estriz no ano imediato.

Os visitantes deslocaram-se ainda ao parque da Sociedade de Melhoramentos do Gerês, afecta à Empresa das Águas, ainda em

fase de criação do futuro Parque das Termas, para onde os viveiros da Mata forneceram bastantes plantas; ao edifício da repartição florestal (chalet), concluído por 1904, onde em 1913 se montou uma pequena, mas muito interessante instalação eléctrica para iluminação; e aos campos do Vidoeiro, onde já havia uma casa de guarda, a mais antiga, com terreno anexo. Nesse terreno, a partir de 1910, traçou-se um pequeno parque em que, além das árvores já existentes, se plantaram muitas outras, como plátanos, padreiros, bétulas, ulmos, freixos, cedros, ciprestes, pinheiros, abetos, taxódios e um grupo de *sorbus aucuparia*, que no Verão se distinguiam pela alacridade vermelha das suas bagas. A esse parque, vieram juntar-se, ainda em 1910, os adquiridos por expropriação amigável a Serafim dos Anjos Silva, o Mestre Serafim, como já anteriormente referimos. Porque dispunha de muito terreno de cultura e de muita água, o Vidoeiro seria o verdadeiro alfobre dos Serviços Florestais através do espaçoso viveiro lá existente já em 1916, acrescido de um belo estábulo (a futura Vacaria) e montureira adjunta, erguidos de Fevereiro a Agosto de 1911.

No segundo dia das jornadas, os participantes nessa Conferência Florestal fizeram uma caminhada até à Pedra Bela, percorrendo o caminho florestal, que a tornou acessível a carruagens de cavalos e a automóveis. Este caminho da Pedra Bela, foi delineado pelo silvicultor Lopes Vieira, tendo os respectivos trabalhos começado em Agosto de 1907 e, com várias paragens e recomeços, findado em 1913, com um percurso de 5.020 metros, desde a sua derivação da estrada nacional, no Curral do Vidoeiro, sendo o seu custo total de 5.260\$90,5.

No dia 3 de Maio, de homenagem ao Brasil, a Conferência Florestal suspendeu os seus trabalhos, dedicando-o a simples passeio por todo o dia, partindo do Gerês pelo Vidoeiro em direcção à Preguiça, daí seguindo até Leonte onde, no dizer do cronista, se “levanta uma das mais antigas e elegantes casas florestais”. O pla-

nalto de Leonte, prossegue, é o ponto culminante de duas bacias hidrográficas, despejando sobre o Homem e sobre o Cávado. Ali os dois currais, ou chãs de apascentamento de gados, de Vilar da Veiga e S. João do Campo, cada qual com o seu característico “forno”, ou cabana de abrigo de pastores. Pelo nascente, a importante encosta de carvalhos, que um caminho zig-zagueia pelo Vidoal até à Borageira, um dos pontos máximos da altitude, tendo a seus pés os primeiros zimbros, que só dali para cima se alastram; pelo poente, o bífido do Cabril, de cuja altura, custosa de se atingir, se alcança um dos mais vastos e apreciáveis horizontes. Depois vem a Água da Adegas e Maceira, seguindo-se o curral de Rio Caldo, Cagademos, Rio do Forno, águas vertentes para o rio de Maceira que, em Albergaria, se funde no rio Homem, que ali passa. O rio Homem, irmão gémeo do Cávado – filhos dilectos da Serra - quer quando vem da raiz das Abrótegas, o mais alto e dos mais vastos currais da Serra, ali por 1500 metros, até S. Miguel, quer dali por diante, tem um percurso encantador, a que as asperezas de S. Miguel para cima e o bucolismo verdejante e sombreado da Ponte Feia, a jusante, dão um particularíssimo encanto. Há depois a Albergaria, com a sua antiga casa florestal, uma clareira aberta, onde vários vales se vão fundir. Melhor local se não podia escolher para assinalar a passagem da Conferência, plantando-se as árvores comemorativas: as do director, a dos silvicultores e a dos regentes. Aí também se levantou a taça de saudação à Natureza e a todos quantos ali e ausentes, graduados e modestos funcionários das Matas, têm dado ao Gerês o seu trabalho e o seu amor.

Ali perto passou a Geira, a velha geira dos legionários de Roma, de milha a milha assinalada pelos marcos que os imperadores lá puseram, para que a dureza da pedra rija do granito pudesse, pelos séculos fora, vincular à tradição o poderio de uma das mais fortes raças da velha humanidade. E eles lá estão de pé, acompanhando-nos sempre pela Bargiela adiante, até Bouça da Mó, velho

barracão de madeira, nova casa de guarda florestal. Já antes ficara a Portela do Homem, a histórica Portela que nos separa da Galiza, ali tendo o quartel do fisco e, perto dele, de pé, majestoso e imponente, um dos mais perfeitos marcos miliários de poucos anos depois de Cristo.

Passada a Bouça da Mó, transpõe-se a linha extrema do Estado e entra-se na desoladora nudez do monte baldio, nu de vegetação. Sobe-se, passado logo o Sarilhão, alto e profundo, onde a águia real faz ninho, sobre S. João do Campo, à vista de Vilarinho da Furna. Depois do forno do curral, anunciando a vasta planura de Lamas – lá em baixo Covide, mais adiante Carvalheira, ao longe Brufe – com o morro da Calcedónia à vista e, galgada ela, a cavalgata descendo de roldão, pela encosta da Pereira, ao observatório e viveiro, à Cascata das Caldas e à povoação das termas, onde toca a dispersar e aos preparativos para o último prândio confortador... E assim se concluiu a excursão florestal da Conferência de 1916 à Serra do Gerês.

Pinheiro silvestre é originário do Gerês?

Já aqui referimos, em crónicas anteriores, a pobreza generalizada que, por ocasião da instalação dos Serviços Florestais na Serra do Gerês, em 1888, era aqui palpável em termos de coberto vegetal. Resumia-se, genericamente, a um escasso número de árvores e a um abundante conjunto de arbustos, principalmente. A florestação da Mata Nacional do Gerês foi, como já referimos também, uma das primeiras preocupações dos Serviços Florestais, dando cumprimento, desse modo, ao “Regulamento provisório dos serviços de arborização da Serra do Gerês”, aprovado por decreto de 13 de Dezembro de 1888. A aplicação desse regulamento, recorda-se, não foi nada pacífica, pois os povos serranos, inconformados com o es-

bulho do seu património, destruíram pelo fogo ou arrancaram, nos primeiros anos, cerca de 18500 abetos, 5000 carvalhos e outras árvores entretanto plantadas.

Essa aversão das populações contra a floresta era de tal ordem que Tude Martins de Sousa, regente florestal da Mata Nacional do Gerês de 1904 a 1915, escreveu no seu livro “Serra do Gerez” que “não podia esquecer o que uma vez ouviu a um velho serrano, traduzindo a opinião de muitos outros: se depois de morto, indo no esquife, lhe perguntassem se queria a floresta, a cabeça, com os balanços e solavancos do caminho, abanaria para a direita e para a esquerda, como que a dizer que não!”...

Obtido o apaziguamento entre as partes desavindas, alguns anos depois foi retomada a actividade dos primeiros tempos e, em 1909, ainda no dizer de Tude Martins de Sousa, a nossa serra era a

“de maior, mais variada e mais rica flora espontânea, desde os velhos e corpulentos carvalhos, padreiros, vidoeiros e teixos, até aos pastos com que se alimentam milhares de cabeças em todo o ano num velhíssimo regímen comum de utilização, às plantas



Pinheiros Silvestres

medicinais, como o hipericão, a betónica, o arando ou uvas do monte e o fel da terra, às lindas flores da serra, como o *Iris Boissieri* (Lírio do Gerês), só aqui existente em áreas limitadas, e o *Lilium Martagon*; aos *rubus*, *luzitanicus* e *gerezianus*, e *statice humilis*, raridades botânicas próprias e exclusivas da serra do Gerez, bem como o *verbascum phlomoides*, a *pinguicula leptoceras*, a *valeriana Montana*, a *Woodwardia radicans* que,

embora conhecida noutros países, só no Gerez aparecem, em Portugal, exceptuada a última, sub-espontânea na serra de Sintra”. Sem esquecer, entre os matos, a carqueja, as urzes (algumas aproveitadas outrora para o fabrico de carvão) e as giestas.

A flora da serra caracteriza e separa bem, segundo Tude de Sousa, as três zonas de vegetação em que ela se divide: mais arborizada a zona até aos 1200 metros, com exemplares de grande porte em que predominava, o carvalho, substituído, entretanto, pelo pinheiro; a segunda zona era ocupada por arbustos maiores; a terceira por arbustos rasteiros, sendo os cumes mais altos completamente nus. Entre os carvalhos, que ocupam preferentemente os vales, colinas e ravinas húmidas, distinguem-se o alvarinho ou carvalho branco (*Quercus pedunculata*) e o cerquinho (*Quercus Tozza*). Mas eram abundantes também o padreiro (*Acer-pseudo-platanus*); o vidoeiro (*Bétula pubescens*); a tramazeira, o escalheiro, o azareiro, o azevinheiro, a aveleira, o zangarinho ou saguinho, o medronheiro ou ervedeiro, o teixo (*taxus baccat*), o zimbro, o sobreiro e a azinhaira.

Por dispor de grande facilidade de adaptação e ser de baixo custo a respectiva semente, o pinheiro bravo (*pinus marítima*) foi a espécie arbórea preferida para o rápido revestimento da serra que, no decorrer dos tempos, se tornaria na mais abundante das resinosas entre nós. Também à acção dos Serviços Florestais se fica a dever a introdução na Serra do Gerês das acácias – hoje uma calamitosa “praga” que já invadiu grande parte do vale geresiano... -, eucaliptos, plátanos, cedros, sequóias e o pinheiro silvestre (*pinus sylvestris*).

A propósito desta última espécie, é extremamente curiosa a informação que, na sua já citada obra, publicada em 1909, Tude de Sousa nos dá ao referir que “o silvicultor Mendes d’Almeida, numa excursão que, em 1896, fizera pela serra alta e já nos termos de Montalegre, encontrou alguns raros exemplares de pinheiros vegetando espon-

tâneos em ravinas e sítios onde os incêndios e a destruição das gentes não chegavam, os quais identificou como sendo o pinheiro silvestre. Logo trouxe também da colheita de pinhas para a obtenção de sementes, das quais procederão, provavelmente, alguns exemplares existentes ainda em 1915, em Albergaria e na encosta da Pereira, perto do antigo observatório e viveiro”.

“Seja como for – prossegue Tude de Sousa – o pinheiro silvestre de Portugal onde, aliás, só no Gerez fora encontrado, despertou-me particular interesse, em virtude do qual, e independentemente do problema de investigação que ele requeria, me pareceu da maior conveniência propagá-lo o mais possível com sementes da serra alta para, assim, ser criado um fundo de indiscutível autenticidade, destinado a colheitas que, de futuro, nos emancipassem dos produtores estrangeiros. Para esse efeito, mandei colher pinhas, em diferentes anos, com as quais se produziram e se puseram na serra muitas plantas, muitas tendo ficado ainda – 13.250 – nos viveiros, quando em 1915, deixei definitivamente os Serviços Florestais, para novas funções”.

A opinião do Professor Jorge Paiva

Profundo conhecedor da serra geresiana nas suas múltiplas vertentes, o Professor Doutor Jorge Paiva, jubilado da Universidade de Coimbra mas ainda inteiramente dedicado ao Jardim Botânico daquela cidade, a respeito da presença do pinheiro silvestre entre nós, em recente depoimento que nos prestou, defendeu que “durante a última glaciação (Wurm), as nossas montanhas estiveram cobertas de uma floresta típica das regiões frias, como a que, actualmente, existe à volta do Círculo Polar Ártico (Norte do Continente Euro-asiático e Continente Americano), a Taiga, cuja árvore “emblemática” é o Pinheiro-de-casquinha (*Pinus sylvestris*), também conhecido por Pinheiro-silvestre, Pinheiro de Riga ou Pinheiro da Flandres. Após a glaciação, houve uma elevação da

temperatura e passámos a ter um clima semelhante ao actual, tendo-se dado o “recuo” dos glaciares.

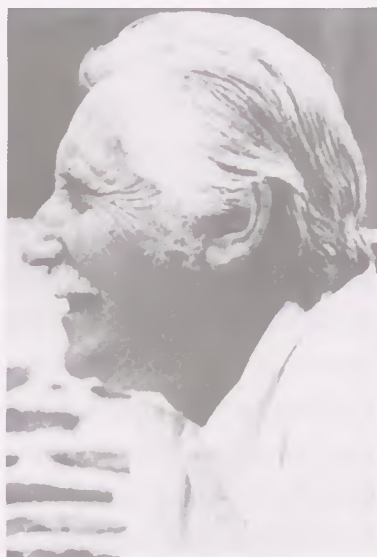
Então a Taiga desapareceu e foi substituída naturalmente por uma floresta atlântico-mediterrânica de climas temperados, vulgarmente conhecida por carvalhal, cujas árvores não são só carvalhos (*Quercus*) mas também castanheiros (*Castanea sativa*), padreiros (*Acer pseudoplastanus*), medronheiros (*arbutus unedo*), azevinhos (*ilex aquifolium*), etc. Mas nos cumes mais frios (Gerês, Peneda, Soajo, Estrela), o Pinheiro-de-casquinha sobreviveu e manteve-se até aos nossos dias. Nalguns desses cumes já desapareceu, devido a cortes e incêndios, mas ainda ocorre, como espontâneo, em algumas áreas muito restritas, como no Parque Nacional da Peneda-Gerês, onde podem ser observados no Borrageirinho (Água da Cigarra) e na Matança (Ribeira das Negras). Estes exemplares são importantíssimos, pois tratam-se de “Relíquias Glaciárias” e testemunhos da ocorrência da Taiga no nosso país durante essa época glacial”.

O Parque Nacional...

Embora apenas oficialmente criado através do decreto-lei n.º 187/71, de 8 de Maio, o Parque Nacional da Peneda-Gerês foi solenemente inaugurado em 11 de Outubro de 1970, quase sete meses antes, o que poderá surpreender quem porventura desconhecer as verdadeiras razões que poderão explicar essa inusual situação. Ao que na altura foi dito e escrito – e nós estivemos presentes na festiva cerimónia inaugural do PNPG – em 1970 comemorou-se o Ano Europeu da Conservação da Natureza e como Portugal era, nessa época, um dos poucos países europeus onde não existia uma área protegida, o governo de então, presidido por Marcelo Caetano, porque a Assembleia Nacional já havia aprovado a legislação sobre a Protecção da natureza e dos seus recursos, relativa aos parques nacionais e outros tipos de reserva que lhe fora submetida pelo governo,

decidiu colmatar essa lacuna avançando com a inauguração solene do Parque Nacional em 11 de Outubro desse ano, ainda que, como já dissemos, o mesmo só viesse a ser criado oficialmente quase sete meses depois, em 8 de Maio de 1971.

A cerimónia inaugural, de alto significado nacional, realizada, em 11 de Outubro de 1970, nas Termas do Gerês teve a presidi-la o Presidente da República de então, Almirante Américo Thomaz, acompanhado de numerosa comitiva, entre a qual se encontravam o Presidente



Eng.º José Lagrifa Mendes

da Assembleia Nacional, o Ministro do Interior, os secretários de Estado das Obras Públicas e da Agricultura, os governadores civis de Braga, Viana do Castelo e Vila Real, além de outras altas individualidades do país, representantes do meio científico e da Liga para a Protecção da Natureza. Presentes também diversas autoridades internacionais, como os representantes da UICN, dos serviços oficiais de Espanha e os governadores das províncias galegas de Orense e Pontevedra, além de muito público anónimo.

Todas as entidades convidadas foram recebidas no Hotel do Parque, onde lhes foi servido um lauto almoço, findo o qual se seguiu uma sessão solene nos antigos claustros do Hotel Universal, devidamente engalanados para o efeito, tendo aberto a sessão o então Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro, Dr. Fernando Adelino Faria Ferreira, que deu as boas-vindas aos participantes. Seguiu-se o secretário de Estado da Agricultura, Eng.º Vasco Leónidas que classificou tal cerimónia *“da maior importância nacional e inscreve-se nos anseios manifestados em todo o Mundo por go-*

vernantes, cientistas e técnicos, no sentido de se dar a maior atenção à Protecção da Natureza e dos seus recursos”.

“O Parque Nacional da Peneda-Gerês – prosseguiu – constitui, sem dúvida, uma realização que há-de marcar uma época, revestindo-se da maior importância nacional e internacional” e “insere-se na linha segura da Conservação da Natureza e dos seus recursos, constituindo uma fonte de atractivos turísticos e uma reserva de beleza, de tranquilidade e de paz”.

Seguir-se-ia no uso da palavra o Eng.^o José Lagrifa Mendes, primeiro director do PNPG, começando por recordar, emocionado, os esforços efectuados pela “classe florestal que há mais de 30 anos pugna pela criação de um Parque Nacional nestas serras e está de parabéns, pois abre-se hoje um novo capítulo na sua vida ao serviço da Nação. Nas tarefas que lhe couberam durante a história das nossas gentes, - continuou Lagrifa Mendes a referir-se aos Serviços Florestais – desde a protecção da flora e fauna das matas e coutos reais; à defesa dos povos e culturas ameaçados pelas dunas marítimas; ao revestimento dos baldios degradados pelo excessivo pastoreio e incêndios; à defesa contra a erosão e a correcção do mau regime das águas; à riqueza e ao espírito civilizador que levou às inóspitas regiões serranas, impõe-se agora nova tarefa. Nova somente pelas estruturas e mentalização, e não pela ética, pois que essa se mantém”.



O Presidente da República em Leonte

“A experiência colhida nos Parques Nacionais dos Estados Unidos da América, do Canadá e da Europa levou os especialistas, em face dos condicionamentos, a uma nova concepção. Assim, nasceu a ideia de supervisionar maiores espaços, envolvendo o território do Parque de um pré-parque

que servirá ao acolhimento das massas que procuram o contacto com a natureza, à reconversão para novos tipos económicos, de acordo com o nosso tipo de civilização, de um importante sector agro-pecuário e à abertura de novos horizontes turísticos”.

“Dentro de um espírito realista, temos de verificar que aqui se patenteia uma vasta região do país onde a degradação não atingiu aspectos irreversíveis; onde a vida social e o espaço disponível se enquadram nos conceitos internacionais; onde a paisagem, a flora e a fauna, além de motivos históricos e etnográficos ímpares, apresentam aspectos de rara e prodigiosa beleza. Por outro lado, o seu conteúdo humano permite-nos um ordenamento territorial dirigido para as finalidades científicas, educativas e turísticas”. “Nada nos falta nesta região – acentuou – para que possamos dar ao Mundo um Parque Nacional de renome e tão somente será necessário que aos homens bons, como sói dizer-se nestas Serras, que foram os pioneiros, se juntem todos os demais que possam dar contribuição positiva a esta obra que hoje se inicia”.

E a concluir a sua brilhante intervenção, o “fundador” do PNPG remataria: “Poderíamos, durante horas infindáveis, referir as maravilhas desta região e as diversas concepções de aproveitamento, relacionando-as com as de outros países. Julgamos, no entanto, que a hora é mais de programação e de solicitação de colaborações. Sobre os programas, o Plano Director a seu tempo será apresentado com a ajuda de quantos nele quiserem colaborar – e aqui já vai implícito um grande pedido de apoio e de compreensão. A ajuda, tanto científica como moral, sobreleva a financeira, pois os bens materiais constituirão somente aquele mínimo que permita que, a partir de 1973, se diga lá fora que temos na Europa um maravilhoso Parque Nacional”.

Encerrando esta histórica sessão solene de inauguração do PNPG, o Presidente da República, Almirante Américo Thomaz, depois de se congratular com o significado do evento, vincou a importância da conservação da natureza, acentuando: “... Disse ser uma obra notável e é-o de facto porque o homem, ultimamente, tem-se

esquecido bastante, na ânsia de progresso, da conservação da natureza e isso é muito grave; o homem pode perfeitamente progredir, sem se destruir a si mesmo”.

A comitiva presidencial deslocou-se posteriormente à Porta de Leonte, onde o Presidente da República descerrou uma lápide comemorativa a perpetuar a efeméride – lápide essa que, por razões políticas, foi de lá retirada logo após o 25 de Abril de 1974.

Os postos de combustíveis

A foto anexa reporta-se à fachada principal do Grande Hotel Universal nos anos 30 do século passado, bem como à localização,



defronte à esquina sul dessa unidade hoteleira, do AUTO GAZO – o primeiro posto de combustíveis que existiu no Gerês. Aí permaneceu durante vários anos, explorado pela Empresa Hoteleira, passando depois para a esquina oposta do mesmo edifício, voltada para o rio, sendo aí o posto da SONAP.

Nos primeiros anos da década de 60, a SACOR instalou, a título precário, nos terrenos da actual Praceta Professor Dr. Emídio José Ri-

beiro, onde existiu até 1934, o Hotel Internacional, outro posto de combustíveis, explorado por Mário Augusto Gomes e seus herdeiros, o qual, pela sua localização à face da Avenida Manuel Francisco

da Costa, contribuiria para que o posto da SONAP viesse a encerrar poucos anos depois. O mesmo viria a suceder com o posto da SACOR quando, no início dos anos 90, a Câmara Municipal de Terras de Bouro, a pretexto da construção do Centro de Animação Termal, se apoderou do terreno onde funcionava esse posto de abastecimento de combustíveis que seria desactivado, contribuindo assim, para que dos três postos que já aqui existiram, presentemente não exista nenhum. Lamentavelmente!

De Hospital Termal a Posto da GNR

O edifício do antigo hospital termal, agora transformado no Posto Territorial da GNR do Gerês tem uma história curiosa que importa recordar.

Habitual frequentador das Caldas do Gerês, D. João V, Rei de Portugal desde 9 de Dezembro de 1706 a 31 de Julho de 1750, com o cognome de “O Magnânimo”, dotou estas termas, em 1735, com uma capela, hospital, poços para banhos termais e residências para o médico, boticário e capelão, durante o período da época termal. Foi, sem dúvida, o primeiro rei que se interessou verdadeiramente pelo desenvolvimento do Gerês e, por isso, é que o seu nome figura na toponímia geresiana – Rua D. João V – precisamente entre o antigo hospital e a rotunda, na zona da Barreira.

Se, na verdade, os outros melhoramentos foram concretizados a curto prazo, o hospital não passou dos alicerces durante cerca de duzentos anos, sendo o local, em meados do século XVIII, aproveitado para nele funcionar um açougue. A sua construção efectiva apenas se viria a concretizar em 1934, fruto das diligências do Dr. Fernando Alves de Sousa, natural de Paços de Ferreira e, a partir de 1926, médico das termas, onde mais tarde, além de director do Hospital Termal Dr. Augusto Santos – em homenagem a um dedicado

médico termal com esse nome – seria fundador da Sopa dos Pobres do Gerês, director clínico e Presidente da Junta de Turismo, sensibilizando vários beneméritos aquistas geresianos que financiaram, além do Estado, tal empreendimento, solenemente inaugurado, em 12 de Abril de 1934, pelo Presidente do Conselho de Ministros, Dr. António de Oliveira Salazar.

Constituído por dois pavilhões, conforme se recorda através da gravura anexa, o hospital termal apenas funcionou no primeiro prédio, junto à EN, para acolher os aquistas carenciados. Dispunha de cave, onde funcionava a cozinha, despensa e refeitório,



O antigo Hospital Termal

e do primeiro piso, com duas amplas enfermarias/dormitórios para os sexos masculino e feminino. As despesas desse hospital termal eram suportadas, em parte, pelo Ministério da Assistência, pelos donativos dos benfei-

tores e pelas receitas resultantes de diversas iniciativas então aqui organizadas para esse fim, tais como gincanas de automóveis no Parque Tude de Sousa, chás dançantes, sorteios e bailes promovidos na esplanada do bar então existente naquele Parque, tendo os respectivos utentes a assistência de um enfermeiro, o último dos quais foi o Enf.^o Mota.

A sua actividade foi relativamente curta, pois em finais da década de 60, o hospital termal encerrou, ficando votado ao abandono. Mais tarde, em 30 de Outubro de 1985, passou a funcionar, numa das antigas enfermarias, uma Sub-Extensão de Saúde, em dois dias da semana, a qual viria a encerrar, em 27 de Maio de 1991, pelo insuficiente número (554) de utentes inscritos. Albergou, ain-

da, durante alguns anos, a sede do G. D. Gerês, com um bar na cave do edifício. Na outra enfermaria, esteve instalado, até ao início das obras do novo quartel, um jardim de infância.

No pavilhão das traseiras, funcionou, durante 59 anos, o Posto da GNR do Gerês, para esse efeito cedido pelos responsáveis do hospital. Criado pelo Decreto-lei n.º 13.854, de 30 de Junho de 1927, esse Posto foi autorizado pelo Ministério do Interior em 6 de Janeiro de 1934, sendo oficialmente inaugurado por Salazar em 12 de Abril desse ano, tal como o hospital termal. De acordo ainda com a Ordem n.º7 do Comando Geral, de 10/03/1934, o Posto da GNR do Gerês foi criado com o efectivo orgânico de um 2.º cabo e um soldado do Posto de Braga e os restantes soldados um de cada um dos Postos do Bom Jesus, Lordelo e Cabeceiras de Basto, ficando a pertencer à Secção de Braga e tendo como área de intervenção “as freguesias de aquém da Serra do Gerez”.

Temporariamente, porém, esse Posto funcionou numa dependência do topo norte do bairro da Assureira, enquanto o pavilhão junto ao hospital pas-

sou por algumas obras de adaptação, como o passadiço de acesso, em betão, aí se mantendo até 16 de Julho de 1993 quando, face ao estado de degradação total das instalações, o referido Posto se trans-



O novo Posto da GNR

feriu, a título precário, para a antiga casa florestal do PNPG, sita na Rua Eng.º Lagrifa Mendes.

De referir que, pelo facto de não existir nenhum documento oficial a comprovar a cedência provisória do pavilhão à GNR por parte do Hospital Termal Dr. Augusto Santos, o Comando Geral

dessa força policial, antes de proceder ao arranque das obras de recuperação e requalificação, viu-se na necessidade de accionar os mecanismos legais necessários para, em 13 de Fevereiro de 1998, ser formalizada a cedência, a título precário, do referido pavilhão por parte daquele hospital termal.

Dez anos mais tarde, tais obras, cujos custos ultrapassaram o milhão de euros, viriam a ser solenemente inauguradas em 5 de Agosto de 2008, pelo Ministro da Administração Interna, Rui Pereira, acto em que estiveram presentes também o Secretário de Estado da Administração Interna, o Comandante Geral da GNR, o Governador Civil de Braga e o Presidente do Município de Terras de Bouro.

O novo Posto Territorial da GNR do Gerês passou a contar, no edifício principal, no piso superior, com o serviço de atendimento ao público, composto pela secretaria, gabinetes do comandante do posto e do adjunto, sala de inquéritos e de apoio à vítima. No piso inferior, existem duas celas, a sala de formação e vestuários (masculino e feminino). No espaço entre o primeiro e o segundo edifício fica a parada, enquanto que no edifício das traseiras, ficaram instalados a lavandaria, refeitório, sala de estar, camarata, suite para o oficial comandante e a residência do comandante do posto.

Chamariz de cientistas

Desde tempos bem antigos que, seduzidos pela fama das suas belezas naturais e paisagísticas, do valor terapêutico das suas águas minero-medicinais e da incomensurável riqueza da flora e da fauna geresiana, a nossa terra tem sido procurada por vultos de renome nas mais diversas áreas do conhecimento humano.

Assim, nomes consagrados de cientistas e estudiosos como o

célebre naturalista alemão Link, D. Jerónimo Contador de Argote, Frei Cristóvão dos Reis, Abade António Martins Beleza, Dr. José Pinto Rebelo de Carvalho, Hermenegildo Brito Capelo, Dr. Leonardo Torres, Professor Barbosa du Bocage, Professor Júlio A. Henriques, Affonso Luisier, Pinho Leal, Dr. Ricardo Jorge, D. João de Sousa, Tude de Sousa, Dr. Artur Ravara, Dr. José de Andrade Gramacho, Visconde de Reguengos e Paul Chofatt, até escritores de nomeada como Camilo Castelo Branco, Ramalho Ortigão, Ferreira de Castro, Nuno de Montemor e Miguel Torga, tal como pintores da estirpe de Arthur Loureiro aqui se inspiraram para aprofundarem os seus estudos, escreverem algumas das suas obras ou reproduzirem nas suas telas a magnificência das nossas paisagens.

Curiosamente, o renomado pintor Arthur José de Souza Loureiro, nascido no Porto em 11 de Fevereiro de 1853 e habitual frequentador do Gerês, viria a ser surpreendido pela morte em Leonte, em 7 de Julho de 1932, onde nas traseiras da antiga casa florestal existem, cravados numa fraga, o seu busto e uma lápide com os seguintes dizeres: *“Ao Mestre Pintor Arthur Loureiro – homenagem dos seus amigos e admiradores”*.

O incêndio do Hotel Moderno

Os geresianos menos jovens por certo que ainda devem conservar nas suas memórias a imagem dantesca reproduzida pela gravura anexa e se refere a uma das maiores catástrofes registadas no Gerês, até à data: o pavoroso incêndio que, em plena época termal, destruiu totalmente o Hotel Moderno e, em parte, o Hotel Ribeiro na famigerada noite de 1 para 2 de Setembro de 1962.

O “Jornal de Notícias” de 3 de Setembro de 1962, que há dias tivemos oportunidade de consultar, concedeu particular relevo a esse infausto acontecimento, fazendo manchete da sua primeira pá-

gina, a abrir, a sete colunas, a gravura anexa com os seguintes título e subtítulos: *“Noite de pânico nas Termas do Gerês/Terrível incêndio em dois hotéis: um reduzido a escombros e o outro semidestruído/Milhares de contos de prejuízo”*.

No corpo da reportagem, ocupando toda a sua 2.^a página, o JN relata: “Só um conjunto de circunstâncias fortuitas impediu que o sinistro degenerasse numa horrorosa hecatombe. Não esqueçamos que, tendo-se verificado a uma hora em que os ocupantes dos dois prédios, em número de cerca de duas centenas, estavam imersas no sono, poderia com a maior das facilidades arrastar para a morte sabe-se lá quantas pessoas?”

“O fogo foi descoberto pouco depois das 2,30h. da madrugada e uma empregada e um hóspede do Moderno é que deram pela conta. A lavadeira Maria de Lurdes Matos, de 27 anos, dormia com o marido e uma filha de dois meses num quarto próximo da cozinha onde terá começado o incêndio. Foi acordada por um ruído estranho, já depois das 2,30h.

A princípio, julgou que fosse a filha a mexer-se no berço, mas ao abrir a luz, viu o aposento cheio de fumo. A seguir, identificou o sinistro rumor da madeira a crepitar. E ao abrir a porta, descortinou as chamas que se lançavam à conquista do prédio. Acordou o marido, pegou na filha e na mala da roupa e indo pelos corredores fora, começou a bater a todas as portas aos gritos “Fogo! Fogo!” E em poucos minutos, todas as pessoas estavam a pé, e corriam para a rua, enquanto outros, mais calmos, enchiam as malas ou lançavam mão aos objectos de maior valor. Mas o Dr. Acílio Carvalhal, médico das termas, ainda se engravatou antes de sair do quarto e depois, quando tentou lá voltar para levar os seus bens, foi impedido pelas chamas, ficando apenas com a roupa que vestia. Só ele perdeu haveres no valor de 40 ou 50 contos.”

“Houve um hóspede que também se apercebeu do sinistro, o eng.^o José Eduardo Beira, de Vila Nova de Gaia, acordado pelo

insistente tossir de um filho. Julgando ser por algum resfriamento, levantou-se para fechar a janela que deixara aberta para arejar o quarto. Foi quando viu o hotel a arder e o que fazia tossir o filho era o fumo.”

“Ninguém ficou ferido. A água não faltou: desde o rio Gerês, à piscina do Hotel do Parque e ao lago do Parque Tude de Sousa. No combate ao incêndio, participaram os bombeiros de Vieira do Mi-



Incêndio no Hotel Moderno

nho (os primeiros a chegar), Póvoa de Lanhoso, Braga, Guimarães, Vizela, Amares, Caldas das Taipas, Fafe e Cabeceiras de Basto (dez corporações ao todo).”

“Ambos os hotéis se encontravam cheios: o Moderno com 96 hóspedes e o Ribeiro com 50 pessoas. O Moderno recebera pouco antes importantes obras no valor de 100 contos: adaptação de quartos e apartamentos com casas de banho. No edifício do Hotel Moderno, no rés-do-chão traseiras, funcionava o cinema, explorado pela empresa Cine-Floresta, com sede em Lever, Vila Nova de Gaia, representada por Justino Gomes da Silva e tinha a lotação de 200 lugares. Apenas se salvou uma parte da plateia e alguns apa-

relhos da cabina de projecção. No rés-do-chão frente, funcionava a delegação da Junta de Turismo do Gerês, donde se salvaram apenas alguns móveis. O único compartimento do edifício que foi poupado ao incêndio foi a barbearia de Manuel Alves do Monte que ao ver o avanço das chamas, arrancou espelhos e prateleiras. Mais tarde, exclamou: - *Se eu tivesse tido mais calma, já estaria a fazer umas barbas...* Esta foi a nota mais divertida num acontecimento que não podia ser mais triste e confrangedor” – rematava assim o repórter do JN, que frisava ainda: “Os prejuízos são da ordem dos milhares de contos e o seguro data de há 30 anos e só cobre uma terça parte dos danos causados pelo incêndio”.

Com adenda a esta notícia, acrescentamos que as dez corporações de bombeiros, quando aqui chegaram, verificando que nada havia a fazer para salvar o Hotel Moderno, começaram a atacar o fogo, com mais incidência de norte para sul, evitando que as chamas alastrassem ao Hotel das Termas e Universal, entre os quais havia então um posto de combustíveis. Receando o pior, muitos hóspedes – o Gerês estava repleto de aquistas nessa noite! – fugiram nos seus automóveis para a Fraga Negra e para a Pedra Bela, para se livrarem de eventuais perigos e avistarem melhor o cenário dan-tesco das enormes labaredas a arder incontroladas em pleno centro destas termas.

A título de curiosidade, refira-se também que, nessa mesma noite, foi solenemente inaugurada a iluminação eléctrica no desaparecido Estádio das Antas, em que o FC Porto, presidido então por Nascimento Cordeiro, venceu o Atlético de Bilbao por 2-1, com golos de Hernâni e Carlos Duarte. Houve vários hóspedes que foram assistir a esse jogo e quando aqui chegaram de madrugada, esperava-os essa catástrofe de que eles, aliás, já se tinham apercebido desde que começaram a descer a estrada das Cerdeirinhas.

Os Bombeiros do Gerês

A comprovar a importância que, aos mais diversos níveis, a nossa terra desfrutou no passado, publicamos em anexo uma valiosa fotografia inédita que demonstra a existência, entre nós, nos finais do século XIX e inícios do século XX, da corporação dos Bombeiros Voluntários do Gerez, que nos foi gentilmente cedida pelo Sr. Victor Manuel Nogueira Neto, um antigo bombeiro e grande entusiasta pela causa dos “soldados da paz”, residente em Lisboa.

Porém, as investigações levadas a efeito para tentar conseguir reunir elementos sobre a história desse corpo de bombeiros entre nós, esbarraram até agora com a ausência de notícias em publicações ou mesmo falta de informações verbais, o que nos impediu de avançarmos e sabermos mais sobre este assunto, apesar das tentativas nesse sentido efectuadas não só nos arquivos da sede dos Bombeiros Voluntários Portugueses, como nos da Câmara Municipal de Terras de Bouro, e por isso, não se sabe quando foram fundados, nem a data da sua extinção, se foram legalizados ou não, se tinham estatutos aprovados ou mesmo estandarte.

Os poucos elementos que até agora obtivemos, prendem-se com a visualização de um postal ilustrado e na consulta da *“Ilustração Portuguesa”*, renomada revista do extinto jornal *“O Século”*.

Sobre a existência dos B.V. Gerês, foi possível até à data, apurar que dois dos seus elementos foram o fundador do Hotel Maia, de nome Júlio de Almeida Maia, e o pai de Humberto Carvalho e que tinham pelo menos dez homens e uma bomba manual picota de marca e origem desconhecida, montada sobre uma plataforma com rodas vulgarmente chamada de carroça, um equipamento que esteve bastantes anos recolhido na cave do antigo hospital termal, desconhecendo-se o destino, que mais tarde, lhe foi dado.

O fardamento com que trajavam tem as características próprias do final do séc. XIX e princípio do séc. XX e era composto por



Os Bombeiros do Gerês

calça de fazenda e dolman. Na cabeça, para protecção individual, usavam um capacete de crista alta, idêntico ao dos B.V. do Porto. A referida bomba carregava chumadores ou absorvos, como se diz no Norte de Portugal, mangueiras e escadas de madeira, parecendo ser escadas de molas.

Podemos acrescentar que os B.V. Gerês, montaram um dispositivo de segurança e de saúde, durante uma grandiosa caçada que houve na serra do Gerês, de 15 a 17 de Setembro de 1908, conforme há tempos já noticiámos, tendo sido convidados para esse efeito pelo Dr. Fernando Santos. Este dispositivo, cujo efectivo total não foi possível apurar, teria talvez a presença de oito bombeiros que estavam a ser comandados pelo sr. Túlio da Mota e segundo se afirma na *“Ilustração Portuguesa”*, o seu trabalho foi exemplar.

De salientar que no livro comemorativo *“Bombeiros Portugueses – Seis Séculos de História – 1935-1995”*, na página 135, refere-se aos B.V. de Gerês com o seguinte apontamento: *“outro factor a ter em conta é o de algumas associações que existiram num determinado período de tempo, havendo referências a elas na imprensa e mesmo algumas*

fotografias dos seus bombeiros, pese embora o facto de nunca terem sido legalmente constituídas nem aprovados os seus estatutos (ex. Bombeiros do Gerês)."

Os efeitos catastróficos do já referido incêndio no Hotel Moderno, em 1962, levaram o seu proprietário, Dr. Manuel Gomes de Almeida, alguns anos depois, a tentar fundar uma Brigada Privativa de Bombeiros que seria composta por pessoal da Empresa Hoteleira. Para isso foram compradas uma moto-bomba, agulhetas, capacetes e outro material para equipar a dita brigada. Infelizmente, pela morte prematura, aos 69 anos, daquele saudoso médico e empresário, em 14 de Agosto de 1972, o projecto não teve seguimento, ficando algum material armazenado na antiga garagem junto ao Hotel do Parque ou exposto em vitrinas dos claustros do Hotel Universal. Registe-se, finalmente, que na década de 80, houve no Gerês um movimento para se criar aqui uma corporação de bombeiros, chegando-se a imprimir autocolantes próprios para a angariação de fundos. Mas tal projecto acabaria por morrer à nascente...

O crescimento das termas...

Face à cada vez maior procura por parte dos aquistas, em 1909 existiam no Gerês as seguintes unidades hoteleiras: Hotéis do Parque, Ribeiro, Santos, Universal, Anselmo (Internacional), Maia, Jardim e Dois Amigos, além das casas de hóspedes de António J. Eiras, Lino Ribeiro, Serafim Santos, Sebastião Miranda e dos Chalets do Poço Verde, do Chalet Fernandes, do Chalet de Diniz Santiago, do Chalet do Dr. Pinto Guedes e da Casa da Ponte de Serafim Silva.

Das mais variadas zonas do país, seduzidas pela eficácia das nossas águas, vinham para o Gerês inúmeras pessoas que aqui ci-

mentaram verdadeiras amizades e, em muitos casos, casamentos duradouros como eram, normalmente, os desses tempos. Dessas estadias anuais ao Gerês existem, ainda, nos baús das recordações de muitas famílias portuguesas várias fotografias tiradas nesta nossa vila termal, muitas delas obtidas “à la minute”, através dos castiços fotógrafos tradicionais que trabalhavam, por norma, junto ao “ex-libris” geresiano que é a Colunata Honório de Lima: a Foto Paz e a Foto Dias.

A fotografia anexa retrata em grupo de aquistas bracarenses que, durante bastantes anos, foram presença assídua nesta termas. Ao centro da segunda fila, de pé, reconhece-se a alta figura (quer

fisicamente, quer em acções de benemerência) de Mário Joaquim Queiroz, o saudoso proprietário do emblemático Café Brasileira (Velha), ainda hoje uma referência na cidade de Braga. Mas esta foto tem uma curiosa história, bem revela-



dora da realidade geresiana nesse tempo. Dada a extrema pobreza então aqui existente, Mário Queiroz, hóspede da Pensão da Ponte, congregou o grupo de amigos que o rodeiam para, durante a estadia termal, proceder à recolha de fundos para a aquisição de roupas e alimentos que foram entregues a cerca de 300 pessoas carenciadas do Gerês, entre crianças, idosos e doentes. Foi obra!

As primeiras pontes...

De acordo com a tradição oral popular, de geração em geração tem circulado entre nós a notícia que, há uns séculos atrás, o leito do rio Gerês, que nasce em Leonte, a partir da entrada do Parque Tude de Sousa seguia pela actual Avenida Manuel Francisco da Costa abaixo, antes de, mais tarde, ser desviado para o actual percurso. A confirmar tal versão, há a referência de que os romanos, ao descobrirem a nascente das nossas águas minero-medicinais, estas brotavam na margem de um pequeno ribeiro, no preciso local onde agora existe a “buvette” termal.

A configuração geo-morfológica do subsolo da Avenida Manuel Francisco da Costa é, aliás, idêntica à do rio Gerês, como se pôde comprovar, há poucos anos, aquando as escavações nela feitas para o reforço das canalizações do saneamento básico, como mais recentemente, por ocasião da reconstrução do casario entre o balneário de primeira classe e a antiga Loja Espanhola, em cujos subsolos se de-



detectou a existência de enormes jogas de granito semelhantes às que se podem avistar, ainda hoje, no leito do mesmo rio, nomeadamente entre a entrada do referido Parque e a Pensão da Ponte.

A partir de 1884, porém, data a partir da qual as então Caldas do Gerês passaram a ser habitadas permanentemente durante todo o ano – anteriormente era-o apenas durante a época termal que decorria entre Junho (S. João) e Setembro (S. Miguel) – houve um natural aumento demográfico entre as treze famílias originais e, como tal, a povoação cresceu também para o lado da encosta poen-

te, onde agora se situa a Boavista. Por outro lado, a instalação, entre nós, dos Serviços Florestais em 1888, que desde logo se lançaram à florestação da Serra do Gerês, fez sentir ainda mais a necessidade de se unirem as duas encostas do Vale do Gerês através de uma ponte. Tal aconteceu por volta do ano de 1900, em que se ergueu uma frágil ponte de madeira, nas proximidades daquele que, algumas décadas mais tarde, viria a ser denominado pelo povo como o “Poço da Albina”.

Mas, tal ponte teve uma curta duração, já que uma enorme cheia entretanto registada no rio Gerês a destruiu completamente, pelo que por volta do ano de 1904, nova ponte de madeira foi construída no mesmo local, cujo fim seria semelhante ao da sua antecessora... também provocado por outra cheia do rio. Tal seria determinante para, em 1912, numa parceria entre a Câmara Municipal de Terras de Bouro e os Serviços Florestais, fosse mandada construir uma nova ponte em betão, que suportou, durante várias décadas, as intempéries do tempo e foi destruída em meados dos anos 90, para dar lugar à construção de viaduto da actual Avenida 20 de Junho – data em que, em 1991, a Assembleia da República aprovou a elevação do Gerês à categoria de vila – desde as imediações da entrada do Parque Tude de Sousa até à rotunda onde confluem as ruas Dr. Manuel Gomes de Almeida, a Norte, e a Rua D. João V, a sul, na zona da Barreira. A velha ponte da Assureira foi construída pelos Serviços Florestais em 1914.

A Capela de Santa Eufêmia

Reza a história das Caldas do Gerês que por volta do ano de 1699, segundo o investigador Dr. Ricardo Jorge, ter-se-á registado o início do funcionamento normal das caldas, sempre remetido exclusivamente ao período do Verão, de Junho a Setembro de cada ano.

Porque, entretanto, o movimento de frequentadores provenientes das mais diversas partes do país foi crescendo consideravelmente, e atendendo a que as condições de acolhimento e de tratamento dos aquistas eram bastante precárias, cerca do ano de 1730 o povo acorreu à generosidade do rei D. João V, o qual acederia de bom grado às solicitações apresentadas.

Nessa conformidade, poucos anos depois, aquele rei, cujo nome foi incluído na toponímia geresiana em reconhecimento da sua beneficência para com o Gerês, mandou aqui construir o hospital – que não passaria dos alicerces, como já informámos oportu-



Capela de Sta. Eufêmia

namente – poços cobertos para banhos, capela e residências para o médico, boticário e capelão.

A Capela mandada erigir por D. João V na primeira metade do século XVIII, foi dedicada a Santa Eufêmia, a virgem e mártir padroeira do Gerês que, segundo uma versão lendária se terá refugiado nas serranias geresianas e nelas teria sido presa e martirizada pelos seus perseguidores em 13 de Abril do ano 140. Esse peque-

no templo, inicialmente com a sua fachada principal votada para Sul, nela ostentando o escudo da monarquia portuguesa, sofreu a primeira ampliação e restauro em 1934, graças à generosidade do grande benemérito geresiano que foi o saudoso sócio-gerente da Empresa das águas do Gerês, Eduardo Honório de Lima. Do templo primitivo, apenas se conservou a capela-mor, ficando com a configuração actual, no sentido nascente-poente, mantendo-se o es-

cudo monárquico na sua fachada principal e sobre a porta principal, embora já pouco perceptível, encontra-se a inscrição latina: *“Introibo in domum tuam, adorabo ad templum Sanctum tuum”* (“Entrarei em tua casa, adorar-te-ei no teu templo Santo”).

Estas obras de ampliação incluíram também o respectivo equipamento com um riquíssimo altar-mor, adquirido na Sé Catedral do Porto, bem como os altares laterais e diversas alfaias litúrgicas, algumas das quais doadas pelo rei D. João V. A partir de 1941, esta capela passou a dispor também da pia baptismal, normalmente apenas atribuída às igrejas paroquiais.

Em face do aumento demográfico, a capela-mor foi ampliada nas laterais em 1991, tendo as obras decorrido entre 18 de Fevereiro e 31 de Outubro desse ano, reabrindo ao culto em 3 de Novembro seguinte, data em que realizou a festividade em honra de Sta. Eufémia, antecedida, no dia 2, com a realização do I Convívio dos Geresianos e Amigos do Gerês, ainda no âmbito da comemorações da elevação do Gerês à categoria de vila.

Estas obras de ampliação e beneficiação da Capela de Sta. Eufémia importaram em 4 mil contos, suportados pela população e beneméritos, fazendo parte da respectiva Comissão de Obras o pároco de então, Pe. Albino Azevedo Faria, e Fernando Rebelo Monteiro.

Duas empresas de camionagem

A conclusão, em 1885, da estrada Braga-Gerês, por Amares, veio trazer a esta estância termal benefícios de várias ordens, o principal dos quais uma maior facilidade na deslocação das inúmeras pessoas que, até então, para aqui se deslocavam na procura do tratamento dos seus problemas hepáticos através de perigosos e íngremes caminhos e carreiros de cabras.

A partir dessa data, e durante várias décadas, o transporte

passou a ser garantido por carruagens puxadas por cinco cavalos, vulgarmente conhecidas como “malapostas” pois, além dos passageiros e respectivas malas de viagem, transportavam também o correio. Saindo de Braga no começo da tarde, essas carruagens desciam até à Confeitaria e daí seguiam até à Ponte do Porto, após a



O primeiro autocarro a gasogénio

qual havia a primeira paragem para descanso e alimentação dos cavalos. Nova etapa se seguiria, agora até Sta. Maria de Bouro, em cujo Terreiro havia uma paragem obrigatória para a mudança de cavalos. Apesar de folgados, quando a carruagem chegava às subidas de Valdosende, o cocheiro, para aliviar os cavalos, tinha de pedir aos passageiros para se apearem. E por volta das 22h, era a chegada ao Gerês donde, após a entrega das malas do correio e os preparativos para a viagem de regresso, partia novamente por volta da meia-noite para chegar a Braga cerca das dez horas da manhã do dia seguinte, com o mesmo itinerário.

Por volta dos anos 20 do século passado, as velhas diligências começaram, paulatinamente, a ser substituídas por camionetas movidas a gasogénio, exploradas, entre Braga e o Gerês, pela Empresa Zenha & Companhia. Apareceu, depois, a Auto Viação do Gerês,

Lda., propriedade de António Magalhães Afonso Marinho, tendo como colaboradores os motoristas Escaleira e Joaquim Ferreira Costa (Ferreirinha). O Hotel do Parque dispunha, nessa altura, de uma camioneta privativa para transportar os seus hóspedes, tal como anos mais tarde, sucedeu com o Hotel Maia, com a sua inimitável Caravana.

Ainda por essa ocasião, cerca dos anos 20, António Magalhães Afonso Marinho, que havia adquirido o Hotel Universal, a Júlio Pinto da Rocha, fundou em Braga a grande empresa de transportes colectivos Viação Auto-Motora, nacionalizada após o 25 de Abril de 1974, ficando com o exclusivo da Auto-Viação do Gerês, Lda, por se haver incompatibilizado com os seus colaboradores. Entretanto, a Empresa Hoteleira do Gerês, que, após a sua criação em 15 de Dezembro de 1926, lançou também o seu serviço de carreiras entre esta vila e Braga, viria, por sua vez, em 28 de Maio de 1935, a adquirir toda a frota à sua concorrente Auto-Viação do Gerês, na qual o Ferreirinha continuou como motorista durante bastantes anos. Entretanto, para guardar e reparar as suas viaturas, em 4 de Dezembro de 1928, a Empresa Hoteleira arrendou, em Braga, a garagem “Auto-Palace” e suas oficinas, (onde mais tarde funcionou “O Nosso Café”) na actual Avenida da Liberdade e a garagem Essex, na actual Rua dos Chãos, vindo esta, juntamente com outro prédio, a ser adquiridos em 1950.

Depois das velhas carruagens puxadas por cinco cavalos, que garantiram, durante muitos anos, o transporte de passageiros e bagagens, a partir dos anos 20 do século passado começaram a surgir, como já referimos, as primeiras camionetas movidas a gasogénio, sendo a primeira empresa a explorá-las entre Braga e o Gerês a firma Zenha & C.^a, sucessora das antigas carruagens nesse serviço. Mas o transporte de mercadorias, tais como mercearia, vinho em pipas, bebidas e outros artigos, continuaram a ser garantidos, até cerca dos anos 60, pelos velhos carreteiros Dias e Pedreiro que, com

possantes juntas de bois, transportavam até nós esses produtos, sendo o local de paragem, habitualmente, no largo do extinto Hotel Internacional, hoje Praceta Prof. Dr. Emídio José Ribeiro, de saudososa memória.



Autocarro da Auto Viação do Gerês em Barcelos

Os velhos carreteiros que, no regresso a Braga, transportavam sacos de carvão da nossa serra, teriam os dias contados a partir dos anos 60, quando a Empresa Hoteleira do Gerês lançou os serviços de transportes de mercadorias entre Braga e o Gerês, com uma camioneta “Bedford” e depois com a “Fargo”, adquirida às Minas dos Carris, conduzida primeiramente pelo Vilaça e depois, durante muitos anos, pelo Joaquim Dias, antes deste transitar para os autocarros de passageiros.

Para além da Zenha & C.^a, houve também a Auto-Viação do Gerês, Lda., propriedade de António Magalhães Afonso Marinho, tendo como colaboradores os motoristas Escalreira e Ferreirinha. Esta transportadora seria, mais tarde, absorvida pela Empresa Hoteleira do Gerês, Lda., ao adquirir, em 28 de Maio de 1935, toda a frota. Graças às novas tecnologias da informação, mão amiga fez-nos chegar, há dias, essa autêntica preciosidade que é uma foto au-

têntica de uma camioneta de passageiros da Auto-Viação do Gerez, obtida por ocasião de um serviço de excursão a Barcelos nos anos 20/30.

Nela é bem visível, no centro da carroçaria, a sigla da referida empresa: AVG. O tejadilho, como era habitual nessa época, servia de bagageira, normalmente coberta por uma rede, no Verão, ou por um tolde de lona, no Inverno. Dos lados do tejadilho, numa tábua de madeira fixa na carroçaria, constava a designação da empresa proprietária: Auto-Viação do Gerez.

As grandes caçadas

Até à sua integração no Parque Nacional, em 1970, a Mata do Gerês foi um importante destino de caça. Nomeadamente da caça grossa, chegando até a ser considerada nos princípios do século XX, e afora as tapadas reais, como “o último reduto de caça grossa do país”.

Das inúmeras caçadas aos veados aqui organizadas, duas houve que, pela sua envergadura, ficaram indelevelmente marcadas nos anais da história da imponente serra geresiana, que agora, e ainda que ao de leve, se recordam.

A primeira, liderada pelo Rei D. Luís e sua comitiva, de que faziam parte a rainha D. Maria Pia, o príncipe D. Carlos e a princesa D. Amélia, realizou-se de 12 a 15 de Outubro de 1887, na zona de Leonte. Vinte e um anos depois, mais concretamente entre 15 e 17 de Setembro de 1908, - há 103 anos, portanto – uma outra grandiosa caçada teve lugar na nossa serra, organizada pela extinta revista “*Ilustração Portuguesa*”, que teve a participação de cerca de 300 pessoas, em representação de todas as províncias de Portugal.

É extremamente rica e valiosa, em termos históricos e docu-

mentais, a extensa reportagem sobre “A caçada no Gerez” publicada em vários números daquela revista, a alguns dos quais tivemos acesso graças à gentileza do sr. Abílio José Carvalho Pombeiro, neto de um antigo mestre florestal no Gerês, que no-las facultou. Tão extenso número de caçadores montou o seu “quartel general” na Chã das Abrótegas, a 1500 metros de altitude, num enorme acampamento em tendas de lona, que dispunha de cozinhas e despensas de apoio logístico a tão

numerosa representação. O sorteio das portas dessa monumental caçada fez-se em Leonte e na caminhada rumo às Abrótegas, foi servido, no primeiro dia, um almoço-volante pelo Hotel Ribeiro, “em alvas toalhas estendidas na erva, à sombra dos carvalhos se-



O acampamento nas Abrótegas

culares”, nele se tendo consumido cinco almudes de vinho, estando presentes os “carabineros” de Lobios. Durante a estadia na serra foi também o mesmo hotel a fornecer a alimentação às três centenas de comensais, com abundância, não faltando sequer “o pão fresco a toda as refeições”.

O êxito do serviço então prestado pelo Hotel Ribeiro – que já havia acolhido também a comitiva real em 1887 – ficou a dever-se, segundo o repórter, “à previdente e metódica D. Maria Ribeiro, auxiliada por seus filhos Ivo e Hermínio, e por seu irmão, o Mestre Serafim”. São bastantes, aliás, as referências nessa reportagem a este renomado Mestre florestal, não só como guia seguro pelos íngremes carreiros da serra, dele sobejamente conhecidos, como também com o exímio caçador, pois foi um dos felizes contemplados com o abate de um

dos seis corços que rendeu a caçada, para além de oitenta perdes.

Referência curiosa que vem, aliás, confirmar a informação segundo a qual o Gerês foi uma das primeiras terras da província a ter iluminação eléctrica, é a que o jornalista descreve quando fala do regresso, ao anoitecer, desses trezentos caçadores ao Gerês: *“Vista do alto do monte da Preguiça, a povoação do Gerez iluminada dir-se-ia um cenário de mágica. Um poderoso holophote, instalado por Emílio Biel na sua propriedade (Quinta dos Veados ou do Alemão), projectava sobre as montanhas fronteiras um luar intenso, milagrosamente invertido pois subia do vale pelas encostas, recortando na treva as silhuetas dos cumes”*.

A concentração dessa vastíssima legião de caçadores na Chã das Abrótegas, fez com que, nesses dias, se transformasse numa extensa “aldeia de lona”, onde havia cozinhas e despensas com mantimentos para tão numerosa comitiva, além de um improvisado canil para albergar a numerosa matilha de cães de caça. Para lá foram também cozinheiros, moços de cozinha, criados de mesa e um magarefe.

Apesar da distância a que se encontrava dos centros de abastecimento e dos difíceis e íngremes acessos, os serviços de restauração, supervisionados pelo Hotel Ribeiro, atingiram a excelência, em abundância e qualidade, à boa maneira minhota. Quer na subida para as Abrótegas, no primeiro dia, e onde passaram duas noites, quer no regresso ao Gerês, formou-se uma extensa caravana superior a um quilómetro, serpenteando pelos caminhos e carreiros sinuosos e íngremes da serra e a cuja cabeça iam os almocreves que transportavam as bagagens, montados em avantajadas mulas. Seguiam-se-lhes os cavalos dos acompanhantes, os batedores, a equipa de saúde, a missão científica e as matilhas de cães.

A equipa de saúde era chefiada pelo Dr. Fernando Santos e nela estavam integrados os Bombeiros Voluntários do Gerês, co-

mandados por Túlio da Mota, enquanto que a missão científica era composta pelos Professores Joaquim Silva Tavares, director da revista "Brotéria", Camilo Torrend, renomado micologista, Afonso Luisier, reputado botânico e António Costa Oliveira Pinto.

Na parte da caçada propriamente dita, distinguiu-se o papel preponderante dos guardas florestais, superiormente dirigidos pelo saudoso Mestre Serafim, um geresiano dos quatro costados, de nome completo Serafim dos Anjos da Silva, aqui falecido em 14 de Setembro de 1932, de quem já nos ocupámos.

A história dos hotéis

À semelhança do desactivado Hotel do Parque, onde a respectiva piscina e "courts" de ténis ainda se encontram a funcionar após as valiosas obras de remodelação operadas há poucos anos, também o antigo Hotel Ribeiro possuiu, outrora, um parque privativo.

Mandado construir em 1882 por António Joaquim Martins Ribeiro, esse hotel foi o primeiro a ser aqui construído pelo seu proprietário, de quem recebeu o nome, e no local da antiga construção funciona hoje o moderno Aparthotel Ribeiro do Gerês.

Vendido pelos herdeiros do fundador, em 31 de Maio de 1941, à Empresa Hoteleira do Gerês, em tal negócio foi também incluído o parque que lhe pertencia e existiu na outra margem do rio Gerês, com acesso por uma ponte de madeira que o ligava às traseiras do referido hotel.

Como curiosidade, refira-se que, após a aquisição do Hotel Ribeiro, aqueles três hotéis (Termas, Moderno e Ribeiro) ficaram interiormente ligados entre si enquanto o Moderno existiu. Registe-se, finalmente, que depois de desactivado em 1992, o antigo Hotel Ribeiro entrou em acelerada degradação, acabando por ser totalmente destruído, também por um incêndio, em 15 de Abril de 1997.

Alguns anos depois, das ruínas do velho edifício, de que restaram apenas as paredes exteriores, foi construído o Aparthotel Ribeiro do Gerês, mantendo a traça original nas suas fachadas, com 40 apartamentos equipados com kitchenetes e 40 espaços de estacionamento na cave. Esta nova unidade hoteleira começou a funcionar em Junho de 2007.

Não existem, que saibamos, estudos aprofundados sobre as verdadeiras origens de boa parte das unidades hoteleiras geresianas. E é pena.

Sabido é que o Hotel Ribeiro começou a ser construído, por fases, em 1882, por iniciativa de António Joaquim Martins Ribeiro, seu proprietário, ex-emigrante no Brasil, e por essa altura surgiram também os hotéis Maia e Universal.

Deste se conta que o seu fundador, Francisco José da Silva (Botequim), sogro do fundador do Hotel Ribeiro e um dos primeiros habitantes permanentes desta vila termal, ao ver o aumento de aqúistas de ano para ano, resolveu ir a Braga levantar umas poupanças – oito contos de reis – e com eles mandou erguer o Hotel Universal, no mesmo local onde, em tempos recuados, existira uma casa de férias pertencente aos frades bentos, ou seja, da ordem beneditina.

Ora, segundo o relato do geresiano Augusto Sérgio de Almeida Maia, na sua obra *“Grandezas e misérias das Caldas do Gerez”* (1967), este Botequim, inicialmente, tinha como sócio o seu genro António Joaquim Martins Ribeiro que, desavindo com aquele, des-



Hotel Ribeiro

fez a sociedade e começou a construir o citado Hotel Ribeiro. Este pormenor curioso diz-nos que o Universal é, no início da construção, anterior ao Ribeiro.

Também o Universal se construiu por fases, - tinha um só andar, a princípio - em terrenos anteriormente ocupados pela casa dos frades bentos, tendo a caracterizá-lo os seus típicos claustros, inspirados, ao que se julga, num pátio sevilhano, com a sua bela arcaria em ferro, construída, ao que se diz, por técnicos franceses, e ainda hoje se mantém, após as profundas obras de remodelação total por que passou nos anos 90 do século passado. No tecto do patim da escada do primeiro andar do edifício primitivo, existiu um retrato a óleo, da autoria de um pintor espanhol seu amigo, com a figura austera do Botequim - *“um velho de 60 a 70 anos, de suíças grisalhas, um barrete preto na cabeça, gravata preta e traje do meado do século XIX”* - encimando a gravura do universo, com a sigla GHU (Grande Hotel Universal) destacada, a explicar, assim, a origem da designação desse hotel.

Do Botequim passou o mesmo hotel para a Companhia Carris, do Porto, e desta para Júlio Pinto da Rocha que, em 1918/1919 o vendeu a António Magalhães Afonso Marinho, fundador em Braga da Viação Auto-Motora e aqui, da Auto-Viação do Gerês. Foi também no tempo deste empresário que a fachada principal do Hotel Universal foi revestida com azulejos, deixando a cor do chocolate que anteriormente possuía. A ele se ficou a dever ainda a conclusão do prédio onde actualmente funciona a discoteca do Gerês, popularmente ainda hoje conhecido por *“Hotel Piroco”*, bem como a ponte de cimento sobre as duas margens do rio Gerês, junto à actual Adega Regional e antiga garagem dos autocarros da Empresa Hoteleira.

Este António Magalhães Afonso Marinho vendeu o Hotel Universal, em 1926, à então recém-criada Empresa Hoteleira do Gerês, a qual, em 28 de Maio de 1935, lhe compraria também a Auto-Viação do Gerês, Lda., concorrente, na linha do Gerês, da sua frota de

camionagem, ainda agora existente com a designação de Empresa Hoteleira do Gerês.

O facto do Hotel Universal e o edifício onde funciona hoje a discoteca, terem pertencido, como referimos, à Companhia Carris, do Porto, faz supor que uma velha designação já em desuso de, ao espaço das traseiras da actual discoteca, se chamar, outrora, “*Por trás da Companhia*” – apertado caminho de carros de bois que dava acesso à casa do Príncipe (hoje residencial) e à tomada da Arnassó – terá tido a sua origem desde os tempos em que a portuense Companhia Carris foi a proprietária daqueles edifícios.

A época dos chalets

O primeiro quartel do século XX foi de intensa actividade nas então denominadas Caldas do Gerês, estruturando-se, assim, a famosa estância termal que o insuspeito Ricardo Jorge viria a consagrar na sua lapidar frase quando, um dia, escreveu que o Gerês tinha “as melhores águas medicinais da Europa e a mais linda serra de Portugal”.

Essa semente germinou e, paulatinamente, começou a produzir abundantes frutos, não só no desenvolvimento demográfico e urbano da povoação, como no aumento substancial dos seus frequentadores e aqvistas, atraídos pelo atraente cartaz das belezas ímpares da sua maravilhosa serra, um e outro a justificarem assim, o desusado movimento e procura que, nos meses quentes do Verão, passou a conhecer. Estava a divisar-se, desse modo, o futuro áureo das caldas nos anos 50 e 60, ultrapassados que estavam os bloqueios económicos e os temores das duas grandes guerras mundiais, com a avenida Manuel Francisco da Costa a transformar-se, nas noites abafadiças de Verão, numa imensa “passerelle”, a que, para além dos sons melodiosos das valsas e tangos irradiados desde o casino

ou dos salões de baile dos hotéis e pensões, não faltava, também, o vai-vem constante, avenida abaixo, avenida acima, do autêntico desfile da moda que, graciosas cachopas e damas, acompanhadas de gentis cavalheiros, patenteavam perante uma vasta plateia de gente mais madura que, confortavelmente sentada nas castiças cadeiras de lona "made in Gerês", graças ao engenho do Humberto Carvalho, dispostas nos passeios junto das unidades hoteleiras, fazia os seus juízos de valor a tanto charme que se estendia à sua frente. Era aquela avenida um autêntico "picadeiro", como agora se diz...

Havia, ainda, o atractivo do cinema, no espaço anteriormente ocupado pelo casino, no rés-do-chão do Hotel Moderno, com sessões diárias nocturnas, sempre com grande afluência de cineastas... Enfim, comparando o extraordinário



O Chalet das Almas

movimento nocturno do Gerês desse tempo com o de hoje é, passe o exagero, como comparar, em termos de luminosidade, o dia com a noite.

Servem estas recordações para se dizer que, nesses bons velhos tempos, já "era bom vir para o Gerês"... Na sua esmagadora maioria, para se cumprir, religiosamente, a tripla receita da "cura, repouso e turismo" o velho *slogan* publicitário que então procurava promover a nossa terra por esse país fora.

Depois dos hotéis e pensões, foi nos começos do século passado que passou a ser moda construir uma vivenda de férias no Gerês, coisa que, então, apenas estava ao alcance das bolsas endinheiradas, e muitas eram nessa época, apesar de tudo. Tais vivendas, quase todas elas dispendo de bem concebidos jardins, eram denominadas

de “chalets”, na sua maioria ainda hoje existentes, ainda que noutras mãos e sujeitas a algumas transformações.

Desses “chalets”, o de maior grandiosidade era o dos Serviços Florestais que serviu de repartição florestal e residência aos administradores da Mata Nacional durante várias décadas. Hoje encontra-se desabitado e, pelos vistos, em decadente situação, nomeadamente nos seus espaços interiores. Um pouco mais acima, onde agora existe o parque de estacionamento do Hotel das Águas do Gerês (ex-Maia), houve três desses edifícios, dos quais ainda se mantém um de pé, bastante degradado, mas o mais atraente, já demolido, era o que a gravura anexa recorda e foi denominado por vários nomes: “chalet” do Poço Verde, das Almas ou dos Barbosas, de que foi seu primeiro proprietário o sr. Manuel Rodrigues das Almas, vindo a vendê-lo, em 20 de Dezembro de 1947, à Empresa das Águas do Gerês por 175 contos. Por cima do antigo mercado, agora Centro de Animação Termal, existe outro antigo “chalet” mandado construir por Américo Vaz Osório, familiar do sr. Virgílio Ribeiro, mais tarde adquirido pela Empresa das Águas por cem mil escudos.

Mais abaixo, na antiga Quinta do Soutelinho, existe, após excelente recuperação, o “chalet” Soutelinho, mandado erguer pelo grande amigo do Gerês que foi o inglês Alfredo Tait, dono também do vizinho “chalet” Rio Bom, na Barreira. Logo a seguir, aparece o antigo “chalet” Malheiro, mais tarde ampliado para nele funcionar a Pensão Casa da Ponte, dos herdeiros de João Ribeiro e, depois da escola, há o “chalet” Ribeiro, dos herdeiros de Virgílio Ribeiro. Finalmente, a meio da calçada da Boavista, sobranceiro ao moribundo “comboio”, existe, com alterações, o “chalet” Nossa Senhora de Fátima, pertencente à Pensão Central Jardim.

As escolas primárias

O facto de, à medida em que os anos se passavam, mais procura as nossas águas minero-medicinais registavam, contribuiu para o aumento demográfico desta estância termal, cuja população permanente, recorda-se, aqui se radicou a partir de 1884, com base em treze famílias, das quais constavam, entre outras, as do Botequim – fundador do Hotel Universal, como já vimos – do Rigor, do Banheiro, do Eiras, do Branco e do Frutuoso.



A Escola Primária do Gerês na sua inauguração

Esse crescimento populacional contribuiu para que, além das infra-estruturas termais, de que se fala noutra peça desta edição, o Gerês passasse a ser dotado, a partir dos começos do século XX, com diversos estabelecimentos comerciais, além das unidades hoteleiras, na altura, como agora, incluindo hotéis, pensões e casas de hóspedes. E porque o número de crianças em idade escolar já o justificava, começou aqui a funcionar, em 1912, a primeira escola primária, sita no rés-do-chão de um edifício já demolido que existiu,

no início da calçada da Boavista, entre o Chalet Senhora de Fátima e a actual Discoteca do Universal, na encosta sobranceira à parada da extinta Secção da Guarda Fiscal. Leccionou nela, desde 1912 a 1928, a professora D. Maria da Nazaré Barbosa, que residia no andar superior à sala da escola, juntamente com seu pai e sua irmã, D. Palmira.

Esse antigo edifício, que foi pertença da Empresa das Águas, no 1.º andar dispunha dalguns quartos e uma cozinha, onde habitaram também, entre outras, e para além da referida professora, as famílias da Sra. Albina dos Moços, o Carlinhos e o José Pereira Gonçalves (Zé Pai), até ficar abandonado e entrar em ruína.

O Carlinhos, castiço sapateiro que depois se passou para o bairro da Assureira, era casado com a “tia” Antónia, tendo como filhos a Laura, o João e o Vasco. Para fazer mais uns tostões, a “tia” Antónia dedicava-se à venda de tremoços na rua, nos domingos de Verão.

Dada a falta de condições que o referido edifício apresentava para tal fim, foi construída de raiz, no local onde hoje existe, a Escola Primária do Gerês, cuja inauguração oficial se realizou em Setembro de 1929.

Ao acto inaugural – em que os cavalheiros presentes ostentavam o característico chapéu “panamá” da época... - presidiu o Ministro da Instrução, Dr. Alfredo de Magalhães, irmão do então accionista da Empresa das Águas do Gerês, Dr. Alberto de Magalhães, ascendente da actual presidente do conselho de administração dessa mesma empresa. D. Ana Maria Magalhães. Aí leccionaram, como suas primeiras professoras, a D. Elvira Manso, que transitara da velha escola, esposa do sr. Manso, funcionário da Junta de Turismo do Gerês, e a D. Dinorah Augusta Machado da Costa, uma bracarense transferida da escola primária de Carvalheira e que aqui conheceria o seu futuro marido, sr. José Maria de Campos, proprietário da Merceria Mundial, no rés-do-chão do demolido edifício

onde funcionou a Pensão Avenida. A primeira destas docentes seria, entretanto, substituída pela D. Pátria Baltazar, uma tripeira da freguesia da Sé, no Porto, que também conheceu nesta vila termal o seu marido, António Baltazar, antigo taxista e proprietário da Pensão Baltazar, transferida da escola de Caniçada, Vieira do Minho. Ambas essas docentes aqui leccionaram até à sua aposentação, dirigindo a D. Dinorah a Escola Masculina (a funcionar na sala do lado Norte) e a D. Pátria a Escola Feminina, que funcionava na sala do lado sul.

Nos anos 60, em pleno Inverno, devido a um violento incêndio, das antigas instalações desta escola apenas se manteve o respectivo átrio. As obras de reconstrução entretanto realizadas fizeram com que das duas antigas salas, passasse a contar com as actuais quatro, dado o aumento da população escolar.

A Casa e a Fonte do Eiras

À medida em que procuramos novos elementos sobre o Gerês de outras eras, e comprovando a grandeza da nossa terra já nesses tempos, registe-se a abundância de documentos escritos e fotográficos de incalculável valor que pena é não se encontrarem devidamente organizados e arquivados para não se perderem com a voragem do tempo. Tudo isto vem reforçar uma opinião que, há muito defendemos e que, apesar de concretizada, foi preterida por discutíveis opções políticas: a biblioteca do Gerês. Quando é que ela torna a dispor do espaço que lhe foi concedido para nele se recolher o incomensurável espólio documental da história geresiana?

A primeira fotografia anexa encontra-se no número desses documentos geresianos antigos que importa preservar, pois reporta-se a 1896 e reproduz, como seguidamente se verá, um movimen-

tado recanto geresiano que, em nome da modernidade, hoje já não existe.

O prédio que se avista é aquele em que, depois de lá ter existido o Restaurante Ibérico, mais tarde, na primeira metade do século XX, funcionou a antiga Pensão Avenida que, na altura, tal como o casario contíguo, era pertença do sr. António das Almas, morador no último prédio do lado sul, depois todo ele expropriado pela Empresa das Águas.

Em 1896, porém, no prédio que se avista na foto existia a Casa do Eiras, pertencente a António Joaquim Eiras, figura castiça geresiana desse tempo, cujos antepassados eram naturais de Pontevedra, emigrando alguns deles para os Arcos de Valdevez, donde outros passaram para Covide e Gerês. Aqui se radicaria o António Joaquim, um desses irmãos Eiras, casado por três vezes, nascendo-lhe do último casamento os filhos Júlio Maria Eiras e Maria da Glória Eiras, residentes que foram no lugar de Passos.

Pelo que se pode detectar dos letreiros afixados na frontaria do prédio, no rés-do-chão do lado Norte, vendiam-se vinhos, mercearia, águas e tabacos,



A casa do Eiras

com Casa de Hóspedes no 1.º andar. Já no segundo letreiro, bem visível, poderá ler-se: *“Alugam-se Cavalgaduras. Carreira diária entre Gerez e Braga”*. O que significa que, para além de aí se alugarem cavalos a quem deles necessitasse

para se deslocar a qualquer localidade, também era lá o ponto de partida e chegada das célebres carruagens ronceiras puxadas a cavalos que, durante várias décadas, e a partir de 1885 (ano em que se concluiu a velha estrada Braga – Gerês, por Amares, e com paragem

obrigatória em Sta. Maria de Bouro), garantiram o transporte de passageiros e mercadorias entre estas termas e a capital do distrito. Tais carruagens eram puxadas por 6 cavalos, instalados na Quinta de Passos, que puxavam a carruagem até Bouro, onde era substituídos por outros tantos animais que seguiam até Braga e de lá regressavam na manhã do dia seguinte até Bouro, onde os cavalos que, na véspera, tinham vindo do Gerês, retomavam as suas funções até às nossas Caldas.

Curiosamente, nessas mesmas instalações onde se alugavam cavalgaduras, viria a funcionar, mais tarde, a Central de Camionagem das carreiras de autocarros da Empresa Hoteleira do Gerês, quando começaram a transitar, em finais dos anos 20, as primeiras camionetas de passageiros movidas a halogéneo, como em tempos já aqui referimos. De extrema curiosidade são também os trajes usados pelos homens e mulheres daquela época, com destaque para a primeira figura do lado direito, um serrano de cajado na mão, grande chapéu enfiado na cabeça, agasalhado no seu capote e chancas nos pés. Nas mulheres, repare-se no tamanho dos seus saiotes e, ao centro, divisa-se a figura de um guarda-fiscal embrulhado no seu capote, a comprovar a existência, já nessa altura, dessa corporação entre nós. Mas novidade será dizer-se que encostado ao prédio seguinte – o extinto Hotel Internacional, também conhecido por Anselmo, das Pretas ou Araújo, tragicamente destruído por um incêndio em 6 de Janeiro de 1934 – está a figura robusta do Eiras, que também chegou a ser dono da Pensão Geresiana, antes do sr. Álvaro José Ribeiro a adquirir. Dele também recebeu o nome a saudosa Fonte do Eiras, inicialmente situada mesmo junto à parte sul da sua casa, onde depois se ergueu um pequeno edifício, pertencente à Junta de Turismo do Gerês, para nele se vender águas ao garrafão, vinda num funicular desde a Pedra Bela, e mais tarde uma dependência da mercearia do Firmino Capela, mesmo junto às escadas de acesso ao mercado municipal. Passaria depois para uns metros

mais abaixo, embutida no muro desse mercado, até ser tristemente destruída com a construção do Centro Termal, mantendo sempre a sua designação inicial: Fonte do Eiras.

Esta castiça figura do Eiras, foi por nós já abordada anteriormente, na pessoa do António Joaquim Eiras, abastado comerciante ligado à exploração das carruagens puxadas a cavalos que garantiam a ligação diária destas termas a Braga, e proprietário da casa Eiras, onde depois funcionaria, como vimos, a Pensão Avenida. Dono foi também da Pensão Geresiana, primeiramente pertença de Lino Ribeiro, genro do Mestre Serafim, que a venderia ao referido Eiras, também sogro de Álvaro José Ribeiro pelo primeiro casamento deste, que viria posteriormente a adquirir a referida Pensão Geresiana, casando, entretanto, em segundas núpcias com a D. Deolinda Ribeiro, mãe do Prof. Emídio Ribeiro, de quem, recentemente, se comemorou o centenário do seu nascimento em 6 de Janeiro de 2010.

Centrando-nos, então, na figura do António Joaquim Eiras, do qual existem entre nós vários netos e bisnetos, sabe-se que pesava 130 quilos e sobre ele existem versões



A Fonte do Eiras

contraditórias quando o apontam como pesando 200 quilos e vivendo em três séculos: nasceu no século XVIII, viveu todo o século XIX e morreu nos começos do século XX, com 109 anos de idade.

Tal confusão, dispersa por diversas obras, tem o seu ponto fulcral, quando se misturam referências a duas personagens geresianas de apelido Eiras, o António Joaquim e o Francisco José das Eiras. Sobre o primeiro, e a propósito da antiga fonte, que a foto anexa reproduz enquadrada num cenário da antiga praça, que hoje já não existe,

o geresiano Augusto Sérgio de Almeida Maia, na sua obra *“Grandezas e misérias das Caldas do Gerez”*, publicada em 1967, diz-nos que o patrono dessa fonte, António Joaquim Eiras, “celebrizou-se pelo seu peso (200 quilos) e que “postais ilustrados e estatuetas de terra-cota divulgavam essa figura com a legenda: *Este nunca tomou as águas”*.

Contudo, o médico Dr. Campos Monteiro, grande defensor da eficácia terapêutica das águas minero-medicinais do Gerês, no seu interessante livro *“O Médico-Peçonha”*, publicado em 1926, relata-nos que em 7 de Abril de 1907, numa das sessões do 4.º Congresso contra a Tuberculose realizado no palácio da Bolsa do Porto, compareceu o Dr. Eduardo Abreu, de Amares, para apresentar ao auditório a figura de um venerando ancião de nome Francisco José das Eiras, nado, criado e residente no Gerês, tendo aqui nascido *“no fim do século dezoito, atravessou incólume o dezanove, vai a todo o pano pelo século vinte a dentro, e prepara-se para assistir ao enterro de todos nós”* – conforme aquele médico amarense referiu no mencionado congresso.

Ainda segundo o mesmo clínico, Francisco José das Eiras possuía, *“por antiga experiência, largos conhecimentos meteorológicos, servindo de barómetro aos párcos e aldeãos das redondezas”*. E continuou: *“Dispõe de belíssima vista. Faz a sua roupa, trabalha na agricultura e anda semanalmente doze quilómetros para vender os seus produtos, juntamente com uma filha de 78 anos. É, além disso, um caçador emérito. Veio a pé até Braga (a caminho do Porto). Dispõe de grande vigor físico e encontra-se no melhor estado psíquico”* – assim concluiu o Dr. Eduardo de Abreu a apresentação de Francisco José Eiras no supramencionado Congresso do Porto, a cujos participantes exibiu a respectiva certidão de idade, comprovando que contava, efectivamente, 109 anos.

Do exposto, parece ser evidente que este Francisco José Eiras, que pesava 200 quilos e viveu 109 anos, não é o Eiras que deu, como vimos, o nome à já citada fonte. Indagados alguns dos descendentes

deste, eles não nos souberam explicar a possível ligação de seu avô ao Francisco das Eiras. É por isso, uma questão a investigar, logo que tal seja possível.

As festas religiosas

Nos tempos áureos desta vila termal, celebravam-se aqui três festividades religiosas anuais: as de St.^o António, em Junho; a da padroeira, Sta. Eufémia, em Agosto e a de Nossa Senhora de Fátima, em 12 e 13 de Setembro. Hoje, como é sabido, dessas três festividades, apenas se mantém a da padroeira.

A festa de St.^o António, que durante muitos anos tinha uma substancial fonte de receita nas arrematações das carnes de fumeiro, que, no período de Inverno, eram leiloadas, pelo saudoso “tio” António Pernetá, no final da missa dominical das 10h, à porta da capela de Sta. Eufémia, deixou de ser feita há relativamente pouco tempo. Com o decorrer dos tempos e o abandono da criação daqueles animais pela maior parte das famílias geresianas, essa festa entrou em declínio até ser suprimida há poucos anos, por decisão do pároco, Pe. Armando Vaz, por entender que sendo esse santo o padroeiro da freguesia de Vilar da Veiga, onde é festejado, não se justificava, liturgicamente, a repetição, na mesma paróquia, de tal festividade.

A homenagem à padroeira nem sempre mereceu, como deveria, a melhor das atenções por parte dos geresianos e ocasiões houve, nas décadas de 50/60 do século passado, em que as comissões nomeadas se mostraram desinteressadas e as festividades limitaram-se, por vezes, à Missa Solene e sermão, suportadas, quase sempre, pelo sr. Armando Espada, grande devoto da nossa padroeira. Curiosamente, e apesar de não se realizar há bastantes anos, a Festa da Senhora de Fátima, foi nos anos 50/60, a de maior referência no

Gerês. Num tempo em que a categoria das bandas filarmónicas era o “barómetro” das festividades, por aqui passaram, nesses tempos, algumas das mais afamadas bandas musicais do país, como as da Minas do Pejão, Freamunde, Revelhe, Golães, Trofa e Vale de Cambra, entre outras. A pouco e pouco, porém, foi decaindo até deixar de se realizar.

No dia 13 de Setembro de 1950, contudo, por iniciativa do saudoso pároco, Pe. Ernesto Amorim Guimarães, realizou –se aqui uma festividade única de que muitas pessoas ainda se recordam. Foi



O pároco presidiu ao almoço festivo

a célebre Parada Infantil da Cruzada Eucarística, participada por 300 crianças da catequese de toda a freguesia que, a partir de junto ao antigo hospital, desfilaram pela avenida fora até à Capela entoando hossanas de alegria. Assistiram à Mis-

sa Solene, a grande instrumental, sob a presidência do arcepreste de Amares, que representava o Arcebispo de Braga. Após a cerimónia religiosa, foi servido às 300 crianças um lauto almoço na Colunata Honório de Lima (gravura), em que foram consumidos uma vitela, 20 Kg de arroz, 4 cântaros de vinho e 5 alqueires de milho, tudo isso oferecido pelo pároco; a sobremesa foi constituída por carradas de uvas fornecidas pelos lavradores do Vilar da Veiga. As pensões da Ponte, Geresiana, Central Jardim e Hotel Ribeiro confeccionaram a refeição, com a ajuda dalgumas catequistas; a Junta de Turismo cedeu as bancadas para as crianças se acomodarem e a Empresa Hoteleira forneceu madeira para as mesas.

A meio da tarde, saiu uma imponente procissão eucarística das crianças, nela se incorporando inúmeros vizinhos galegos

que aqui vinham, nesse tempo, cumprir as promessas feitas a Sta. Eufémia. Ao pátio, iam o Dr. Celestino Maia, director clínico; Dr. Fernando de Sousa, 1.º adjunto do balneário termal; Dr. Xavier de Araújo, médico municipal, da Seara, Rio Caldo; Dr. Emídio Ribeiro, professor na Faculdade de Medicina do Porto; Conde Cabral; e o Tenente da Secção da Guarda Fiscal. Foi, sem dúvida, um acontecimento inesquecível que ainda hoje é recordado por todos quantos nele participaram ou a ele assistiram.

“Radiografia” do Gerês d’antanho

Através de mão amiga, tivemos acesso a um precioso documento manuscrito, cópia do *“Livro dos Prédios situados no Gerez”*, da Conservatória do Registo Predial da Comarca de Vieira do Minho, datado de Fevereiro de 1946.

Apesar de poder ser aparentemente enfadonha a sua leitura monocórdica, por meio dela se tomará conhecimento de muitos nomes de lugares ou prédios já desaparecidos na actualidade, mas que ainda são do conhecimento ou usados pelas pessoas menos jovens. O que só vem enriquecer, em nossa opinião, a toponímia geresiana.

Então, se dispuserem de paciência, vejamos quais os prédios rústicos e urbanos registados no Gerês na data supramencionada: quinta de Vidoeiro, terrenos denominados de Campo e Campinho junto ao passeio público; leiras do Moinho e dois leiros contíguos; campo do Soutelinho, também conhecido pelo campo de Forneiros; casa do Relógio; terreno bravio junto ao campo de Soutelinho; terreno bravio denominado Chã de Ribô ou Chão do caminho de Ribô; prédio denominado de Ribô; porção de terreno inculto denominado Chã do Vidoeiro; terreno inculto do Curral Velho; terreno inculto no sítio das Caldas onde foi edificado o Hotel Termas; casa denominada do Abade de Rossas, onde anda em reedificação o Ho-

tel Continental do Maia e terreno junto; mata do Rio Bom; prédio do marchante; terreno denominado de Chã Redonda; oliveiras de Além do Rio; campo do Vidago; águas termais do Gerez; capela composta de três altares; casa do cirurgião; casa do Capelão; praça do mercado; Praça da Erva; terreno junto ao Hotel Central; morada de casas denominadas do Falomces; campo do Vidoeiro com um moinho, duas casas, canastro e uma horta; campo de Marencinhos; casa de morada – resto do Colégio; campo de Seixelo; nove pés de oliveira na Chã da Pereira; leira do rio; morada de casas compostas de altos e baixos, conhecida pela Casa Amarela; campos da Água do Galo; campo de Passos; terreno de mato e leira da Galiena; leiras por cima do Soutelinho; campo da Assureira; terrenos sobranceiros às nascentes termais; quinta nova do Vidoeiro; quinta do Barroco; terreno e barracão ao Pé da Ponte; chalet; campo de Secêlo; uma quarta parte já denominada das Casas do Capitão-Mor; campo do Pontido; quinta do Bufo; campo da Arnassó; hortas do Crossaal, hotel dos Dois Amigos; tapada do Vidoeiro; quinta do Monte Rei; uma morada de casas com dois andares hoje denominadas Grande Hotel Moderno; leiras da quinta do Soutelinho; monte baldio do Zanganho; leiras da Assureira; uma morada de casa denominadas Casas Novas; leiras do Pedrógo; moinho do Buraco do Mouro; casas dos Monteiros; terreno do Barbeito de Pontelas; tomada da Assureira; uma morada de casas do Rigor; leira da Mina; casas da Varanda do Rio; terreno da quinta, por baixo da Fonte do Sapo, nos limites de Passos; tomada, campo e leiras da Chã da Ermida; chalet de Soutelinho; leira da Poça; campos dos Brunheiros; leiras da Tiaga; hotel do Parque; campo do Torgo; campo e leiras do Escuredo; leira do Colado; leira do Buraco do Mouro; moinho do ribeiro de Pontelhas; leiras do Canastro; hotel Ribeiro; hotel Maia; Quinta dos Veados também conhecida por Quinta da Água do Vale; leira do Cancedo ou do Pessegueiro; casa da Eira; casa do Correio; leiras da Pedreira; levada de água de Arnassó de Cima; casas da Corrente do Rio; cam-

po do Frutuoso; leiras de Pentelhas; casa da antiga Praça; casa da padaria e leiras do Croças; campo da Arnassó de Baixo, com corte; leira das Caldas; leira da Quinta ou peito da Quinta; leiroto da Mina ou Chã da Ermida, um terreno de pinhal, no Zanganho.

Observatório Meteorológico

Há quem se interrogue sobre as verdadeiras razões que poderão justificar o facto corrente de, sempre que se registam quedas de neve nalgumas serras portuguesas, por norma não é mencionada a do Gerês.

Verdade é que, hoje em dia, a agressividade do mercado turístico faz com que, as entidades interessadas, neste caso os agentes da hotelaria e turismo, estejam organizadas de tal forma que, mal presentem os primeiros folhacos de neve nas suas zonas, já estão a inundar as redacções dos órgãos da comunicação social com notícias e fotos do acontecimento, numa jogada de marketing a convidar os admiradores desse fenómeno da natureza para se deslocarem e instalarem nas unidades hoteleiras locais. E no Gerês, o que se faz nesse domínio?

Bem, entre nós, e como é consabido, à boa maneira geresiana metem-se as mãos nos bolsos e aguarda-se, pacatamente, que os visitantes batam à porta das suas instalações. Mas se eles não forem informados, como poderão vir até nós nessas épocas em que a neve nos visita? Para que servirão, então, as entidades vocacionadas para esse e outros efeitos de dinamização turística?

Contudo, nem sempre foi assim... A foto anexa, com mais de cem anos, mostra-nos o "Observatório Meteorológico da Mata do Gerês", que existiu na Chã da Pereira e foi construído nos primeiros anos do século XX pelos Serviços Florestais. Erguido junto ao viveiro florestal lá existente nessa altura, o Observatório Meteorológico

estava equipado com os mais sofisticados instrumentos para a época, entre os quais o barómetro de Fortin, psicrómetro e diversos termómetros de Negretti e Zambra, assim como os registadores barógrafo, psicógrafo, anemógrafo e anemoscópio de Steffen, entre ou-



Observatório Meteorológico da Pereira

tros mais. Desconhecem-se os motivos que terão contribuído para que, posteriormente, tal Observatório fosse desactivado, sendo o respectivo edifício aproveitado, entretanto, para uma casa florestal, das várias que foram criadas em pontos

estratégicos da serra. Presentemente, como se sabe, e após vários anos desocupado, nele funciona, a título precário, a sede do Grupo Desportivo do Gerês.

Mas a nível de meteorologia, recorda-se que, nos anos 50/60, funcionou também nos terrenos onde agora se encontra um imenso canal, entre a via de acesso ao Chalet do Parque Nacional e a Colunata Honório de Lima, uma estação meteorológica sob a alçada da Empresa das Águas do Gerês. Dele estava encarregado o sr. António Vieira, funcionário da Empresa das Águas que trabalhava no sector da embalagem das águas termais em ampolas bebíveis, a que já nos referimos. Diariamente, procedia à recolha dos dados registados e enviava-os para o Serviço Meteorológico Nacional. Ao fim dalguns anos, também essa estação deixou de funcionar, como parece ser a triste sina de tantas iniciativas e empreendimentos implementados no Gerês...

O Santo Amaro

A religiosidade do nosso povo sempre se caracterizou por uma mistura do sagrado com o profano de que são, ainda hoje, exemplos marcantes as inúmeras festividades religiosas que, anualmente, e de norte a sul do país, se realizam desde as cidades e vilas mais desenvolvidas até à mais recôndita das aldeias e ermidas levantadas, por norma, nos cimos dos montes. Tal fenómeno, que vai resistindo ao materialismo feroz da modernidade, tem o seu epicentro, digamos assim, em torno dos santos de maior devoção popular, em honra dos quais se efectuam, em cada ano, as respectivas festividades onde, a par das habituais cerimónias religiosas da missa, sermão



Geresianos no St.º Amaro de Crespos

e procissão da praxe, têm lugar, entre o foguetório de arromba, os folguedos que o povo, tanta vez cansado das agruras da vida, e porque “tristezas não pagam dívidas”, aproveita para, por instantes embora, dar asas à folia e à reinação.

Entre nós, tal como, em tempos, recordámos, das três festividades religiosas que, na roda do ano, aqui se faziam (St.º António, Sta. Eufémia e Senhora de Fátima), realiza-se apenas a da padroeira. Mas desde sempre, e à semelhança de muitas outras terras, houve

cá a tendência para se assistir a outras festividades realizadas noutros meios, por mais próximos ou distantes que fossem. É o caso, por exemplo, do Santo Amaro, festejado em diversas localidades. Há décadas atrás, em chegando o dia litúrgico desse santo popular, a 15 de Janeiro, a rapaziada geresiana desses tempos não olhava a meios para, a pé, e atravessando a fronteira da Portela do Homem clandestinamente, marcava presença participativa na movimentada e “salerosa” festa de Santo Amaro em Lobios onde, em bailaricos infundáveis, animados por excelentes orquestras, se deram origem a muitos namoricos de ocasião e a consequentes bebedeiras... Para a gente mais madura, porém, o destino era S. João da Cova, para festejarem, na sua capelinha de Fraldém, o seu venerado Santo Amaro.

Um pouco mais distante, em Crespos, Braga, também este santo era festejado de 4 em 4 anos. E há seguramente 60 anos, uma “embaixada” geresiana marcou presença nessa festividade e – pame-se! – aproveitando a passagem de um grupo de “Zés Pereiras” e de um fotógrafo ambulante, quis posar para a posteridade, como a gravura anexa reproduz. Tal iniciativa partiu do avô materno do autor desta linhas, o António Dias, grande devoto dessa festa, pois era natural da vizinha freguesia de S. Paio de Pousada, que se fez acompanhar de várias figuras geresianas dessa época, a maioria das quais já faleceu. Para localizar algumas dessas figuras, informamos que, na fila de trás, o primeiro, à esquerda, é o Quintino Santos, trabalhador na serração do Gerês; ao centro, de chapéu, é o António Dias; e à direita, nessa mesma fila, é o Valentim Vieira, também trabalhador na serração. Na 2.^a fila, o terceiro da esquerda é o Zé Parrana; ao centro, o cozinheiro Cabanelas e o último, a tocar bombo, é o Adelino Conde Dias. Na fila da frente, o último, à direita, é o Domingos Sá, empregado no armazém de mercearia da Empresa Hoteleira e o miúdo de gorra na cabeça, ao centro, é – imaginem! – nem mais, nem menos que o autor deste livro... Bons tempos!...

O Barão de Soutelinho

Desde tempos bem distantes que a Serra do Gerês foi procurada por inúmeros cientistas que até a ela demandaram, por íngremes caminhos e carreiros, para a estudarem nos seus múltiplos aspectos, justificando assim, as mais de duas centenas de publicações que a abordam sobre temas tão diversos como a fauna, a flora, o clima, a botânica, a hidrologia, a etnografia, a hidroterapia, a mineralogia, a história e os usos e costumes, entre outros.

Dentre os botânicos que, no decorrer dos anos, estudaram a nossa serra destaca-se a figura de Alfredo Welby Tait, um súbdito britânico radicado no Porto mas que se enamorou pelas paisagens e pelos atractivos geresianos, aqui mandando construir, no segundo quartel, do século XIX, os Chalets Soutelinho e Rio Bom. O facto de ter cedido as instalações do primeiro desses chalets para receber o Rei D. Luís I e sua comitiva, na visita real aqui efectuada de 12 a 15 de Outubro de 1887, valer-lhe-ia, depois, o titulo honorífico de “Barão de Soutelinho”.

Só que, tal título, não lhe foi concedido por D. Luís I, falecido repentinamente em 19 de Outubro de 1889, mas pelo seu sucessor no trono, o filho D. Carlos I, que integrara a comitiva real ao Gerês participando na caçada aos corços, através do seu decreto de 11 de Junho de 1896.

Curiosamente, este título de “Barão de Soutelinho” aparece associado a duas variedades de camélias, não só no que se refere a Alfredo Tait (Camélias Sassanquas “Barão de Soutelinho”) como



Barão de Soutelinho

também à sua esposa, Jessie Graham, (Camélias Sassanquas “Baronesa de Soutelinho”), sendo as primeiras de cor-de-rosa e as segundas, de cor branca.

Alfredo Tait distinguiu-se pelo estudo aprofundado que fez dos répteis existentes na Serra do Gerês, nomeadamente da “*Chioglossa lusitanica*”, também conhecida por “*salamandra lusitanica*”, um réptil que habitava de preferência nas regiões montanhosas e era abundante na Galiza e Castela Velha, em Espanha, e em Elvas, Bussaco e no Gerês, onde foi descoberta por aquele cidadão britânico, para quem “o Gerês era um local privilegiado onde parecem existir todos os répteis em Portugal”, como descreveu, em 1886, Eduardo Sequeira no seu trabalho intitulado “Distribuição geográfica dos répteis em Portugal”, publicado no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.

O conceituado botânico Barbosa du Bocage, porém, discorda dessa tese, defendendo que “o Gerês não era o único local privilegiado, onde parece viverem todos os répteis e anfíbios” no nosso país, apesar de, em 1894, ter escrito: “*Em 1890, tive ocasião de observar na Serra do Gerês, próximo a Leonte, um exemplar da “Chioglossa lusitanica” e que “o meu amigo, o sr. Alfredo Tait, disse-me tê-la encontrado na sua propriedade, junto às Caldas do Gerês”.*

Com o decorrer dos anos, os dois referidos chalets mudaram de mãos, tendo em meados do século passado, o Chalet Soutelinho sido adquirido por José Joaquim Araújo, do Vilar da Veiga, após ter sido expropriado pela HICA, aquando a construção da albufeira da Caniçada, transitando depois, por venda, para a Pensão Adelaide & Filhos. Já o Chalet Rio Bom e terrenos anexos foram adquiridos pelo Conde de Cabral, do Porto, que o deteve na sua posse durante bastantes anos, até ser vendido, pela Condessa de Cabral, aos falecidos Mário Augusto Gomes e António Barbosa Capela, há algumas décadas atrás, pertencendo actualmente aos respectivos herdeiros.

Laboratórios fotográficos

Ao contrário do que os mais jovens possam pensar, o Gerês antigo, apesar da evolução dos tempos actuais, dispôs dalgumas infra-estruturas que hoje não possui, como é o caso dos laboratórios fotográficos que aqui existiram.

O primeiro deles funcionou no espaço compreendido entre os Hotéis Ribeiro e Termas, num prédio demolido antes da construção do Hotel Moderno em 1921. Era a “Photographia Nacional”, no primeiro prédio, à esquerda, da primeira foto anexa, pertencente a Francisco Gomes Marques, um polifacetado artista que aqui trabalhou como fotógrafo, tipógrafo, cineasta e arquitecto, que se intitulava fotógrafo da Casa Real. Os seus clichés tinham muita procura dada a sua qualidade e no seu cinematógrafo, a funcionar numa ampla sala, eram projectados manualmente diversos filmes, cujas máquinas de projecção eram movidas pela corrente eléctrica gerada por uma turbina mandada construir por Francisco Marques no sopé da encosta do outro lado do rio Gerês, mesmo no desembarcar do Ribeiro da Cascata neste rio. Na sua tipografia imprimia os programas com os filmes a projectar que distribuía depois para dar conhecimento dos horários em que tais filmes eram passados.

A esse cinematógrafo sucedeu, em 1920, um dancing explorado por José Cândido e José de Oliveira, sempre animado com uma orquestra. Um outro laboratório fotográfico funcionou, por essa época, no 1.º andar do edifício, já desaparecido, da antiga padaria do Gerês, propriedade da Empresa Hoteleira, entre a Pensão da Ponte e a velha sucursal do Hotel Universal que, em 1926, foi adaptado a casa de habitação, alugada a António Dias de Oliveira e onde nasceu o autor destas linhas. Na também extinta Loja Espanhola que, a par da Casa Almeida, foram os primeiros estabelecimentos comerciais do Gerês, com grande rivalidade entre os seus proprietários, funcionou também, durante algumas décadas, um laboratório

fotográfico dirigido por António Ambrósio Gonzalez Y Domingues, de ascendência espanhola, dando assim origem à alcunha de “espanhol” ou “galego” como também era conhecido.



A Photographia Nacional (à esquerda)

hoje Avenida da Liberdade, em 6 de Maio de 1889. Era filho de um casal espanhol que emigrou para Portugal uns anos antes de nascer o seu filho António. A terra originária desses meus avós paternos era Formoselle, perto de Zamora e da fronteira portuguesa, mesmo em frente de Miranda do Douro e sua barragem. Estes meus avós começaram por ter em Portugal uma actividade centrada em vendas ambulantes de produtos têxteis, até que se estabeleceram comercial e definitivamente em, Braga, num prédio do Largo Barão de S. Martinho. Ali viviam com cinco filhos já adultos e todos nascidos em Portugal, enquanto outros três mais velhos permaneceram em Espanha vivendo com familiares.

Um dia, meu avô, num passeio ao Gerês, ficou tão encantado com este local que logo pensou, e a seguir concretizou, estabelecer aqui uma filial, alugando um prédio novo, no seu centro, à Empresa das Águas.

Entretanto, o meu pai casou em 1928, com Amália Cardoso, uma jovem, de Torres Vedras que acompanhava seus tios no tratamento termal, e com a qual partilhou uma paixão amorosa que conduziu ao casamento, mesmo contra vontade desses ricos familiares que, por esse motivo, cortaram relações para sempre com a minha mãe. Esse meu avô, de nome Lorenzo Gonzalez, faleceu em 1931 e daí em diante, foi o meu pai que, como

filho mais velho, liderou a família e os negócios. Estes eram divididos em duas situações e locais diferentes: no Verão, existia o citado estabelecimento no Gerês, onde vendia de tudo, uma vez que não existia comércio especializado. No Inverno, passava a residir em Braga com os irmãos, dirigindo a loja do Largo do Barão. Esta passou a dedicar-se apenas à fotografia, uma especialidade que despontava no país e que o meu pai abraçou com todo o entusiasmo. Em Braga, o estabelecimento dispunha da venda de material fotográfico, laboratório de revelação e impressão e sala com máquina própria de obtenção de retratos individuais, por exemplo, para bilhetes de identidade. A loja do Gerês não dispunha desta última função.

Nos anos 50, meu pai adquiriu por 15 contos um automóvel “Austin”, com a matrícula MN-31-01, a uma viúva idosa de Braga, o qual constituiu um excelente meio para percorrer toda a nossa serra, fotografando as



António Gonzalez

suas magníficas paisagens e originaram a fabricação na Itália de inúmeros postais ilustrados, com a referência Foto Zalez, para venda na loja. Creio que este foi o primeiro automóvel particular que existiu no Gerês e além dele, só havia, nesse tempo, dois automóveis de aluguer, o do António Baltasar e o do Gaio. Mais tarde, esse “Austin” foi vendido ao guarda fiscal, António Moura e ao Sargento da GF Amílcar Alfaiate, por 3 mil escudos, passando meu pai a usar outro carro da mesma marca, mas bem mais moderno, com a matrícula GI-15-14, que lhe foi oferecido pelo seu genro africanista, após férias que passou no Continente.

A propósito da Loja Espanhola, devo destacar as grandes amizades compartilhadas por meus pais e muitos dos seus clientes como, por exemplo, os falecidos Dr. Gomes de Almeida, médico cirurgião e então sócio da EHG, o sr. Vilar, pai do Dr. Rui Vilar, actual presidente da Fundação Gulbenkian, o Dr. Sociro de Almeida, director clínico e padrinho de baptismo de minha irmã Maria Lúcia (Milucha), Dr. Fernando de Sousa, tenentes da

GF Vilaverde e Benjamim Cardoso, e o escritor Miguel Torga. Deste último recorde que, várias vezes por dia, entrava na secção de livraria da nossa loja para consultar um dicionário de português que lá existia. Quando chegava ao Gerês para frequentar as termas, vinha carregado com duas malas de livros que entregava ao meu pai. Uma delas continha livros apreendidos pelo Governo de então e ficavam escondidos no laboratório fotográfico e só eram vendidos por indicação do autor. Na outra mala situavam-se os livros para exposição e venda livre.

Quanto a habitantes permanentes ou naturais do Gerês, pode afirmar-se que não simpatizavam muito com o meu pai. Eu justifico esta atitude da parte dos meus conterrâneos por nunca terem apreciado gente vinda de fora e que tivessem obtido sucesso económico. De destacar, no entanto, excepções dignas de registo como, por exemplo, o António Baltasar e familiares, o Dr. Emídio Ribeiro e o Moura, guarda fiscal. No anos 50, foi detectada ao meu pai a diabetes, doença de muitos dos seus familiares, com graves repercussões no aparelho circulatório, que o viriam a vitimar em 4 de Dezembro de 1964, em Lisboa, dois dias após a chegada para férias do filho e nora, vindos de Angola. Dez anos depois de ali sepultado, foram os seus restos mortais transladados para o cemitério do Gerês, terra que considerava como sua e que, aliás, também é a dos seus dois filhos, hoje com 78 e 76 anos, felizmente ainda vivos”.

Emílio Biel e a luz eléctrica...

Há cerca de cinquenta anos, lemos numa revista que, em termos de iluminação eléctrica, as Termas do Gerês foram das primeiras localidades da província – a revista era de Lisboa... - a possuí-la, logo a seguir a Guimarães, se a memória não me traição. Disso jamais me esqueci e, mais tarde, pude confirmar tal notícia através de varios documentos que a comprovam.

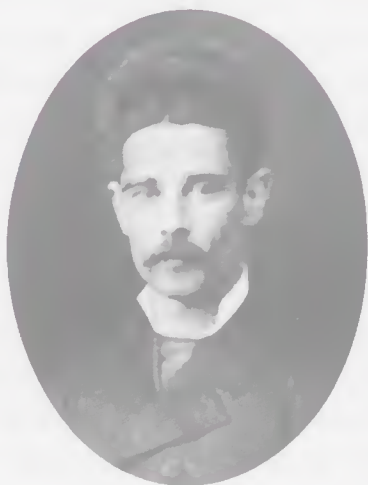
A alusão à existência, já em 1908, de energia eléctrica no Ge-

rês, aparece na revista “Ilustração Portuguesa”, na sua edição de 2 de Novembro desse ano, na parte final da excelente reportagem que aquela extinta publicação dedicou à “Grande Caçada no Geréz” promovida por essa edição semanal do também extinto jornal “O Século”, escreveu o repórter de serviço - recorda-se - ao registar o regresso às Caldas dos inúmeros caçadores : *“Vista do alto do monte da preguiça, a povoação do Geréz iluminada dir-se-ia um cenário de mágica. Um poderoso holofote, instalado por Emílio Biel na sua propriedade, projectava sobre as montanhas fronteiras um luar intenso, milagrosamente invertido, pois que subia do vale pelas encostas, recortando na treva as silhuetas dos cumes. No jardim da residência do regente florestal pareciam ter caído do céu constelações. A avenida fulgurava como se sobre ela tivessem estendido um velório luminoso”...*

Deve-se, portanto, a Emílio Biel a instalação da energia eléctrica no Gerês. Karl Emil Biel era um súbdito germânico nascido em 18 de Setembro de 1838 em Amberg, na Alemanha, e que, após uma breve passagem por Lisboa, se estabeleceu, em 1860, no Porto, com apenas 22 anos, vindo aí a falecer em 14 de Setembro de 1915, aos 77 anos. Dedicando-se ao comércio e à edição de livros, entre os quais “Os Lusíadas”, depois de explorar uma casa de venda de botões, na Rua da Alegria, comprou a Casa Fritz, na Rua do Almada, dedicada à fotografia, entretanto denominada “E. Biel & Cia”, passando a funcionar no n.º 342 da Rua Formosa, também no Porto, desenvolvendo uma importante trabalho no campo da fotografia paisagística e de grandes obras de engenharia. Personalidade multifacetada e apaixonada pelas inovações tecnológicas que na época despontavam, Emílio Biel destacou-se também pela instalação da luz eléctrica nalgumas localidades, sendo o primeiro a fazê-lo no Porto, em Vila Real e no Gerês, tendo aqui feito parte da primeira administração da Empresa das Águas do Gerês.

Nos primeiros anos do século XX, aquele alemão adquiriu os terrenos da então chamada “Quinta dos Veados”, uma tapada

onde as corças e os veados viviam em liberdade condicionada, a qual se situava nos terrenos a sul da extinta Serração do Gerês, ainda hoje conhecida também, ainda que abandonada, por “Quinta do Alemão”. Aí instalou Emílio Biel uma turbina, accionada pela água vinda da Pedra Bela, canalizada em tubos de aço alemão, passando desde então (1908?) a existir iluminação pública no Gerês, continuando os hotéis e pensões a ser iluminados com o acetilene. Entretanto, e porque a central construída pelo referido alemão se revelava exígua, a Junta de Turismo do Gerês ainda equacionou adquirir um motor de reforço, mas não avançou com esse projecto. Seria a Empresa Hoteleira do Gerês a adquirir essa central, ampliando-a junto à serração, que também era sua propriedade. Dessa forma, alargou-se o fornecimento da luz eléctrica aos hotéis e demais habitações do centro das caldas, onde os Hotéis Maia e das Termas, no tempo em que pertenceram aos herdeiros de Júlio de Almeida Maia, chegaram a dis-



Emílio Biel

por de uma central privativa, mas por pouco tempo, ficando depois a Empresa Hoteleira com o monopólio desse empreendimento até meados dos anos 50, quando o Gerês passou a ser abastecido de corrente eléctrica produzida a partir da barragem do Ermal, como ainda hoje acontece.

Curiosamente, naquelas décadas em que a energia eléctrica, nos moldes já apontados, e sob a égide da EHG, era produzida no Gerês, ela apenas estava ligada durante a noite e mesma nesta, até à uma hora da manhã tinha a potência normal, reduzindo para o mínimo depois dessa hora. Quando apareceram, no início dos anos

50, as primeiras máquinas de barbear eléctricas, a Empresa Hoteleira, para satisfazer os hóspedes dos seus hotéis que desejavam barbear-se com essas máquinas, estabeleceu que, nos meses de Verão, a corrente eléctrica era ligada das 10 às 11 h da manhã para esse efeito. Também no princípio dos anos 50, quando a então Emissora Nacional começou a transmitir os relatos dos principais jogos de futebol, com os locutores Artur Agostinho, recentemente falecido, Amadeu José de Freitas e Nuno Brás, os adeptos da bola geresianos, cotizavam-se entre si para juntar a quantia necessária para pagar o custo do fuel-oil consumido das 15 às 17 h desses domingos em que eram disputados um Benfica-Sporting ou FCPorto-Benfica. E recebida tal importância, lá ia o António das Luzes, responsável pela pequena central, em que sucedeu a seu pai, o João das Luzes, proceder à ligação da corrente eléctrica, para gáudio dos adeptos locais, que enchiam as tabernas e cafés desse tempo, nomeadamente o do Arlindo, escutando religiosamente os relatos dos jogos das suas equipas preferidas.

Ao longo da Avenida Manuel Francisco da Costa, entre os Hotel Ribeiro e a Colunata Honório de Lima, havia iluminação pública fornecida por uns característicos candeeiros que tinham a encimá-los um globo branco a que, na época, chamavam “carecas”.

A luz que forneciam não era famosa e a partir do início da madrugada, por uma questão de poupança, pareciam pirilampas, dada a redução da potência da corrente. Em 1965, porém, por iniciativa da Câmara Municipal de Terras de Bouro, presidida pelo Dr. José Vicente Taveira da Silva Catalão, foi inaugurado um novo sistema de iluminação pública nessa avenida, com altas colunas de cimento, lâmpadas fluorescentes e cabos subterrâneos, que deram à “sala de visitas” do Gerês um aspecto mais airoso e atraente. Tal sistema seria substituído na década de 90 por aquele que se encontra a funcionar presentemente.

O Penedo da Freira

À semelhança do que sucede em muitas outras regiões do nosso país, em que, por vezes, a lenda aparece de mão dada com a história e vice-versa, também entre nós existem algumas dessas versões mais ou menos imaginárias que a tradição oral popular fez conservar ao longo dos séculos até aos dias de hoje.

Para além da vida da nossa padroeira S.ta Eufêmia, que muitos historiadores acreditados defendem estar eivada de vários aspectos lendários que a credence e a fé populares nunca contrariaram, existe também no Gerês a lenda tecida em torno do denominado Penedo da Freira, aqui no Zanganho, onde, segundo reza a tradição, se teria acolhido com o amante uma freira fugitiva de um convento do Porto, para aí viver, sob a sombra das árvores e os murmúrios das águas, o seu romance amoroso.

Segundo Tude Martins de Sousa, na sua obra "Gerez" (1927), a tal idílio se refere Camilo Castelo Branco numas notas por ele escritas à margem do livro "Crónica de Cister", de Frei Bernardo de Brito, editado em 1602, obra essa que pertencera ao antigo mosteiro de S. Bento da Avé Maria, do Porto, onde hoje existe a estação ferroviária de S. Bento, e por onde as noviças faziam as suas leituras durante as refeições.

Nessas notas refere Camilo que haveria então (1865) uns oitenta anos que uma freira fugida do convento se refugiara na serra do Gerês com o amante, indo ambos depois para Roma solicitar ao Papa licença para se casarem, o que viriam a conseguir tempos depois.

Tiveram filhos, acabando todos por ficar em Roma, apesar de, passados uns anos, o amante os ter abandonado e à mãe que, por um arrebatamento amoroso, deixara a clausura em que vivia. A todos valeria, prossegue a narrativa, a protecção do Papa Ganganeli que educou os filhos da freira na vida clerical e lhes deu bom rumo

na vida. Porém, nem Camilo, nem a tradição referem os nomes dos protagonistas dessa aventura amorosa, limitando-se aquele a acrescentar que a freira era tia de um professor do liceu do Porto, enquanto que a tradição atribui ao amante a nacionalidade castelhana.

Da casa onde supostamente o casal viveu não há notícia de qualquer vestígio, embora a tese mais defendida a localize no local há mais de cem anos denominado por “Zanganho”, que ainda agora mantém, mas que anteriormente também se chamou “Cova” ou “Quinta do Castelhana”, certamente a querer acentuar a origem do citado amante. Do que poderá ter existido nesse local, em termos de património construído, hoje nada resta, para além do penedo, em cuja parte superior foram escavados



O Penedo da Freira

uns simples degraus de acesso ao pequeno miradouro sobre o vale do Gerês, junto ao qual foi afixada uma lápide alusiva ao evento, entretanto de lá retirada por razões que se desconhecem, mas a que talvez não será estranho o facto daquele belo local, outrora muito procurado pelos nossos visitantes e aqistas, se encontrar presentemente transformado num vergonhoso matagal, o que se lamenta.

Este romance vivido pela freira e o castelhana na zona do Zanganho foi mote de inspiração para alguns poetas desse tempo e Tude Martins de Sousa, no seu livro “Serra do Gerez” (1909) alude a um soneto existente no “Penedo da Freira”, gravado numa lápide supostamente encontrada por uns pastores do Vilar da Veiga e levada depois para o Bom Jesus de Braga. O que seria contrariado pelo consagrado historiador terrasboureense Pe. Martins Capela, num artigo sobre esta questão por ele publicado na edição de Junho de

1910 da revista “Estudos Sociais”, de Coimbra, da seguinte forma: “Há nisto um equívoco. A lápide, que ainda há poucos anos vi no Bom Jesus, nunca esteve no Gerez. O soneto foi composto por um professor de retórica, dr. Jerónimo, aqui de Braga, e mandado esculpir por uma roda de literatos românticos, com intenção de o irem lá colocar na tal Cova ou quinta do Castelhana, o que, aliás, nunca realizaram. Isto tenho de uma testemunha contemporânea, digna de todo o crédito. Quanto à lenda, se algum fundo tinha de verdade, é presumível fosse ampliada, por amor da arte, na mão dos românticos da época, que de muito menos faziam cousas bem maiores”.

Albano Belino, por sua vez, publicou o referido soneto no seu livro das “Inscrições e letreiros da cidade de Braga e algumas freguezias ruraes” (1895) dizendo que a pedra onde tal poema havia sido esculpido fora encontrada, em 1844, ao abandono, atrás da Igreja do Bom Jesus e que ele (o soneto) alude a um facto histórico acontecido na serra do Gerez”, facto que, aliás, não explica. Tal soneto é o seguinte:

“Passageiro! Este chão que vês diante,/ Na encosta deste monte desabrido,/ Dum castelhano foi que, perseguido,/ Aqui se recolheu co’a terna amante./ Quebrando por ele a fé constante,/ Que havia ao esposo eterno prometido,/ Trocou por ermo agreste e desprovido/ Sua cela mimosa e abundante./ A era em que isto foi vai inda perto;/ Mas da choça que aos dois prestou abrigo/ Nem sequer um calhau se aponta ao certo./ Tudo o tempo varreu, levou consigo, E só tradição no livro incerto/ Se encontra o caso que eu aqui te digo.”

Mas, pelos vistos, nem só os velhos românticos bracarenses se deixaram impressionar com o tom apaixonado da lenda da malograda freira em terras geresianas. O aliciante tema deu azo também à inspiração da D. Zulmira Franco Teixeira Falcarreira, grande admiradora do Gerês, que em Agosto de 1913, publicou, no “Diário de Notícias”, o seguinte soneto intitulado “A Casa da Freira” (Lenda geresiana):

*“Para a mais pitoresca e recortada/ Serra que existe - a Serra do Ge-
rez -/ Fugiu, segundo a lenda, uma vez, / Uma freira professa e excomun-
gada. / Segue-lhe os passos pela rude estrada/ Um desertor, oficial francês;
/ De amor funde-se o hábito e o arnês/ No seio de uma brenha ensombre-
ada./ Trinta anos sofre a natureza bruta/ Os amores sacrílegos da gruta, /
Que a medo as águas segredando vão.../ E ainda hoje, em sonhos, julga o
forasteiro,/ Ver na rocha uma espada de guerreiro/ Envolvida num véu de
profissão.”*

O Jornal “Pedra Bela”



Nos finais da década de 60 e começos dos anos 70 do século passado, existiu entre nós um pequeno boletim paroquial intitulado “Pedra Bela”, propriedade da Comissão Fabriqueira da Igreja Paroquial de Vilar da Veiga, sendo director o pároco de então, Pe. Custódio Alberto Ferreira Pinto, de saudosa memória.

Foi, ao longo da sua curta existência, um precioso mensageiro que desenvolveu uma meritória actividade não só entre a comunidade paroquial desse tempo, como servindo de elo de ligação com os nossos conterrâneos ausentes, designadamente com aqueles que se encontravam ao serviço da Pátria, combatendo nas antigas colónias de Angola, Moçambique e Guiné, trocando frequentemente correspondência com o referido pároco, através do “Pedra Bela”.

Particularmente importante foi a reportagem publicada na edição de Novembro de 1971, a relatar a inauguração solene, no Gerês, do Parque Nacional da Peneda – Gerês em 11 de Outubro daquele ano, cerimónia presidida pelo então Presidente da República, Almirante Américo Thomaz e a que assistiram as mais altas individualidades do país, cientistas e muito público.

O antigo mercado

O antigo mercado municipal do Gerês é, hoje, uma saudosa memória para todos quantos tiveram oportunidade de o conhecer. Sacrificado em nome da modernidade – ainda que de forma caricata dadas as dimensões volumosas e as mais que discutíveis linhas arquitectónicas do seu “sucessor”- o Centro de Animação Termal, a velha praça geresiana se não teve um “final feliz”, também não deixou de ter uns começos auspiciosos.

Efectivamente, nos terrenos onde viria a ser construída, e por iniciativa do director clínico de então, o Professor Doutor José Andrade Gramacho mandara plantar, ainda no século XIX, um soute de castanheiros, de forma a proporcionarem sombras convidativas para os aquistas se refrescarem em dias de calor. Contudo, a Câmara Municipal de Terras de Bouro não concordou com a iniciativa daquele conceituado clínico portuense e grande impulsor da criação desta estância termal, mandando derrubar aquelas árvores... O que desagradou sobremaneira ao Professor Andrade Gramacho – considerado o “restaurador do Gerês” pela obra aqui realizada – e desiludido, de acordo com o extinto jornal “O Século”, de 8, 14 e 17 de Setembro de 1886, *“abandonou o Gerês no ano em que a Câmara de Terras de Bouro, estupidamente, lhe derrubou os castanheiros frondosos”*.

A decisão de se construir o mercado municipal naquele



A antiga praça

espaço, porém, surgiu em 1906, conforme se poderá constatar através da acta da reunião da Câmara de Terras de Bouro efectuada em 10 de Abril desse ano, em que se dá conta da sugestão dada pela Junta de Turismo do Gerês no sentido de que a exploração do mercado geresiano, durante aquele ano, fosse da responsabilidade da Câmara Municipal e, no final desse ano, ficaria a cargo daquela Junta. A mesma autarquia deliberou, nessa mesma reunião, *“a construção do edificio do matadouro municipal na povoação das Caldas do Gerez, orçada na importância de 1.509,578 reis”* e *“a construção do mercado e talhos”* nessa povoação, pela quantia de 903.512 reis.

Ainda nessa reunião, foi deliberado que os comerciantes instalados no mercado do Gerês pagariam *“25 reis por dia por cada metro quadrado a qualquer indivíduo do negócio que ocupe o mercado até à área de três metros ou centiares e 20 reis por dia por cada metro quadrado a cada indivíduo do negócio que ocupe no mesmo mercado a área superior a três centiares”*.

Para os matadouros municipais do Gerês e da sede do conce-

lho ficaram igualmente estabelecidas as seguintes taxas: “ dois mil reis por cada cabeça de boi ou vaca que se abatessem em quaisquer dos matadouros do concelho”; mil e duzentos reis por cada vitela; mil reis por cada suíno; duzentos reis por cada cabeça de gado cabrum ou lanígero, sendo grande; e cem reis por cada cabeça do mesmo gado”.

Por razões que se desconhecem, as obras da construção do mercado do Gerês não tiveram início na data da sua aprovação pela Câmara de Terras de Bouro em 1906. E isto porque, na reunião da citada Câmara, realizada em 23 de Abril de 1924, é referido: “Pela Comissão Administrativa do Gerez foi apresentada uma planta para a execução das obras a fazer no mercado da povoação do Gerez. Resolvido aprová-la”. O que faz pressupor que tais obras foram retardadas e, tanto quanto nos foi possível apurar, a data da sua conclusão não aparece mencionada nos documentos consultados para o efeito. De recordar, porém, que além das lojas dos talhos, a antiga praça dispunha de um amplo espaço coberto para os comerciantes efectuarem as suas vendas (legumes, frutas, frangos, peixe, etc.) e uma pequena loja em cada um dos quatro cantos da cobertura, onde chegaram a funcionar uma sapataria, uma drogaria, um posto de venda de pão e outro de legumes. Esta memória geresiana começou a ser demolida em Dezembro de 1992.



O Gerês no início do século XX

Índice

Prefácio	9
Gente da nossa gente	13
O Verão, sempre o Verão.....	17
Diárias a 100\$00, por casal... ..	21
Chegou o “Caverna”	35
O Teatro e a Orquestra do Gerês.....	39
As verdadeiras origens do futebol geresiano.....	44
A Empresa Hoteleira.....	50
Administração única para todos os hotéis	56
“Gérant” ou jarrão?.....	61
Os fiéis amigos do Baco.....	68
Viver por conta do rol... ..	75
A Guarda Fiscal esteve aqui 108 anos	79
Gato por coelho... ..	83
O “Regedor da Ventosa, foge cobra, foge cobra”	88
O Zé Serralheiro	94
Quando a ponte tremeu... ..	99
Um falso afogado.....	103
Um distinto “orador sagrado”... ..	106
O romeiro da Abadia.....	109
O “Avé de Fátima” no casino... ..	112
Um “maestro” de renome... ..	115
Uma burra famosa... ..	119
O feitiço contra o feiticeiro... ..	123
Um célebre Dia dos Enganos... ..	125
Até “Tenente” foi... ..	128
Um jornalista criativo... ..	131
Um champarião terapêutico	136
Bifes ao toque de ferros.....	139
Uma motorizada histórica	141
“Ai que trovoada aí vem!”... ..	145
Uma arrozada duplamente sangrenta	151
O “comboio” deixou de apitar... ..	156
A Empresa das Águas.....	159

EAG: os alvarás de 1925 e 1927	169
A era de Honório de Lima	172
Novas concessões de 1943 e 1998.....	176
As águas termais em ampolas.....	178
Rigor: o princípio do fim.....	182
A expropriação do lugar do Rigor.....	185
Os Serviços Florestais	198
Tude de Sousa.....	206
O Mestre Serafim.....	209
A Conferência Florestal de 1916.....	213
Pinheiro silvestre originário do Gerês?.....	217
O Parque Nacional	221
Os postos de combustíveis.....	225
De Hospital Termal a Posto da GNR.....	226
Chamariz de cientistas	229
O incêndio do Hotel Moderno	230
Os bombeiros do Gerês	234
O crescimento das termas	236
As primeiras pontes.....	238
A Capela de S.ta Eufêmia.....	239
Duas empresas de camionagem.....	241
As grandes caçadas.....	245
A história dos hotéis	248
A época dos chalets.....	251
As escolas primárias	254
A Casa e a Fonte do Eiras.....	256
As festas religiosas	261
Radiografia do Gerês d'antanho	263
Observatório Metereológico	265
O S.to Amaro.....	267
O Barão de Soutelinho.....	269
Laboratórios fotográficos	271
Emílio Biel e a luz eléctrica	274
O Penedo da Freira	278
O Jornal "Pedra Bela"	281
O antigo mercado.....	282

“Ao falarmos de Agostinho Moura podemos, de facto, elencar o seu papel de cidadão interventivo, a sua faceta de professor, o seu trabalho persistente de colunista e jornalista e, ainda, a sua participação cívica como político independente na Assembleia Municipal de Terras de Bouro. Em qualquer um desses papéis que vai desempenhando, destaca-se sempre o rigor, o carácter, a independência e a visão crítica.”

Dr. António Carvalho da Silva, *in* Prefácio de “Memórias Geresianas”